

A dark grey world map is visible in the background, overlaid with a network of thin, glowing yellow lines that represent data connections or information flow across the globe.

# **Informação, conhecimento e poder** mudança tecnológica e inovação social

**Maria Lucia Maciel e Sarita Albagli (orgs.)**

The logo for Garamond University, featuring the name 'Garamond' in a serif font above the word 'UNIVERSITÁRIA' in a smaller, all-caps sans-serif font, all contained within a white rectangular box.

**Garamond**  
UNIVERSITÁRIA



**CONSELHO EDITORIAL**

*Bertha K. Becker*

*Candido Mendes*

*Cristovam Buarque*

*Ignacy Sachs*

*Jurandir Freire Costa*

*Ladislau Dowbor*

*Pierre Salama*

Maria Lucia Maciel  
e Sarita Albagli (orgs.)

Informação, conhecimento e poder  
*mudança tecnológica e inovação social*

G a r a m o n d

Copyright © 2011, dos autores

Direitos cedidos para esta edição à  
**Editora Garamond Ltda.**  
Rua da Estrela, 79 - 3º andar - Rio Comprido  
Rio de Janeiro - Brasil - 20.251-021  
Tel: (21) 2504-9211  
editora@garamond.com.br

*Revisão*  
Carmem Cacciacarro

*Editoração Eletrônica*  
Estúdio Garamond / Luiz Oliveira

*Capa*  
Estúdio Garamond / Anderson Leal,  
sobre imagens de blprnt\_van / Jer Thorp  
(<http://www.flickr.com/people/blprnt/>),  
disponíveis em:  
<http://www.flickr.com/photos/blprnt/3520697433/>  
<http://www.flickr.com/photos/blprnt/3521508124/>  
sob licença Creative Commons “Atribuição”

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

I36

Informação, conhecimento e poder : mudança tecnológica e inovação social /  
Maria Lucia Maciel e Sarita Albagli (orgs.). - Rio de Janeiro : Garamond, 2011.  
332p.

ISBN 978-85-7617-206-2

1. Ciência da informação. 2. Tecnologia da informação. 3. Inovações  
tecnológicas. 4. Desenvolvimento social. 5. Gestão do conhecimento. I. Maciel,  
Maria Lúcia, 1946-. II. Albagli, Sarita.

11-0939.

CDD: 020

CDU: 007

---

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação, por qual-  
quer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

## *Agradecimentos*

Este livro é resultado de atividades realizadas no *Liinc* – Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento, uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Agradecemos o apoio que, direta ou indiretamente, contribuiu para esta publicação: o Ibict, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Somos gratas ainda a diversas pessoas que contribuíram para a realização deste livro, em especial os professores Emir Suaiden e Célia Zaher, do Ibict. O suporte de nossos assistentes de pesquisa, que ajudaram na preparação indispensável dos materiais acadêmicos de apoio, também foi muito importante e assim agradecemos a Diego Fraga, Gabriel Barbosa, Luciana Ferreira, Maíra Mascarenhas e Rodrigo Duarte.

Agradecemos ainda a Leonora Corsini, que traduziu para o português os textos que estavam originalmente em inglês.

# SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INFORMAÇÃO, PODER E POLÍTICA: A PARTIR DO SUL, PARA ALÉM DO SUL <i>Sarita Albagli e Maria Lucia Maciel</i> .....	9
CAPÍTULO 2 - A ECONOMIA REPRESENTACIONAL E O REGIME GLOBAL DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO <i>Sandra Braman</i> .....	41
CAPÍTULO 3 - WIKIPOLÍTICA E ECONOMIA DAS ABELHAS. INFORMAÇÃO, PODER E POLÍTICA EM UMA SOCIEDADE DIGITAL <i>Yann Moulier Boutang</i> .....	67
CAPÍTULO 4 - A CRISE DO CAPITALISMO COGNITIVO: A LUTA DENTRO DO NOVO PARADIGMA. REVISITANDO O DEBATE SOBRE INOVAÇÃO <i>Giuseppe Cocco</i> .....	103
CAPÍTULO 5 - CAPITALISMO DIGITAL EM CRISE <i>Dan Schiller</i> .....	133
CAPÍTULO 6 - CONHECIMENTO POLÍTICO INFORMAL E SEUS EFEITOS CAPACITANTES: O PAPEL DAS NOVAS TECNOLOGIAS <i>Saskia Sassen</i> .....	151
CAPÍTULO 7 - INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E PODER: DO PONTO DE VISTA DAS RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA, ECONOMIA E LINGUAGEM <i>Maria Nélide González de Gómez</i> .....	183

CAPÍTULO 8 - REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, SUBSUNÇÃO DO TRABALHO INTELECTUAL E A DINÂMICA CONTRADITÓRIA DO DESENVOLVIMENTO <i>César Bolaño</i> .....	211
CAPÍTULO 9 - CONHECIMENTO, INFORMAÇÃO E DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL: UMA ANÁLISE INSTITUCIONALISTA DAS DIFERENTES MODALIDADES DE GOVERNANÇA <i>Alain Herscovici</i> .....	239
CAPÍTULO 10 - AMBIVALÊNCIA E CONFRONTOS NO CENÁRIO INFORMACIONAL: O AVANÇO DOS <i>COMMONS</i> <i>Sergio Amadeu da Silveira</i> .....	261
CAPÍTULO 11 - ATUALIZANDO A MÍDIA TÁTICA. ESTRATÉGIAS DE MEDIATIVISMO <i>Geert Lovink</i> .....	275
CAPÍTULO 12 - DEMOCRACIA DIGITAL: PARA ALÉM DA IDÉIA DE JUSTIÇA DISTRIBUTIVA <i>Jonatas Ferreira e Maria Eduarda da Mota Rocha</i> .....	307
SOBRE OS AUTORES .....	329

## Capítulo 1

# **INFORMAÇÃO, PODER E POLÍTICA: A PARTIR DO SUL, PARA ALÉM DO SUL<sup>1</sup>**

*Sarita Albagli<sup>2</sup>  
Maria Lucia Maciel*

### **Questões no debate contemporâneo**

Há hoje um amplo reconhecimento de que significativas inovações produtivas, sociais e organizacionais estão em curso, bem como da centralidade, nesses processos, da informação, do conhecimento e das tecnologias que vêm favorecendo novas formas de produção, uso e circulação desses intangíveis. Menor consenso existe sobre se e, neste caso, em que direção tais inovações representam mudanças de fato estruturais nos padrões de geração, acumulação e apropriação de riqueza e valor, bem como nas estruturas de poder, em diferentes esferas e escalas.

Por um lado, há os que se mostram céticos ou mesmo pessimistas quanto às transformações atuais e futuras da chamada Era da Informação e do Conhecimento, indicando possíveis novas desigualdades sociais e econômicas associadas à difusão das tecnologias da informação e comunicação (TIC). Por outro, há os que põem foco na emergência de algo novo no cenário atual, algo que guarda relação com as novas dinâmicas cognitivas e informacionais, bem como o imaterial em sentido amplo, e que poderia estar desafiando estruturas e formas de poder vigentes. Em qualquer dos casos, e a despeito das significativas

---

<sup>1</sup> As autoras agradecem o apoio recebido do CNPq, da Capes e da Faperj para a realização do projeto de pesquisa em que se baseia esta publicação.

<sup>2</sup> Parte deste texto foi escrita durante o período em que a autora esteve como *visiting senior fellow* na London School of Economics and Political Science (LSE), Department of Media and Communications, ao qual a autora agradece, especialmente à professora Robin Mansell, bem como ao apoio financeiro da Capes.

divergências que persistem quanto a essa questão, cabe reconhecer que dominação e resistência são duas faces do exercício do poder que não existem de maneira dissociada (Foucault, 1977; Cammaerts, 2008), sendo também crucial considerar a possibilidade de caminhos alternativos aos hoje hegemônicos.

O desafio de compreender novas realidades vem gerando a necessidade de rever tanto conceitos clássicos quanto mais recentes, inspirando autores a refazerem caminhos teórico-metodológicos e a redirecioná-los, requalificando-os e reinterpretando-os de diferentes modos, para formular análises e explicações que permitam lidar com a complexidade contemporânea dessas relações. Como afirma González de Gómez (cap. 7), informação sempre esteve ligada à política e à economia – são seu caráter e seu peso relativo que assumiram um novo significado e tomaram novas dimensões.

Sem pretender esgotar a multiplicidade de aspectos e abordagens aí colocados, este livro traz novas visões sobre alguns dos grandes eixos temáticos em que esse debate se tem dado, a partir de distintas óticas:

i) Não apenas as dimensões política e econômica estão hoje inextricavelmente imbricadas nas relações entre informação e poder, como também aí se entrelaça e adquire nova proeminência a dimensão cultural, bem como o papel das dinâmicas intersubjetivas e da linguagem (Moulier Boutang, cap. 3; Gonzalez de Gómez, cap. 7; Cocco, cap. 4).

ii) Assistimos hoje a uma reconfiguração do político, em que a adoção e a difusão generalizadas das formas de comunicação digital, especialmente a Internet, desempenham papel crucial. Um campo importante de disputa de poder – envolvendo tanto poderes dominantes, como contrapoderes de resistência – recai sobre as formas de apropriação e uso (privada ou social) da informação e da sua comunicação (Moulier Boutang, cap. 3; Sassen, cap. 6; Bolaño, cap. 8; Herscovici, cap. 9; Lovink, cap. 11).

iii) Destacam-se aí, em primeiro plano, as tensões e o paradoxo entre a existência de novos meios técnicos, formas e práticas de compartilhamento e difusão da informação, do conhecimento e da cultura, de um lado, e a ampliação e o enrijecimento de barreiras jurídico-

institucionais à sua socialização, de outro (Moulier Boutang, cap. 3; Bolaño, cap. 8; Amadeu, cap. 10; Herscovici, cap. 9).

iv) Em evidência, coloca-se ainda a contradição ou o conflito entre novas formas de mobilização e participação social potencializadas pela comunicação da informação em tempo real e em escala planetária que as novas mídias proporcionam (Lovink, cap. 11) *versus* o estabelecimento de novas hierarquias, novas formas de subordinação, subsunção e controle, bem como a persistência ou até a ampliação de desigualdades, a emergência de novas formas de exclusão que a era da informação e do conhecimento também promove, evidenciando diferentes formas e culturas de uso dos espaços sociodigitais (Sassen, cap. 6). A mera inclusão digital de segmentos excluídos das redes de comunicação globais, segundo uma ótica de justiça distributiva, não é entretanto considerada suficiente para enfrentar essas disparidades, sendo essencial a capacidade de incorporar a visão do “outro” (Ferreira; Rocha, cap. 12).

v) As conexões que se estabelecem entre a emergência de uma economia da informação e a hegemonia do capital especulativo e financeiro recolocam em discussão as teorias e a maneira como se define valor no capitalismo contemporâneo, com implicações diretas no domínio do político (Braman, cap. 2; Cocco, cap. 4; Schiller, cap. 5; Herscovici, cap. 9).

vi) As mediações tecnológicas e institucionais aparecem como elementos-chave, introduzindo novos ingredientes nesse cenário, ao tempo em que não podem ser tratadas como elementos autônomos das dinâmicas sociais em que elas se inscrevem e sobre as quais também intervêm (Sassen, cap. 6). Tais mediações constituem ainda elementos indispensáveis quando se consideram os campos de luta e disputa entre as forças, hoje em jogo, nas novas dinâmicas cognitivas e informacionais (Braman, cap. 2; Cocco, cap. 4; Herscovici, cap. 9; Lovink, cap. 11).

vii) Nesse contexto, coloca-se também a necessidade de se incorporarem outras abordagens às que têm predominado no tratamento desses temas – particularmente as perspectivas antropológica e epistemológica –, no sentido não apenas de prover um arcabouço teórico-conceitual mais abrangente para o entendimento das múltiplas variáveis e dimensões que caracterizam o quadro atual, como também de incorporar o leque de

atores e visões alternativas para o enfrentamento dos dilemas do presente (Moulier Boutang, cap. 3; Cocco, cap. 4; Gonzalez de Gómez, cap. 7).

viii) Existem diferenças importantes entre as perspectivas dos países mais e menos desenvolvidos com respeito ao atual cenário. A visão “do Sul” – ou melhor, uma visão não eurocêntrica e antropocêntrica – é, por sua vez, ressaltada como sendo portadora de possíveis respostas alternativas e inovadoras no sentido da radicalização e do aprofundamento da democracia (Moulier Boutang, cap. 3).

Este capítulo inicia com uma breve síntese das principais abordagens sobre as relações entre informação, poder e política desde uma perspectiva histórica. Apresenta em seguida o atual debate em torno das mediações tecnológicas e institucionais que perpassam essas relações. Ao final, olha essa questão do ponto de vista do mundo em desenvolvimento, ou Sul, ressaltando que essa visão deve ser hoje pensada no contexto das alternativas que se colocam para um outro desenvolvimento em nível mundial. Essa discussão é feita ressaltando também as contribuições aportadas nos diferentes capítulos deste livro.

## **Evolução recente**

As primeiras abordagens, nas décadas de 1960 e 1970, tratando da *sociedade do conhecimento* (Machlup, 1962; Drucker, 1968), *sociedade pós-industrial* (Bell, 1973) e *sociedade da informação* (Porat, 1976), estiveram focadas nas mudanças no perfil das ocupações e nas estruturas do emprego, não se colocando ainda claramente a nova dimensão do papel da informação, do conhecimento ou do imaterial em sentido amplo; e, menos ainda, a questão do poder. O que se evidenciava então era o maior peso, nas economias, do setor terciário ou de serviços (em que o valor é produzido fundamentalmente nas interações entre pessoas), bem como o aumento da participação das atividades de produção e processamento da informação nas estruturas de trabalho e emprego<sup>3</sup> (Maciel; Albagli, 2009).

---

3 Apenas na década de 1990, o termo sociedade da informação ganhou maior expressão política, social e cultural, para além das dimensões tecnológica e econômica, quando boa parte dos países passou a desenvolver estratégias com o objetivo de estabelecer condições que permitissem capitalizar melhor as inovações trazidas pelo rápido desenvolvimento e difusão das TIC (Legey; Albagli, 2000).

Com a crise do fordismo, desde a década de 1970, demonstrando-se mais claramente os limites da rigidez da organização taylorista do trabalho, bem como da produção em linha de montagem para a fabricação em escala de produtos idênticos (produção em massa para um mercado de consumo de massa), abre-se espaço para a flexibilização de processos produtivos e do próprio trabalho.<sup>4</sup> Nesse contexto, as TIC encontraram ambiente propício ao seu desenvolvimento e difusão, juntamente com um conjunto de outras tecnologias “genéricas”, como a biotecnologia, os novos materiais, a optoeletrônica e a nanotecnologia, altamente intensivas no uso de informação, com implicações diretas no processo produtivo.

Nesse contexto, na década de 1980, autores da corrente de pensamento neoschumpeteriano (Richard Nelson, Sidney Winter, Chris Freeman, Giovanni Dosi, Carlota Perez, entre outros) apontaram a passagem para um novo *paradigma técnico-econômico*,<sup>5</sup> capitaneado e dinamizado pelas TIC (Dosi, 1982; Freeman, 1982). A inovação – por eles entendida como introdução de novo produto, processo ou formato organizacional – ganha projeção seja como objeto de pesquisa acadêmica, seja como foco de políticas públicas e estratégias privadas. Nessa mesma linha de análise, indicou-se, posteriormente, a emergência de uma *economia do conhecimento e do aprendizado*, argumentando-se que a noção de aprendizado é mais interessante porque transmite a ideia de algo em movimento, em progressão, e não de um estoque já adquirido e estável. Por isso, ela seria mais adequada principalmente ao tratar-se de países emergentes e em desenvolvimento (Lundvall, 1992).

A *escola da regulação* (Benjamin Coriat, Alain Lipietz, François Chesnais, Robert Boyer, entre outros) criticou entretanto o “determinismo tecnológico” da visão dos neoschumpeterianos. Essa crítica se deveu ao papel atribuído, por esses últimos, à inovação tecnológica como fator preponderante do dinamismo econômico e à desconsideração de fatores socioinstitucionais, argumentando que ciência e tecnologia (C&T) devem

---

4 Daí ter sido também caracterizado por David Harvey (1989) como um regime de *acumulação flexível*.

5 O enfoque de *paradigma técnico-econômico* é utilizado para indicar “o resultado de uma série de combinações viáveis de inovações (técnicas, organizacionais e institucionais), provocando transformações que permeiam toda a economia e exercendo importante influência em seu comportamento” (Lastres; Ferraz, 1999, p. 32).

ser vistas como produções históricas e sociais. Já nos anos 1990, essas correntes parcialmente convergiram no sentido do reconhecimento da importância das instituições,<sup>6</sup> das condições socioculturais, do papel do Estado e das políticas públicas nas relações entre ciência, tecnologia e inovação. O foco da abordagem neoschumpeteriana dirigiu-se, no entanto, para o papel dessas políticas em promover a eficiência do sistema no sentido de criar as condições para produção e difusão de inovações, sem colocar em questão as relações e estruturas mesmas de poder.

Paralelamente, houve um crescente esforço para incorporar, na literatura econômica, o papel explicativo dos atores, processos e interações sociais, até então considerados “externos” à economia. Não por acaso, nesse contexto, desponta a Nova Sociologia Econômica, de inspiração weberiana, ressaltando que os atores econômicos não são átomos isolados, mas estão enraizados, imersos, imbricados (*embedded*)<sup>7</sup> em relações, redes e estruturas sociais (Granovetter; Swedberg, 1992). Do mesmo modo, ganhou espaço o debate sobre “capital social” e “confiança” (frequentemente apresentados como sinônimos e com definições pouco precisas), apontados como elementos-chave do dinamismo econômico de regiões e localidades,<sup>8</sup>

---

6 Observe-se a influência da “nova economia institucional” ou “neoinstitucionalismo econômico”, que define instituições como conjuntos de normas e valores incrustados nos hábitos e costumes de uma população (e que podem propiciar a confiança entre os atores), possuindo um caráter mais abstrato, enquanto as organizações são caracterizadas como estruturas mais concretas e formais (Ver Douglas North. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990). Outros autores, particularmente os alinhados às chamadas teorias evolucionárias ou neoschumpeterianas (Richard Nelson, Sidney Winter, Christopher Freeman, Giovanni Dosi, entre outros), são considerados mais coerentes com a escola original de institucionalistas americanos das décadas de 1920 e 1930 (tais como Thorstein Veblen, Wesley Mitchell e John Commons, os quais exerceram alguma influência sobre teóricos europeus tais como K. William Kapp, Gunnar Myrdal e Karl Polanyi).

7 A ideia de *embeddedness* foi primeiramente desenvolvida por Karl Polanyi, em 1944, em sua obra *The great transformation*, da seguinte forma: “*The human economy [...] is embedded and enmeshed in institutions, economic and noneconomic. [...] religion or government may be as important to the structure and functioning of the economy as monetary institutions or the availability of tools and machines themselves that lighten the toil of labor*” (citação de Polanyi, Aresberg e Pearson, 1957, apud Granovetter e Swedberg, 1994). Posteriormente, Mark Granovetter, na linha da “sociologia econômica”, usou o conceito para argumentar que a ação econômica está incrustada (*embedded*) na estrutura social e na cultura (Albagli; Maciel, 2003).

8 Robert Putnam e James Coleman popularizaram o conceito de capital social, associando-o à ideia de confiança. Anteriormente, Pierre Bourdieu (1980, p. 2-3) havia definido capital social como “o agregado de recursos reais ou potenciais que estão ligados à participação em uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de mútua familiaridade e reconhecimento [...] que provê para cada um de seus membros o suporte do capital de propriedade coletiva”. Diferentemente dos demais, a ideia de conflito é inerente ao conceito de capital social de Bourdieu, para quem, como todas as demais formas de capital, este se encontra desigualmente distribuído.

bem como do aprendizado interativo como fonte de inovação (Lundvall, 1992).

Tais interpretações, no entanto, colocaram mais problemas do que soluções. As relações sociais são aí vistas como instrumentos ou “ferramentas” para o desenvolvimento e a inovação local, como se pudessem ser traduzidos em *quanta*, e assim passíveis de (re)produção (Maciel, 2003). Essa abordagem tende também a uma perspectiva que advoga certas condições sociais como precondições para o desempenho econômico e inovador, ou seja, a um determinismo – agora sócio-histórico (*path-dependence*) – que pode excluir países e regiões mais carentes da possibilidade de caminhos alternativos de desenvolvimento e relegá-los a um papel subordinado no sistema mundial (Albagli; Maciel, 2003).

De uma perspectiva analítica distinta e mobilizando um outro aporte teórico-conceitual, forjou-se a concepção de *regime de informação* (Frohman, 1995; González de Gómez, 2002; Braman, 2004), procurando prover um arcabouço heurístico que permitisse contemplar traços e tendências comuns nas atividades e políticas de informação, até então abordadas de modo dissociado entre si e fragmentado (Braman, 2004).

Bernd Frohman (1995), baseando-se nos trabalhos de Bruno Latour, Michel Callon e Michel Foucault, definiu regime de informação como (tradução própria, itálicos do autor):

[...] qualquer *sistema* ou *rede* mais ou menos estável, no qual a informação flui por meio de determinados canais – de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, a consumidores ou usuários específicos [...]. O rádio e a televisão, a distribuição de filmes, a publicação acadêmica, bibliotecas, fluxos de dados transfronteiras, a emergente infovia: todos esses são nodos de redes de informação, ou elementos de regimes específicos de informação. (Frohman, 1995, p. 5)<sup>9</sup>

---

9 “[...] any more-or-less stable system or network in which information flows through determinable channels – from specific producers, via specific organizational structures, to specific consumers or users [...]. Radio and television broadcasting, film distribution, academic publishing, libraries, transborder data flows, the emerging infobahn: these are all nodes of information networks, or elements of specific régimes of information.”

Para o autor, “descrever um regime de informação significa mapear os processos agonísticos que resultam em estabilizações tentativas e difíceis de conflitos entre grupos sociais, interesses, discursos e até artefatos científicos e tecnológicos” (Frohman, 1995, p. 5).<sup>10</sup> Política de informação seria então “um conjunto de práticas que estabilizam e mantêm um regime de informação”,<sup>11</sup> sendo “feita e desfeita todo dia em práticas complexas de interação social” (Frohman, 1995, p. 4).<sup>12</sup> Dois aspectos são portanto centrais à análise de Frohman: ênfase nas práticas informacionais e menor peso na dimensão institucional formal; e o reconhecimento do como um campo de disputa e conflito, do mesmo modo que de negociação e estabilização.

Em uma perspectiva análoga, Gonzalez de Gómez (2002, p. 28), referenciando-se, além dos autores citados, no “modo de informação” de Mark Poster,<sup>13</sup> entende por regime de informação “o modo de produção informacional dominante em uma formação social”, aí incluídos os sujeitos, as regras, os meios e recursos de informação. Ela considera que um regime de informação se define mais pelas *ações de informação* dos atores sociais (Wersig; Windel, 1985) do que por uma intencionalidade prévia. E, nas ações de informação, a linguagem exerce papel central. Neste livro, Gonzalez de Gómez sugere, então, como locus de análise das relações entre informação e poder, os usos sociais da linguagem, na medida em que aí se exporiam claramente “os vínculos entre a economia, a tecnologia e a política”, além de incorporar o ponto de vista dos participantes e dos arranjos comunicacionais em que acontece a interface entre informação e poder. Propõe, assim, a discussão sobre as relações entre os estudos da informação e a chamada “virada linguística” da economia (González de Gómez, cap. 7).

---

10 “Describing a régime of information means charting the agonistic processes that result in tentative and uneasy stabilizations of conflicts between social groups, interests, discourses, and even scientific and technological artifacts.”

11 “Its rich analysis of the real, social, and discursive factors that are implicated in the construction of any scientific or technological network supports the interpretation of IP [information policy] as the set of practices that stabilize and maintain a régime of information. [...] The object of analysis becomes the processes by which these objects and their relationships are constructed. Such an analysis widens the scope of IP studies, because it includes the assemblage of agonistic power relations that constitute a régime of information.”

12 “Information policy is made and unmade every day in complex, interacting social practices”.

13 POSTER, M. The mode of information and the cultures of the Internet – a conversation with Mark Poster. *Consumption, Markets and Culture*, n.º 3, 2000, p. 195-213.

Sandra Braman (2004), por sua vez, fundamentando-se na teoria do regime no campo das relações internacionais, refere-se à emergência de um *regime global de política de informação* (*global information policy regime*). Sua ênfase recai sobretudo no arcabouço legal que cristaliza e explicita formalmente as políticas de informação. As mudanças no regime global da política de informação estariam, para a autora, diretamente relacionadas às transformações na própria natureza da economia. Assim, neste livro, lembrando as diferentes formas como a economia da informação foi, sucessivamente, compreendida – aumento na proporção de produtos e serviços de informação, seguido da comodificação ampliada de diversos tipos de informação, até novas formas de cooperação e coordenação –, Braman (cap. 2) considera que “uma virada epistemológica recente nos fundamentos da atividade econômica foi responsável por produzir uma conceituação da economia da informação como *economia representacional*” (grifo nosso). Nesta, segundo a autora, “a representação substituiu o empirismo como o tipo de conhecimento a partir do qual as decisões econômicas são tomadas”, aí revelando-se a importância do discurso – ou “a natureza narrativa” dos processos econômicos.

A adoção e difusão generalizada das formas de comunicação digital (a Internet principalmente) motivaram, por sua vez, as ideias de uma *sociedade em rede* (*network society*) (Castells, 1996), de *mídia tática* (Lovink, cap. 11), de uma *economia da informação em rede* (*networked information economy*) (Benkler, 2006), um *capitalismo em rede* (*networked capitalism*) (Soderberg, 2008), ou ainda um *capitalismo digital* (*digital capitalism*, Schiller, cap. 6). Não se trataria apenas de uma economia baseada na informação, no conhecimento e na cultura (ou na manipulação de símbolos de modo mais amplo) que caracterizara, em um primeiro momento, a economia industrial da informação, mas sim de um novo modo de produção cuja característica central seria a das redes de comunicação descentralizada (Benkler, 2006). Nesse contexto, “a informação não aparece mais como um produto final acabado, mas como um processo contínuo de trabalho” (Soderberg, 2008, p. 50).<sup>14</sup>

---

14 “Information appears no longer as a finished end product but as a continuous labour process.”

De uma perspectiva distinta, a tese do *capitalismo cognitivo*, na esteira do pensamento “operaísta” ou neomarxista, capitaneado por Antonio Negri e outros autores, fundamentando-se em Espinosa, Foucault e Deleuze, entre outros, argumenta que “o que está em questão não é uma economia do conhecimento, mas uma mutação mais profunda que afeta a maneira como o capital é dotado de valor” (Corsani, 2003, p. 15). Em linhas gerais, o capitalismo cognitivo seria caracterizado pela nova centralidade do trabalho imaterial<sup>15</sup> – aquele que mobiliza informação, conhecimento, imagens, criatividade, afetos, relações –, argumentando-se que “a dimensão imaterial não é uma característica do produto, mas do trabalho” (Cocco, 2000, p. 107). Nesse sentido, não se poderia mais falar de um tempo de trabalho objetivo da repetição, como no fordismo, mas sim no tempo (inter)subjetivo da criação (Corsani, 2003). A principal fonte de dinamismo reside aí na produção de conhecimento por meio de conhecimento (em que a finalidade é o próprio conhecimento) ou, ainda, na produção do trabalho vivo pelo trabalho vivo. Trata-se, portanto, da produção de formas de vida, envolvendo a multiplicidade de saberes e de sujeitos, a mobilização produtiva da sociedade inteira e de todo o tempo de vida, no que Cocco (2010) irá caracterizar, a partir de Michel Foucault e Christian Marazzi, como uma bioeconomia ou, ainda, um “modelo antropogênico”.

## **Mediações tecnológicas e institucionais: perspectivas alternativas**

Independentemente de como se considere mais adequado denominar o atual momento, há em comum o reconhecimento da centralidade da informação, do conhecimento e das tecnologias associadas nas atuais mudanças paradigmáticas, ainda que partindo de fundamentos teórico-conceituais e perspectivas distintas na interpretação de seu significado econômico, político e social. Ao tempo em que o papel central da mudança tecnológica nesse processo tem sido ressaltado pelas

---

15 Hardt e Negri (2005, p. 100) ressaltam que, ainda que o número de trabalhadores hoje envolvidos diretamente na produção imaterial seja menor relativamente ao total de trabalhadores, o importante é que “as qualidades e as características da produção imaterial tendem hoje a transformar as outras formas de trabalho e mesmo a sociedade como um todo”.

diferentes linhas de pensamento, há também a preocupação de se evitar o determinismo tecnológico.

Do mesmo modo, reconhece-se que o poder cada vez mais se define a partir do controle sobre o imaterial e o intangível – informações, conhecimentos, ideias, gostos e desejos de indivíduos e coletivos –, bem como sobre os meios por onde estes circulam.

Nesse contexto, ganha hoje expressão o debate sobre as atuais condições e o papel das novas dinâmicas interativas – e, logo, comunicativas – na produção e circulação de conhecimentos e informações, bem como seu papel na criatividade e inovatividade. Discute-se em que medida os novos aparatos técnicos potencializam e modificam o significado e a extensão dessas dinâmicas, bem como as variáveis institucionais que atuam sobre elas. De maneira esquemática, observam-se dois grandes conjuntos de pontos de vista sobre as novas condições de circulação da informação e do conhecimento.

Parte da literatura enfatiza positivamente o papel atual dos espaços digitais, como ambientes propícios à comunicação da informação em rede, à difusão e à adoção de formas e estratégias de produção e colaboração social não proprietárias, não mercantis, com maior autonomia dos participantes e em formatos não necessariamente estruturados e hierarquizados. Argumenta-se que o caráter não proprietário dessas práticas e estratégias – que sempre foi um traço mais marcante da produção de informação e do conhecimento do que da produção de bens materiais – estaria sendo potencializado, nesses ambientes interativos, de maneira até então impensada (Benkler, 2006; Soderberg, 2008). Por outro lado, a propriedade intelectual constitui a extensão dos direitos de propriedade, historicamente instituída pela escassez, por meio da apropriação privada de algo que antes era comum, assegurada por um aparato legal: “Em certo sentido, a dinâmica de cercamento [*enclosure*] é a dinâmica expansionista do próprio capitalismo” (May, 2010, p. 13).<sup>16</sup>

Aposta-se, assim, no imenso potencial das novas mídias digitais (transformadas em mídias sociais) como instrumentos privilegiados de mobilização e participação política e cidadã, tanto em movimentos

---

<sup>16</sup> “*In one sense the dynamic of enclosure is the expansionary dynamic of capitalism itself*” (May 2010, p. 13).

estruturados (como os do *software* livre), como pela simples ação individual tornada coletiva, bem como de produção colaborativa. Assim, o conceito de *mídia táctica* diz respeito ao papel que as novas mídias desempenham nos movimentos sociais globais, uma das maiores forças políticas em décadas, na visão de Lovink (cap. 11). Nesse sentido, tende-se a considerar a Internet não como um mero *continuum* de outras importantes inovações nas estruturas e padrões de comunicação, mas como uma inovação radical (e não apenas em termos tecnológicos). Essas tecnologias teriam o potencial de propiciar um sistema de comunicação descentralizado, uma nova relação entre o material, o imaterial e novas intersubjetividades, favorecendo a atividade, o movimento coletivo que possibilita a criatividade, abrindo a possibilidade de novos tipos de relações de poder.

Acredita-se assim que se, de um lado, há a crescente mercantilização dos bens simbólicos e o desenvolvimento de novas formas de poder político, econômico e cultural, de outro observa-se a emergência de novas práticas sociais de “desintermediação e de recombinação”, ante o desenvolvimento e difusão das redes digitais, gerando uma crise da lógica do *copyright*. Assim, no mesmo processo em que o desenvolvimento social modifica e destrói uma série de modos de vida e de tecnologias a eles vinculados, faz isso a partir da expansão de novas formas de organização, trabalho e tecnologias, criando novas práticas e usos (Amadeu, cap. 10).

Da perspectiva dos que trabalham com o conceito de capitalismo cognitivo, que considera o trabalho vivo produzindo trabalho vivo como sendo hoje a principal fonte de produção de riqueza e valor, as atuais redes comunicativas configuram um verdadeiro processo de “polinização social”, uma “apieconomia” ou uma “sociedade pólen” (Moulier Boutang, cap. 3), polinização entendida como “uma multidão de singularidades que cooperam entre si se mantendo como tais” (Cocco, 2010). E, diferentemente da linha neoschumpeteriana – a qual, ainda que reconhecendo o papel de outros atores e preconizando o aprendizado interativo como fonte crucial do processo inovador (Lundvall, 1992) a partir de uma perspectiva sistêmica,<sup>17</sup> manteve a hipótese de que a

---

17 Dai as noções de sistemas nacional, regional e local de inovação, bem como de arranjos produtivos locais (Cassiolato; Lastres, 2003).

empresa constitui o principal lócus da inovação – , entende-se que a inovação é mais bem caracterizada como uma “orquestra sem regente” (Hardt; Negri, 2005, p. 423), algo que não se restringe ao ambiente da firma, mas que, ao contrário, envolve o conjunto do tecido social.<sup>18</sup> Dessa ótica, há hoje uma nova forma de produção biopolítica, produção aqui vista não apenas no sentido econômico estrito, mas também como mobilização, cooperação e comunicação entre subjetividades, envolvendo afetos, corpos e linguagem (Hardt; Negri, 2000; Casarino; Negri, 2008). Essa dinâmica estaria contribuindo para a formação do *comum*:<sup>19</sup> “o trabalho, hoje, para ser criativo deve ser ‘comum’, ou seja, produzido por redes de cooperação. O trabalho se define ontologicamente como liberdade através do comum” (Negri, 2003, p. 153).

Essas linhas interpretativas convergem para o entendimento de que estaríamos testemunhando a expansão de um tipo de (inter) subjetividade “em torno de uma atividade coletiva de trabalho a que se adere voluntariamente” (Soderberg, 2008, p. 5-6),<sup>20</sup> por motivações não meramente instrumentais ou por ganhos materiais, mas “pela gratificação e o bem estar psicológico, e pela conectividade social” (Benkler, 2006, p. 6).<sup>21</sup> Daí a ideia de *hacking capitalism* (Soderberg, 2008), chamando a atenção para a disseminação dos princípios que mobilizam a atividade *hacker* e redes colaborativas como as de *software* livre: o princípio de que divertir-se (*having fun*) e jogar/brincar (*play*) constitui um dos principais elementos desse tipo de mobilização produtiva, argumento que é também explorado por Moulier Boutang (cap. 3). Assim, “brincar/jogar [*play*] é um caso demonstrativo de como o trabalho auto-organiza seu poder constituinte fora do confinamento das trocas mercantis” (Soderberg, 2008, p. 3),<sup>22</sup> levando à proposição, em analogia a *labour*

---

18 Como lembrado por Soderberg (2008), Negri já havia discutido anteriormente a ideia de “trabalhador social” (*social worker*), bem como Mario Tronti, ainda nos anos 1960, a ideia de fábrica social (*social factory*).

19 O conceito de *comum* é preferido, por esses autores, ao conceito de *esfera pública*, sendo aquele entendido não como uma entidade pré-construída de uma dada comunidade, ligada por vínculos de identidade, mas sim como uma atividade coletiva de um conjunto de singularidades e intersubjetividades, interconectadas por meio da linguagem.

20 “*Around a voluntarily-entered, collective labour activity*”.

21 “*For psychological well-being and gratification, and for social connectedness*”.

22 “*At its heart, the politics of play struggle consist in the distance it places between doing and the wage relation. Play is a showcase of how labour self-organises its constituent power outside the confines of market*

*struggle*, da noção de *play struggle* (Soderberg, 2008, p. 4). Uma outra implicação dessas formas produtivas refere-se à perda do monopólio, pelos governos e corporações, das decisões sobre o desenvolvimento tecnológico, que, desse modo, “se espalham” para a multidão, derivando-se daí implicações políticas significativas.

Em ambas as abordagens, a distinção e a separação entre o fazer (a produção) e a relação salarial configurariam uma nova forma de resistência do trabalho em relação ao capital. O argumento de que o trabalho imaterial permeia hoje o conjunto das atividades sociais e está “espalhado” pela sociedade inteira implicaria também o entendimento de que o capital não tem mais total controle sobre esse trabalho – nem sobre o que ele produz. E, ainda que novas formas de apropriação e controle sobre o trabalho imaterial e os processos criativos estejam sendo desenvolvidas, argumentasse que existe algo que “excede”,<sup>23</sup> que não é passível de ser apropriado e que constitui um verdadeiro “êxodo” (Hardt; Negri, 2009),<sup>24</sup> abrindo, portanto, novas possibilidades de transformação política.

Para um outro conjunto de pontos de vista, ao contrário, entende-se que as TIC fornecem hoje, fundamentalmente, a base técnica para novos modos de reprodução e valorização do capital, seja o capital financeiro, transformado em pura informação, seja o capital produtivo: ao permitirem a flexibilização do aparato técnico e do trabalho; ao viabilizarem a produção e a circulação de um conjunto de bens informacionais de ágil produção, comercialização e consumo; e, ainda, ao promoverem a expansão do mercado de equipamentos e *software* que constituem a parte fundamental da base técnica do atual paradigma.

Prevalece, dessa perspectiva, a indagação sobre até que ponto os meios técnicos hoje disponíveis estabelecem novas e melhores condições de acesso e disseminação de conhecimentos e informações considerados

---

*exchanges*” (Soderberg, 2008, p. 3).

23 “*The capacities of biopolitical labor-power exceed work and spill over into life. [...] It is excess only from the perspective of capital because it does not produce economic value that can be captured by the individual capitalist – even though [...] such production does produce economic value that can be captured by capital at a broader social level, generally as externalities*” (Hardt; Negri, 2009, p. 152).

24 “[*Exodus*] is an expression of the productive capacities that exceed the relationship with capital achieved by stepping through the opening in the social relation of capital and across the threshold” (Hardt; Negri, 2009, p. 152).

de fato estratégicos. Argumenta-se que a “intelectualização geral de todos os processos convencionais de trabalho e do consumo” vem sendo acompanhada da “subsunção do trabalho intelectual” no capital, sobretudo o trabalho científico (Bolaño, cap. 8). Assinala-se também que a codificação e a digitalização crescentes do conhecimento, transformado em informação, embora facilitem seu acesso e a atuação em redes por um contingente crescente de pessoas, contribuem também para a sua mercantilização e apropriação privada.

Aí se expressa a tensão que bem caracteriza o cenário contemporâneo. Por um lado, tem-se a necessidade de expansão do conhecimento passível, tanto de incrementar a produtividade e a competitividade econômica, como de contribuir para a formulação de respostas adequadas à complexidade e à urgência dos atuais desafios globais (ambientais, econômicos e sociais), dispondo-se ainda de novos meios para produzir cooperativamente e fazer circular mais conhecimento, informação, cultura e inovação. De outro, colocam-se as restrições institucionais e econômicas a seu acesso e disseminação – constituindo um verdadeiro “modo de regulação” –, procurando fazer da informação e do conhecimento uma *commodity* (Cassiolato; Lastres; Maciel, 2003). Amplia-se, assim, a concentração (espacial, social, organizacional), o controle e a privatização da informação e do conhecimento considerados estratégicos (expressando-se também na maior concentração de capitais), seja pelo recrudescimento dos mecanismos de proteção de direitos de propriedade intelectual (DPI), desde a década de 1980, seja por outros meios de apropriação do conhecimento público e socialmente produzido.

Logo, à abundância que caracteriza informação e conhecimento e que os torna bens econômicos peculiares – de produção custosa, mas de replicação e disseminação fácil e barata, eles não se deterioram em seu uso ou consumo, mas, ao contrário, fertilizam-se e reproduzem-se nas interações sociais – se contrapõem as tentativas de dar sobrevida à economia da escassez e raridade típica da era industrial, recorrendo-se, para tanto, a instrumentos como os de proteção dos DPI (Herscovici, cap. 9). Contraditoriamente, então, “para se tornar valor, a riqueza deve ser difusa (pública), mas não pode ser socializada (comum). O público e o comum são mantidos separados” (Cocco, 2006, p. 193-194), contradição

que também se expressa entre a “brutal socialização da produção” a que assistimos hoje, e sua apropriação privada (Bolaño, cap. 8).

A disputa sobre o controle da informação não se resume, porém, à questão da propriedade intelectual. Remete ainda à concentração crescente da propriedade dos meios de comunicação, de modo amplo, bem como à intensificação das tentativas de privatização da própria Internet, à medida que esta se expande e projeta seu alcance social e econômico. Nesse contexto, estaríamos vivenciando uma verdadeira “batalha sobre a ecologia institucional do ambiente digital” (Benkler, 2006, p. 2),<sup>25</sup> bem como sobre a regulação que afeta o conjunto das comunicações de modo geral em torno da redefinição do arcabouço jurídico-institucional que rege áreas cujo desenvolvimento até então se dera de forma relativamente independente, mas que agora tendem a se entrecruzar, ante a crescente convergência multimídia. Estariam aí implicadas desde a transmissão por rádio e TV, imprensa, Internet e redes de comunicação, até a regulação de conteúdos, de propriedade das mídias, de serviços como os de telefonia, acesso às redes, entre outros (Castells, 2009, p. 100), inclusive aspectos mais pontuais, como o registro de nomes de domínios na Internet ou os receptores da TV digital.

Trata-se, portanto, de uma acirrada disputa entre os que buscam o controle e a privatização dos bens imateriais, bem como das novas e velhas mídias (que estão sendo também transformadas) nas quais eles circulam, e aqueles que não apenas expressam polos de resistência, mas buscam também ampliar a liberdade que esses meios podem oferecer, especialmente os novos espaços digitais, e a Internet em particular. Esta não é propriamente uma nova disputa, mas hoje atinge o coração do capitalismo contemporâneo.

Em outra direção, Lovink (cap. 11) considera que as clássicas dicotomias entre público/privado e global/local se tornaram sem sentido e até mesmo obsoletas. Esses binarismos são agora substituídos por um flexível gerenciamento de singularidades e diferenças fluidas: ao invés de desafiar o poder, os ambientes em rede estão funcionando como suportes para a autogestão e o autocontrole virtual.

---

25 “A battle over the institutional ecology of the digital environment” (p. 2).

No que se refere aos meios digitais (sobretudo a Internet), argumenta-se que as tentativas de exercer controle sobre o que neles circula (seja por meio de legislação de *copyright*, seja por recursos tecnológicos como o *digital rights management* - DRM) têm sido infrutíferas, não conseguindo impedir a livre produção e troca de conteúdos entre milhares de usuários. Controlar a Internet ou torná-la um espaço meramente mercantil seria não apenas difícil, mas também pouco interessante (inclusive do ponto de vista dos negócios que por meio dela se realizam), pois a faria perder exatamente as características de liberdade e flexibilidade que é o que tem atraído cada vez mais usuários – ou produtores – para nela “navegar”. Castells (2009, p. 104) assinala que “a história, a cultura e a arquitetura da Internet tornaram difícil apropriar-se dela privadamente ou regulá-la exclusivamente em favor de lucros no negócio”.<sup>26</sup>

Nesse sentido, Sassen (cap. 6) ressalta o fato de que – contrariamente ao discurso dominante que naturaliza a cultura *techie* como sendo a cultura de uso (e, acrescentaríamos, de consumo) das novas redes digitais – há muitas outras culturas que podem servir a propósitos muito distintos, sejam eles mais democratizantes ou mais concentradores. Daí criticar ambas as visões que veem as TIC como sendo intrinsecamente democratizantes ou inclusivas, de um lado, ou intrinsecamente concentradoras e excludentes, de outro. As tecnologias digitais e a Internet em particular não podem então ser vistas como mero instrumento, como *coisa*, mas sobretudo como *espaço social* (Poster, 2001). Novas formações sociais tomam conta das ruas e dos espaços midiáticos do mundo sem qualquer necessidade de se fazerem representar por uma autoridade hierárquica (Lovink, cap. 11). Não se trata de dissociar espaços sociais e espaços digitais, mas de compreender que estes se encontram imbricados em verdadeiras formações sociodigitais (Sassen, cap. 6).

Tomando-se o campo específico da ciência e da tecnologia (C&T), observa-se que esse debate se reproduz guardando certas especificidades. Por um lado, há os que consideram que as forças da comodificação da ciência avançam sobre os esforços de compartilhamento, e a parte protegida por DPI tende hoje a ampliar-se relativamente à “parte aberta”.

---

26 “Yet, the history, culture, and architecture of the Internet made it difficult to appropriate it privately or to regulate it exclusively for the sake of business profits” (p. 104).

O espírito competitivo estaria se fortalecendo em detrimento de uma cultura de compartilhamento na atividade científica.

Por outro lado, há os que identificam uma forte tendência, hoje, na prática científica, na direção de maior compartilhamento. A despeito das distinções existentes entre as diferentes áreas do conhecimento, aponta-se que, mesmo em áreas onde o uso de patentes é bastante forte, como em biotecnologia e fármacos, a necessidade de resolução de problemas de alta complexidade tem movido boa parte dos pesquisadores a buscar colaboração, independentemente dos limites institucionais para tal.

Indica-se, por outro lado, a maior facilidade, por meio das TIC, de práticas e formas de colaboração técnico-científica sobretudo interpessoais e informais, em âmbitos nacional e internacional, o que tem contribuído para fazer circular mais livremente o conhecimento científico-tecnológico. Tais práticas permanecem, em boa medida, “invisíveis” aos radares governamentais e fora do alcance das regulações e outras formas de restrição institucional que intervêm no intercâmbio de conhecimentos. Elas se mostram ainda mais relevantes em temas complexos e estratégicos, bem como em áreas críticas à superação de problemas que afetam a humanidade globalmente. Nesse sentido, aponta-se a possível emergência de uma nova ética na cooperação internacional em C&T em torno de novas formas de compartilhamento de informações e conhecimentos, o que poderia sinalizar uma transformação paradigmática nos termos que regem as relações internacionais na área (Gallopín, 2010).

No campo institucional, estão hoje em debate alternativas para a flexibilização do atual regime internacional de proteção de DPI. Discute-se a introdução de instrumentos, nos organismos multilaterais de regulação desses direitos e nos acordos de cooperação internacional, que facilitem a circulação de informação e conhecimento (Netanel, 2009). Estão também em curso diversos movimentos, em âmbito internacional, que se contrapõem e buscam alternativas às práticas dos grandes grupos editoriais, as quais constituem barreiras econômicas à livre circulação da informação e conhecimento em C&T, tais como: o Open Archives Initiative (OAI), o Open Access to Knowledge and Information in Sciences and Humanities, a Declaration of Berlin, a

Declaration of Bethesda, o projeto Creative Commons, entre outras (Kuramoto, 2008). Argumenta-se então que esta não deve ser uma preocupação apenas dos países do Sul, com vistas a participarem mais ativamente dos avanços em C&T, mas algo a ser também encampado nos países do Norte (Okediji, 2009).

Ao mesmo tempo, as atuais formas de regulação sobre a propriedade intelectual têm-se mostrado inadequadas e ineficazes ante a crescente dificuldade de se introduzirem barreiras legais à ampla difusão e ao compartilhamento que os novos meios de circulação digital proporcionam. Em verdade, tal inadequação não constitui um dado novo. Ela já se revelara na impossibilidade de registrar e codificar todo o conhecimento, bem como na dificuldade – hoje ainda mais acentuada ante a complexidade do campo científico-tecnológico – de se distinguir ou delimitar conhecimento novo daquele preexistente (Cruz, 1996; Albagli, 1998). Além disso, tem-se evidenciado que, historicamente, o monopólio (ainda que temporário) sobre novo conhecimento e informação não apenas não é fator determinante para promover a inovação (mas antes uma estratégia geopolítica e geoeconômica de consolidação de condições vantajosas já alcançadas), como, ao contrário, pode repercutir negativamente sobre a criatividade, a inovatividade e, portanto, sobre a agregação de valor, inclusive no próprio âmbito privado (Coriat; Weinstein, 2009).

A dimensão institucional assume portanto novo significado. Por um lado, argumenta-se que, em sociedades e economias baseadas em bens e ativos intangíveis (informação, conhecimento, cultura), o “bom” funcionamento do mercado depende diretamente de variáveis institucionais ou “extraeconômicas” (Herscovici, cap. 8). Isso seria ainda mais acentuado pelo caráter especulativo e a incerteza que caracterizam essas economias (Braman, cap. 2), bem como pela atual tendência de ampliação da lógica privada e dos direitos de propriedade – particularmente os direitos de propriedade intelectual –, elevando-se assim os “custos de transação” (Herscovici, cap. 9).

O arcabouço jurídico-institucional expressa, portanto, não apenas a cristalização das relações de poder em determinado momento histórico e contexto social, como também constitui espaço vivo e estratégico que não se mantém impermeável às movimentações sociais de resistência

e luta. Estas podem, então, engendrar novas institucionalidades, promover e fortalecer iniciativas que representem inovações no campo institucional, seja no que diz respeito à propriedade intelectual, seja nas políticas que mais diretamente intervêm nas dinâmicas territoriais e nos direitos sociais, dentre outras, enfim: “que reconheçam a esfera do comum e atualizem seu potencial”, garantindo assim a atividade de “polinização” (Cocco, 2010). Enquanto isso, os ambientes em rede vão também criando seus dispositivos específicos, novas formas de poder coordenadas, que consistem numa pluralidade de elementos (Lovink, cap. 11).

Argumenta-se ainda que outras formas de regulação estão emergindo, tais como as próprias comunidades *on-line*: “elas permitem criar o capital simbólico, ou seja, a utilidade social prévia necessária à valorização econômica dos produtos e dos serviços” próprios da economia imaterial (Herscovici, cap. 9). Não se trata, evidentemente, de adotar uma perspectiva institucionalista estrita – foco exclusivo no arcabouço legal –, mas sim de levar em conta o processo social nos quais as ações e práticas informacionais efetivamente ocorrem e que, ao final, alimentam as próprias dinâmicas institucionais. Ou, nas palavras de Deleuze (1990, p. 209-210), “é a jurisprudência que é verdadeiramente criadora do direito [...]. É aí que se passa do direito para a política.”

Para Moulier Boutang (cap. 3), então, é o novo papel do conhecimento na produção de valor e nos mecanismos de acumulação que irá desestabilizar radicalmente as “relações incestuosas entre poder/conhecimento e difusão”, ao colocar em xeque elementos-chave do capitalismo quanto a formas de propriedade – sobretudo, hoje, a propriedade intelectual – e de exercício da autoridade na produção, acesso e uso do conhecimento. A dualidade entre abundância/circulação ampliada/apropriação social vs escassez/concentração/apropriação privada da informação e do conhecimento pode assim estar desafiando os modos de regulação vigentes.

## **A visão do Sul, para além do Sul**

Cabe, ao final, contextualizar essa discussão na perspectiva das relações entre os países e regiões “do Norte” e “do Sul”, ou dos mundos

desenvolvido e em desenvolvimento. Quando se trata de pensar as diferenças entre esses países e regiões no que se refere à sua forma de inserção na chamada era da informação e do conhecimento, duas grandes questões têm-se colocado em primeiro plano: de um lado, as disparidades no campo da ciência, tecnologia e inovação; e, de outro, as desigualdades no acesso às TIC – o chamado *digital divide*.

No que se refere ao primeiro aspecto, a disparidade entre o Norte e o Sul fica bastante evidente pela enorme concentração espacial na produção de conhecimento novo no mundo. Conforme assinalado por Annan (2003, p. 1485), “cerca de 95% da nova ciência é criada nos países que abrigam somente um quinto da população mundial”, configurando a existência de “dois mundos científicos”. Annan argumenta ainda que a agenda de pesquisa em C&T é em grande parte dominada por questões que não constituem as necessidades ou os temas prioritários da maioria da população mundial, localizada nos países mais e menos desenvolvidos.

As tensões já assinaladas entre os dois polos da circulação e da apropriação da informação e do conhecimento – amplas condições e demandas por disseminação, de um lado, e barreiras à sua difusão e apropriação social, de outro – têm assim claras implicações geopolíticas, podendo contribuir para reforçar ou diminuir as desigualdades e assimetrias mundiais já existentes entre países centrais e (semi) periféricos no sistema de poder mundial (Maciel, 2003).

Uma forte tendência reside no estabelecimento de claras linhas divisórias entre os que estão capacitados a promover ou a participar ativamente na atual dinâmica ininterrupta de inovação e aprendizado e aqueles que foram, ou tendem a ser, deslocados e marginalizados por essas transformações. Isto poderia vir a indicar uma nova forma de inserção “neoperiférica” dos países em desenvolvimento no cenário mundial, derivada e resultando em uma capacidade limitada de geração de conhecimento de ponta, bem como uma demanda relativamente fraca por esse conhecimento. O resultado seria o alargamento do “fosso” entre mais e menos desenvolvidos, bem como um círculo vicioso de desigualdade e subdesenvolvimento (Arocena; Sutz, 2003, p. 9). Em outros termos, estariam a constituir-se novas hierarquias geopolítico-econômicas, a partir de novos diferenciais socioespaciais:

fundamentalmente disponibilidades de informações e conhecimentos estratégicos desiguais, bem como posições desiguais no âmbito dos fluxos e dos fixos que compõem as redes de informação e comunicação em escala planetária. Redes de informação e redes de conhecimento são conceitos e realidades muito distintas, sendo estas últimas mais seletivas, controladas e hierarquizadas. Aí a distinção entre informação e conhecimento é fundamental, sobretudo porque o conhecimento tácito relevante à aplicação tecnológica do conhecimento “de ponta” na produção e na inovação estaria concentrado nos países detentores de uma base científica e educacional mais avançada (Bolaño, cap. 8), tornando a ideia de “transferência de tecnologia” algo impensável concretamente. Poder-se-ia sim pensar em aprendizado, adaptação, reconstrução, mas não em “transferência” de conhecimento.

Argumenta-se então que, mais do que o *digital divide*, é o “*learning divide*” – as desigualdades nas condições de aprendizado (sobretudo o acesso à educação) e nas possibilidades de aplicar conhecimento de ponta à solução de problemas de forma internacionalmente competitiva – o que fundamentalmente estabelece a inserção diferenciada dos países no mundo globalizado (Arocena; Sutz, 2003). O *learning divide* seria, por sua vez, fator crucial de um “*development - underdevelopment divide*”.

Mas não se trata aqui de aderir ao *deficit model*<sup>27</sup> de Dickson (2005) como forma de explicar as barreiras à produção e à aplicação produtiva de conhecimento e informação em C&T em países emergentes. Trata-se de buscar as razões sociopolíticas – internas e externas – dentro de um contexto de assimetrias e dominação globalizadas, bem como traçar e mobilizar possíveis caminhos alternativos a essas tendências ainda hoje hegemônicas. Nesse sentido, inovações importantes têm sido hoje vistas tanto em iniciativas e articulações governamentais nos âmbitos nacional e internacional, quanto em movimentos sociais em níveis também local e mundial.

Hoje, diversos países, como o Brasil, enfrentam o desafio de conciliar uma dupla estratégia em sua agenda de políticas e prioridades. Por um

---

27 Refere-se a uma espécie de falha estrutural própria de certas sociedades, particularmente dos países em desenvolvimento.

lado, a necessidade de enfrentar seus problemas estruturais no que diz respeito à resolução das profundas desigualdades sociais que ainda subsistem. Por outro, a necessidade e a urgência de capacitar-se para uma produção com maior valor agregado em C&T, tanto em segmentos ditos tradicionais quanto naqueles mais típicos da chamada era do conhecimento.

O incremento de ciência e tecnologia, porém, não constitui, por si só, a solução. Pode também resultar em maior acesso a alguns benefícios da modernidade apenas para uma minoria mais abastada, expandindo os mercados consumidores de novas tecnologias, mas deixando de fora uma grande maioria, alijada não só desses benefícios como dos esforços de pesquisa. Quevedo (2007) lembra que ciência e tecnologia transformam a maneira de se fazerem coisas, mas não modificam as relações de origem de uma sociedade planetariamente desigual e competitiva. Não haverá capacitação resultando em maior valor agregado sem a apropriação social de conhecimento (Albagli; Maciel, 2007).

Permanece ainda a questão a respeito daqueles que não têm acesso às TIC e que, dessa forma, estariam fora das atuais redes de comunicação planetária – o *digital divide*. Para Castells (2009), participando ou não das novas redes, todos são por elas afetados, aí residindo uma das formas fundamentais de poder hoje. Por outro lado, há também um forte questionamento sobre os fundamentos filosóficos e os objetivos que informam iniciativas e políticas como as de “inclusão digital”, bem como sobre seu alcance concreto. Nesse sentido, Ferreira e Rocha (cap. 12) põem em xeque o “princípio distributivo” que tem norteado as ações e estratégias nessa área, assinalando que este “apresenta um limite teórico e um problema político claros: não levar em conta o problema da opressão e da dominação nos processos que definem *o que* deve ser objeto de distribuição” (grifo nosso), sendo “incapaz de ouvir o(a) outro(a), e por isso é insensível ao passado que informa culturalmente o jogo democrático e, mais amplamente, o jogo político”. Seu estudo demonstra que a orientação predominante das políticas de inclusão digital considera a comunicação “cada vez mais como uma transmissão de dados e não como uma partilha de significados”, ou seja, reduz a solução da democratização do acesso à informação ao mero desempenho técnico.

Daí também insistirmos na distinção entre as noções de *inclusão* e de *apropriação* das TIC quando se pensa na relação entre democratização da informação e do conhecimento, de um lado, e desenvolvimento, de outro. *Inclusão* remete à ideia de inserção ou de participação em um dado padrão preestabelecido. *Apropriação* investe-se de um caráter de maior proatividade, tanto no sentido de capacitação para o uso dessas tecnologias em favor de objetivos e projetos próprios, contribuindo para a emancipação social daqueles segmentos sociais e territórios marginalizados, como no sentido de capacidade para o próprio desenvolvimento desse aparato tecnológico (Albagli; Maciel, 2007). Trata-se de privilegiar a capacidade de produção e de adaptação de conhecimento novo, por oposição à sua “importação” ou mera aquisição. Conforme González de Gomez (cap. 7), trata-se também de considerar o “ponto de vista dos participantes”.

O modo como essa tensão irá evoluir pode ou não abrir espaço ao processo de mudança política, seja na direção de uma sociedade mais democrática, seja na direção do aprofundamento da “sociedade do controle” (Foucault, 1977; Deleuze, 1990).

A questão aqui é se isso alarga o leque de possibilidades para os países em desenvolvimento, ou do Sul. Vista do Sul, trata-se de questionar a legitimidade e o alcance da noção de que vivemos uma sociedade de informação ou de conhecimento global e homogênea e de superar a ideia de que um único caminho predeterminado é inevitável. O que importa assinalar é a ideia fundamental de que não há qualquer “fim da História”; ao contrário, é preciso considerar diferentes cenários alternativos, que estão fortemente associados à evolução e ao enfrentamento dos conflitos anteriormente assinalados. Em outras palavras, devemos ser capazes de construir diferentes alternativas futuras, ainda que reconhecendo certos traços que caracterizam o nosso tempo, que ressaltam o papel proeminente da informação e do conhecimento. Isto significa que não há um único modelo a seguir, e que nenhuma cultura tem o monopólio dos fatores de desenvolvimento socioeconômico.

É preciso levar em consideração a nossa posição relativa (periférica ou semiperiférica) no sistema de poder mundial e que as perspectivas multiculturais são um elemento imensamente favorável à inovação.

Condições nacionais e locais podem levar a padrões completamente diferentes e a uma crescente diversidade, ao invés da estandardização e convergência sugerida pelas teses mais radicais sobre a influência da globalização nos sistemas nacionais e subnacionais. Não há uma solução única ou prescrição de política; há, sim, uma miríade de alternativas que podem tomar diferentes formas em diferentes sociedades espaçotemporais. Formações sociais são estruturas complexas que não podem ser vistas como mero produtos de políticas ou estratégias de planejamento: elas são o resultado de construções sociais em processos históricos de colaboração, competição e conflito.

Trata-se, então, de pensar o poder, concordando com Foucault (1977; 1994), não apenas em sua conotação negativa e *restritiva* – como subordinação, condição de determinar o comportamento do outro, independentemente de sua própria vontade –, mas também em sua conotação *produtiva*, que “produz conhecimento, discurso e sujeitos” (Cammaerts, 2008, p. 34). Trata-se então, também, da capacidade transformadora dos agentes, em suas relações sociais de interdependência, sendo a resistência ao poder parte do exercício do próprio poder: “No âmago da relação de poder, e provocando-a constantemente, estão a recalcitrância da vontade e a intransigência da liberdade” (Foucault, 1994, p. 342).<sup>28</sup>

Por outro lado, ainda que as redes digitais constituam hoje elemento estratégico das novas dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais, tais dinâmicas encontram lugar também – ou fundamentalmente – nos territórios, não só como espaço primordial de (re)produção do conhecimento tácito e, portanto, de diferenciação no cenário globalizado, mas também como “laboratório” e fronteira avançada de experimentação e inovação política e social.

Alguns apostam inclusive que o desenho de cenários alternativos pode estar sendo traçado por aqueles que, aparentemente, estão “fora do jogo” – países e regiões periféricos, pobres e grupos sociais e étnicos marginalizados (Moulier Boutang, cap. 3; Cocco, 2010). Essa compreensão pode ser frutífera para a análise da inovação em

---

28 “At the very heart of power relationship, and constantly provoking it, are the recalcitrance of the will and the intransigence of freedom” (Foucault, 1994, p. 342).

países em desenvolvimento, especialmente na América Latina, onde certas características culturais, como relações pessoais e emocionais interferindo naquilo que deveriam ser decisões econômicas racionais e impessoais, foram consideradas obstáculos ao desenvolvimento. Em muitos casos, habilidades que foram desenvolvidas ao longo da história para lidar com grandes dificuldades resultaram em capacidade para flexibilidade e respostas ágeis aos desafios, e são olhadas como vantagens competitivas no cenário contemporâneo (Maciel, 1996).

Está, portanto, em questão, nas atuais relações entre informação, poder e política, em que medida se abrem novas brechas que permitem entrever possíveis caminhos de mudança e inovação social em torno de iniciativas sociais inéditas, que sugerem caminhos que pode tomar a ação política no sentido de promover uma mais ampla democratização e apropriação social da informação, do conhecimento e da cultura, como parte essencial do aprofundamento e radicalização da democracia. Ou se, ao contrário, tendem a se ampliar as assimetrias sociais e espaciais em uma sociedade e economia da informação e do conhecimento predominantemente excludente. Importa ainda identificar quais fatores e atores incidem em uma ou em outra direção. Cabe refletir ainda se as questões assinaladas se inserem dentre as contradições inerentes à própria lógica capitalista contemporânea – e, portanto, circunscrevem-se a seu âmbito – ou se indicam mudanças mais fundamentais que apontariam para a possibilidade de um quadro estruturalmente distinto.

É então necessário ampliar e aprofundar o arcabouço teórico e conceitual que orienta essa discussão, de modo a desenvolver um ponto de vista baseado nas perspectivas, características e potencialidades de cada contexto socioterritorial. Mas este não é somente um debate acadêmico. Tem repercussões significativas no campo da política (*politics*) como esfera de disputa de poder, tanto quanto no das políticas (*policies*) como estratégias de ação. Daí derivam implicações distintas relativamente a possíveis estratégias de fortalecimento e afirmação de segmentos sociais marginalizados, de projeção de países e regiões (semi)periféricos no sistema internacional, bem como de construção democrática, da cidadania e do desenvolvimento em seu sentido mais abrangente. Esperamos que este livro venha contribuir para tal.

## Referências

- ALBAGLI, S. *Geopolítica da biodiversidade*. Brasília: Ibama, 1998.
- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Capital social e desenvolvimento local. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (org.). *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 423-440.
- \_\_\_\_\_. Informação, conhecimento e desenvolvimento In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (orgs.). *Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social*. Brasília: Unesco/IBICT, 2007, p. 15-32.
- ANNAN, K. A challenge to the world's scientists. *Science*, 299, 7 mar. 2003, p. 1485.
- AROCENA, R.; SUTZ, J. Knowledge, innovation and learning: systems and policies in the North and in the South. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. .; MACIEL, M. L. (org.). *Systems of innovation and development*. Cheltenham, GB: E. Elgar, 2003.
- BELL, D. *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Abril Cultural, 1976 [1973].
- BENKLER, Y. *The wealth of networks*. How social production transforms markets and freedom. New Haven and Londres: Yale University Press, 2006. Disponível em: [http://cyber.law.harvard.edu/wealth\\_of\\_networks/Download\\_PDFs\\_of\\_the\\_book](http://cyber.law.harvard.edu/wealth_of_networks/Download_PDFs_of_the_book). Acesso em 15 nov. 2009.
- BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº. 31, jan. 1980, p. 2-3.
- BRAMAN, S. (org). *The emergent global information policy regime*. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Change of State*. Information, policy and power. Cambridge: The MIT Press, 2006.
- CAMMAERTS, B. *Internet-mediated participation beyond the nation state*. Manchester and New York: Manchester University Press, 2008.
- CASARINO, C.; NEGRI, A. *In praise of the common: a conversation on philosophy and politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; MACIEL, M. L. *Systems of innovation and development*. Cheltenham, U.K.: E. Elgar, 2003.
- CASTELLS, M. *The rise of the network society*. Oxford: Blackwell, 1996
- \_\_\_\_\_. *Communication power*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

COCCO, G. M. *Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. Mobilizar os territórios produtivos: para além do capital social, a constituição do comum. In: COCCO, G.M.; SILVA, G. (org.). *Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local*. Rio de Janeiro/Brasília: DP&A/ Sebrae, 2006, p. 154-169.

\_\_\_\_\_. The crisis of cognitive capitalism from the point of view of amerindian perspectivism. In: ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. (eds.). *Information, power and politics: technological and institutional mediations*. Lanham, Maryland: Lexington Books, 2010, p. 103-132.

COCCO, G.M.; SILVA, G.; GALVÃO, A. P. *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CORIAT, B.; WEINSTEIN, O. IPR regimes, firms and the commodification of knowledge. *CLPE Research Paper*, nº. 17/2009, July 29, 2009. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1440866>. Acesso em 5 ago. 2010.

CORSANI, A. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: COCCO, G. M.; SILVA, G.; GALVÃO, A. P. *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 15-32.

CRUZ, M. F. *A norma do novo: fundamentos do sistema de patentes na modernidade. Filosofia, história e semiótica*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 1996.

DELEUZE, G. *Conversações, 1972-1990*. São Paulo: Editora 34, 1992.

DICKSON, D. The case for a “deficit model” of science communication. *Scidev.net*, 27 jun. 2005. Disponível em: <http://www.scidev.net/en/editorials/the-case-for-a-deficit-model-of-science-communic.html>. Acesso em 15 set. 2008.

DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. *Research Policy* 11(3), jun., 1982, p. 147-162.

DRUCKER, P. *The age of discontinuity: guidelines to our changing society*. New York: Harper & Row, 1968.

FOUCAULT, M. *Discipline and punish: the birth of the prison*. New York: Vintage, 1977.

\_\_\_\_\_. The subject and power. In: FAUBION, J. D. (org.). *Power: Essential works of Foucault 1954-1984*. New York: The New Press, v. 3, 1994.

\_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREEMAN, C. *The economics of industrial innovation*. Londres: Frances Printer, 1982.

FROHMAN, B. *Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness – information, systems, people, organizations*. In: Connectedness: Information, Systems, People, Organizations, the 23RD ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, Edmonton, Alberta, 7-10 June 1995. Disponível em: <http://instruct.uwo.ca/faculty/Frohmann/actor.htm>. Acesso em jan. 2010.

GALLOPÍN, G. Sustainable development challenges to S&T: implications for international cooperation. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (ed.). *Cooperação internacional na era do conhecimento*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010, p. 123-154. Disponível em: [http://www.cgee.org.br/publicacoes/coper\\_inter\\_2009.php](http://www.cgee.org.br/publicacoes/coper_inter_2009.php). Acesso em 3 mar. 2010.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*, jan. 2002, v. 31(1), p. 27-40.

GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. *The sociology of economic life*. Oxford: Westview Press, 1992.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Empire*. Massachusetts: Harvard University Press, 2000.  
\_\_\_\_\_. *Multitude*. War and democracy in the age of Empire. New York: The Penguin Press, 2004.

\_\_\_\_\_. *Commonwealth*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993 [1989].

KURAMOTO, H. Acesso Livre: um novo paradigma para a comunicação científica. *Liinc em Revista*, vol.4(2), setembro 2008. Disponível em <http://www.ibict.br/liinc>. Acesso em jan. 2010.

LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Disponível em <http://www.liinc.ufrj.br>. Acesso em jan. 2010.

LASTRES, H. M. M.; FERRAZ, J. C. Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (orgs.). *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LEGEY, L-R.; ALBAGLI, S. Sociedade da informação no Brasil: uma nova agenda. *DataGramaZero*, 1(5), out. 2000. Disponível em: [http://www.dgz.org.br/out00/Art\\_02.htm](http://www.dgz.org.br/out00/Art_02.htm). Acesso em 10 jan. 2010.
- LEMOS, R.; FERRAZ, T. S.; FALCÃO NETO, J. A. *Direito do software livre e a administração pública*. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2007.
- LUNDEVALL, B-. (org.). *National systems of innovation: towards a theory of innovation and interactive learning*. Londres: Pinter Publisher, 1992.
- MACIEL, M. L. Confiança, capital social e desenvolvimento. *Econômica*, 3, 2003, p. 283-290.
- \_\_\_\_\_. *O milagre italiano*. Rio de Janeiro/Brasília: Relume Dumará/Paralelo 15, 1996.
- MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. Knowledge societies, seen from the South. *International Social Science Journal – Special Issue on Global Knowledge*, 60, 2009, p. 97-109
- \_\_\_\_\_. Cooperação internacional em ciência e tecnologia: desafios contemporâneos. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE (org.). *Cooperação internacional na era do conhecimento*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010, p. 9-22. Disponível em: [http://www.cgee.org.br/publicacoes/coper\\_inter\\_2009.php](http://www.cgee.org.br/publicacoes/coper_inter_2009.php). Acesso em jan. 2010.
- MACHLUP, F. *The production and distribution of knowledge in the United States*. Princeton: Princeton University Press, 1962.
- MANSELL, R. et al. *The Oxford handbook of information and communication technologies*. Oxford/ New York: Oxford University Press, 2007.
- MAY, C. *The global political economy of intellectual property rights: the new enclosures*. 2<sup>nd</sup>. ed. Londres/New York: Routledge, 2010.
- MOULIER BOUTANG, Y. *Le capitalisme cognitif: la nouvelle grande transformation*. Paris: Amsterdam, 2007.
- NEGRI, A. *Cinco lições sobre o império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- NETANEL, N. W. (ed.). *The development agenda: global intellectual property and developing countries*. New York: Oxford University Press, 2009.
- NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- OKEDIJI, R. L. History lessons for the Wipo development agenda. In:

NETANEL, N. W. (ed.). *The development agenda: global intellectual property and developing countries*. New York: Oxford University Press, 2009, p. 153-164.

PORAT, M. U. *The information economy*. California: Stanford University, 1976.

POSTER, M. The mode of information and the cultures of the Internet – A conversation with Mark Poster. *Consumption, Markets and Culture*, 3, n.º. 3, 2000, p. 195-213.

\_\_\_\_\_. *What's the matter with the Internet?* Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

QUEVEDO, L. A. Conhecer para participar da sociedade do conhecimento. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (org.). *Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social*. Brasília: Unesco/IBICT, 2007, p. 55-70.

SODERBERG, J. *Hacking capitalism: the free and open source software movement*. Nova York/Londres: Routledge, 2008.

WERSIG, G.; WINDEL, G. Information science needs a theory of 'information action. *Social Science Information Studies*, 5, 1985, p. 11-23.

## Capítulo 2

# A ECONOMIA REPRESENTACIONAL E O REGIME GLOBAL DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO

*Sandra Braman*

*Você deve mover sua cabeça, não seus olhos.*

Ed Dorn

A formação de um regime global da política de informação – assim como nossa habilidade em conceituá-lo – acompanhou a transição para a economia da informação. Esta última tem alguma responsabilidade causal pela primeira, pois com o aparecimento e a intensificação da economia da informação – que levantou tantas questões legais e regulatórias envolvendo a informação –, a formação do regime tornou-se não apenas possível, mas também necessária. Pesquisadores das relações internacionais têm sido atraídos pela teoria do regime, tal como formulada por Krasner (1982), por conta de seu valor analítico em circunstâncias nas quais acordos internacionais formais e detalhados visando a resolução de questões jurídicas comuns ainda não tenham sido alcançados, apesar das expectativas convergentes no que diz respeito aos *princípios, normas, regras e processos de tomada de decisões*.

Tanto a natureza da economia quanto a teoria econômica continuam a evoluir em resposta à experimentação teórica e institucional com informação, como uma variedade de formas do capital ou de outros fatores de produção. Conceituações alternativas da informação e da economia da informação alimentam as disputas com relação às características do regime global da política de informação. No século XXI, a definição de informação como um leque de possibilidades tem particular importância, e a economia da informação pode ser agora entendida como uma economia representacional – isto é, uma economia baseada em representações mais do que em informação empírica, como os insumos críticos para tomadas de decisão econômicas. Esta mudança,

tanto no funcionamento da economia quanto no seu entendimento, tem por sua vez produzido alterações na natureza do regime global da política de informação. É portanto útil pensar esses três processos de mudança na relação entre si.

Iniciamos este capítulo com uma breve análise da política de informação tal como tem sido entendida pela teoria do regime, além de examinar as interações entre conceituações alternativas sobre a informação e a economia da informação antes de proceder à investigação sobre a natureza da economia representacional e suas implicações para o regime global da política de informação.

## **O regime global da política de informação**

A teoria do regime foi desenvolvida pelos estudiosos das relações internacionais nos anos 1980. Olhando retrospectivamente, isso não surpreende, porque foi durante a década de 1970 que as leis e regulações dos Estados, independentemente da natureza de seus sistemas jurídicos e de sua forma política, começaram a ficar cada vez mais parecidas umas com as outras. Se a política de informação é definida pelo conjunto de leis e regulações pertinentes a qualquer criação, processamento, fluxos e usos de informação – como um conceito guarda-chuva para políticas de informação, comunicação e cultura –, então, geralmente, aceita-se que Cowhey (1990) foi o primeiro a usar a teoria do regime na análise da política de informação. Uma revisão da literatura sobre a teoria do regime, uma discussão detalhada de sua aplicabilidade à política de informação, o exame das críticas, assim como dos pontos fortes dessa abordagem teórica para a análise de políticas, além de um argumento em prol da combinação da teoria do regime com a teoria dos sistemas adaptativos complexos e a teoria de campo de Bourdieu, estão contemplados em outro texto (Braman, 2004a). Exemplos desta abordagem analítica da política de informação incluem o estudo sobre o comércio no campo das indústrias culturais (ver, por exemplo, Acheson; Maule, 1994); a propriedade intelectual na indústria de *software* (Bankd; Katoh, 1995); a lei antitruste e a indústria de computadores (Kim; Hart, 2002); a privacidade da informação (Heisenberg; Fandel, 2004); a governança da Internet (Mueller; Thompson, 2004); a inovação nas

indústrias da comunicação (Antonelli, 1997); a transparência como um princípio para a política (Florini, 1998); os efeitos da convergência tecnológica no regime europeu de política de comunicação (Michalis, 1999); as falhas da política de privacidade que resultam da inabilidade ou relutância em implementar leis e regulações já aprovadas (Regoli, 2002); o impacto da arbitragem na dimensão da prestação de contas no âmbito do regime da política de telecomunicações (Frieden, 1997); e o impacto do regime global da política de telecomunicações em regiões ou países específicos (cf. Cogburn, 2003).

Nos primeiros anos do século XXI, foi possível aprender com as análises do regime acerca de todas essas questões, e ainda fazer generalizações sobre o uso deste corpo teórico para os fins de uma análise da política de informação (Braman, 2004b). Essas análises incluíam:

- *O que você vê não é tudo o que você vai receber. Em vários casos, nem os processos de informação sobre o regime da política de informação nem os elementos específicos a cada regime estavam completamente realizados. Embora o desenvolvimento de um regime global da política de informação já estivesse em andamento há algumas décadas, muitos processos de formação e implementação do regime, assim como os elementos específicos desse regime, ainda não estavam fixados.*
- *As características-chave do regime nem sempre são visíveis. Elementos bastante visíveis, como os debates em torno do tratamento das transações de comércio eletrônico, podem ser sintomas fragmentados de processos causais subjacentes, bem mais difíceis de discernir.*
- *A política não visa apenas à infraestrutura global da informação – ela ajuda a criar essa infraestrutura. As interações entre o desenho e a construção da infraestrutura e das políticas permanecem.*
- *Processos sociais precisam ser “desempacotados” para fins de um tratamento analítico e de políticas. Existe um paralelo entre as políticas e os processos econômicos de separação de bens e*

## serviços e processos organizacionais e industriais de renegociação das fronteiras.<sup>1</sup>

- *Se, por um lado, os processos sociais interagem, eles não necessariamente vão se modificar no mesmo ritmo. Disjunções nos ritmos em que diferentes processos sociais se desdobram e se modificam podem tanto confundir os formuladores de políticas quanto criar “buracos de política”<sup>2</sup> que dão oportunidade para inovações jurídicas ou regulatórias.*
- *À medida que nenhuma política dá conta sozinha de ser implementada ou se efetuar, uma análise do regime de informação deve levar em conta a precessão de políticas.<sup>3</sup> Esta precessão de políticas consiste na interação entre formulação, implementação, interpretação e consequências de duas ou mais leis ou regulações.*
- *Disputas em torno do formato do regime da política de informação incluem não apenas os conflitos entre as opções de política e as partes interessadas, mas também disputas no interior dos próprios processos de formulação. Como resultado dos aspectos singulares da informação como domínio de políticas, incluindo o grande número de instâncias decisórias e as lacunas na legislação existente<sup>4</sup>*

---

1 Quando as empresas separam produtos e serviços de comunicação uns dos outros, elas encontram formas de vender separadamente itens que previamente tinham sido considerados um único produto. Por exemplo, muitas empresas telefônicas no mundo hoje vendem ligações telefônicas locais e interurbanas separadamente, embora tais ligações tenham sido vendidas, durante muitas décadas, como um único pacote. Quando as empresas em rede renegociam suas fronteiras, elas frequentemente separam porções do que havia sido considerado o único processo de produção para terceirização para uma organização. Para analistas de políticas, o que um sociólogo pode considerar como um processo social singular de “surfear” na Internet deve ser dividido em processos separados, cada um exigindo tratamento separado dos pontos de vista legal e regulatório. Da perspectiva do processo social, estar *on-line*, escolher quais sítios visitar, decidir que tipos de informação adquirir e que tipos de informação disponibilizar sobre si mesmo são distintos elementos do pacote de uso da Internet que levantam questões de políticas bastante distintas entre si.

2 O conceito de buracos de política foi inspirado no trabalho de Burt (1995) sobre buracos estruturais. O trabalho de Burt também tem sido usado como suporte para os argumentos sobre o papel crescente das organizações não governamentais na constituição de um regime, como resultado dos buracos estruturais nas burocracias dos processos decisórios (cf. Stohl, 2005).

3 O conceito de precessão, usado aqui para destacar a importância de se examinar as interações entre os efeitos de diversas leis e regulações como um elemento crítico da análise de políticas, foi tomado de empréstimo da física e da engenharia. Nessas disciplinas, a precessão refere-se às interações entre sistemas que compartilham um eixo, de forma que o que ocorre em um sistema afeta o que ocorre no outro.

4 No original em inglês, “*legacy law*”, que se refere à legislação herdada do passado e ainda vigente, embora nem sempre seja adequada a circunstâncias presentes.

**a respeito de várias questões específicas ao ambiente digital, até mesmo determinar qual processo de elaboração de políticas deveria predominar é frequentemente objeto de disputa.**

Aspectos consensualmente aceitos do regime global da política de informação, evidentes na época, incluíam a transparência como meta e também ferramenta política; o acréscimo das redes aos mercados e organizações (“hierarquias”, segundo o pensamento econômico) como estruturas sociais adequadamente suscetíveis a intervenções regulatórias; e a aceitação de uma responsabilidade compartilhada pela política de informação por atores privados e do setor público. Vários aspectos do regime global da política de informação, no entanto, estavam ainda sob intenso debate. Esses aspectos incluíam questões como: se a informação deve ser tratada como bem econômico ou como força social constitutiva; se o foco da política deve ser colocado na informação como produto final (a ser vendido no mercado de varejo) ou como produto secundário (como fator de produção); se a informação deve ser prioritariamente considerada um agente ou objeto de agenciamento; se os direitos de propriedade de informação deveriam ser reforçados ou diminuídos; e, finalmente, se a informação deve ser tratada predominantemente como bem privado ou público.

A literatura que lida com os regimes no que os cientistas políticos se referem como “áreas-questão” tem, é claro, continuado a crescer desde 2004. Os pesquisadores acreditam que a análise de regimes facilita o aprendizado sobre políticas (Choi; Kim, 2009). Apesar de a teoria do regime ter surgido inicialmente no âmbito das relações internacionais, está agora sendo adotada também em outras esferas de análise (cf. Rast, 2009). A teoria do regime é usada em praticamente todo estudo sobre o domínio das políticas emergentes (ver, por exemplo, Herber, 2006; Siddiqui; Quah, 2004). As negociações sobre o acesso à informação, em si mesmo um objeto de regime de políticas, também são entendidas como elementos significativos dos processos de formação dos regimes (Sousa; Klyza, 2007).

Trabalhos recentes sobre os efeitos das mudanças na estrutura da indústria sobre um regime de políticas (cf. Happe et al., 2008) agregam-se à literatura existente sobre fatores que estimulam a mudança de

regime. Esses trabalhos incluem aspectos materiais e psicológicos (Appadurai, 1993); mudanças tecnológicas (Young, 1982); capacidade institucional (Cherry; Wildman, 1999); e deslocamentos entre o poder relativo dos Estados (Krasner, 1985). Mudanças de regime ocorrem quando há falhas significativas sob decisões rotineiras, quando a tomada de decisão incremental é bloqueada e/ou quando decisões fundamentais desviam a atenção das políticas para novas questões (Lindquist, 1990). Fatores de mudança particularmente importantes para o regime global da política de informação incluem aqueles que envolvem desenvolvimentos econômicos como a “comoditização” de áreas de atividade que não eram “comoditizadas” anteriormente (Poitras, 1997) e o desejo de tirar partido da inovação tecnológica com o intuito de reduzir custos de transação (Cox, 1997; Lawton, 1997). Novas ideias também disparam mudança de regime (Corrales; Feinberg, 1999; Goldstein, 1988). A economia representacional envolve dois fatores-chave para a transformação do regime – mudança na natureza da economia e mudança das ideias sobre como opera a economia.

O uso da teoria do regime na análise da política de informação, comunicação e cultura tem se disseminado nos últimos anos. A pesquisa sobre opções alternativas para governança do espectro é uma aplicação típica da análise de regime (Ting et al., 2005). Na área da política de informação, os efeitos da inovação tecnológica e a consequente mudança social continuam a desempenhar um papel importante, como nos trabalhos sobre inconsistências no regime de vigilância que aparecem como obsolescência jurídica (Bedan, 2007) e a formação de um regime *de facto* na falta de uma formulação explícita de política (Sashkin, 2006). Uma outra corrente das pesquisas sobre política de informação que adota a teoria do regime examina as interações entre lei e sociedade, como no caso das pesquisas sobre o impacto das mudanças no regime regulatório do *marketing* da indústria farmacêutica sobre a venda de remédios (Stremersch; Lemmens, 2009) e os efeitos do regime de patente na saúde pública (Khoury, 2008). A precessão de políticas é também reconhecida em pesquisas sobre as interações entre o comércio e os regimes de propriedade intelectual (Tian, 2008).

## Conceituações acerca da economia da informação

A economia da informação tem sido entendida, em termos da proporção relativa de bens e serviços informacionais, como um setor, com a expansão da economia por meio da “comoditização” de formas de informação que jamais foram “comoditizadas” e com a crescente importância da cooperação e da coordenação, assim como com a competição para o sucesso econômico.<sup>5</sup> Recentemente, uma virada epistemológica nos fundamentos da atividade econômica – longe de qualquer empirismo e aproximando-se das representações – tem produzido uma quarta conceituação da economia da informação, como economia representacional.

Cada uma dessas abordagens tem sido disparada por e tem influenciado a lei; poderíamos então dizer que a economia da informação e o regime da política de informação são coconstruídos. Cada um tem seus *insights* válidos, assim como seus limites. Cada um foi posto em evidência tanto por aqueles que gostam de operar dentro dos parâmetros da economia neoclássica dominante quanto pelos que adotam uma perspectiva marxiana. Todas as quatro abordagens estão simultaneamente em uso hoje, mesmo que com diferentes propósitos e variados graus de explicitação e reconhecimento.

### Proporcionalidade setorial

As primeiras conceituações que surgiram adotaram a posição de que esta é uma economia da informação porque o setor informacional é agora proporcionalmente maior do que outros setores industriais. Esta é a visão que apareceu, nos anos 1960, introduzida primeiro no Japão (esta história está em Ito, 1991), seguida pela influente versão em língua inglesa de Daniel Bell, publicada primeiro como um relatório sobre educação e posteriormente difundida em seu livro de 1973, depois traduzido como técnicas para análise econômica por Machlup (1962) e Porat (1977), cujo trabalho foi adotado pelo Departamento de Comércio

---

<sup>5</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre esses três modos de conceituação da economia da informação, e a correspondente literatura, ver Braman (1999). Para uma conexão entre a abordagem macroeconômica e a microeconomia da informação, ver Braman (2005).

americano nos anos 1970. O conceito de trabalho de informação – que hoje vem sendo referido como capitalismo cognitivo (Toscano, 2007; Vercellone, 2007) – foi fundamental para esta abordagem da economia da informação, a qual identificou o que estava “dentro” e o que estava “fora” dessa economia por categorias de emprego, tais como definidas por códigos industriais.<sup>6</sup>

Aqueles que falam em termos de capitalismo cognitivo estão trabalhando a partir de uma perspectiva marxiana, mas as análises estatísticas sobre o trabalho da informação que continuam subjacentes à maior parte das políticas governamentais estão assentadas na microeconomia neoclássica. Para os formuladores dessas políticas, a força da abordagem é permitir o uso de ideias e técnicas de análise econômica familiares. As mesmas características desta conceituação de economia da informação implicam que ela também falha na tentativa de apreender muito daquilo que, numa perspectiva econômica, torna a informação intangível diferente dos bens tangíveis, e obscurece as formas qualitativas pelas quais a dinâmica da economia da informação difere da economia industrial.

## **Expansão da economia**

Nos anos 1970, começaram a surgir novos conceitos para definir a economia da informação como uma economia que se desenvolve a partir da “comoditização” de tipos de informação nunca antes “comoditizados”. Exemplos conhecidos de tipos de informação recentemente “comoditizados” incluem o muito privado (dados pessoais, por exemplo) e o muito público (por exemplo, fontes de informação do governo, antes disponibilizadas gratuitamente, que passaram a ser disponibilizadas somente mediante pagamento de uma taxa). Não é de surpreender que teóricos da comunicação como Herbert Schiller e Vincent Mosco, sintonizados com os diferentes modos pelos quais a

---

6 O Standard Industrial Classification do governo dos Estados Unidos foi adotado internacionalmente como International Standard Industrial Classification – ISIC (Sistema Internacional de Classificação Industrial). Na década de 1990, o governo dos Estados Unidos revisou o sistema para poder incorporar toda uma gama de bens e serviços informacionais, produzindo o North American Industry Classification System – NAICS. No âmbito internacional, a ONU continua a incluir versões atualizadas do ISIC no conjunto de sistemas de classificação estatística.

informação é usada para produzir significado, comunidade, nação e *self*, tenham produzido análises desse tipo particularmente influentes, em trabalhos de fôlego que acabaram por resultar em publicação de livros (Mosco, 1989; Schiller, 1984).

Através de uma lente normativa diferente, esta abordagem tem funcionado como um importante estímulo para o movimento do capital intelectual no mundo corporativo (ver, por exemplo, Stewart, 1997), o que resultou no desenvolvimento de novas abordagens contábeis, necessárias para a acomodação de fontes de valor econômico para as quais não havia espaço nas estruturas de contabilidade anteriores. É também pertinente para as análises sobre novas formas de propriedade que vêm sendo criadas na economia da informação (Garcia, 2004). Esta abordagem subjaz à análise crítica das políticas, mas tem o problema de raramente conduzir a recomendações prescritivas que sejam política e logisticamente viáveis.

### **Mudança nos processos econômicos**

Até os anos 1990, uma terceira abordagem conceitual da economia da informação já tinha surgido, derivada das pesquisas empíricas detalhadas que haviam começado nos anos 1970 e 80 nas áreas operacionais das empresas (Antonelli, 1992; Grabher, 1993), bem como de avanços teóricos (Stiglitz, 2000; Scazzieri, 1993). Essa conceituação descreve a economia da informação como uma economia em que os próprios processos econômicos mudaram. Na economia da informação, esses economistas argumentam que a cooperação e a coordenação são tão importantes quanto a competição para o sucesso econômico de longo prazo. Empresas isoladas estão sendo substituídas por “empresas em rede”, que mantêm fronteiras flexíveis e permeáveis através das quais se movem a propriedade intelectual, os recursos e a própria força de trabalho. As corporações pensam em termos de projetos de longo prazo (geralmente colaborativos) no lugar de metas de produção de curto prazo, e em trajetórias de renda de longo prazo em detrimento da maximização de cada transação singular no curto prazo.

Esta abordagem tem um tipo de validade que é significativamente mais abrangente do que as duas primeiras conceituações da economia

da informação porque oferece uma maneira de compreender um conjunto bem mais amplo de processos econômicos e sociais e porque toca em dimensões fundamentais da economia, que demandam atenção contínua, tanto teórica quanto empírica. Os líderes empresariais têm experimentado diferentes maneiras de traduzir esses *insights* e construir a partir deles em termos operacionais, mas os formuladores de políticas ainda têm tido bastante dificuldade nesse aspecto.

### **Virada epistemológica**

A crise financeira mundial que começou nos primeiros anos do século XXI revelou os desenvolvimentos econômicos, institucionais e financeiros das duas décadas anteriores que possibilitaram uma quarta conceitualização da economia da informação. Essa conceitualização enfatiza as consequências econômicas de uma virada epistemológica profunda. Dessa maneira, trata-se de uma economia da informação porque a representação substituiu o empirismo como o tipo de conhecimento a partir do qual as decisões econômicas são tomadas.

Houve alguns sinais desse processo em teorias pós-modernas (muitas das quais de linha marxiana), como o trabalho de Baudrillard (1983) sobre hiper-realidade ou a análise de Lyotard (1974) do papel da representação no que ele denomina de economia “libidinal”. Certamente, um aspecto essencial da economia representacional é que a cadeia de referências se alongou. Em grande parte, esta virada epistemológica aconteceu em razão de uma mudança na definição hegemônica de informação para fins de decisões econômicas. A miríade de diferentes definições para a informação, em voga na década de 1980, enquadrava-se em uma tipologia quádrupla que incluía definições da informação como recurso, como bem econômico, como percepção de um padrão (conhecimento) e como uma força constitutiva (estrutural) na sociedade (Braman, 1989). Doze anos depois, já havia ficado claro que mais duas definições de informação eram não apenas objeto e fundamento conceitual de pesquisa, mas estavam sendo também utilizadas em todo tipo de tomada de decisão: informação como agente e como uma bacia de possibilidades (Braman, 2007). Esta última definição foi incorporada nas possibilidades potenciais legais

oferecidas aos processos econômicos, de tal forma que a economia representacional pudesse se tornar realidade.

Esta conceituação tem validade descritiva. A virada nas bases epistemológicas da atividade econômica claramente abriu oportunidades para que – pelo menos por um tempo – fossem gerados muitos lucros para aqueles que preferem a acumulação de capital à crítica marxiana. Todavia, as consequências sociais e políticas da separação entre processos de decisão econômica e conhecimento empírico tornam-se agora evidentes.

## **A economia representacional**

O problema da representação tem tido um papel importante na história do pensamento econômico e está no cerne de um conjunto de questões contemporâneas de ordem legal e política. As qualidades específicas da economia referencial são devidas ao alongamento da cadeia de referências aceitável. A compreensão inicial da cadeia de referências, bem como dos fatos produzidos por esta cadeia, tem origem no filósofo do século XVII John Locke. Para Locke, a cadeia de referências abrange três passos: (1) um indivíduo tem uma experiência sensorial daquilo que pode ser chamado de mundo “material” ou “empírico”; (2) o indivíduo comunica essa experiência a outros através da linguagem; e (3) ocorre uma discussão em grupo sobre aquela experiência individual e as experiências de outros, em que o acordo sobre os “fatos” é alcançado.

No transcorrer da modernidade, os procedimentos específicos dessa cadeia de referências foram se tornando bem mais elaborados, com a criação de um conjunto de regras para a aplicação e avaliação da validade e da confiabilidade de dados científicos, de um outro conjunto de regras para fatos a serem utilizados como evidência em contextos jurídicos e, ainda, um terceiro para o relato “objetivo” dos resultados. Inovações tecnológicas, desenvolvimentos matemáticos e práticas sociais interagem no processo de alongamento e posterior articulação de cadeias de referência de todos os tipos. Durante os últimos vinte anos do século passado, um conjunto de mudanças nas leis e regulações que governam os processos econômicos introduziram mais fluidez, flexibilidade e também ambiguidade nos padrões de avaliação utilizados

tanto para os processos de produção de fatos, quanto para os próprios fatos produzidos. Os crescentes alongamento e flexibilidade da cadeia de referências devem ser distinguidos de algumas críticas – algumas intelectualmente legítimas, outras predominantemente políticas – que têm sido feitas ao processo de produção de conhecimento e a algumas etapas desse processo. As análises da produção de conhecimento em ciência, evidência legal e noticiário que, ao longo do século XX, tiveram como base a teoria crítica, empreenderam passos específicos em busca de fontes de preconceito e de distorção de informação. Em alguns casos, isso levou ao aperfeiçoamento dos métodos utilizados, ao passo que, em outras situações, conduziu ao abandono político de algumas abordagens específicas para o desenvolvimento e/ou uso dos fatos. Logo no início do século XXI, no entanto, foi a vez de a extrema-direita começar a desafiar as abordagens sistemáticas à referencialidade rigorosa.

### **A representação na teoria econômica**

Uma história abrangente da representação e da economia se alimentaria de pelo menos três tipos de materiais: (1) uma leitura da história do pensamento econômico a partir de fontes secundárias, com ênfase na economia da informação; (2) a análise das leis e regulações que afetam a atividade econômica do ponto de vista dos requisitos para e dos impactos sobre a referencialidade (ver, por exemplo, Braman, 1995); e (3) etnografias dos processos econômicos em ação (por exemplo, Fisher; Downey, 2006; Ho, 2009). Os limites deste capítulo permitem destacar apenas dois aspectos das duas primeiras categorias, colocando em relevo aqueles autores cujos trabalhos iniciais estimularam correntes de pesquisa nas áreas descritas.

Muitas peças fundantes da economia da informação envolvem questões representacionais. A explicação bastante influente de Coase (1937) acerca da existência da empresa como um meio de reduzir custos de transação nas atividades econômicas é, em essência, uma explanação dos efeitos da estrutura organizacional como fronteira epistêmica. Em 1921, Knight introduziu o conceito de incerteza na análise econômica, inspirando uma literatura massiva que vem funcionando como fio condutor na economia da informação, e que retorna cada vez mais a

questões sobre a natureza da informação que está disponível, como se apresenta, como é recebida – todas elas questões da representação. Uma vez que os economistas começaram a pensar os preços como informação (Boulding, 1966; Hayek, 1945), os temas da representação tornaram-se centrais, chegando inclusive a levar alguns economistas de linhas alternativas a verem a própria economia, literalmente, como discurso (Parker, 1993). No curso do exame das implicações da incerteza tanto para os preços quanto para o mercado de trabalho, Stigler (1961) viria introduzir o conceito de economia da informação como um subcampo distinto. A literatura econômica relacionada, que também examina as várias dimensões das funções e do impacto da informação sobre a economia, lida com esses tópicos como assimetria, problema econômico que foi primeiramente explorado por Akerlof (1970) e que tem a ver com as diferenças na quantidade da informação mantida por várias entidades; antecipação de que mais informação estaria prestes a aparecer (Marschak, 1959); busca de informação (Stigler, 1961); sinalização (Vickrey, 1961); e filtragem (Spence, 1973).

Do ponto de vista legal, uma consciência mais aguda da importância das práticas representacionais foi embutida em leis e regulações que restringem ou permitem os processos econômicos. Nos Estados Unidos, a Securities and Exchange Commission – SEC<sup>7</sup> fornece prescrições detalhadas sobre que tipos de informações devem ser transmitidas, e quando, com um nível de detalhamento que chega a incluir o tamanho mínimo da fonte de impressão (Dombalagian, 2007; Zhao; Chung, 2007). Em vários países, e no plano internacional, um critério adotado para avaliar as opções regulatórias da atividade financeira é a interação prevista entre o nível e os tipos de revelação demandada, além do impacto no mercado (Bagheri; Nakajima, 2002).

O desenvolvimento da economia da informação influenciou diretamente a teoria da contabilidade (Crandall, 1969). Enquanto isso, o sistema de acreditação de contadores e o estabelecimento, pelo governo, de padrões e estruturas contábeis oferece um outro tipo de via de acesso para a intervenção governamental nas práticas de representação

---

7 Equivalente, no Brasil, à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

econômica e financeira. Desvios na natureza de práticas e estruturas contábeis têm tido, historicamente, um impacto significativo nas decisões empresariais (Hopwood; Miller, 1994; Temin, 1991). Pesquisadores têm se voltado para as questões suscitadas pela ambiguidade nas representações contábeis (March, 1987) e para os debates políticos que se seguem, quando há divergências muito grandes acerca de como algo está sendo representado – mesmo para assuntos tão simples e triviais como o que contém uma cesta básica “normal” (Anderson, 1988).

### **Questões atuais**

A multiplicação das questões representacionais com consequências econômicas, envolvendo em geral o alongamento da cadeia de referências a tal ponto que as reivindicações de fato e as assertivas conexas relativas ao valor apontam apenas outros textos ou imagens de referência, ao invés da realidade empírica – precisamente aquilo que Baudrillard (1983) definia como hiper-realidade –, justifica descrever a atual economia da informação como economia representacional. Quatro exemplos, todos os quais contribuíram para a crise financeira global, são oferecidos para demonstrar este ponto.

Recentemente, a sensação crescente da necessidade de se reformar o sistema de patentes chamou a atenção para as questões representacionais geradas pela natureza narrativa do processo pelo qual os direitos sobre propriedade intelectual com valor econômico, nas invenções de objetos e processos, são estabelecidos. Os requisitos narrativos para solicitações de patente em áreas específicas foram alterados para facilitar o patenteamento em áreas bastante controversas. Após décadas de luta pelo patenteamento de formas de vida que se reproduzem sexualmente, tornou-se possível, por exemplo, reivindicar direitos de propriedade sobre animais e plantas sexualmente reproduzidos, não em razão de aspectos éticos ou em virtude da instabilidade científica do tema da solicitação de patentes por conta da oscilação genética. Isso não ocorreu por uma resolução das questões éticas, nem do problema da instabilidade do objeto de uma patente potencial como resultado de uma oscilação genética. Ao contrário, o que mudou foi o deslocamento da posição narrativa. O US Patent Office deixou de requerer descrições precisas

dos genes dos indivíduos para os quais se pede uma patente, em favor de requerer apenas uma descrição de parâmetros populacionais (Bent et al., 1987).<sup>8</sup> Enquanto isso, o US Patent Office considera racional *não* examinar por completo todas as reivindicações representacionais em pedidos de patentes relativos ao quesito de novidade (Lemley, 2001), e as empresas que buscam patentes encontram refúgio potencial contra ações judiciais, não conduzindo buscas aprofundadas de patentes *antes* de submeter seus próprios pedidos.

A criação de derivativos como um outro tipo de instrumento financeiro introduziu novas opções ramificadas que dependem de probabilidades estatísticas em vários pontos do futuro. Isso alongou ainda mais a cadeia de referências para objetivos econômicos, introduzindo flexibilidade e fluidez nas relações econômicas – o que Maurer (2002) descreve como efeitos desestabilizadores. Um derivativo é “um contrato ou um investimento, tal como uma opção, cujo valor depende do preço de outro ativo ou do nível de um indexador ou taxa de juros” (Mackenzie, 2006, p. 29). Esta valorização pode ser subjetiva (Stulz, 2004), ou estar atrelada a indexadores que podem ser, eles próprios, falíveis ou tomados de erros. Muitas formas de derivativos eram consideradas ilegais até a década de 1970, mas, uma vez que apareceram, o mercado de derivativos rapidamente se tornou um dos mais importantes do mundo. Apesar de, no início, eles parecerem gerar enormes quantidades de riqueza, o uso de derivativos também tem sido apontado como causador do *crash* de 1987 – ao oferecer oportunidades de lucro através da arbitragem daqueles que entendem as prováveis “brechas” entre expectativas que sustentam os mercados derivativos e a probabilidade de que essas expectativas sejam alcançadas (Mackenzie, 2006). A essa altura, já existe até um mercado de “derivativos de derivativos” (Cuny, 2006), e o risco gerado pelos derivativos é iterativo e incalculável.

A crise financeira também atraiu a atenção para as questões representacionais levantadas pela valorização dos ativos, um problema considerado como fator causal para o colapso do mercado imobiliário (Sapra, 2008). A menor cadeia de referências utilizada para determinar

---

<sup>8</sup> Apresentamos aqui exemplos do sistema norte-americano, mas o caso dos Estados Unidos tem importância mundial por sua influência nas decisões legais em vários outros países (Dezalay; Garth, 1996).

o valor de um ativo – seja um papel na bolsa ou uma casa – é usar a contabilidade de custos, que, por sua vez, depende do que está registrado nos livros, o custo do bem quando foi adquirido, com os registros de aumento de valor, sempre que pertinente, como benfeitorias realizadas no imóvel, por exemplo. Mercados futuros, em que as pessoas compram e vendem contratos pelo valor que uma *commodity* (tal como petróleo ou grãos) poderá ter em algum momento no futuro, não são algo novo. Mas nas últimas décadas do século XX esses mercados foram desenvolvidos pela primeira vez no setor financeiro, e o conceito de *mark-to-market* (em vez de registro contábil) foi introduzido. Esses dois movimentos estenderam de maneira significativa a cadeia de referências, pois os mercados podem subir e cair rapidamente, e estão eles mesmos bastante suscetíveis às manipulações representacionais dos vendedores e corretores da bolsa, assim como à mídia. Os analistas econômicos argumentam que a mudança para a contabilidade *mark-to-market* passou a introduzir novos tipos de risco (Plantin; Sapa; Shin, 2008; Gigler; Kanodia; Venugogaplan, 2007). E, quando os mercados de alguns tipos de ativos desapareceram quase que do dia para a noite entre 2007-2009 – de tal forma que a valorização dos ativos *mark-to-market* se tornou impossível –, os reguladores criaram um terceiro método de definir valor. Ao invés de se basearem nos registros contábeis ou do mercado, os reguladores começaram a aceitar reivindicações de valor baseadas no que, acredita-se, seria o valor de mercado se esse mercado fosse bem “organizado” – uma abordagem *mark-to-model*. Esta técnica alonga a cadeia de referências, ao acolher a criatividade conceitual e matemática nas solicitações de valor dos ativos. Trata-se agora de uma prática comum entre as grandes instituições bancárias, entre outras.

Um quarto exemplo de mudanças de referencialidade com consequências econômicas pode ser encontrado na recente alteração da lei, que enfraquece os antigos requerimentos de precisão e transparência nos documentos e informes da US Securities and Exchange Commission (SEC). A SEC resistiu durante muito tempo à inclusão de informação iterativamente probabilística ou não apoiada em documentos que descrevam estoques à venda, já que esse tipo de informação era considerado enganoso e inadequado para tomada de

decisões. Regulações financeiras também historicamente identificaram planos de negócios que dependiam de indivíduos particulares ou de eventos específicos imprevisíveis e incontroláveis como sendo inaceitavelmente especulativos. Uma mudança regulatória recente, no entanto, trouxe todas essas práticas para o domínio do aprovado, como sendo “afirmações antecipatórias”. Uma variedade de técnicas semânticas e gramaticais vem sendo usadas para tirar vantagem deste “porto seguro” de falsas declarações (McLaren-Hankin, 2008). Fortun (2001) fornece um estudo bastante interessante sobre os efeitos do uso desses relatórios antecipatórios para o sucesso financeiro de uma empresa de genômica, que permitiram convencer não apenas indivíduos, mas o próprio governo da Islândia a autorizar um tremendo suporte a um projeto para o qual um grande número de questões científicas permanecia em aberto.

Até os tribunais tendem agora a arquivar casos que envolvem acusações enganosas ou omissão (Lurvey, 1995).

Este afastamento da confiança nos fatos como base da tomada de decisão, assim como desenho de instituições e práticas de acordo com modos aceitos de produção e uso de fatos, é também encontrado em outras áreas da política da informação. Uma discussão pormenorizada desta questão ultrapassaria o escopo deste capítulo, mas vale mencionar alguns avanços nesse sentido. No caso dos Estados Unidos, estes incluem a imposição de barreiras administrativas ao uso dos resultados de pesquisa científica como insumos para as agências regulatórias; a liberação da força de segurança interna (o Federal Bureau of Investigation, ou FBI) da exigência de colocar indivíduos como alvo de vigilância antiterror baseada em fatos concretos; e a “perturbação” (falsificação deliberada) de fatos em bases de dados como medida ostensiva para atingir metas de proteção da privacidade.

Cada um desses desenvolvimentos, envolvendo a representação em atividades que não se apresentam como diretamente econômicas, encontra paralelos na economia mundial. A tendência geral a basear o julgamento legal mais na intenção do que no comportamento – agora bastante enraizado na jurisprudência europeia e de outros países, inclusive os Estados Unidos – é também uma virada em direção à

representação em detrimento do empiricismo, porque determinar a intenção só é possível pelo exame dos rastros discursivos e de dados, e aquilo que se reivindica como intenção só o é supostamente.

## Conclusões

Conceituar a economia da informação como economia representacional pode ser menos comum entre os formuladores de política do que olhá-la através de lentes setoriais; menos comum entre críticos sociais do que olhá-la como expansão econômica; e menos evidente entre economistas ou sociólogos econômicos do que pensar em termos de processos econômicos em rede qualitativamente diferentes. Porém, as realidades que provocaram essa conceituação tiveram grande impacto nas condições sociais globais, como tem sido vividamente manifestado na crise financeira do começo do século XXI.

O desdobramento da crise financeira e a conceituação da economia da informação como economia representacional permitem identificar os elementos do regime global de política da informação contemporâneo, cujos *princípios* atravessam neste momento uma crise epistemológica. A intenção vem substituindo os padrões comportamentais como *normas* governantes. As *regras* estão frequentemente em conflito entre si e se atrasam em relação a outros processos sociais. E os *processos decisórios* estão muitas vezes em conflito nos momentos em que as relações entre Estado e políticas estão também sob pressão.

O conselho do poeta Ed Dorn,<sup>9</sup> de movermos nossa cabeça, não os nossos olhos – ou seja, de pensar analiticamente sobre problemas empíricos, e não apenas olhá-los –, sugere que a confiança excessiva na representação no âmbito da economia atual é uma base perigosa para a política de informação. No que diz respeito à pesquisa, a implicação é que as leis e regulamentos que governam o uso da informação em domínios como o da prática econômica devem ser incluídos no estudo da política da informação junto com questões

---

9 O *Gunslinger* de Ed Dorn, primeiramente publicado como *Slinger*, em 1974, é considerado por muitos como o maior poema épico escrito por um americano na segunda metade do século XX. A epígrafe que abre este capítulo é também o título de um poema publicado em *Vital Statistics 1*, uma revista literária de curta duração, editada por Sandra Braman e pelo romancista Douglas Woolf, publicada pela Wolf Run Books em 1976.

mais tradicionais, tais como as que são colocadas com a liberdade de expressão, o acesso à informação governamental e processos de pesquisa e inovação. No que diz respeito à teoria, a conclusão deve ser de reconhecer a política da informação como um problema epistemológico que possui a singular e poderosa característica de ser autorreferenciado.<sup>10</sup>

## Referências

ACHESON, K.; MAULE, C. International regimes for trade, investment, and labor mobility in the cultural industries. *Canadian Journal of Communication* 19, n°. 3-4, 1994, p. 149-169.

AKERLOF, G. A. "The market for 'lemons': Qualitative uncertainty and the market mechanism." *Quarterly Journal of Economics* 84, n°. 3, 1970, p. 488-500.

ANDERSON, M. J. *The American census: a social history*. New Haven: Yale University Press, 1988.

ANTONELLI, C. (ed.). *The economics of information networks*. Amsterdam: North-Holland, 1992.

\_\_\_\_\_. A regulatory regime for innovation in the communications industries. *Telecommunications Policy* 21, n°.1, 1997, p. 35-46.

APPADURAI, A. Consumption, duration, and history. In: PALUMBO-LIU, D.; GUMBRECHT, H. U. (orgs.). *Streams of cultural capital: Transnational cultural studies*. Stanford: Stanford University Press, 1993, p. 1-21.

BAGHERI, M.; NAKAJIMA, C. Optimal level of financial regulation under the GATS: A regulatory competition and cooperation framework for capital adequacy and disclosure of information. *Journal of International Economic Law* 5, n°. 2, 2002, p. 507-530.

BAND, J.; KATOH, M. *Interfaces on trial: Intellectual property and interoperability in the global software industry*. Boulder, CO: Westview Press, 1995.

BAUDRILLARD, J. *Simulations*. New York: Semiotext(e)s, 1983.

---

10 Meus agradecimentos a Sarita Albagli, Maria Lucia Maciel e Maria Nelida Gonzalez de Gomez, por terem me encorajado a pensar em termos epistemológicos.

BEDAN, M. Echelon's effect: The obsolescence of the US foreign intelligence legal regime. *Federal Communications Law Journal* 59, n°. 2, 2007, p. 425-444.

BELL, D. *The coming of post-industrial society: A venture in social forecasting*. New York: Basic Books, 1973.

BENT, S. A. et al. *Intellectual property rights in biotechnology worldwide*. New York: Stockton Press, 1987.

BOULDING, K. E. The economics of knowledge and the knowledge of economics. *American Economic Review* 56, n°. 2, 1966, p. 1-13.

BRAMAN, S. Defining information: An approach for policy-makers. *Telecommunications Policy* 13, n°. 3, 1989, p. 233-242.

\_\_\_\_\_. Trigger: Law, labeling, and the hyperreal. In: JENSEN, R.; ALLEN, D. (org.). *Freeing the first amendment*. New York: New York University Press, 1995, p. 169-192.

\_\_\_\_\_. The information economy: An evolution of approaches. In: MACDONALD, S. e NIGHTINGALE, J. (orgs.). *Information and organization*. Amsterdam: Elsevier, 1999, p. 109-125.

\_\_\_\_\_. The emergent global information policy regime. In: BRAMAN, S. (org.). *The emergent global information policy regime*. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004a, p. 12-37.

\_\_\_\_\_. The processes of emergence. In: BRAMAN, S. (org.). *The emergent global information policy regime*. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004b. p. 1-11.

\_\_\_\_\_. The micro- and macro-economics of information. *Annual Review of Information Science and Technology* 40, 2005, p. 3-52.

\_\_\_\_\_. *Change of state: information, policy, and power*. Cambridge, MA: MIT Press, 2007.

BURT, R. *Structural holes: the social structure of competition*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

CHERRY, B. A.; WILDMAN, S. S. Institutional endowment as foundation for regulatory performance and regime transitions: The role of the US Constitution in telecommunications regulation in the United States. *Telecommunications Policy* 23, n°. 9, 1999, p. 607-624.

CHOI, Y. J.; KIM, J. W. So near, yet so far: Connecting welfare regime research to policy learning research. *Policy and Politics* 37, n°. 3, 2009, p. 335-352.

COASE, R. The nature of the firm. *Economica* 4, 1937, p. 396-405.

COGBURN, D. L. Governing global information and communications policy: Emergent regime formation and the impact on Africa. *Telecommunications Policy* 27, n°. 1-2, 2003, p. 135-153.

CORRALES, J.; FEINBERG, R. E. Regimes of cooperation in the western hemisphere: Power, interests, and intellectual traditions. *International Studies Quarterly*, 43, n°. 1, 1999, p. 1-36.

COWHEY, P. F. The international telecommunications regime: The political roots of regimes for high-technology. *International Organization* 44, n°. 2, 1990, p. 169-199.

COX, R. W. (ed.). *The new realism: Perspectives on multilateralism and world order*. New York: St. Martin's Press, 1997.

CRANDALL, R. Information economics and its implications for the further development of accounting theory. *The Accounting Review*, July 1969, p. 457-466.

CUNY, C. J. Why derivatives on derivatives? The case of spread futures. *Journal of Financial Intermediation* 15, n°. 1, 2006, p. 132-159.

DEZALAY, Y.; GARTH, B. G. *Dealing in virtue: International commercial arbitration and the construction of a transnational legal order*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

DOMBALAGIAN, O. H. Licensing the word on the street: The SEC's role in regulating information. *Buffalo Law Review* 55, 2007, p. 1-89.

DORN, Ed. You're supposed to move your head, not your eyes. *Vital Statistics*, 1, p. 24, 1978.

FISHER, M. S.; DOWNEY G. (eds.). *Frontiers of capital: Ethnographic reflections on the new economy*. Durham, NC: Duke University Press, 2006.

FLORINI, A. Globalization at work: The end of secrecy. *Foreign Policy*, 111, 1998, p. 50-63.

FORTUN, M. Mediated speculations in the genomics futures markets. *New Genetics and Society* 20, n°. 2, 2001, p. 139-156.

FRIEDEN, R. M. The impact of call-back and arbitrage on the accounting rate regime. *Telecommunications Policy* 21, n°. 9/10, 1997, p. 819-828.

Garcia, D. L. "Networks and the evolution of property rights in the global, knowledge-based economy." In S. Braman (org.) *The emergent global*

*information policy regime*. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004: 130-153.

GIGLER, F.; KANODIA, C.; VENUGOGAPLAN, R. Assessing the information content of mark-to-market accounting with mixed attributes: The case of cash flow hedges. *Journal of Accounting Research* 45, n°. 2, 2007, p. 257-276.

GOLDSTEIN, J. L. Ideas, institutions, and American trade policy. *International Organization* 42, n°. 1, 1988, p. 179-217.

GRABHER, G. (ed.). *The embedded firm: On the socioeconomics of industrial networks*. New York: Routledge, 1993.

HAPPE, K. et al. Does structure matter? The impact of switching the agricultural policy regime on farm structures. *Journal of Economic Behavior and Organization* 67, n°. 2, 2008, p. 431-444.

HAYEK, F. A. The use of knowledge in society. *American Economic Review*, 35, 1945, p. 519-530.

HEISENBERG, D.; FANDEL, M.-H. Projecting EU regimes abroad: The EU Data Protection Directive as global standard. In: BRAMAN, S. (org.). *The emergent global information policy regime*. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004, p. 109-129.

HERBER, B. P. Bioprospecting in Antarctica: The search for a policy regime. *Polar Record* 42, n°. 221, 2006, p. 139-146.

HO, K. *Liquidated: An ethnography of Wall Street*. Durham, NC: Duke University Press, 2009.

HOPWOOD, A. G.; MILLER, P. (eds.). *Accounting as social and institutional practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

ITO, Y. *Johoka* as a driving force of change. *KEIO Communication Review* 12, 1991, p. 33-58.

KHOURY, A. H. The “public health” of the Conventional International Patent Regime and the ethics of “ethical”: Access to patented medicines. *Cardozo Arts and Entertainment Law Journal* 26, n°.1, 2008, p. 25-70.

KIM, S.; HART, J. A. The global political economy of Wintelism: A new mode of power and governance in the global computer industry. In: ROSENAU, J. N. e SINGH, J. P. (orgs.). *Information technologies and global politics: The changing scope of power and governance*. Albany, NY: Suny Press, 2002, p. 143-168.

KNIGHT, F. *Risk, uncertainty, and profit*. Boston, MA: Houghton Mifflin, 1921.

KRASNER, S. D. *International regimes*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1982.

\_\_\_\_\_. *Structural conflict: the Third World against global liberalism*. Berkeley: University of California Press, 1985.

LAWTON, T. C. *Technology and the new diplomacy: The creation and control of EC industrial policy for semiconductors*. Aldershot, UK: Avebury Publishing, 1997.

LEMLEY, M. A. Rational ignorance at the Patent Office. *Northwestern University Law Review* 95, 2001, p. 1495-1532.

LINDQUIST, E. A. The third community, policy inquiry, and social scientists. In: BROOKS, S. e GAGNON, A. (org.). *Social scientists, policy, and the state*. New York: Praeger, 1990, p. 21-52.

LURVEY, J. B. Who is bespeaking to whom? Plaintiff sophistication, market information, and forward-looking statements. *Duke Law Journal* 45, n.º. 3, 1995, p. 579-610.

LYOTARD, J.-F. *Libidinal economy*. Trans. by I. H. Grant. Bloomington: Indiana University Press, 1974.

MACHLUP, F. *The production and distribution of knowledge in the United States*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1962.

MACKENZIE, D. Is economics performative? Option theory and the construction of derivatives markets. *Journal of the History of Economic Thought* 28, n.º.1, 2006, p. 29-55.

MARCH, J. G. Ambiguity and accounting: The elusive link between information and decision making. *Accounting, Organizations, and Society* 12, n.º. 2, 1987, p. 153-168.

MARSCHAK, J. Economics of enquiring, communicating, deciding. *American Economic Review* 58, n.º.2, 1959, p. 1-18.

MAURER, B. Repressed futures: financial derivatives' theological unconscious. *Economy and Society* 31, n.º.1, 2002, p. 15-36.

MCLAREN-HANKIN, Y. "We expect to report on significant progress in our product pipeline in the coming year": Hedging forward-looking statements in corporate press releases. *Discourse Studies* 10, n.º. 5, 2008, p. 635-654.

MICHALIS, M. European Union broadcasting and telecoms: Towards a

convergent regulatory regime? *European Journal of Communication* 14, nº. 2, 1999, p. 147-172.

MOSCO, V. *The pay-per society: computers and communication in the information age*. Norwood, NJ: Ablex, 1989.

MUELLER, M.; THOMPSON, D. ICANN and INTELSTAT: Global communication technologies and their incorporation into international regimes. In: BRAMAN, S. (org.). *The emergent global information policy regime*. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004, p. 62-85

PARKER, I. Commodities as sign-systems. In: BABE, R. E. (org.). *Information and communication in economics*. Amsterdam: Kluwer, 1993, p. 69-91.

PLANTIN, G.; SAPRA, H.; SHIN, H. S. Marking-to-market: Panacea or Pandora's box? *Journal of Accounting Research* 46, nº. 2, 2008, p. 435-460.

POITRAS, M. *Biotechnologies, commodification and restructuring*. Presented to the International Studies Association, Toronto, March 1997.

PORAT, M. U. *The information economy: definition and measurement*. Washington, DC: Office of Telecommunications, US Department of Commerce, OT Special Publication, 1977, p. 77-12(1).

RAST, J. Regime building, institution building: Urban renewal policy in Chicago, 1946-1962. *Journal of Urban Affairs* 31, nº. 2, 2009, p. 173-194.

REGOLI, N. L. Indecent exposure in an electronic regime. *Federal Communications Law Journal* 54, nº. 2, 2002, p. 365-387.

SAPRA, H. Do accounting regimes matter? A discussion of mark-to-market accounting and liquidity pricing. *Journal of Accounting and Economics* 45, nº. 2-3, 2008, p. 379-387.

SASHKIN, D. Failure of imagination: Why inaction on net neutrality regulation will result in a *de facto* legal regime promoting discrimination and consumer harm. *CommLaw Conspectus* 15, nº. 1, 2006, p. 261-309.

SCAZZIERI, R. *A theory of production: Tasks, processes, and technical practices*. Oxford, UK: Clarendon Press, 1993.

SCHILLER, H. I. *Information and the crisis economy*. Norwood, NJ: Ablex, 1984.

SHIN, H. S. Discussion of assessing the information content of mark-to-market accounting with mixed attributes: The case of cash flow hedges and market transparency and the accounting regime. *Journal of Accounting Research* 45, nº. 2, 2007, p. 277-287.

SIDDIQUI, A. I.; QUAH, E. Modelling transboundary air pollution in Southeast Asia: Policy regime and the role of stakeholders. *Environment and Planning A*, 36, n° 8, 2004, p. 1411-1425.

SMITH, D. A. Mark-to-market: a fundamental shift in affordable housing policy. *Housing Policy Debate* 10, n°.1, 1999, p. 143-182.

SOUSA, D. J.; KLYZA, C. M. New directions in environmental policy making: An emerging collaborative regime or reinventing interest group liberalism? *Natural Resources Journal* 47, n° 2, 2007, p. 377-444.

SPENCE, A. M. Job market signaling. *Quarterly Journal of Economics* 87, n° 3, 1973, p. 355-379.

STEWART, T. A. *Intellectual capital: The wealth of organizations*. New York: Doubleday, 1997.

STIGLER, G. The economics of information. *Journal of Political Economy* 69, n° 3, 1961, p. 213-225.

STIGLITZ, J. E. The contributions of the economics of information to twentieth century economics. *The Quarterly Journal of Economics* 115, n° 4, 2000, p. 1441-1478.

STOHL, M. Human rights, nation states, and NGOs: Structural holes and the emergence of global regimes. *Communication Monographs* 72, n° 4, 2005, p. 442-467.

STREMERSCH, S.; LEMMENS, A. Sales growth of new pharmaceuticals across the globe: The role of regulatory regimes. *Marketing Science* 28, n° 4, 2009, p. 690-708.

STULZ, R. M. Should we fear derivatives? *Journal of Economic Perspectives* 18, n° 3, 2004, p. 173-192.

TEMIN, P. (ed.). *Inside the business enterprise: Historical perspectives on the use of information*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

TIAN, D. The USTR Special 301 reports: An analysis of the US hegemonic pressure upon the organizational change in China's IPR regime. *Chinese Journal of Communication* 1, n° 2, 2008, p. 224-241.

TING, C.; WILDMAN, S. S.; BAUER, J. M. Comparing welfare for spectrum property and spectrum commons governance regimes. *Telecommunications Policy* 29, n°.9/10, 2005, p. 711-730.

TOSCANO, A. From pin factories to gold farmers: Editorial introduction to a research stream on cognitive capitalism, immaterial labour, and the general

intellect. *Historical Materialism* 15, n°.1, 2007, p. 3-11.

VERCELLONE, C. From formal subsumption to general intellect: Elements for a Marxist reading of the thesis of cognitive capitalism. *Historical Materialism* 15, n°. 1, 2007, p. 13-36.

VICKREY, W. Counterspeculation, auctions and competitive sealed tenders. *Journal of Finance* 16, n°.1, 1961, p. 41-50.

YOUNG, O. R. Regime dynamics: The rise and fall of international regimes. *International Organization* 36, n°. 2, 1982, p. 277-297.

ZHAO, X.; CHUNG, K. H. Information disclosure and market quality: The effect of SEC Rule 605 on trading costs. *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, 42, n°. 3, 2007, p. 657-682.

## Capítulo 3

# WIKIPOLÍTICA E ECONOMIA DAS ABELHAS. INFORMAÇÃO, PODER E POLÍTICA EM UMA SOCIEDADE DIGITAL

*Yann Moulier Boutang*

### **Introdução**

O aparato conceitual de análise dos modos e relações de produção, da luta de classe e da subjetividade revolucionária que herdamos de Marx precisa ser revisto em seu conjunto. Não apenas porque o socialismo e o comunismo históricos (que devem ser distinguidos da esperança por justiça e da utopia revolucionária, que ainda funcionam como horizonte para o pensamento e a ação) são conjugados no passado, mas também porque as revoluções tecnológicas da informação digital modificam a memória, o estar junto, o “agir comunicacional”.

A política foi acumulando, de modo caótico e também explosivo de conteúdos e formas, o cuidado do bem comum da cidade associado à escolha das formas de governo (Platão e Aristóteles), a convergência da cidade de Deus e da cidade dos homens (Santo Agostinho), a pastoral e, portanto, a administração da população (Papa Alexandre III), a fundação, conservação e crença no Estado (Maquiavel), o estabelecimento do contrato social (Hobbes e Locke), a representação do povo e a expressão da vontade geral (Rousseau), o ofício ou vocação do político, que combina a transformação das estruturas da produção com mudança social radical (Marx, Lenin), a entrada em cena da gestão técnica e científica de contradições do capitalismo, até então julgadas intransponíveis (Weber, Schmit). Nenhuma dessas tradições revisitadas está totalmente ausente da reflexão contemporânea *sobre a política e na política*.

A noção de informação e comunicação não está explicitamente tematizada como núcleo central da prática política, e como conteúdo mesmo

do político, que, com a emergência revolucionária da questão da democracia e da formação de uma opinião pública, fez nascer, a partir da noção da separação das três formas de poder, um outro poder, o *quarto poder*. E, antes de ser o poder da imprensa, ou dos grupos jornalísticos dos séculos XIX e XX, foram as liberdades de expressão e de reprodução (edição/impressão) que seguiram de perto as lutas pelo direito de circulação (não mais detenção arbitrária), bem como o direito de associação ou de reunião.

Antes mesmo de constituir um poder institucionalizado, reconhecido e financiado como tal (em particular, com a distribuição postal amplamente subvencionada), fonte de legitimidade que também garantia a limitação do poder e o equilíbrio dos poderes, as quatro liberdades – de circulação das pessoas, liberdade de consciência, de expressão oral e escrita e de associação – constituem ideias subversivas, perigosamente revolucionárias. Elas atacam o *monopólio* da expressão e da manifestação do poder do soberano temporal e também da Igreja. A censura é anterior, e abrange ao mesmo tempo o conteúdo (a doutrina e a *auctoritas: nihil obstat*) e os meios técnicos, o suporte, a expressão da palavra e, portanto, a confissão judiciária, como a impressão (*imprimi potest* e *imprimatur*). O conhecimento, dentro dessas diversas manifestações e suportes (mensagens orais, relatórios escritos, cartas, escritos, éditos, leis), é protegido pelo segredo ou autenticado e controlado assim que começa a ser publicamente difundido. O acesso à leitura, como à escrita, define uma categoria particular de sujeitos, os clérigos da Igreja e os funcionários de Estado, que foram construídos a partir deste modelo.

Sob o Antigo Regime, a partir do momento em que o poder se organiza na forma de poder da Igreja e, dentro deste, na forma de monarquia absolutista, a circulação das pessoas, assim como a expressão não apenas das opiniões sobre a cidade, mas de informações puramente factuais, e a coleta e a propriedade dos meios de impressão, têm sido atributos essenciais da *potestas*, a sua manifestação de majestade, sua expressão de “glória” ou reputação. Portanto, o segredo, bem como a revelação (*disclosure*), é apanágio do príncipe e um dos critérios para avaliar sua arte de governar, formando a imagem e a opinião que o sumo Pontífice, no caso da Igreja, e o Príncipe, para a Monarquia, sabem ou não fazer emanar de si mesmos. É por este motivo que, para Maquiavel,

a imagem que o Príncipe sabe construir de si mesmo não é função apenas de sua capacidade de mentir e enganar, mas a exploração inteligente da multiplicação de sua imagem que a técnica veio permitir. Kantorowicz (1927), em seu *Frédéric II*,<sup>1</sup> mostra-nos os cuidados que o imperador romano-germânico já dedicava à sua representação em todo o território do Império. A imprensa e a Reforma representaram uma grande virada, tanto no plano da autoridade quanto no dos meios técnicos para colocar esta autoridade em ação, ou seja, para efetivá-la. Enquanto as Igrejas cristãs travavam fortes discussões internas, as heresias e o nascimento de um sistema de autorização prévia para os escritos relativos à fé e à obra de seus membros passam a operar através da fixação do dogma (Concílio de Niceia). Mas será a impressão da Bíblia, cujos exemplares se multiplicaram fazendo proliferar libelos que pressionaram uma censura muito pouco preparada para vigiar outra coisa além de seu próprio aparelho, que fará deslanchar a operação de incluir no Índice (1559-1564) tudo o que é censurado, arquivado e subtraído ao conhecimento da maioria das pessoas, sem ficar, no entanto, interdito à leitura dos membros da Cúria Romana. O mesmo fenômeno se repetiria nos infernos soviético ou chinês (bibliotecas onde são armazenados os livros estrangeiros cuja tradução não é autorizada, mesmo que já tenha sido feita). A Reforma Protestante jamais teria alcançado a autoridade romana do interior e também do exterior para se tornar a fonte maior da clivagem da formação do moderno Estado-nação – entre as monarquias absolutas e as monarquias constitucionais – sem a “revolução” de Gutenberg.

Nas monarquias que permaneceram fiéis à Contrarreforma católica após o Concílio de Trento, as quatro liberdades (de circulação, de expressão, de associação e de impressão) são bem mais restritas na prática, mesmo que a crescente autonomia dos soberanos católicos *vis-à-vis* os poderes da Igreja levem-nos a construir seu próprio sistema de censura e de educação, que, eventualmente, entra em conflito com Roma. E mesmo que a maior parte dos Estados protestantes, que rapidamente entram em conflito com a potência da Reforma continuada nas formas presbiteriana, puritana ou calvinista, tenham que recorrer a medidas bem

---

1 Ernst Kantorowicz, historiador medievalista e autor do célebre *Os dois corpos do rei*, escreveu em 1927 a biografia do Imperador Frederico II (*Kaizer Friedrich der Zweite*) (N.T.).

semelhantes às das monarquias absolutas do sul da Europa (por exemplo, o *Licensing Act* da Inglaterra de 1662, concebido num primeiro momento para ser temporário, mas que acabou se prolongando indefinidamente).

Se considerarmos apenas os dispositivos jurídicos na Inglaterra (o Reino Unido, que se distingue da Inglaterra, é muito mais permissivo, com exceção do instituto do *habeas corpus*), percebemos que essas transformações previam certa liberdade de circulação e expressão para os membros do Parlamento, mas a liberdade de associação e a liberdade de imprensa não são contempladas no *Bill of Rights* de 1689, endossado pela nova dinastia dos Orange. Na verdade, Inglaterra e Holanda permitiam uma liberdade de imprensa bem maior do que a Europa católica e absolutista.

Por outro lado, a difusão da educação entre a população, sobretudo nas cidades, contribuiu para aumentar o fosso existente entre uma lei extremamente restritiva e uma prática liberal que contrasta com a situação da Europa, sobretudo na parte sul do continente.

O ponto central é que o saber do poder (pela administração) e o poder do saber (por parte do clero e dos profissionais laicos), a capacidade técnica de produzir e controlar a difusão e o acesso ao saber começam a se entrecruzar. No Japão, durante a era Tokugawa, quando o país se fechou ao exterior, a ciência ocidental – então chamada ciência holandesa – é reservada ao poder político do *shogun* e seus *daimyos*; qualquer um que praticasse essas ciências fora do controle imperial era punido com a morte. O conhecimento eficaz tornar-se-ia monopólio do poder central no século XVII. Este aspecto da implementação do feudalismo japonês é mais importante que o desmantelamento dos feitos militares.

Contudo, ao longo do tempo, um duplo deslocamento ou reagenciamento se produziu sobre este dispositivo:

– O primeiro deslocamento é o do conhecimento do poder para os contrapoderes emergentes, que rompem o segredo e os monopólios constituídos (direito de controle parlamentar), liberam das tutelas prévias (censura) e vão lentamente conquistando âmbitos de proteção para a vida privada, o sigilo da correspondência e, mais tarde, das conversas telefônicas. O efeito deste primeiro deslocamento é retirar os questionamentos do poder do terreno de um único campo de força (a

*potestas*), passando a atacar cada vez mais a autoridade e a legitimidade dos governos ou dos soberanos. O espaço que passa a se constituir é antes um espaço comum de contestação da religião, do Príncipe, ou da Igreja, e de subversão republicana do poder absolutista nascente, que lentamente iria se transformar em espaço público da oposição parlamentar.

– O segundo deslocamento é o do papel crescente dos instrumentos técnicos, dos suportes e das redes como vetores e operadores do efetivo vínculo entre conhecimento e poder. A partir daí, eles vão incidir cada vez mais no equilíbrio dos poderes, para, enfim, intervirem no equilíbrio entre os poderes e os contrapoderes de diferentes fontes. O par *audivitas/potestas* funciona cada vez menos em razão da crescente contestação da autoridade e do monopólio do exercício do poder; a oposição se dissolve, aparentemente, na formatação e efetivação da mensagem performativa que os últimos misturam com a característica operacional do meio técnico.

Assim, a imprensa de opinião dá lugar a uma imprensa de fatos e análises, a comunicação governamental abre-se a uma descrição positivista do “comentário”, a uma perícia parcimoniosamente exposta a uma contraperícia. A oposição, por sua majestade, torna-se oposição à sua majestade, e a confrontação do perito opera junto com a de um contraperito acordado. De resto, a concentração dos meios técnicos, impulsionada pelo custo de entrada nas redes de difusão, permitiu reabsorver a anomalia (a independência) do quarto poder, e depois do quinto (o cinema), para enfim desaguar no sexto poder (a televisão) com um sistema de controle menos abertamente disciplinar da comunicação e centrado no acesso exclusivo à audiência mais numerosa (o jornal televisionado). A bipartição da vida política e parlamentar combina perfeitamente com a formação de oligopólios, vistos como monopólios bilaterais privados.

O resultado é a acentuada degradação da política em máquina de produzir procedimentos de formação de consenso, mesmo de forma caricatural, até a quase desapareção do político como tal, em benefício da sua dissolução na “administração das coisas”, de acordo com o que não poderiam existir alternativas reais. O fim da política é assim o fim da história, como Fukuyama defendeu de maneira ingênua depois da

queda do muro de Berlim. Com a economia de mercado e o capitalismo tendo se tornado “naturais”, as variáveis passando a ser fixadas em intervalos previamente determinados, a discussão se reduz ao valor dos coeficientes de regressões econométricas.

Com as experiências de comunicação de massa dos Estados fascistas ou stalinistas (com a invenção da moderna propaganda), o valor que se podia atribuir ao conhecimento e à sua difusão (*disclosure*), suscetível de desfazer o encantamento da *auctoritas*, ao mesmo tempo em que desnudava o autoritarismo do poder, encontrou-se fortemente reduzido. A concentração financeira sem precedentes das mídias em conglomerados industriais como *Zaibatsu*, *Konzern* ou os *Chaebols* coreanos, desintegra um pouco mais a virtude crítica e de transformação sistêmica da comunicação e do conhecimento institucionalizado no âmbito da pesquisa acadêmica. A Escola de Frankfurt, com exceção de Habermas, veicula esta constatação tão pessimista. A participação nas mídias, mais uma evidência de abertura política, transforma-se num vulgar termômetro do consenso. Os indicadores do radicalismo refugiam-se na não participação, na retirada, na via *exit*, como o absentismo e o *turn over* da grande fábrica fordista.

Este movimento é o ponto de culminância de um processo que teve início bem cedo. Cada grande impulso do saber (Renascimento, Iluminismo) havia se feito acompanhar de uma intensa desestabilização da autoridade soberana – da Igreja pela Reforma, do absolutismo pelo Iluminismo radical do século XVII. Porém, rapidamente, a cada um desses movimentos, organizava-se um movimento de restauração ou normalização acompanhado de uma modernização estática. Quando a teologia e a ciência dos governos e do pacto político se viram fortemente contestadas pela exegese, pela ciência e pelos filósofos, o poder do Estado se deslocou para a gestão das populações e da economia política, preparando o caminho para a eclosão de uma esfera de necessidades em que se transformaria o mercado (Foucault, 2008).

Um segundo dispositivo foi ativado a partir da articulação informação e conhecimento/poder/política, com a crítica da economia política de Marx. Esta última vai confirmar também um outro deslocamento. Constitui a esfera econômica como a forma, a matriz de um novo tipo

de relação de produção, dando lugar aos verdadeiros atores produtivos: o proletariado/classe trabalhadora, por um lado, e os patrões/capitalistas, por outro. Ao fazer isso, ela promove o desmantelamento daquilo que conhecíamos como o domínio da política e o objeto reconhecido como exercício do poder legítimo (a melhor forma de governo, de um lado, a fonte de autoridade, a *nulla potestas nisi a Deo* à vontade do povo, de outro). Em outras palavras, na apropriação de poder, seja pela burguesia que emergiu dessas três revoluções – a inglesa, a francesa e a norte-americana –, confrontando as ordens do antigo regime, seja pelo povo, ao enfrentar o absolutismo, ou pelos radicais (dominados), confrontando os dominantes. Este processo fez da esfera econômica o lugar maior e não público (salvo por intervalos provocados pelas explosões sociais), o verdadeiro poder. De um golpe, a política igualmente muda. Essa mudança passa pelo conhecimento, pela ativação e disponibilização de uma considerável quantidade de informações nos bastidores da cena, que permitem reexaminar cuidadosamente o jogo dos supostos atores. O conhecimento do Príncipe, dos poderosos ou dos governantes deixa de ser o fundamento da autoridade e da legitimidade do poder. Esta autoridade é reduzida ao nível da ideologia, cuja justificação ou legitimação permanece deficiente. O conhecimento da verdade sobre as relações sociais é, ele próprio, reinvestido, não apenas com a finalidade de deslegitimar o poder, o que já era o caso, mas visando também assegurar a efetiva transformação das subjetividades, dos atores, ao serviço dos novos “sujeitos” da história. Esse dispositivo cognitivo, epistemológico, ético e político não fez tábula rasa do antigo regime de ordens, ele o atravessou, esvaziando-o de sua substância, expulsando-o para outro lugar, reinvestindo-o em outras circunstâncias. A fundamental importância da economia já seria reconhecida pela economia política inglesa, ou seja, aquela da luta de classes dos historiadores franceses.

O que interessa a Marx, em todos os seus textos históricos (sobre o 18 brumário, sobre junho de 1848, sobre a comuna), é a cisão das velhas categorias da burguesia, a classe dominante, o povo, os pobres. Em suma, uma operação de divisão, como se a subjetividade revolucionária, tão laboriosa na acumulação do proletariado em classe trabalhadora, só revelasse sua efetividade na cisão, no poder da negatividade que afrouxa

as correntes, na brutal deslegitimação, a da percepção, a partir dos dias de junho de 1848, de que o proletariado já não se encontrava mais do mesmo lado da trincheira em que estava meses antes. Eis aí, sem dúvida, a razão pela qual as classes sociais, como sistema de classificação do mundo social, não interessavam a Marx. Menos ainda a sociologia de Estado. A luta de classe não é o antagonismo de duas entidades definidas pelos historiadores ou sociólogos balbuciantes. É o enfrentamento, a brecha que atravessa as ordens, as castas, os grupos sociais, que faz emergir e constitui de modo proléptico (como em Hegel, “a verdade está nos fins”) a classe que detém os meios do capital e a classe que detém as condições de trabalho. Sabendo que ninguém produz sozinho (os trabalhadores não são produtores proudhonianos, e tampouco o salário é a justa retribuição do que produzem). Só o antagonismo produz a acumulação. Assim, a porção dicotômica do poder (*auctoritas* e *potestas*) se esvazia, ou se modifica. O capital que detém a *potestas* é aparentemente privado de autoridade. A classe trabalhadora, enquanto classe, é explorada, mas não dominada. Ela é a fonte do valor do poder capitalista. Ela é potência, mas não poder. A classe dos capitalistas, por sua vez, é um poder destituído não de legitimidade, mas de potência. A bem da verdade, o poder dos capitalistas é apenas um semipoder, porque se esconde por trás de todas as ordens antigas, sem jamais querer se mostrar em sua nudez. O verdadeiro poder é a relação de antagonismo, que é o motor real da acumulação de riqueza, bem acima dos determinantes morais (avidez, cupidez). Sua especificidade histórica, seu caráter único, não reside na dominação dos pobres pelos ricos ou pelas elites, ou dos guerreiros e padres sobre os camponeses, para permanecer na tríade indo-europeia. Tudo tão velho como Herodes. É sistêmica e completamente sobredeterminada, como escreveu muitas vezes o autor dos *Grundrisse*.

Pode-se ver que o conhecimento do sistema e do poder não é mais o apanágio dos padres e clérigos, tampouco um conhecimento-de-si do poder. Conhecimento e informação não constituem mais o privilégio da classe dominante. Eles formam a ciência dos determinantes da relação social de capital. Um só sistema, uma só situação, e dois pontos de vista sobre o poder. Um, de consolidação, o outro, de destruição. As relações de classe antecedem e condicionam o modo de produção, retomando

Tronti (1966). Inútil, portanto, buscar determinar “cientificamente” o modo de produção, para daí deduzir as classes sociais e, enfim, a variável da luta de classe. A luta de classe não tem paz, nem trégua, nem fim, como acontece em uma relação social capitalista. Ela instaura a guerra como modo de funcionamento normal da esfera determinante da sociedade (da própria produção econômica), lá onde a teoria contratualista não cessou, desde Hobbes até Rousseau, de sair de um estado da natureza, da “guerra de todos contra todos”, para o primeiro, à caducidade da boa natureza destituída de contrato social para o segundo. Nesse sentido, o marxismo é o maior devorador, destruidor e desmistificador daquilo que a tradição ocidental chamaria “a política e sua nobreza”, que consiste no afrouxamento dos costumes e da brutalidade econômica pela política da política e dos pactos que ela mobiliza.

Tomemos a vertente que se considera herdeira do pensamento radical ou revolucionário hoje. Foucault e seu conceito de governamentalidade e de biopolítica; Rancière e o conceito de “diferendo”; Negri e Hardt e os três conceitos: império – multidão – comum (ou Commonwealth<sup>2</sup>). Nos três casos, opera-se um deslocamento em relação ao conteúdo e à determinação (faculdade de fazer uma escolha ou exercer uma ação sobre outra ação) do poder. A governamentalidade e a biopolítica não são concernidas pela forma dos governos e no lugar do poder, como destacamos anteriormente. O “diferendo” ou dissenso de Rancière pretende expressar uma recusa contra as perspectivas de matriz habermasiana e contratualista da formação de consenso. O “império”, a “multidão”, o “comum” se colocam ao mesmo tempo contra uma matriz contratualista (as duas partes igual e simetricamente constituídas antes de entrarem em relação) e contra uma

---

2 Empregamos *Commonwealth* no sentido antigo do termo, dado pelos *commoners*, *diggers* e *levelers* da Revolução Inglesa e, principalmente, no sentido contrário ao que esteve em uso no século XX, tomado de empréstimo da tradição colonial inglesa. *Commonwealth* poderia assim ser traduzido como comunidade. O projeto político de colocar em comum ou, ainda, a política como “comunização” por excelência é uma discussão semelhante à que foi travada em língua alemã em torno do par *Gemeinschaft/Gesellschaft*. Lá onde aparece a política como esfera separada e especializada, pode emergir a *Gesellschaft* dos sociólogos, bem como a própria ciência política. Não por acaso os antropólogos e os movimentos radicais retornam à dimensão imediatamente política, no sentido de uma *Ur-politik* (Husserl) ou da *métapolitique* (Kant), para apreender o ato constitutivo da *Gemeinschaft*, comunidade, *Commonwealth*. Hoje, as declinações mais radicais ou revolucionárias se traduzem na expressão das novas comunidades de destino, por cima e para além das fronteiras ou contornos dos conjuntos vistos como políticos (nação, humano): assim, a comunidade do vivo (animal e humano, a zoé como vida nua, o animal, portanto, vida humana, e a biosfera, portanto, as plantas).

matriz dialética (dois opostos que se fundem em um) vertical do conflito, da produção de sujeitos. Nos três casos, o lugar, a modalidade e os jogos políticos são, ao mesmo tempo, deslocados pela simples designação de um novo lugar de fundação da política (*ab urbe nova condita*), por um processo perpetuamente exterior ou nômade, fortemente anti-institucional. O uso sofisticado e agonístico da perda do encantamento da política para manter a vontade crítica, de não reconciliação. Uma espécie de epifania negativa do poder, que se afasta daquilo que é normalmente tido como domínio, objeto e métodos da política. O poder de fato não se revela por seu exercício, ele só aparece plenamente através da ausência, o oposto de “sua majestade”. Seu lado derrisório. Por outro lado, o poder imperial não cessa de obstruir a fuga das multidões, mas ele só pode ser fundado sobre o que o contesta metafisicamente, essencialmente. A síntese dialética<sup>3</sup> que ele opera em relação a uma situação de confronto é sempre mistificadora, jamais acabada, jamais legítima em sua duração. Seus momentos fundantes e constituintes dão simultaneamente origem ao direito à rebelião; e, sobretudo, sua força está, quer ele queira quer não, na expressão da potência da multidão.

Assim, podemos definir a experiência subjetiva do político como esta manifestação (epifania) de poder como um poder privado de sua dimensão constituinte, como um vazio institucional, opressivo, que revela o caráter terrivelmente nu, oco, vazio, sem fundo, sem fundamento, do poder enquanto poder.

Do outro lado, a natureza da subjetividade da política militante, o lado da potência, há um processo constituinte, fundante, legitimador, autorizador, mas, em geral, sem poder, seja para o futuro ou para o passado (revolução socialista ou comunista). Um tempo que não deixa de lembrar o futuro anterior.

Colocando nos termos fixados pela tradição ocidental ou romana, a águia bicéfala<sup>4</sup> é assimétrica: quando as duas cabeças se olham

---

3 *Aufhebung* no original (N.T.).

4 A tradição oriental (chinesa e japonesa) partilha da mesma ideia de separação de um Imperador que reina como um astro-rei, mas que não governa de fato. No Japão, encontramos esta cisão institucionalizada na figura do *Insei* (imperador que abdica do trono e se retira para um mosteiro) ou, mais tarde, no *Bakufu* (o imperador se retira para Kyoto, enquanto o Shogun governa desde Edo).

entre si, temos *auctoritas* sem *potestas*; quando as duas olham para o exterior, temos *potestas* sem *auctoritas*. Não por acaso as duas ordens conservadoras são feitas para o equilíbrio e a absorção quase fusional dos dois princípios. São dois princípios em um. Os pensamentos de mudança ou ruptura da dialética cíclica ou funcional, ou seja, as ideias subversivas, interessam-se pelas situações onde o poder (uno) se divide em dois, e se encontra sem autoridade, portanto, ilegítimo. Lá onde a diferença entre potência e poder atinge o nível máximo.

Tudo isto parecerá menos formal, ou resultante do desenvolvimento impecável de conceitos sempre ilusórios, se levarmos em conta os dois componentes da situação contemporânea: por um lado, a impressionante crise de proposta política do movimento social de matriz socialista e comunista e, por outro lado, a emergência de novos componentes de imaginação alternativa nas correntes ideológicas que nasceram por fora da hipótese socialista ou marxista, o pós-colonial e a ecologia política.

A política revolucionária vive uma situação de profunda crise de proposição estratégica, que contrasta com a inesgotável força de contestação radical do movimento altermundialista. A perspectiva comunista revolucionária é ainda mais afetada pela crise de legitimidade e de autoridade do que a ciência, a qual mantém, pelo menos, os seus *lictiores*,<sup>5</sup> o que lhe tem permitido continuar cortando cabeças mais eficazmente que a Rainha de Copas de *Alice no País das Maravilhas*. Isto desde a queda do muro de Berlim e o colapso do socialismo real, passando pela combinação de capitalismo comunista na China. Pior ainda, chegamos a acreditar que a crise financeira de 2007 a 2010 levaria a uma alternativa ao capitalismo e que o anticapitalismo se tornaria seu principal componente. Com efeito, é grande a desordem debaixo do céu, mas a contrapartida não é nada promissora. Movimentos sociais que não necessitam do marxismo nem dos marxistas para serem radicais ou violentos habituaram-se a esperar (com algumas brilhantes exceções) que viessem do conhecimento da sociedade e de seu funcionamento

---

<sup>5</sup> *Lictores*, na Roma Antiga, eram funcionários públicos encarregados de ir à frente de um magistrado com feixes de varas, denominados *fascas*, abrindo espaço para que este pudesse passar. O seu número variava de acordo com o grau de importância do magistrado. Eram também encarregados de convocar o réu, quando fosse solicitado pelo magistrado, para solução da lide, mas tal atribuição é inerente somente ao período do processo extraordinário da justiça romana, chamado de *Cognitia extraordinaria*, na época do *dominato* (N.T.).

econômico os fundamentos de um programa político e os esboços para um tipo diferente de poder. Não se pode dizer que a crise financeira – tão violenta e tão grave – tenha conseguido verdadeiramente abrir a imaginação pós-comunista, entendendo como pós-comunista pensamentos e ideias que não renunciaram à “hipótese comunista”, como diz Alain Badiou, já tendo feito definitivamente o luto do socialismo.

Atualmente, podemos identificar a grande impotência do imaginário de esquerda para pensar para além da reforma do capitalismo e, portanto, de vislumbrar um para além do capitalismo. Nos Estados Unidos, defende-se uma “nacionalização” dos bancos; na França, uma aparente estatização do mercado. No momento em que a economia de mercado da socialdemocracia alemã, que segue um neoliberalismo ameno, foi substituída por um híbrido tão curioso quanto o monstro chinês do capitalismo comunista – um socialcapitalismo de Estado – a mensagem “marxista” tende a migrar para um radicalismo que se alimenta da rica tradição subjetiva anterior ao século XIX, a dos *commons* ingleses. Diante da iniciativa de um novo New Deal, desta vez planetário, diante dos desafios de se encontrar um novo modelo para a economia mundial, não há qualquer renovação. Portanto, a crítica do neoliberalismo corre o risco de ser relegada à função subalterna de auxiliar na moralização do capitalismo e de controlar a perigosa anarquia do mercado. Isso hoje parece difícil para uma esquerda ansiosa por voltar a exercer o poder para produzir rupturas revolucionárias ou reformas radicais, sem ter uma estratégia clara com relação à economia capitalista de mercado. Assim, no contexto da crise atual, parece que grande parte da esquerda tropeça nos mesmos erros do capitalismo, quando busca justamente se posicionar estrategicamente contra ele.

Será que isso quer dizer que a imaginação política entrou em crise? Não. Grande parte das novas subjetividades alternativas e das esperanças de ruptura chegou a se manifestar, mas elas são derivadas de correntes em geral pouco tolerantes com isso em que se transformou o marxismo pós-tempos heroicos.

Examinemos a crítica desenvolvida pelos estudos pós-coloniais<sup>6</sup> e, mais particularmente, a versão latino-americana da colonialidade do

---

6 Walter Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Boaventura de Sousa Santos.

poder.<sup>7</sup> Essa vertente, tal como Negri e Hardt, aceita que não podemos restringir a análise da estrutura do poder à sua dimensão nacional; em lugar de descrever a desterritorialização como sendo a matriz mais recente do poder capitalista globalizado, e dos Estados-nação às novas províncias do Império, ela postula a hipótese de que a América Latina e a Europa têm, a partir do século XVI, uma mesma história a reescrever; que é possível que o poder europeu seja colonialista na América Latina – sobre isso, em geral, se está de acordo – mas, na Europa, ele ainda é profundamente determinado por essa relação colonial, e isso é bem menos admitido. Um dos maiores representantes da escola da colonialidade do poder, Aníbal Quijano, ressalta que os Estados que surgiram após a descolonização da América Latina não são Estados no sentido da tradição política ocidental, e que os Estados dos países centrais são bem mais marcados pela colonialidade do poder imperial do que admite o estatismo da esquerda anticapitalista. Certamente, com a globalização, podemos extrair da escola pós-colonial a tese de que o Estado-nação, o verdadeiro, dotado de todos os seus atributos, representa uma proteção eficaz contra as multinacionais e o total imperialismo da economia de mercado, com suas declinações neoliberais. Isso faz com que as teses soberanistas e antiglobalização estejam muito mais convergentes entre si do que as altermundialistas. Mas este seria um estranho uso da tese da colonialidade do poder.<sup>8</sup> Porque, uma vez que a colonialidade do poder também afeta os países centrais, talvez fosse o caso de admitir que a oposição à internacionalização das finanças, a instituições e organismos como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial etc., é figura meramente decorativa. Em outras palavras, não é a forma Estado-nação que vai proteger a população da voracidade neoliberal, mas esta proteção surgirá da sua própria capacidade de se defender.

---

7 Encontramos a teoria da colonialidade do poder também entre os indianos Homi Bhabha e Gayatri Chakravorty Spivak, neste caso fazendo a ligação entre a história inglesa e a da formação do Império Britânico.

8 Ver, para uma discussão sobre o problema, as intervenções de Santiago Castro Gomez e Ramon Grosfoguel no número 26 da revista *Multitudes* (disponível em: [http://multitudes.samizdat.net/spip.php?page=rubrique&id\\_rubrique=846](http://multitudes.samizdat.net/spip.php?page=rubrique&id_rubrique=846)) e as réplicas de Antonio Negri e Giuseppe Cocco publicadas na própria *Multitudes*, e também o livro escrito em coautoria pelos dois autores, *Glob(Al) biopoder e luta em uma América Latina globalizada* (Record, 2005).

Aquilo que os pós-colonialistas recusam na concepção imperialista do poder capitalista é uma outra coisa. Trata-se da persistência do eurocentrismo. Esse viés faz com que se repita indefinidamente o gesto de G. Vico ou de W. F. Hegel, não vendo que a acumulação primitiva não é mera pré-história, mas é, sim, elemento direto e permanente da história europeia. Mesmo no caso da aventura Renascentista da razão europeia, a libertação do homem – libertação do horizonte teológico cristão – e a racionalização da técnica tiveram como contrapartida, como reverso da medalha, o genocídio das populações indígenas, a destruição das culturas e a fundação da moderna escravidão das *plantations*. Percebemos aqui que o ataque contra a autoridade da razão europeia foi muito mais amplo, bem mais global e frontal do que aquele dirigido pela razão contra a fé, no caso da Reforma contra a Igreja. O que passa a estar em jogo é a avaliação do Humanismo e das Luzes, bem como a construção do conceito ocidental de sujeito e, evidentemente, de seus diversos rebatimentos nas filosofias da “suspeita”, de Marx a Freud. O que dizem os pós-colonialistas é que a tradição burguesa, assim como a tradição revolucionária, deve ser revisada, criticada e reformulada se o que se deseja é resgatar uma concepção correta da subjetividade e de uma política revolucionária.

É a autoridade da razão, a legitimidade de seu exercício, que se encontra globalmente em questão. A *res extensa*, tornada racional pelo projeto da técnica, não é apenas feita de animais máquinas, é também a redução do nome branco aos “paus de ébano”, eufemismo eloquente para designar os escravos nos livros-caixa do tráfico. São as finanças públicas portuguesas equilibradas pelo imposto de um quinto sobre todas as receitas provenientes da venda de escravos. Levar em conta a história completa do mundo dos dois lados do Atlântico modifica as posições, as linhas de partida. Como dizia Pascal, os franciscanos estavam do lado dos pobres e contra os poderosos do lado europeu do Atlântico e expostos aos ataques dos dominicanos, mas, por uma misteriosa razão, eram mais escravagistas do que seus adversários, para grande alegria dos colonos. Os jesuítas, expulsos de muitas partes da Europa (principalmente de Portugal, pelo Marquês de Pombal, grande figura das Luzes), eram também reais defensores das reservas indígenas no

Brasil ou no Paraguai. Esta concepção mais ampla da subjetividade, que, apesar de seu caráter sofisticado, vai além do identitarismo simplista da tradição europeia, faz pensar na importância dada por Félix Guattari ao trabalho do antropólogo Pierre Clastres sobre as sociedades sem Estado. Ou, mais recentemente, no debate aberto sobre as políticas latino-americanas para a questão indígena, tanto na Bolívia,<sup>9</sup> quanto no Brasil.<sup>10</sup> Voltando ao problema da Bolívia, a questão da composição de classe, termo pelo qual a escola operaísta designava a análise concreta ou contextual e sobre a qual justificaria sua proposição política nos anos de declínio do fordismo (1965-1980), não está somente colocada para as categorias clássicas da classe operária (trabalhador de ofício/operário-massa/trabalhador social), mas abrange também toda a classe trabalhadora e além. Impossível não enxergar os atores que excedem totalmente a formatação marxista clássica ou são “invisibilizados” pela política institucional: os sem-terra, o lumpemproletariado, as diferentes cores da pele, as populações indígenas – como mostrou o litígio em torno da reserva indígena Raposa Serra do Sol, no território de Roraima, levado à Suprema Corte brasileira. A batalha judicial sobre a natureza da propriedade dos ameríndios faz entrecruzar uma multiplicidade de atores: ecologistas, locais ou transnacionais, Ongs, comunidades locais, exploradores do agronegócio moderno, que produzem soja e arroz, a União, os tribunais constitucionais, o exército, a Petrobras. A política eficaz trata disso. E a subjetividade alternativa é medida pela sua capacidade de proposição sobre as questões que surgem, como a das cotas para negros nas universidades, no âmbito de uma política de ação afirmativa e antidiscriminação racial (Cocco, 2009). O atual laboratório sul-americano (e, poderíamos agregar, o laboratório sul-africano de 1960 a 1990) representa a profunda renovação da política no Sul.

Vejamos agora a segunda fonte de renovação das relações entre conhecimento/poder/política nos países do Norte:<sup>11</sup> a questão ecológica.

---

9 Ver, por exemplo, a contribuição de O. Vega Camacho, “Penser l’Amérique du Sud”, texto publicado na *Multitudes* n. 35 (inverno, 2008-2009).

10 Cf. Dossiê América Latina, no número 35 de *Multitudes*.

11 Estou simplificando, bem entendido, pois a questão colonial está estreitamente ligada à expansão europeia no planeta, assim como o pós-colonialismo está presente, nos países do Norte, sob a forma de políticas dirigidas às minorias, provenientes do legado imperialista e escravagista.

Ela está na origem do aparecimento – primeiramente marginal, e depois central –, no cenário político, de formações políticas totalmente novas. Com efeito, a crítica dos ecologistas pode se confundir com uma crítica virulenta ao capitalismo. Os partidos da esquerda tradicional, aí incluída a extrema esquerda, não deixam esquecer isso, mas a crítica ecológica desconfia dos arrependimentos pró-forma que denunciam os excessos da lógica do lucro, assim como a escola pós-colonial se mantém à distância do anti-imperialismo de boa consciência. Ela exige o radical reexame da racionalidade ocidental dominante de “desenvolvimento das forças produtivas”, de assujeitamento dos direitos ou das criações sociais, que são formas viventes e duráveis da “natureza”, em prol da lógica da acumulação, do progresso técnico e do desenvolvimento. Reconhecer que a questão ecológica produz um critério concretamente decisivo sobre as alternativas que haviam desaparecido com o colapso do socialismo e do comunismo como realidade histórica (não como esperança de libertação), relegados à insignificância ou ao humor negro, é quase um preâmbulo para a reconstrução de um sujeito político revolucionário. O discurso da Razão ocidental – *mesmo em sua vertente contestatória e revolucionária* – permaneceu capturado por uma visão do “progresso” totalmente transtornada pela tecnologia e perfeitamente funcional ao capitalismo industrial, a ponto de o socialismo real ter acabado por se transformar em simples ideologia da transição industrial nas sociedades camponesas.

A crítica ecologista mira um outro preconceito enraizado no marxismo vulgar: a vocação do homem para dominar o restante dos seres vivos, vocação originada do dogma religioso do mandato confiado ao homem, criado à imagem de Deus, sobre a “criação”, que depois iria se secularizar no colono agarrado ao ganho, no industrial sem escrúpulos ou no funcionário corrupto, vistos pelo cientista marxista como uma espécie de direito de destruir irremediavelmente o meio ambiente ou de deixar o problema do lixo nuclear para as gerações futuras resolverem.

A ecologia política conseguiu, de certa forma, resgatar a chama do radicalismo da Reforma e da ciência, aquela dos *Commons* e das bruxas, ancestrais das feministas,<sup>12</sup> ao não recuar se afirmar como minoritária,

---

12 Ver o belo livro de Sílvia Federici, *Caliban and the witch, women, the body and primitive accumulation* (Paperback, 2004).

ao desenvolver uma *expertise* em cidadania e direitos das mulheres, do homem comum (*expertise* apoiada nos conhecimentos e na informação crítica), ao colocar em questão a razão de Estado, e o falso interesse comum em nome dos bens comuns da biosfera.

Tentei demonstrar, a propósito da escravidão (Moulier Boutang, 1998), que não é impossível reler a acumulação primitiva do capitalismo como uma acumulação da classe trabalhadora, que recupera segmentos inteiros de sua composição, que haviam sido eliminados de uma história por demais branca, masculina e “livre”. Contudo, acredito que um movimento semelhante esteja em curso, com relação ao capitalismo contemporâneo, a propósito das questões do republicanismo e das minorias de cor, bem como dos desafios colocados por uma política ecológica global. Trata-se da reconstrução de um horizonte, condição de possibilidade do desenvolvimento da imaginação.

Tentarei mostrar agora, desta vez com base em uma terceira dimensão muitas vezes impensada, a relação da política com a técnica no caso da “revolução digital” e do capitalismo cognitivo na sociedade da informação (discurso clássico, acadêmico) e também na inteligência coletiva.

## **Informação, poder e política na era digital**

O conhecimento está conectado ao poder porque, de certa maneira, condiciona este poder, na medida em que vai corresponder às crenças partilhadas que podem legitimar ou lançar suspeita sobre ele; mas, por sua vez, o poder equilibra essa dependência ao bloquear o acesso à informação – concebida como conhecimento amplamente disseminado – sobre e pela população (educação, política da linguagem e de todos os meios de comunicação).

As análises estruturais (teorias críticas, radicais) ressaltam a circularidade e o fechamento desse circuito. Um poder detentor de autoridade e, portanto, legítimo, pode ser levado a querer controlar as fontes e instâncias produtoras de conhecimento, bem como a difusão desse conhecimento, especialmente quando o conhecimento do corpo político se torna, em si mesmo, parte essencial da criação do espaço e do debate público na democracia. A produção de conhecimento e de

informações obedecerá a uma regra de legitimação máxima do poder. Se não for assim, o conhecimento ou a informação podem não chegar a ser divulgados (permanecendo em segredo, sem deixar traços). O desenvolvimento e a difusão do conhecimento e da informação acabam por desestabilizar substancialmente o par *potestas = auctoritas* assim que as diferentes instâncias do poder conseguem quebrar o monopólio, o segredo e a qualidade da comunicação, institucionalizando o papel desta última, dentro de certos limites. Os segredos podem ser constitucionais, mas também podem ser bem mais fluidos e ocultar a autocensura dos profissionais da comunicação e do conhecimento.

O pluralismo das fontes e dos canais informacionais é, dessa maneira, constantemente frustrado em sua capacidade de fazer emergir a verdade, basicamente pela comodidade de uma extrema concentração das redes de difusão, fenômeno apresentado como puramente econômico e sobre o qual fica cada vez mais difícil intervir no mundo globalizado.

Enquanto o conhecimento – não estamos falando aqui apenas das crenças partilhadas, da religião para uma população – é reservado a uma parcela da elite (entre 1% e 2%), as técnicas de controle da informação são baseadas no racionamento (o segredo, a censura prévia). A democratização parcial da informação, a partir do momento em que uma fração maior da população consegue ler e escrever, altera os dispositivos de controle. A censura se segmenta. As esferas de produção do conhecimento passam a reconhecer, não sem dificuldades, as liberdades de associação, de expressão, de circulação e de publicação. Mas é a amplidão da difusão e da possibilidade de atingir um grande público que se torna objeto da solicitude dos poderes. Quanto maior a audiência, mais controladas são as liberdades – sobretudo em termos dos conteúdos. Tornou-se quase impossível difundir informações inteligentes e complexas através das grandes redes de televisão, e nos horários nobres, em países cujo índice de alfabetização chega perto dos 98%.

Como os suportes do conhecimento são enormemente diversificados, a partir da passagem dos livros aos jornais, ao rádio, à televisão, às multimídias analógicas e depois digitais, as esperanças dos “instituidores da República”, que apostam na alfabetização da população e na conscientização através da democratização da educação – hipótese

sobre a qual trabalha majoritariamente a esquerda –, são cada vez mais frustradas. Uma enquete sobre a recepção do noticiário de televisão nas grandes redes francesas revelou (revelação que, sem dúvida, pode ser generalizada) que a grande maioria dos telespectadores tinha dificuldades de compreender e ainda mais de memorizar os assuntos abordados, encontrando mais dificuldades ainda para expressar uma opinião. Com efeito, quanto mais a situação política se tensiona, mais as pessoas se tornam inteligentes e os governos preocupados; inversamente, quanto mais mediocridade e apatia, mais a desmobilização se instala, e mais satisfeitos ficam os governos. Porém, a informação através das redes de TV é considerada apêndice do entretenimento. Não há necessidade de cansar um público telespectador que não tem a menor disposição para quebrar a cabeça enquanto se operam as “normalizações”.

O quadro parece sinistro. Entretanto, desde sempre, a máquina bem azeitada que mantém, através de uma série de engrenagens sofisticadas, o conhecimento como a musa da autoridade, e a informação como a prostituta do poder, vem experimentando falhas extraordinárias. O conhecimento de um fato em tempo real, como saber o número de mortos em uma barricada, foi o suficiente, ao longo da história da França, para transformar um motim em revolução e derrubar a monarquia (como aconteceu em 1792, 1830 e 1848). Mais próximo de nosso tempo, a fracassada manipulação do primeiro ministro espanhol Aznar, após os atentados assassinos de Madri – ao atribuí-los ao ETA (Euskadi Ta Askatasuna, Liberdade e Terra Basca), isto é, ao retardar em algumas horas os elementos que conduziam a investigação aos terroristas islâmicos – se alastrou como rastilho de pólvora graças ao SMS. Esta tecnologia possibilitou a organização de uma manifestação imediata, que fez cair o governo. O que é importante aqui é o suporte técnico e seus usos, que perturbam o poder e investem o campo político.

Dois fatores radicalmente novos de desestabilização das relações incestuosas entre poder/conhecimento e difusão vêm intervindo há uns trinta anos. É, antes de tudo, o papel crucial de que se revestiu a produção do conhecimento, não apenas no caso do funcionamento interno do poder, mas na produção de valor, na vida econômica e nos mecanismos

de acumulação. É o que passamos a chamar, em seguida, de “revolução tecnológica do digital”. Veremos que, uma vez que saímos de uma abordagem tecnicista da tecnologia, o digital se torna tão indissociável da revolução do capitalismo cognitivo quanto o moinho de água nos tempos feudais, conforme Marc Bloch, ou o tear, a máquina a vapor ou a ferrovia da revolução industrial.

### **Alguns fatos estilizados**

Partamos de uma primeira constatação: o digital e sua apropriação por uma parcela crescente da população mundial foram responsáveis por criar, depois de quinze anos, um fato irreversível: o questionamento dos direitos da propriedade intelectual. Vejam-se os fenômenos de *download* massivo de conteúdos digitais, sejam quais forem os estatutos jurídicos com relação aos direitos dos autores. Ou, no terreno estratégico do *software*, considere o surgimento de comunidades de desenvolvedores de *software* livres e não comercializáveis como produtos privados (Richard Stallman, fundador do Freesoftware Foundation e coautor, com Linus Thornwald, do sistema operacional Gnu-Linux).

Uma segunda constatação: o papel considerável do afluxo de informação contínua e em tempo real na avaliação financeira das firmas levou ao questionamento do âmbito físico e jurídico da empresa capitalista, tal como fora determinado no final do século XVIII e ao longo de todo o século XIX.

Terceira constatação: a progressão da gratuidade e a ampliação do acesso fizeram cair as barreiras de preço ou, simplesmente, o princípio da raridade. O Google, junto com seus múltiplos serviços – Gmail, Google Earth, Google Street –, constituem excelentes exemplos.

Quarta constatação: o questionamento da autoridade vertical do saber ou do ensino através do fenômeno Wikipédia e, mais ainda, da produção colaborativa, sem que isso faça desaparecer as formas de avaliação e de organização do trabalho.

Quinta constatação: o papel determinante das redes sociais e da interação generalizada, também de forma desorganizada, tem se tornado crescentemente importante no domínio do conhecimento e da difusão dos saberes e dos afetos cerebrais (emoções artísticas, atenção). E,

ainda, o papel da notoriedade, da constituição de uma audiência, de um público numeroso.

Sexta constatação: questionamento dos âmbitos clássicos (nacionais) dos meios de comunicação, o que levou à integração de todas as formas de mídia, graças às plataformas digitais (Ipod, Iphone, iTunes) ou, de forma ainda mais ambiciosa, equipando-se o telefone celular com um sistema Google Android.

Sétima constatação: a expansão relâmpago das redes sociais, tais como Second Life, Face Book, Twitter, tem alcançado a porosidade das clássicas fronteiras entre o público e o privado.

Oitava constatação: a própria noção de controle tem sido transformada com o traçado de linhas de fuga sobre as redes, da mesma forma que a própria ideia de identidade e de sujeito virtual, de avatares e cidadãos.

Nona constatação: a substituição do transporte de objetos físicos pela circulação de arquivos virtuais questiona os meios físicos de distribuição acelerada de informação, na medida em que implica um efeito positivo na redução do impacto ambiental.

Décima constatação: crise de legitimidade da democracia parlamentar e representativa, já que a formação de uma opinião pública comum, inclusive sobre questões que dizem respeito à reação a informações da atualidade, se dá de maneira bem mais rápida do que o ritmo das eleições.

Décima primeira constatação: uma economia colaborativa e de produção *peer to peer*, tal como ilustrada por Michel Bauwens e Yochai Benkler, se coloca contra uma economia de trocas comerciais ou da dádiva. Isso tanto na Internet quanto em empresas que se organizam em torno de *data mining*,<sup>13</sup> *web crawling*,<sup>14</sup> *crowd sourcing*.<sup>15,16</sup> A forma

---

13 Prospecção ou garimpagem de dados (N.T.).

14 *Web crawlers* são programas desenvolvidos para navegar automaticamente na Internet e que podem ter muitas funções que vão desde ajudar os programas de busca, entrando e testando os *sites*, até navegar pela rede para roubar informações. O *Googlebot* é um desses programas desenvolvido pela Google para seguir os *links* entre os *sites*, lendo tudo o que encontra pela frente (cf. “Googlebot, a Internet e o seu *site*”, disponível em <http://www.mundoseo.com.br/google-seo/googlebot-relacao-meu-site/>) (N.T.).

15 Literalmente, “terceirização para a multidão”; trata-se de um modelo de produção que utiliza a inteligência e os conhecimentos coletivos e voluntários espalhados pela Internet para resolver problemas, criar conteúdo ou desenvolver novas tecnologias (N.T.).

16 Ver os trabalhos de F. Ghitalla e seus alunos da Université de Technologie de Compiègne no *spin off* RTGI e no Web Atlas. Ver também Tapscott Don & Williams Anthony D. *Wikinomics, how mass collaboration changes everything*. Nova York: Portofoglio, 2007.

empresa, mas também a velha tecnologia, a economia da inovação e, sobretudo, o *marketing*, são totalmente revirados.

Hierarquia, autoridade, poder, democratização, acessibilidade, globalização, transnacionalização, identidade, mercado/não mercado, reencontramos todos os fenômenos que já examinamos separadamente na primeira parte do texto, mas agora em configurações mais complexas e ricas. Esses elementos parecem contradizer fortemente o quadro de um progressivo fechamento dos espaços de contestação radical – no duplo sentido deste termo: radical porque chega até a raiz dos agenciamentos do poder; radical porque extremamente decidido. As liberdades de associação, de expressão, de criação, de difusão e de circulação são profundamente remanejadas.

Vários autores,<sup>17</sup> entre os quais nos incluímos (Moulier Boutang, 1998), aproximam a situação atual ao período da batalha das “*enclosures*” na Inglaterra, que se estendeu do século XVII ao XVIII. Lembremos de que a questão dos direitos de propriedade é determinante na análise marxiana das relações e dos modos de produção. O período dos “cercamentos” assinala as mudanças no acesso aos meios de produção e da proletarianização que caracteriza a emergência do trabalho livre como condição da acumulação primitiva, entre o mercantilismo e o capitalismo industrial.

## **A hipótese do capitalismo cognitivo tenta dar conta dessas transformações**

Para analisar esses fatos estilizados, partiremos da hipótese teórica sobre a qual vimos trabalhando, junto com outros autores,<sup>18</sup> há cerca de dez anos, e cuja proposição é de que já entramos em um terceiro

---

17 CAFFENTZIS, G., FEDERICI, S. e o coletivo *Midnight Notes* (disponível em [http://littleblackcart.com/index.php?main\\_page=product\\_book\\_info&products\\_id=253](http://littleblackcart.com/index.php?main_page=product_book_info&products_id=253)); LINEBAUGH, P. et al. *The net's new enclosures code and other laws of cyberspace*, Nova York: Basic Books, 1999; MAY, C. *A global political economy of intellectual property rights: the new enclosures?* Nova York: Routledge, 2000; BOYLE, J. *The second enclosure movement and the construction of the public domain, Foreword, the opposite of property e também Law and contemporary problems*, 2003, v. 66, n. 1 e 2, p. 1-32, disponível em [http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?6+Law+&+Contemp.+Probs.+1+\(WinterSpring+2003\)](http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?6+Law+&+Contemp.+Probs.+1+(WinterSpring+2003)).

18 Sobre a hipótese do capitalismo cognitivo, devem ser mencionados os trabalhos realizados pela equipe “Isys em meio a Matisse”, da Université Paris I, desde 1999, e no laboratório Costech da Université de Technologie de Compiègne, desde 2005.

modo de acumulação capitalista (Moulier Boutang, 2008). Aqui, nos concentraremos no que diz particularmente respeito à questão do vínculo entre conhecimento e informação, de um lado, e poder e política, de outro.

O capitalismo cognitivo é um novo sistema de acumulação que se apoia na transformação da forma e da substância do valor e aquilo que Marx entendia como mais-valia e exploração. O sistema anterior se caracteriza pelo fato de que a acumulação se deve essencialmente às máquinas e à organização do trabalho – entendida como organização da produção e a alocação dos trabalhadores em postos de trabalho.

O capitalismo cognitivo é um novo sistema em que a acumulação está vinculada ao conhecimento e à criatividade, e também às formas de investimento imaterial. Em um sistema de acumulação de tipo cognitivo, a extração do lucro a partir do conhecimento e da inovação torna-se a questão central da acumulação, tendo papel fundamental na formação do lucro.

A questão dos direitos de propriedade, o lugar nas redes, as alianças, a gestão de projetos, são fatores institucionais e organizacionais da maior importância. Eles desempenham um papel crucial. Para se tornar um sistema de acumulação centrado na captação de ganhos extraídos do conhecimento e da inovação, o capitalismo cognitivo depende fundamentalmente dos seguintes fatores: 1) revolução da linguagem informática; 2) contínuo aumento da capacidade de tratar e armazenar dados digitalizados pelos computadores; 3) redução drástica dos custos de encaminhamento da informação (supercondutor, fibra ótica); 4) crescente miniaturização (nanotecnologia), que permite o armazenamento de informação em escala atômica, e objetos inteligentes que se comunicam entre si; 5) apropriação das novas tecnologias de informação e comunicação por um número crescente de cérebros humanos, que passam a operar conectados entre si, numa rede de redes; 6) desenvolvimento de equipamento digital *web 2.0*, que mede interatividade, criando um novo setor de bens do setor primário que permitem às empresas como Google traçar em tempo real a atividade reticular e rizomática dos humanos que interagem nos processos comunicacionais (cognição, emoção) (os motores de busca de pesquisa que adotam *data mining* e *web crawling*).

A ideia mais importante aqui é que a revolução digital permite codificar no conhecimento o que é da ordem da repetição. Portanto, permite às empresas digitalmente equipadas transformar elementos explícitos do conhecimento em informação (bases de dados). A atividade cerebral franqueada pelo computador e pela digitalização de informação – cálculos de conteúdo, operações simples, mas longas – é dedicada às tarefas de compreensão, interpretação e criação inovadora.

A inteligência consiste agora em fornecer uma resposta não previamente programada a uma questão que também não havia sido prevista. Com efeito, a informação e o conhecimento codificado se reduzem a sequências de números binários imediatamente reproduzíveis a custo quase zero. E as novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC) permitem a reprodução quase ilimitada e sem degradação com relação ao original. Um bem de conhecimento torna-se, como substrato material, um bem público. Seja ele caro, até mesmo muito caro, seu valor de mercado pode ser nulo.

O valor de um bem de conhecimento depende, então, de três fatores:

- a) do uso contextual que um ou mais cérebros fazem do conhecimento codificado;
- b) do uso inovador que um ou mais cérebros são capazes de fazer do conhecimento codificado;
- c) da formação de uma opinião comum ou pública sobre o bem de conhecimento.

A produção de conhecimento por meio do conhecimento, portanto, não é mais gerada como no capitalismo industrial, quando se reduzia o trabalho vivo ao trabalho morto, e sim pela produção do vivo por intermédio do vivo. Em outras palavras, o capitalismo cognitivo busca explorar não os conhecimentos reificados em mercadorias e vendidos como bens e serviços clássicos, mas isto que eu chamo de imateriais 2 ou intangíveis de segunda ordem.

Isso só se realiza se o trabalho cognitivo permanece vivo ao longo de todo o ciclo produtivo em que se pode extrair sobretrabalho. O valor de um bem de conhecimento depende, pois, do grau de cooperação entre cérebros reunidos em rede. O capitalismo cognitivo interessa-se prioritariamente por essa exploração particular da força inventiva (mais do que da antiga força de trabalho).

No domínio do conhecimento, há conhecimentos daquilo que já conhecemos e que nos possibilitam fazer aquilo que já sabemos como fazer. Há os novos conhecimentos, aqueles que não conhecíamos. E há, enfim, os saberes totalmente novos, que permitem fazer o que ainda não sabíamos fazer. O tratamento digital possibilita codificar, armazenar e tratar conteúdos e processos lógicos (os algoritmos) repetitivos. Mas o cruel paradoxo para um capitalismo ávido em transformar em mercadoria a atividade humana é que a redução a linhas de códigos numéricos diminui instantaneamente seu valor. É o conhecimento implícito, a faculdade de contextualizar, como Enzo Rullani tem assinalado, de interpretar, é a inteligência, a criatividade e a inovação que contêm o algo mais, o valor econômico.

Mas como as tecnologias digitais vão permitir esse novo tipo de apropriação da atividade humana, nisso que tal atividade comporta de imaterial 2 (como a confiança, a atenção, o cuidado, a inteligência, a inovação)? As tecnologias de rastreabilidade da atividade cognitiva em rede (por exemplo, em motores de busca como Google, Yahoo ou MSN da Microsoft) permitem às empresas do capitalismo cognitivo capturar as externalidades positivas dessa rede (isso que chamo de polinização ou “coralização” humana). É a Web 2.0.

O quadro a seguir apresenta as linhas e as colunas sobre as quais evoluem, a partir de agora, as fronteiras da acumulação, numa espécie de nova Corrida do Ouro cognitivo.

## Quadro 1: Dois tipos de bem no capitalismo cognitivo

Principais características		Categoria do bem ou serviço		Observações	
		Tangível	Intangível		
No nome		Bens materiais	Intangível 1: bens de conhecimento	Intangível 2: aprendizado, atenção, cuidado, confiança, adaptação, inteligência, vida	
No modelo de mercado		Troca direta modelo B para C	Troca convencional e direta modelo B para C	Troca convencional e indireta modelo B para B	Modelo B para B dependendo da extensão do domínio gratuito
Na perspectiva da produção de mercadoria		Bens não fungíveis divisíveis excluindo rivais e totalmente transferíveis	Conhecimento codificado, dados, informação e instrumentos usuais de Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) (patentes, <i>copyright</i> , projetos e modelos, marcas)	Interpretação, contextualização e conhecimento tácito ou implícito, atenção, cuidado, criatividade, inovação mensurável por meio da criação de uma audiência, de um público, efeito "halo" da marca	Coordenação e auto-organização por meio de mecanismos de Mercado, incluindo serviços fungíveis e não totalmente transferíveis
Considerando externalidades	Externalidade 1: Produção contabilizada em livros (contabilidade comercial)	Extensão da contabilidade pública para a reprodução da biosfera (pegada ecológica)	Equipamento de conhecimento nível 1; Web 1.0	Equipamento de conhecimento de nível 2; Web 2.0 Empresas 2.0	Coordenação pelo mercado e planejamento pela administração do preço
	Externalidade 2: Produção não contabilizada comercialmente (polinização)	Condições de preservação da biosfera	Condições imateriais de reprodução da noosfera	Inteligência coletiva e interação polinizadora que se torna visível e controlada pelos participantes Web 3.0	Cooperação em rede com as novas tecnologias de informação e comunicação; Produção em redes <i>peer-to-peer</i> , nem Estado, nem mercado
Forma dominante de <i>commodity</i>		Produto	Processo	Metaprocessos e resultado ou produto global	Regulação complexa e sistêmica

**Bens fungíveis** são bens cujo consumo não pode ser separado deles. Assim, eles não podem ser acumulados, como a maior parte dos serviços. **Bens divisíveis** são bens dos quais se pode desfrutar separadamente de outros consumidores. **Bens não rivais** podem ser usados e desfrutados por diferentes pessoas sem qualquer empecilho para outros. Pode-se assistir como quiser ao mesmo programa de TV e desfrutar de todo o programa, o que não é verdade com relação a beber uma garrafa de vinho. **Bens exclusivos** são bens cujo uso é proibido a outros quando são adquiridos.

Assim o capitalismo cognitivo vive a se apropriar da inteligência coletiva presente na interação entre muitos e, para acumular o capital intelectual, é obrigado a permitir a atividade polinizadora humana por meio do acesso aos bens comuns, da gratuidade, da atividade não comercial. Ele necessita dessas novas terras comuns para se beneficiar de parte dos frutos da polinização humana da noosfera (linguagem, cultura, imagens, afetos, emoções), mesmo que este requisito entre cada vez mais em rota de colisão com o imperativo de fechamento pelos direitos de propriedade intelectual das indústrias culturais vindas do capitalismo industrial.

Claro está que os vendedores de *software* – enquanto produto ou, melhor, como suporte do direito ao uso da propriedade intelectual –, os vendedores de acesso e produtores de conteúdo que recebem uma renda elevada em cima dos autores, pertencem ao velho mundo e veem o Google e o sucesso estrondoso de seu modelo de negócios como globalmente perigosos para os destinos do capitalismo como mecanismo de apropriação privativa da riqueza, não mais apenas aquela que é produzida pela força de trabalho, mas também a da força inventiva e da inteligência coletiva em rede.

O modelo de produção *peer to peer* traduz um novo regime de divisão do trabalho, ou de bens imateriais não codificáveis, como a confiança, a atenção e o respeito. Na economia da colaboração, diferentemente da economia da troca, que ainda é regida pelo princípio da raridade, a *libido sciendi* e a *libido ludendi* (a paixão pelo jogo, pelo aprender, por superar os problemas mais complexos) vêm substituir as motivações habituais do *homo oeconomicus* (desejo de possuir sempre mais) ou as motivações do *homo politicus* (*libido dominandi*), e mesmo o desejo do autor (a reputação, o renome).

## **O que muda com o capitalismo cognitivo no triângulo conhecimento/poder/política**

Se retomarmos agora a trilogia conhecimento/informação/poder e política, teremos condições de resumir a nova grande transformação neste acontecimento maior: os novos sujeitos produtivos do capitalismo cognitivo reformataram completamente a repartição das ordens comunicacionais.

1. O caráter dominante – *leading part* – dos conhecimentos implícitos e, pois, dos imateriais não codificados ou não codificáveis, desestabiliza o poder das indústrias culturais ao retirar sua autoridade, neste caso, sua credibilidade econômica. Com efeito, se o capitalismo cognitivo se volta para a polinização das abelhas humanas mais do que para as formigas trabalhadeiras e econômicas e as cigarras gastadeiras da velha economia política, não o faz por amor à arte; o faz porque a esfera polinizadora representa um valor econômico incomensurável em relação à economia material da esfera de mercado (numa relação, por baixo, de 1 para 100).<sup>19</sup>

2. Este deslocamento da esfera da acumulação na economia do conhecimento no sentido da aprendizagem (uma *learning economy*, e não uma economia de venda de *software* Vista ou de acesso a bancos de dados) se deu no momento em que a produção humana chegou aos limites ecológicos do planeta, quando começaram a ser incorporados programas de contabilização das externalidades negativas e dos mecanismos de compensação (*embededness, enshrine*, para usar o vocabulário de Karl Polanyi) para um mercado produtor pretensamente autorregulado.

3. Novo trabalhador produtivo, novo sistema de acumulação, novo nível específico de exploração, nova divisão do trabalho, redefinição dos perímetros da empresa e da gestão de recursos (a *wikinomics*), ou o que chamo de “apieconomia”, ou seja, a declinação, nos domínios da atividade humana em redes digitais, do paradigma da polinização da inteligência coletiva, eis os novos conteúdos da política assumida pela nova acumulação.

4. Aqueles que ainda não perceberam este novo Quadro de Quesnay<sup>20</sup> do trabalho produtivo como suficientemente político, pelo fato de não falar em subjetividade revolucionária ou em anticapitalismo, fariam

---

19 Assim, a contribuição das abelhas à polinização da biosfera, que na verdade não tem preço por ser tão vital à sobrevivência do planeta e da vida, poderia ser avaliada, numa primeira aproximação, em algo como 35 bilhões de dólares, contra centenas de milhões de euros da produção de mel. A potência das externalidades em rede é evidenciada pela regra do *efeito biblioteca*: quanto mais usuários participam de uma rede temática, mais forte a probabilidade de responder rapidamente a qualquer questão. Isto já havia sido demonstrado nas redes de CB (*Citizen Band*, em português, Faixa do Cidadão, frequência de rádio para comunicação direta sem necessidade de antenas e transmissores) dos motoristas de caminhão.

20 Alusão ao *Tableau Économique* (1758), de François Quesnay, economista francês do século XVIII. O *Tableau* mostra esquematicamente as relações entre as diferentes classes econômicas e setores da sociedade, e o “fluxo de pagamentos” entre elas. (N.T.).

melhor em abrir os olhos. É justamente a relação de produção que está em xeque na batalha dos direitos de propriedade intelectual que recobre os direitos do autor; as patentes de *software*; o genoma dos seres vivos; ou o abandono, no campo do direito constitucional, do princípio pós-colonial da terra *nullius*,<sup>21</sup> a atribuição de direitos de acesso ou direitos de uso às comunidades em luta contra a biopirataria.

Se não é este o único horizonte possível para materializar uma perspectiva comunista renovada de cima a baixo, traduzindo-a numa política praticável em escala planetária, devemos nos perguntar honestamente do que é que estamos falando! Os grupos que se formaram para intervir no Parlamento Europeu contra o patenteamento do *software* que a Microsoft tentou impingir aos governos, chantageando o governo irlandês, e depois o dinamarquês, ou contra a lei Hadopi;<sup>22</sup> os que, na Índia, retardaram o alinhamento do país durante a convenção de Doha, que impunha patentes de medicamentos para entravar a produção dos genéricos; os institutos que inseriram, na legislação, licenças alternativas de direito autoral (Creative Commons, Art Libre, Licença Pública Geral da Freesoftware Foundation) tornam a política, e tenho satisfação de dizê-lo, mais interessante e inovadora. São grupos que não precisam receber nenhuma lição de anticapitalismo ou de “comunismo”, muito pelo contrário.

Não são mais os operários da fábrica, os empregados de escritório explorados no nível 1 de sua força de trabalho que estão sendo tratados como “comunistas” por Bill Gates; são os *hackers*, a Freesoftware Foundation e, de maneira mais abrangente, “essa geração da Internet que não quer reconhecer que o que tem valor deve necessariamente ter um preço de mercado”, como explicam as novas cruzadas contra a

---

21 *No man's land*, terra de ninguém (N.T.).

22 A Lei Hadopi – sigla para Haute Autorité pour la Diffusion des Œuvres et la Protection des Droits sur Internet, em português, Alta Autoridade para a Difusão de Obras e Proteção dos Direitos na Internet – é um projeto de lei apresentado ao Congresso da França em junho de 2009 como tentativa do governo de controlar e regulamentar o acesso à Internet através desta agência, reforçando o vínculo de compromisso com as leis do direito autoral no país. Depois de passar pelo Congresso, o projeto foi aprovado em nova versão, tendo sido retiradas as partes mais polêmicas, que previam sanções aos usuários da Internet apenas acusados de violação dos direitos autorais. Contribuiu para esta decisão a ideia de que a Internet é um domínio de liberdade de expressão, além do fato de, na legislação francesa, prevalecer a presunção da inocência, ou seja, ninguém pode sofrer sanção sem ter sido julgado e condenado pela justiça (N.T.).

gratuidade. É o cognitariado<sup>23</sup> precário, a face invisível da classe criativa de Richard Florida, o *caritariat* que produz e protege a vida e a saúde da população que reivindica acesso livre aos medicamentos genéricos e cobertura social generalizada. Em suma, os que são explorados principalmente (mais-valia relativa) no nível 2, e acessoriamente (mais-valia absoluta) no nível 1.

5. A composição da atividade em rede, que detém as chaves do valor econômico (inteligência, inovação) e que produz a riqueza, é a chave para a possibilidade de fazer bifurcar o capitalismo cognitivo em direção a um mundo onde a medida da riqueza em função do tempo de trabalho se torna ridícula. A invisibilidade dessa economia da colaboração sem empregador privado permite que o capitalismo cognitivo de fato absorva uma enorme parcela de atividade não remunerada e não reconhecida como trabalho pela convenção do emprego.

6. A Internet constitui o bem fundamental, garantia do espaço comum onde se desenrola a economia alternativa da colaboração. Ela enfrenta a dupla tentativa – permanente e vã por definição – de explorar o vivo e a produção de conhecimento, de retomá-lo por via do mercado ou pela ordem estatal. Eis o terreno da nova luta de classes. Considerando a ponderação, daqui por diante, da economia do imaterial em face da economia material, situação que se acentua com as sequências de crise financeira, contrariamente ao que pretende o bom senso reacionário, que anseia pelo retorno aos fundamentos, quero fazer uma provocação dizendo que os outros movimentos sociais “não passam de literatura”. Não que eles não existam, como a antiga luta de classes de Augustin Thierry, mas sem esse novo sujeito antagonista do terceiro capitalismo, eles teriam tanto interesse quanto um monumento histórico ou os pobres genéricos do tempo de Marx.

A legitimação do poder de comando do capitalismo cognitivo sobre o conjunto da sociedade e os inumeráveis resquícios do capitalismo industrial se apoiam na inteligência coletiva das multidões. Multidões transformadas em *demos*, em povo, pelas instituições da democracia, que parecem agora bastante apertadas no espartilho da representação

---

23 Neologismo derivado de proletariado.

analógica. A autoridade do poder repousa sobre sua capacidade de explorar a atividade do trabalho vivo e a inteligência. Contudo, o conhecimento não remete mais nem ao conhecimento-de-si do poder, nem ao conhecimento do processo de produção (marxismo científico), menos ainda a uma perspectiva de transformação (teses sobre Feuerbach, de Marx). O conhecimento é a matéria-prima do processo de acumulação. O capital material tem doravante um papel de simples coadjuvante e facilitador do capital imaterial.

O controle do conhecimento no sentido de um planejamento da difusão da informação tornou-se tarefa duplamente difícil: as tecnologias digitais favorecem o desvelamento (*disclosure*) horizontal e contrariam a segmentação dos públicos e das audiências. Por outro lado, a informação vê a duração de sua pertinência, de seu tempo de vida e de valor cada vez mais abreviada. Finalmente, tanto do lado do conhecimento, fonte de legitimidade, quanto do lado da informação, fonte de manipulação e manobra, o poder não está confortável com a cognição distribuída em redes digitais. Um dos maiores argumentos da “representação” política era a impossibilidade de se dispor de informações em tempo real e de coordenar as pesquisas que oferecessem respostas a uma ampla gama de problemas (argumento clássico de Rousseau para explicar por que a solução genovesa não convinha à França, que tinha necessidade, em função de seu tamanho, de um monarca). A organização com equipamentos digitais da sociedade da informação reinstala no horizonte do possível e realizável aquilo que passava por utopia da democracia radical (o voto público, a participação direta dos cidadãos sem necessidade de intermediação, a resolução do problema complexo de segurança, onde só a organização da multidão é a melhor garantia para evitar os acidentes catastróficos).

A disponibilização de informação digitalizada sem as autoridades que interpretam e guiam os usuários abriu interessantes debates, que reproduzem a mesma questão do acesso às fontes originais que abalou a Igreja Católica no tempo da Reforma. Assim, tornou-se impossível, depois do advento da telefonia móvel ou da conexão à Internet, fazer respeitar o princípio jurídico que prega que os jurados sejam proibidos de manter contato com o exterior e de investigar por si mesmos, posto que devem se pronunciar unicamente

com base nas convicções, testemunhos e especialistas contratados pelas duas partes. Podemos avaliar até que ponto a formação de uma opinião – e, daqui para frente, de uma opinião comum ou convergente – é alterada pelas novas tecnologias da informação e da comunicação.

No que tange ao problema da verdade ou da autenticidade do conhecimento equipado digitalmente e que circula em rede, as dificuldades não são menores. O que vale uma informação ou uma referência coletada na Internet? As regras de estabilidade no tempo das fontes e referências não são respeitadas. Citar um *site* sem a data de acesso não é prudente. É verdade, no entanto, que o recurso aos motores de busca, e não à simples navegação direta, permite dar uma peneirada. Porém, as referências do Google seguem os mesmos princípios das citações acadêmicas e da frequência e importância dos que citam: o número de citações em outros *sites*, mas também o *link* com outros *sites*, atribuindo um coeficiente de ponderação que varia de acordo com a importância dos *sites*. Os *sites* mais visitados são, desta maneira, prescritores. Como observou P. O’Neil,<sup>24</sup> o peso científico e a notoriedade na Net não necessariamente coincidem. O caráter autorreferenciado da definição subjetiva da verdade (uma ideia é verdadeira quando um grande número de opiniões converge para a aprovação de seu conteúdo) foi fortemente criticado. Isto tanto porque ideias rebuscadas podem encontrar eco em raciocínios que não têm nada a ver com seu conteúdo, mas também porque uma doutrina que segue na contramão de seu tempo não tem probabilidade de figurar no Google – e, portanto, simplesmente de existir.

Mesmo quando levanta uma questão que teria agradado a Feyerabend, este argumento não é totalmente convincente. Todo programa de pesquisa científica – no sentido de Lakatos – mesmo nas sociedades mais “duras”, e indo por fora dos critérios da pesquisa digital, reflete um acordo da comunidade profissional e acadêmica, o que não impede uma ideia experimental, processual, de vir à luz. É assim que avançam as discussões científicas. No caso da Wikipédia ou nas listas de desenvolvimento de *software* livres, o processo é muito similar, embora um pouco

---

24 *Le Monde diplomatique*, abril-maio de 2009, artigo disponível na Wikipedia.

mais lento. Mas, se a Wikipédia (“*wiki*” significando veloz) funciona rápido e, às vezes, muito rápido, as correções são igualmente rápidas e, principalmente, os processos de avaliação de artigos submetidos para publicação e os protocolos de correção. Os artigos duvidosos podem receber avisos como “faltam referências”, “incompleto” ou, quando discussões particularmente vivas provocam avalanches de correções, estas são comunicadas aos colaboradores iniciais, e, caso isso não seja suficiente, a entrada é temporariamente bloqueada, ou mesmo removida. Quantos coletivos ou grupos aparecem agora graças à Web, enquanto a reunião física de seus membros envolveria um *tour de force*, um milagre?

O conhecimento instrumentado pelas tecnologias digitais e pelos motores de busca fornece, de resto, uma ilustração precisa da distinção entre a informação codificada – cujo valor é muito reduzido – e o conhecimento coproduzido por usuários suficientemente sábios, prudentes ou capacitados para poderem identificar e descartar informações visivelmente erradas ou completamente fora de contexto.

O controle do acesso se decompõe em: a) limitação dos acessos pelo custo da entrada ou por discriminações (quando só assinantes cadastrados podem acessar); b) censura ou manipulação direta de conteúdos; c) deslocamento do controle sobre os conteúdos ou sobre entradas e saídas em direção de uma tomada de participação financeira nas plataformas técnicas, em equipamentos de infraestrutura. Já explicamos no início que o item c) se tornou a principal via do crescimento desmesurado dos cartéis de informação e comunicação no coração do capitalismo industrial, bem como da institucionalização da democracia representativa.

Se o digital torna mais aleatórias – porque mais expostas às revelações desagradáveis – as técnicas a) e b), a enorme massa de investimentos em equipamentos de telecomunicações continua a privilegiar o método c), mesmo se experiências como a da Comissão Nacional de Informática e Liberdade (CNIL) e do chamado grupo do artigo 29 da diretiva europeia sobre liberdade e informática (que congrega 27 comissões nacionais dos Estados-membros) obtenham resultados sobre as questões técnicas da restrição dos dados ao uso privado ou do anonimato dos arquivos, ou de abusos cometidos pela posição dominante. É, no entanto, uma diferença fundamental com relação ao período precedente: a evolução

extremamente rápida das tecnologias digitais torna as posições dos monopólios flutuantes e instáveis.

## **Do novo trabalhador produtivo a uma outra política: o modelo da wikipolítica**

A economia da colaboração não é redutível à economia da troca. Já desde os primeiros acercamentos do século XVIII, o mundo de bens comunais tornou-se menos produtivo que os domínios de senhorios, que perseguiram os locatários dos seus lotes, interditando o acesso aos bosques e aos campos para obrigá-los a trabalhar como assalariados ou meeiros em suas próprias terras. Hoje, o mundo dos bens comuns (particularmente a Internet) é muito mais produtivo que o mundo das trocas comerciais. Ele constitui a condição de possibilidade do capitalismo mais dinâmico: aquele que acumula mais inteligência. É por isso que a batalha das novas *enclosures* não nos parece que irá seguir o mesmo caminho da primeira, que resultou em um nítido fracasso.

O que é surpreendente é que a enciclopédia *online Wikipédia* – cujas contribuições não são assinadas, e que não funciona a partir da publicidade, como o Google, mas com doações e com um início de marca – torna-se um instrumento de aprendizagem em massa só equiparável à conhecida *Enciclopédia* de d’Alembert e Diderot.

Os princípios de organização interna da *Wikipédia*, como os das comunidades de desenvolvedores de *software* livre (ver o sistema operacional de Debian) não correspondem aos modelos feitos para serem absorvidos pelas firmas comerciais.<sup>25</sup> Como no caso das trocas *peer to peer* dos internautas, a confiança não se estabelece de forma bijetora entre os indivíduos, mas entre cada colaborador e o sistema técnico (a rede), ao qual a forte participação dos outros membros confere capacidade de responder às demandas que chegam, sem calcular lucros com essa troca. A hierarquia que prevalece é mais horizontal do que vertical e é função da importância da colaboração. São aqueles que mais contribuem para a enciclopédia que a dirigem. O

---

25 Cf. a tese de Michael Vicente, defendida na Unieversité de Technologie de Compiègne em 4 de dezembro de 2009, que chega a este interessante resultado.

acesso à participação e à contribuição não é fechado *a priori* segundo critério de competência ou de currículo.

Uma observação, para concluir. Lembro-me de ter lido dois artigos de *Socialismo ou barbárie* logo após 1969; eram ambos de Chaulieu, aliás Cartan, aliás Cornelius Castoriadis. Um se chamava *Les rapports de production en Russie*, e o outro, *Le contenu du socialisme*. O primeiro curava qualquer um definitivamente do socialismo histórico. O segundo era mais utópico, mais vago, seguindo a linha da literatura histórica do “socialismo dos Conselhos”, de Herman Gorter a Antoine Pannekoek, os mesmos que Lenin visara em sua obra *Esquerdismo doença infantil do comunismo* (1920). Delineava os contornos de uma democracia direta, participativa, a milhas de distância do arremedo de democracia de mercado que tinha sido a pele do socialismo. Seu pressuposto era um certo grau de descentralização da sociedade, um conhecimento e um compartilhamento do conhecimento pelos agentes que ia muito além da imaginação cibernética dos anos 1960, que continuava a pensar com o mesmo paradigma com que Lawrence Lessig caracteriza o modelo da Companhia Bell de telefonia: tecnologias centralizadas, cada vez mais poderosas e sofisticadas, para agentes frustrados. Ao passo que o modelo da Internet simplifica o bloco técnico, descentralizando-o entre agentes cada vez mais sofisticados.

Hoje eu daria de bom grado a Castoriadis – como nos *Diálogos dos mortos*, de Luciano – a oportunidade de reescrever seu texto, mudando o título para “O conteúdo de uma sociedade pólen digitalmente instrumentada e sua relação conflituosa com um capitalismo da inteligência”.

## Referências

BENKLER, Yochai. *The wealth of networks*. How social production transforms markets and freedom. New Haven and Londres: Yale University Press, 2006. Disponível em: [http://cyber.law.harvard.edu/wealth\\_of\\_networks/Download\\_PDFs\\_of\\_the\\_book](http://cyber.law.harvard.edu/wealth_of_networks/Download_PDFs_of_the_book). Acesso em 1 mar. 2010.

BOYLE, James. The opposite of property. *Law and contemporary problems* 66, n.º. 1-2, winter/spring 2003, p. 1-32. Disponível em: <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?66+Law+&+Contemp.+Probs.+1>. Acesso em 1 mar. 2010.

CAMACHO, O. Vega. Penser l'Amérique du Sud. *Multitudes*, 35, winter 2009, p. 66-71.

- COCCO, Giuseppe. Anthropophagies, racisme et action affirmative. *Multitudes*, 35, winter 2009, p. 41-53
- \_\_\_\_\_.; Antonio Negri. *Glob(AL)*. Biopoder e luta em uma América Latina globalizada. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- FEDERICI, Silvia. *Caliban and the witch, women, the body and primitive accumulation*. New York: Autonomedia, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *La naissance de la biopolitique*. Cours au Collège de France 1978-79. Paris: Gallimard-Seuil, 2004.
- GROSFUGUEL, Ramon. Les Implications des altérités épistémiques dans la redéfinition du capitalisme global : transmodernité, pensée-frontalière et colonialité globale. *Multitudes*, 26, automne 2006, p. 51-74. Disponível em: [http://multitudes.samizdat.net/spip.php?page=rubrique&id\\_rubrique=846](http://multitudes.samizdat.net/spip.php?page=rubrique&id_rubrique=846). Acesso em 15 mar. 2010.
- LENIN, Vladimir. *Left-wing communism: an infantile disorder*. In: *Collected works*, v. 31, p. 17-118.
- LESSIG, Lawrence. *The net's new enclosures code and other laws of cyberspace*. New York: Basic Books, 1999.
- MAY, Christopher. *A global political economy of intellectual property rights: the new enclosures?* New York: Routledge, 2000.
- MOULIER BOUTANG, Yann. *De l'esclavage au salariat bridé*. Paris: PUF, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Nouvelles frontières de l'économie politique du capitalisme cognitif*. 1999, disponível em: [http://thorstein.veblen.free.fr/documents/YMB\\_14\\_12\\_02.pdf](http://thorstein.veblen.free.fr/documents/YMB_14_12_02.pdf). Acesso em 15 dez. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Le capitalisme cognitif, la nouvelle grande transformation*. 2. ed. Paris: Éditions Amsterdam, 2008. Edição em inglês no prelo, Londres: Polity Press, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Les nouvelles clôtures: technologies de l'information et de la communication et révolution rampante des droits de propriété*. 2005. Disponível em: <http://www.ulb.ac.be/socio/cm Marx/Cahiers/Microsoft%20Word%20-%20YMB-usa>. Acesso em 15 fev. 2010.
- TAPSCOTT, Don; WILLIAMS, Anthony. *Wikinomics*. How Mass collaboration Changes Everything. New York: Portofoglio, 2007.
- TRONTI, Mario. *Operai e capitale*. Torino: Einaudi, 1966.

## Capítulo 4

# A CRISE DO CAPITALISMO COGNITIVO: A LUTA DENTRO DO NOVO PARADIGMA. REVISITANDO O DEBATE SOBRE INOVAÇÃO

*Giuseppe Cocco*

### **Introdução\***

Este final da primeira década do novo milênio é o teatro de uma crise estrutural do capitalismo cognitivo que teve como seu alicerce político-ideológico o neoliberalismo. A crise financeira aparece dramaticamente como crise do modo de ser do capitalismo pós-industrial e, com violência, desmente todos aqueles que pensavam que as finanças constituíssem uma esfera fictícia, independente e separada de uma outra esfera, que seria aquela da economia “real”.

Muitos achavam que os problemas e desequilíbrios do capitalismo financeiro fossem gerados pela existência de uma esfera fictícia, meramente financeira, separada do que seria um capitalismo o verdadeiro (e “sadio”), o capitalismo real: aquele industrial. A realidade da crise é outra, porque, por um lado, ela tem um impacto generalizado e profundo. Por outro lado, a crise aparece não como a crise do capitalismo financeiro, mas como a crise do capitalismo contemporâneo. Este capitalismo contemporâneo, na realidade, é um capitalismo que precisa explorar as redes sociais, ou seja, a própria vida. E isso deve começar a ser feito por um duplo mecanismo de transformação, uma máquina que se alavanca em dois elos fundamentais. O primeiro é a difusão social do trabalho e o outro é a integração produtiva do consumo. Isso significa que é um capitalismo que não investe mais apenas o trabalho na sua organização separada, como uma economia da

---

\* Parte deste capítulo foi traduzido do francês por Gilvan Vilarim. Agradeço à profa. Sarita Albagli pela revisão deste capítulo e suas valiosas sugestões.

vida baseada na divisão fundamental entre o tempo de vida e o tempo de lazer ou entre o tempo de vida (“livre”) e o tempo de trabalho, mas que investe na vida como um todo.

Um mecanismo fundamental dessa nova dinâmica – da importância crescente do capitalismo financeiro como nova forma de ser do capitalismo em geral – diz respeito aos fundos de pensão. Quando os fundos de pensão se tornam, no mundo todo, fatores fundamentais no processo de financeirização, isso leva a uma outra economia da vida. Isso significa que uma parte da renda dos trabalhadores, ligada à aposentadoria (aquele período da vida em que não trabalharão mais), é mobilizada para a gestão das despesas que, até então, eram despesas públicas e que, desde meados dos anos 1970, passaram a ser reguladas sob a dinâmica privada do mercado de ações e obrigações. Ao mesmo tempo, essa criação monetária, que não é mais operada pelo Estado (e seus mecanismos tradicionais de *deficit spending*), mas pela intervenção dos fundos de pensão nos mercados, tem outra consequência, que é a de fragmentar a composição social do trabalho. Haverá, por um lado, trabalhadores protegidos por um fundo de pensão e que poderão investir seus recursos e, por outro, trabalhadores informais, precários, intermitentes (desprotegidos e flexíveis), que não têm nada para investir e são objeto dessas políticas. Essa fragmentação se desdobra em outra que afeta mais diretamente os trabalhadores “protegidos”: estes, enquanto poupadores e detentores de um fundo de pensão, têm interesse em que os títulos nos quais seu fundo de pensão investe obtenham um retorno financeiro importante (suficiente para aumentar as garantias dessa proteção); e, enquanto trabalhadores, serão também objeto das consequências (com a flexibilização de seus direitos) dessa pressão para que haja retornos importantes dos investimentos financeiros.

Então, há um único capitalismo, quer dizer uma única dinâmica de acumulação, quer dizer de exploração. No regime de acumulação pós-industrial, baseado no controle das redes sociais de produção do conhecimento, a exploração investe a vida como um todo. No cerne desse mecanismo de exploração, temos uma nova dimensão do trabalho, um trabalho imaterial que não corresponde mais a uma economia da vida articulada em torno de sua separação entre tempo de trabalho e tempo livre.

Toda a vida é posta para trabalhar e, ao mesmo tempo, apenas o trabalho assalariado (o emprego formal) encontra reconhecimento e proteção, embora essa mesma “proteção” seja também cada vez mais precária. Se, em 1929, os operários da indústria automobilística norte-americana não dispunham dos salários reais que lhes permitissem comprar os carros que produziam, em 2009 os trabalhadores de uma multiplicidade de serviços (precários, imigrantes legais e ilegais, jovens, mulheres, minorias etc.) não conseguem ter uma renda estável para reembolsar os empréstimos que tomaram para “se proteger” e, ao mesmo tempo, estruturar o novo tipo de atividade produtiva (o novo tipo de trabalho) que deles depende: essa estruturação diz respeito à chamada “empregabilidade”, ao capital social, ao capital humano ou – mais em geral – às externalidades (positivas). A moradia, a saúde, a educação, a aposentadoria etc. passaram a ser fundamentais para definir a qualidade desse trabalho relacional, afetivo, imaterial e, ao mesmo tempo, a depender do crédito, pois a relação salarial foi estilhaçada pelo próprio mecanismo da transformação do emprego em empregabilidade e desta em “projeto”: a procura da redução máxima dos custos de transação faz com que a relação de emprego seja exatamente aquela que não acontece. A ela se substitui um contrato (de encomenda de um trabalho “por conta própria”) para a execução de um projeto cuja duração ideal será instantânea. Ao salário, assim, substituiu-se o crédito e, por sua vez o *deficit spending* foi substituído pelo crédito, quer dizer, foi a um só tempo privatizado e transformado em instrumento fundamental de controle social.

A saída dessa crise, como foi o caso da crise de 1929, é completamente incerta e indefinida. A própria definição da crise atual como crise maior não encontra seu embasamento somente no tamanho das perdas das bolsas de valores, no número de bancos falidos ou enfim na quantidade de trilhões de dólares, euros e ienes que os bancos centrais das maiores economias do mundo já mobilizaram para tentar evitar o “pior”. A crise atual apresenta-se como uma crise maior porque ninguém sabe qual vai ser o mundo no qual entramos. Sabemos que a hegemonia neoliberal acabou, que o sistema mundial de crédito se tornou estatal de fato. Mas não sabemos qual modelo de economia e de relação entre política e economia será dominante. Tudo está indefinido.

Neste capítulo, nosso objetivo não é desenvolver esses temas, mas usá-los para voltar ao debate do final dos anos 1970 e do início dos anos 1980 – quando se discutia a crise do fordismo e as características do regime de acumulação que iria substituí-lo. Por que voltar hoje a essa discussão? Porque ela pode indicar erros políticos e teóricos que é importante evitar hoje, para instrumentar a análise teórica das alternativas possíveis abertas pela e na crise atual. Naquele momento, no âmbito das teorias críticas (em particular da escola francesa da regulação, a partir do livro pioneiro de Michel Aglietta, de 1976), assumiu-se a passagem ao pós-fordismo como sendo completamente determinada, por um lado, pela lógica interna à acumulação capitalista (a transformação da concorrência em termos cada vez mais vinculados à luta pela “qualidade”) e, por outro, pelos processos de inovação tecnológica (a robótica, antes, e, mais tarde, a eletrônica e sobretudo a microeletrônica). A reestruturação industrial, de tipo japonês, ocupava o horizonte dos trabalhos sobre o novo regime de acumulação – que passou a ser chamado de toyotista ou, mais em geral, de especialização flexível – e sua dinâmica era fundamentalmente aquela da “lógica” da inovação. Os arranjos sociais e políticos eram, *ipso facto*, vistos como determinados por esses deslocamentos. Por importantes que fossem as preocupações em criticar o novo marco neoliberal de regulação e abrir o caminho a uma nova geração de políticas de reforma (ou de “regulação”), tudo isso era visto como algo que era preciso sobrepor a uma dinâmica estrutural que lhe era independente: e essa dinâmica era neointustrial.

Naquele momento, as teorias da inovação e, sobretudo, a hibridização da teoria schumpeteriana com a do paradigma científico (de Thomas Kuhn) desempenharam um papel fundamental. Elas contribuam para reforçar o determinismo do capital (em termos de determinismo técnico-científico) e mantinham completamente de fora a análise do trabalho e das novas formas de conflito. A proposta deste capítulo é voltar a esse debate e ver como, na realidade, é impossível usar a teoria kuhniana do paradigma científico sem integrar as dinâmicas (revolucionárias) do conflito e, portanto, a determinação social da inovação no horizonte dos possíveis, que não pode se limitar às determinações do capital, mas, ao contrário, deve indicar sua superação.

## **A teoria kuhniana do “paradigma” e a problemática da inovação técnico-científica: alguns elementos de discussão**

Ao longo da década de 1980, os debates sobre os modelos de reorganização estratégica das empresas e o novo regime de acumulação capitalista focaram a problemática mais geral da inovação e da mudança técnico-científica. As inovações e sua aceleração pareciam caracterizar o regime de acumulação em gestação após a crise do fordismo. Esse novo regime de acumulação era tido como tendo uma nova base industrial (automatizada) e um novo estilo gerencial (desverticalizado e flexível). Todos dirigiam seu olhar para a trajetória japonesa, mesmo quando focavam suas variantes.

Neste capítulo, pretendemos voltar a esse debate, num diálogo entre duas correntes de pensamento que, naquele momento, desenvolviam as abordagens mais abertas à procura de uma nova base social da nova dinâmica capitalista. Estamos falando da escola francesa da regulação, de Michel Aglietta e Robert Boyer, e da síntese, conceituada pelos economistas ingleses da escola de Sussex (tais como Christopher Freeman e Carlota Perez), entre a teoria schumpeteriana da inovação e a noção kuhniana de paradigma e de revolução científica (Thomas Kuhn). O que visamos propor é exatamente uma problematização da noção de “paradigma”.

É sobre essa segunda contribuição que concentraremos nosso trabalho de revisão do debate. Sabemos que é por meio desse viés de análise do papel da inovação tecnológica e de sua dinâmica que a abordagem da escola francesa da regulação, até então atravessada pela sociologia dos conflitos entre operários e capital, reforçou seu formalismo. Com efeito, a própria utilização da noção de paradigma levou a abordagem “regulacionista” a uma redução do campo de análise. A noção de “ciência normal” que a teoria do paradigma implica prevê a existência de uma seleção prévia dos objetos de pesquisa: os que não entram na “caixa de ferramentas” não são levados em conta. Como lembra Perulli (1989, p. 46), “a ciência normal exclui novas teorias”.

Foi isso o que ocorreu quando se tentou transformar a noção de modo de regulação, de leitura *ex-post do período fordista – a partir* das harmonias (regularidades) de séries estatísticas (taxas de crescimento da

produtividade e das economias nacionais) que eliminavam o contexto extremamente conflituoso entre operários e capital –, em afirmação da existência, *ex ante*, de regras e de instituições cuja coerência só poderia ser o resultado de um metaprojeto social, mesmo se ele fosse puramente objetivo.<sup>1</sup> O “fordismo” foi assim definido como um “paradigma”, quer dizer, como a vigência de uma ciência “normal” dentro da qual vigorava a regularidade (harmoniosa e até “gloriosa”) da rotina industrial da produção e do consumo de massa. De instrumento de compreensão de formas complexas, tanto sociais como institucionais, que teriam caracterizado as políticas de estabilização econômica no segundo pós-guerra nas economias centrais, a noção de “modo de regulação” foi assim reduzida a um conjunto de regras formais capazes de servir de mediador a todo tipo de conflito, de proteger o regime de acumulação de qualquer possibilidade de crise endógena e, nesse sentido, de lhe garantir uma legalidade de tipo paradigmático. As contradições e as flutuações instáveis são expulsas desse regime de acumulação. A “paradigmatização” do modo de regulação não leva em conta o fato de que “em torno dos pontos de passagem de um estado a outro, as transições obedecem a uma matemática não linear” (Bensaïd, 1980, p. 180).

Por meio dessa operação formal, a regulação acabou por reafirmar um determinismo meta-histórico. A “regulação” como “modo de gestão”, metaprojeto social articulado em formas institucionais estáveis, se estruturaria então a partir de um conjunto de compromissos sobredeterminados pelo sistema político, supostamente capazes de garantir as grandes compatibilidades entre as dinâmicas micro e macroeconômicas. O “fordismo” é reduzido a tornar-se um modelo de crescimento equilibrado *tout court*. Sua modelização-tipo do círculo virtuoso, ao invés de permanecer como uma ferramenta de interpretação de encadeamentos macroeconômicos, se faz uma realidade intrínseca. O método se encarquilha sobre sua própria formalização. Ao invés de ser um mecanismo de ajuste de uma pluralidade de movimentos ou de atos, e seus efeitos ou produtos, essa modelização não é mais do que

---

1 Conforme Michelet (1985, p. 14): “o objetivo da regulação é a realização de um equilíbrio entre as taxas de crescimento o mais altas possível da produção e a progressão paralela da demanda resolvida. Este equilíbrio deve ser garantido antecipadamente... *ex ante* e não *ex post*...”.

um conjunto de regras que organizam e medem a atividade econômica segundo uma direção que só pode ser aquela traçada pela “*regula*” de um metaprojeto social.

Assim, a regulação resume-se ao “conjunto de regras”. Ao mesmo tempo, essas “regras” invocadas pelos “regulacionistas” são bem mais pobres que aquelas lembradas por Latour e Callon a partir de Wittgenstein:

Se no *Tractatus* toda atividade humana é codificada por regras, estas regras só sendo parcialmente explícitas, sua eficácia reside no fato de que elas não se revelam uma só situação, e que elas não são jamais aplicadas, e sim mostradas, interpretadas e testadas por meio da interação e da negociação. (Latour; Callon, 1991, p. 15)

É por isso que a dinâmica da produção científica, para poder abrir-se às questões da significação, quer dizer, do sentido ético, deve ser aberta à polissemia do texto (Bensaïd, 1980, p. 113). Ora, a polissemia do texto implica sua dimensão conflitiva e aberta, quer dizer o fato de que as regras dizem respeito ao conflito e à sua vitalidade, e não à sua redução.

Um exemplo bastante marcante das consequências dessas deformações do método regulacionista se encontra em um artigo publicado na revista *Futures* em 1987, por Roobeek. O que há de interessante nesse artigo marginal é não apenas a explicitação da redução que estamos apontando, mas sobretudo sua articulação com a hibridização entre a teoria da regulação e os trabalhos neoschumpeterianos em “economia da inovação”. Nessa hibridização, o fundamental não são as formas institucionais, mas a própria dinâmica tecnológica: a regularidade e as harmonias de um “modo de regulação” devem ser procuradas nas rotinas tecnológicas da vigência de um determinado paradigma. Em função da tentativa de traçar a síntese entre as teorias neoschumpeterianas da escola de Sussex (Freeman, 1986) e as da “regulação francesa”, Roobeek crê dispor de instrumentos que lhe permitem explicar as clivagens que separaram o modo de regulação dos Estados Unidos daquele da Europa ocidental. “Na Europa”, explica ele, “não houve uma verdadeira americanização”, já que, em cada caso, teria havido uma diferente sobre-determinação do político. A diferença estaria então no fato de que

as duas classes operárias, a americana e a europeia, não teriam obtido os mesmos direitos legais. Notadamente “os sindicatos americanos nunca possuíram os direitos (acordados) pelo código legal dos europeus ou japoneses, por causa da ausência de representação independente para o trabalho, dentro de políticas nacionais ou estatais” (Roobeek, 1987, p. 131). Essa visão contradiz o peso atribuído à experiência americana por autores como Piore e Sabel e, bem antes deles, por Antonio Gramsci, que, já no período entre as duas guerras, falava da hegemonia do “americanismo”. Ora, sabemos que é ao trabalho de Piore e Sabel (bastante desconhecido na América Latina e sobretudo no Brasil das décadas de 1980 e 1990<sup>2</sup>) que devemos uma das primeiras tentativas de apreender o “novo” modelo pós-fordista, pela proposta de defini-lo como uma acumulação baseada no paradigma da “especialização flexível”. Para Piore e Sabel (1984, p. 32), o crescimento fordista se espalhou ao nível mundial a partir do momento em que um “verdadeiro culto dos princípios americanos de organização industrial [se difundiu até criar um] valor universal e incontestável” para todos os países industrializados.

A questão de saber se houve ou não uma real americanização da Europa não é dirimente. O que nos interessa é perceber, como dizem corretamente Piore e Sabel, que houve uma homogeneização do modelo industrial (a grande firma de produção em série) e de seu “cortejo de mecanismos de micro e macrorregulação”. É este pano de fundo homogêneo que representa o dado fundamental do crescimento fordista do pós-guerra, sobre as mil formas (heterogêneas) de “normas” – explícitas ou implícitas – que permitiram a regularidade do longo período de crescimento e sua relativa “harmonia”. Dessa maneira, Piore e Sabel, é importante sublinhar, fogem da armadilha da formalização reducionista e reconhecem os limites onde se exaure em definitivo a proposta da “escola francesa da regulação”. “Ao descrever a organização macroeconômica do pós-guerra como um sistema coerente, expomo-nos a dar às instituições a imagem de uma criação consciente” (Piore; Sabel, 1984, p. 124). A estrutura institucional só pode ser estabelecida como resultado: “de

---

2 No Brasil, essa noção foi veiculada, de maneira reduzida e redutora pelas leituras da regulação propostas em *A condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural, de David Harvey (São Paulo: Loyola, 1992).

uma vasta experimentação social é difícil discernir a obra de um projeto consciente onde lidamos com hábitos de pensamento fragmentados, quicá cegos” (Piore; Sabel, 1984, p. 124). Contudo, a recusa de formalização do modelo (no estilo dos regulacionistas) em termos de engenharia social (que seria realizada pelos governos, como vimos no exemplo particularmente redutor do Roobeck) deixa sem sustentação “lógica” e política a procura da transformação das regularidades (do passado fordista) em direção a um novo “modo” de regulação para o pós-fordismo. Assim, Piore e Sabel, negando a possibilidade de existência de uma coerência *ex ante* do sistema econômico e não partindo de uma teoria do conflito e dos processos de subjetivação, foram “obrigados” a reintroduzir essa “coerência” mobilizando a noção de paradigma.<sup>3</sup> Para eles, seria o “consenso”, quer dizer a “legalidade” do paradigma, o que fundamenta *ex ante* as coerências macro e microeconômicas e explica a regularidade (paradigmática) de um determinado período de crescimento: depois da crise do paradigma fordista, precisamos procurar pelo novo paradigma que se está formando. A única diferença entre os institucionalistas e a autonomia do político de Roobeek é que, em Piore e Sabel, essa coerência das formas institucionais da regulação é privada de todo tipo de subjetividade. Essa mesma clivagem separa Piore e Sabel dos próprios regulacionistas: enquanto, para estes últimos – em última instância –, é o Estado que desempenha um papel decisivo, para Piore e Sabel, a universalidade do paradigma obriga todos os “atores”, conscientes ou não, a respeitar os equilíbrios. Mesmo se as coerências só são analisáveis *a posteriori*, elas preexistem à sua explicitação e às vontades subjetivas dos atores. Lembrando os trabalhos de Giovanni Dosi (1982), poderíamos dizer que a coerência só é determinada

---

3 Lembremos que Kuhn substitui a noção de “evolução” científica pela de revolução. Esta é entendida como sucessão de “paradigmas” científicos que funcionam como processos constituintes que ressignificam a “realidade” e todos os conhecimentos acumulados. Entre um paradigma e outro não há continuidade, mas ruptura. Contudo, para determinar esse momento de ruptura, Kuhn distingue o trabalho dos cientistas de maneira bastante rígida: por um lado, há o trabalho rotineiro de experimentação e reflexão “dentro” de um determinado paradigma; por outro, há o trabalho excepcional de contestação de um paradigma em vigor, mas cuja “legalidade” é contestada por alguns cientistas. O trabalho excepcional, inicialmente minoritário, chega a afirmar um novo paradigma (que revoluciona o antigo e o substitui) quando ele se torna a referência – progressivamente – consensual da comunidade científica. Isso significa que, por um lado, a vigência de um paradigma depende desse consenso e, por outro lado, que esse consenso – uma vez que ele se afirma – transforma o trabalho excepcional que está na base da revolução em trabalho rotineiro, quer dizer de aplicação rotineira da “legalidade” instalada pelo “novo” consenso.

pelos movimentos estruturais trazidos pela “trajetória tecnológica”. A homogeneidade institucional é garantida pelo tecnossistema, quer dizer, a legalidade é aquela do paradigma.

O desafio daquele momento era resolver os enigmas que as análises do fordismo deixavam aos pesquisadores que tentavam apreender os mecanismos de sua crise e sobretudo os horizontes de afirmação de um novo regime de acumulação, pós-fordista. Isso passava necessariamente por uma “cambalhota” teórica e lógica: as formalizações *post festum* das harmonias do crescimento fordista, nos termos propostos pela “escola da regulação” e pelos institucionalistas, deviam ser utilizadas *ex ante* para prever o modo de regulação que deveria se enxertar sobre o regime de acumulação dos anos 1980 e 1990. Assim, ao invés de reconhecer melhor o terreno dos conflitos e dos processos de subjetivação dentro da crise, passou-se a superestimar todos os elementos que poderiam fazer pensar em novas coerências. O método adotado foi o de concentrar a reflexão a respeito das formas institucionais sob as quais é possível entrever os termos de um “novo compromisso social” que poderia se atrelar às novas bases tecnológicas e econômicas da produção. De modo que o trabalho de pesquisa se reduz a uma simples permutação do esquema fordista. Uma permutação que empobrecia, ao mesmo tempo, as análises do fordismo e, sobretudo, fechava a apreensão do pós-fordismo pela afirmação e um duplo horizonte intransponível: o de um novo tipo de industrialização (que foi buscado no toyotismo japonês em todas suas variantes) e o do desenho institucional que lhe era atribuído.

Essa inversão do método, das análises *post festum* das regularidades do fordismo à procura das condições industriais e institucionais das regularidades futuras não conseguiu se firmar sem se apoiar no debate sobre inovação tecnológica e, particularmente, sobre a noção de paradigma ou de tecnossistema. O paradigma técnico-científico tornou-se algo como um *Deus ex maquina*. O recurso à noção de paradigma devia permitir apreender a análise das coerências novas, próprias à que deveria vir a ser uma “regulação pós-fordista” sobredeterminada pelas mudanças tecnológicas. Como dissemos, mais de vinte anos depois, no contexto da crise de um regime de acumulação de tipo pós-industrial – que chamamos de “capitalismo cognitivo” (Rullani, 2004; Fumagalli,

2007; Moulier Boutang, 2007) – parece-nos interessante voltar a esse debate e, em particular, problematizar a abordagem epistemológica que é específica à noção de paradigma.

### **A noção kuhniana de paradigma**

Quando se raciocina em termos de paradigma, não podemos evitar definir as margens de comensurabilidade dos modelos (paradigmáticos) que podem se suceder, assim como a genealogia dos deslocamentos de um paradigma a outro. Em Kuhn, a noção de paradigma é definida pelo seu caráter constitutivo e incomensurável. O paradigma é constitutivo da realidade. Nesse sentido, a “verdade científica” não é mais o resultado de um processo linear de descoberta progressiva da realidade objetiva da natureza, mas é função de um processo de objetivação cujos vetores são as relações de poder no seio da comunidade científica. É a dupla relação entre consenso e poder que constitui o processo de objetivação do paradigma, isto é, sua metamorfose de hipótese interpretativa à verdade. A possibilidade de encerramento desse processo é garantida, em Kuhn, pela separação da lógica de identificação da comunidade científica daquela da sociedade em seu conjunto. “A própria existência da sociedade depende do fato de que o poder de escolher os paradigmas é atribuído aos membros de uma comunidade” (Kuhn, 1983, p. 229). Toda utilização da abordagem em termos de paradigma não pode se privar desta clivagem, que separa rigidamente a dinâmica de produção social do “saber em geral” daquela específica do conhecimento científico, e dos problemas que ela deixa sem solução.

De fato, a utilização da noção kuhniana de paradigma – pela abordagem heterodoxa da economia institucional<sup>4</sup> – se faz segundo a seguinte sequência-tipo: a mudança de paradigma ocorre por deslocamentos; sua “legalidade” se afirma na evolução das técnicas (do tecnoparadigma); e a “regulação” ganha corpo graças à adaptação e/ou substituição dos compromissos sociais que eram próprios ao antigo paradigma, de maneira que eles levem em conta o “novo”... paradigma. O modo de regulação

---

4 Como foi o caso da “escola da regulação”, do institucionalismo de Piore e Sabel e dos neoschumpeterianos do Science Policy Research Unit (SPRU) de Sussex.

fordista é apresentado como um *arcabouço socioinstitucional* integrado no interior de um paradigma técnico-econômico que repousava sobre um tripé: “carro – casa – eletricidade”. A regulação pós-fordista aparecia, por consequência, como o compromisso que deveria se articular sobre a nova “trilogia” técnica: “microeletrônica – biotecnologias – novos materiais”. O determinismo da tecnologia (que, aliás, não deixa de ser um determinismo da lógica de acumulação do capital) sobredetermina aquele das instituições e esvazia o horizonte da reflexão sobre a crise e os conflitos abertos que a atravessam e caracterizam.

### **O positivismo e o determinismo das abordagens de paradigma**

O modo de regulação aparece, dessa maneira, submisso a algo que nos lembra a autoprodução do sistema técnico, assim como a define Hottois (1984). O determinismo da tecnologia é totalizador. A transformação das relações de produção se faz por “deslocamentos-evolutivos” cujas forças são a autoprodução do sistema técnico (autopoiese) e a lógica evolutiva da própria técnica (determinismo técnico). As insuficiências dessas dinâmicas (por autopoiese e determinismo da tecnologia) nos obrigam a problematizar algumas de suas referências epistemológicas e, em particular, a pensar a ambiguidade da crítica de Kuhn ao positivismo das teorias do conhecimento.

Na realidade, a crítica de Kuhn não consegue se desgarrar de seu próprio positivismo.<sup>5</sup> Como sublinha Paolo Perulli (1989), se “a mudança de paradigma não é um episódio cumulativo (daí a utilização da metáfora de revolução utilizada por Kuhn), o processo que a prepara e a acompanha desvela [a permanência dos] elementos evolutivos da teoria kuhniana” (p. 47). Etienne Balibar enfatiza:

A descontinuidade (proposta) por Kuhn mostra-se, quando questionada, bem superficial. Kuhn rompe com a idéia de uma história quantitativa de acumulações sucessivas somente para confirmá-la maciçamente no marco do que ele chama de ciência normal. (Balibar, 1991, p. 54)

---

5 Conforme Prigogine e Stenger (1979, p. 381 e 384), e também Le Moigne (1983, notadamente p. 526): “esta tese reconstruída sobre um modelo da sucessão de paradigmas por T. S. Kuhn, [...], deveria, pela revisão do pensamento positivista, sugerir enfim um tipo de teoria da relatividade das epistemologias...”.

Com efeito, “embora negado, o progresso continua (em Kuhn) sendo a medida da existência mesma da ciência, a linha de demarcação em relação às outras disciplinas” (Le Moigne, 1983, p. 525).

Assim, a ausência de relações de causalidade nas análises dos paradigmas do pós-fordismo encontra sua explicação no próprio uso que a economia heterodoxa da regulação faz, hibridizando-se com a economia neoschumpeteriana da inovação, da noção de sistema: os economistas de Sussex substituíram a figura do “animal” empreendedor de Schumpeter pela de um paradigma que se autoproduz por sua lógica interna, por autopoiese. Ao mesmo tempo, Perulli corretamente nos lembra que, contudo, Kuhn lançou uma ponte entre sistema e ator da inovação. Não só o ator inovador toma corpo no antigo sistema (trata-se dos cientistas e pesquisadores “dissidentes” do antigo paradigma), como ele organizou essa mudança a partir do sistema,<sup>6</sup> nos laboratórios e nas experimentações que funcionavam segundo as regras do antigo paradigma.

O novo – virtual – sistema de coerências técnicas (e produtivas) já existiria no bojo do antigo (o fordismo), mas ele não conseguiria, sozinho, fundar uma coerência global para permitir construir uma saída da crise e afirmar o desenvolvimento do novo paradigma. Enquanto os “regulacionistas” utilizam a noção de paradigma para reforçar o caráter “unitário” da noção de “modo de regulação”, as abordagens do tecnoparadigma utilizam a noção de “regulação” a fim de responder às questões sociais e institucionais que o sistema técnico deixa sem resposta. Este, para se estabilizar, teria necessidade de “uma” regulação. É por isso que “há a necessidade de uma nova forma de regulação”, que faça “politizar o processo de inovação”: a inovação é sistêmica e – ao mesmo tempo – ela precisa de um sistema... nacional de inovação e das instituições (e políticas... industriais) que lhe dizem respeito. O determinante fundamental é sim o deslocamento do paradigma tecnológico, mas a política continua a mesma e, sobretudo, mantém em seu cerne o papel do Estado e de seu sistema – nacional – de inovação. Se as relações sociais são, portanto, submissas ao determinismo tecnológico,

---

6 Graças também aos trabalhos de Gille (1978).

o Estado – e seu dispositivo institucional – se mantém estrategicamente o único âmbito a partir do qual é possível pensar a política. Mesmo diante da evidência das transformações materiais, o método (positivista) do discurso sistêmico dos teóricos do tecnoparadigma se manterá inalterado: diante das novas espacialidades das redes de produção pós-fordista, apenas transformarão as escalas das políticas: o sistema nacional de inovação se tornará um sistema regional de inovação e, em seguida, um sistema local de produção (em sua tradução brasileira, um “arranjo produtivo local”).

Como apontamos, Piore e Sabel propõem um tipo de reformulação da teoria do paradigma pelo seu cruzamento com as abordagens econômicas e institucionais do crescimento. Esses dois autores fazem remontar a formação dos mecanismos de estabilização micro e macroeconômicos à prevalência de um modelo industrial sobre outro. Para eles, ainda, o modo de regulação é determinado essencialmente pelas condições da produção (e consumo) e dos imperativos que disso derivam. Eles colocam assim, no cerne do fordismo, a gênese da “produção em série”. A perspectiva histórica da afirmação do *boom* da produção em série permite compreender, dizem eles, como uma tecnologia particular conseguiu dominar a produção industrial. Para Piore e Sabel, esta solução não foi nem inevitável, nem universal. Ao contrário, trata-se de uma solução específica, cuja universalidade surge das inércias paradigmáticas que ela liderou. Essa inércia resulta da interação complexa entre o sistema técnico e os imperativos econômicos do qual ela é a origem.

Uma vez colocadas as estradas de ferro, não havia mais tempo de continuar a discutir sobre a complexidade da sua origem. Elas constituíam, elas mesmas, uma indústria que utilizava uma tecnologia a custos muito altos. O que determinava sua lógica de funcionamento era, pois, a estrutura dos custos de produção. (Piore; Sabel, 1984, p. 94)

É de um progresso “sem qualidades” que Piore e Sabel falam, bem nos termos do ceticismo ético de Robert Musil. O *Homem sem qualidades*, de Robert Musil, antecipava a crise da modernidade nesses termos:

[...] não conseguimos jamais achar uma razão suficiente para que as coisas tenham se tornado como estão; elas poderiam ter virado outra coisa; os acontecimentos não foram mais do que raramente a emanção dos homens, a maior parte do tempo elas caíram em cima deles de maneira imprevista. (Musil, 1982, p. 205)

Assim, o que encontramos, em última instância, nessas abordagens, como base da bifurcação paradigmática, é um tipo de determinismo tecnológico dos custos fixos. Ao mesmo tempo, o determinismo do paradigma é “relativizado”, pois

[...] longe de ser determinado por uma forma única, o determinismo tecnológico pode apreender numerosos aspectos, e são os acasos da história que decidem em certos momentos cruciais qual ou quais formas de determinismo, uma sociedade dada é condenada a sofrer de modo durável. (Musil, 1982, p. 205)

Ora, a economia heterodoxa, seja ela o institucionalismo de Piore e Sabel, a regulação de Boyer e Lipietz ou a teoria neoschumpeteriana de Freeman, não aceita tal determinismo sem fazê-lo atravessar e completá-lo por uma analogia com a abordagem de Kuhn, da qual eles tomam emprestado o conceito de “legalidade” do paradigma. Em Kuhn, a legalidade do paradigma, como apontamos acima, é fornecida pelo consenso da comunidade científica, ela se faz na medida em que a ideia revolucionária (que vem resolver a crise do antigo paradigma, tendo se construído dentro dele) permite “pôr ordem onde reina a confusão” (Kuhn, 1983, p. 68). Seria, portanto, do dinamismo tecnológico da produção em série que nascem as condições da sua paradigmática “econômica” (por exemplo, o determinismo dos “custos” e as “economias de escala”). Ao mesmo tempo, o que a tecnologia e sua dinâmica sistêmica não explicam (por exemplo, as clivagens espaciais entre diferentes níveis de desenvolvimento) será atribuído ao espaço da autonomia do político, quer dizer de uma “legalidade” identificada com a efetividade do Estado e de suas políticas.

## **A hierarquização da cooperação social: o poder do saber!**

Ora, em Kuhn, este mecanismo de legalização do paradigma só funciona na medida em que a comunidade existe de maneira separada da sociedade. É justamente o isolamento da comunidade científica que lhe dá a possibilidade de se ocupar exclusivamente de problemas e de fenômenos específicos e, dessa maneira, “legalizá-los”: ou seja tornar consensuais os procedimentos laboratoriais de mensuração. É por esse viés que ele pode responder à pergunta essencial: “como explicar que o acordo entre pesquisadores acabe por se criar?” (Perulli, 1989, p. 47). “O isolamento do resto da sociedade permite à comunidade científica ampliar sua eficácia e sua eficiência” (Lyotard, 1979, p. 45). Mas então o paradigma só existe (poderíamos dizer, só vigora) graças à hierarquização da cooperação social, isto é, a uma divisão social do trabalho e “compartimentalização” dos jogos de linguagem, em função de determinados efeitos de poder da própria produção do saber.

A abordagem de Kuhn aceita e confirma esta separação entre a sociedade e a comunidade científica, algo que desdobra a separação – típica da modernidade ocidental – entre natureza e cultura. A sociedade é reduzida ao estatuto de natureza selvagem e insensata, ao passo que a cultura corresponderá a uma ciência que ilumina, por sua separação instrumental, a natureza e a torna inteligível. A antropologia kuhniana, apesar de seu esforço “revolucionário”, fica prisioneira da assimetria típica do antropocentrismo ocidental e europeu, que opõe a cultura à natureza, a civilização ao pensamento selvagem, os povos superiores aos povos inferiores, quer dizer, mais “naturais” e, enquanto tais, mais próximos da animalidade que o mito moderno atribui à condição originária da humanidade.<sup>7</sup>

Com efeito, a separação entre saber científico e saber social é histórica e, enquanto tal, objeto passível de crítica e transformação, ela também de tipo “paradigmático”. Mais especificamente, ela é própria da modernidade hegemônica, quer dizer, uma consequência (recente) de

---

<sup>7</sup> Para a crítica da antropologia assimétrica, vide o clássico de Bruno Latour, *Nous n'avons jamais été modernes* (Paris: La Découverte, 1991).

mutações que tocaram na pragmática do trabalho científico, na separação rígida entre “aquele que enuncia e aquele que é objeto de enunciado científico”. É a didática do saber científico que, impondo esta clivagem insolúvel entre dois papéis, impõe também – como justamente enfatiza Lyotard (1979, p. 46) – o isolamento do jogo de linguagem (e), com isso, a constituição de uma determinada relação de saber-poder, aquela da comunidade científica como instituição e profissão.

É, portanto, evidente que a formalização kuhniana do progresso científico aceita, e a torna constitutiva da “realidade instrumental”, o princípio de evacuação da problemática da verdade (do significado) que este isolamento implica. Nisso ela não implica, em seu uso pelas diferentes correntes da economia heterodoxa, nenhum esforço no sentido de apreender a dinâmica do conflito e da produção de subjetividade. A “verdade” que desenha o horizonte da economia, mesmo quando é heterodoxa, continua sendo, fundamentalmente, aquela do poder e do tipo de saber que ele produz.

### **Paradigma e sociedade – consenso e verdade**

Se o “Tractatus” de Wittgenstein coloca a linguagem e a lógica no centro da análise (Latour; Callon, 1991, p. 15), na legalidade kuhniana esta linguagem perde sua capacidade de “propor um buquê de significados” (Bensaïd, 1991, p. 18). E é justamente a evacuação da descontinuidade – como conflito –, em favor de sua afirmação como segregação da comunidade científica *vis-à-vis* a sociedade, que priva a abordagem kuhniana de qualquer capacidade de identificar o significado da ciência enquanto ela é (e nunca deixa de ser) uma produção social. A integração da solução dos enigmas dentro da legalidade rotineira do trabalho científico (paradigmático) de pesquisa vulgar suprime “o acontecimento”. Ora, o acontecimento é ao mesmo tempo “origem e bifurcação” (Bensaïd, 1991, p. 15). Com o acontecimento, a teoria kuhniana das revoluções científicas perde também sua capacidade de apreender o “corte epistemológico” enquanto produto de uma “conjunção de causas histórico-teóricas e não teóricas” abstratas, que mostram o “encontro de tendências pré-existentes que vão produzir (por meio de sua transformação recíproca) resultado novo” (Bensaïd, 1991, p. 29): a

inovação é, como diziam Deleuze e Guattari, social antes de ser técnica e, nós complementaremos, científica.

Com efeito, essa perda de significado do trabalho científico remete ao desaparecimento da distinção entre psicologia e lógica da descoberta científica, no sentido de que esta última não depende mais do contexto histórico e social onde ocorre. Assim, o caráter arbitrário da escolha “científica” segue automaticamente o caráter segregado de sua dinâmica.

A utilização da noção de legalidade científica acaba por se concretizar na preocupação com a gestão da realidade e de seus dados segundo novos critérios de eficácia e de desempenho, de um funcionamento cego, sem qualquer elemento de qualificação. Nós nos encontramos no coração de uma ciência utópica e sem moral, aquela que é bem apregoada pelo homem sem qualidade: “Um pesquisador não deve temer nada, e há circunstâncias onde um belo câncer lhe dará mais alegria que uma bela mulher” (Musil, 1982, p. 332). É esta realidade do “poder anônimo e irresponsável” que faz Castoriadis (1987, p. 273) atualizar a exclamação de Musil, ampliando seu alcance: “do ponto de vista científico, a questão: como destruir a humanidade? tem o mesmo valor que a questão: como salvá-la?”. A utopia é aquela da irresponsabilidade de uma ciência segregada, cujos atores, os cientistas, “não são capazes de ver dois anos além do seu nariz” (Castoriadis, 1987, p. 273).

Tínhamos inicialmente a impressão de que a abordagem do paradigma de Kuhn deveria responder à falta de critérios normativos capazes de avaliar racionalmente, do interior da ciência, as modalidades do progresso científico. Mas a explicação que ela constrói acaba por cair na mesma armadilha. O paradigma relativiza a noção de progresso, mas, ao mesmo tempo, admite de maneira não menos absoluta a vigência de uma linha rotineira de progresso dentro de sua própria “legalidade”. Ao fazer isso se esquece que

[...] no contexto de uma dada sociedade e de um tempo determinado é preciso uma mediação particular (entre ciência e) sociedade. Esta mediação não é determinada de maneira unívoca e ela não pode ser mais do que uma relação com interesses, necessidades e expectativas dos homens em um tempo dado e da noção kuhniana de paradigma

em uma dada sociedade. Neste caso também, face às contradições sociais, pode-se ter vários modos de apreender a realidade e, portanto, a coexistência de vários paradigmas em conflito entre si. (Ciccotti et al., 1976, p. 132)<sup>8</sup>

A constituição da verdade científica ocorre na sociedade e é funcional à estruturação dessa sociedade. Pois há uma relação precisa entre verdade e conflito, entre verdade e relações de produção, que são a condição permissiva e necessária da verdade. Não se pode portanto fazer abstração das relações que se estabelecem entre verdade e consenso, pois a “verdade é inseparável (do) procedimento que a estabelece” (Deleuze, 1986, p. 70).

A ciência não é necessariamente o “espelho da natureza e da sociedade e de suas interações historicamente determinadas”. Ela pode ser também um “projeto para a sociedade” (Ciccotti et al., 1976, p. 134). Nesse sentido, a ciência não é neutra. Sua significação não está embutida na legalidade do paradigma! Kuhn, ao contrário, acaba por afirmar que os procedimentos que podem ser definidos como científicos são justamente aqueles que são aptos a determinar uma legalidade da realidade conforme as condições de “integrabilidade” do paradigma. Se nos restringirmos a essa visão, não escapamos de uma visão puramente epistemológica e, portanto, interna e absoluta da ciência e de seu formalismo. De fato, esses problemas afetam também as definições complementares de técnica e de tecnologia. Por um lado, é um fato que “os inventores intelectuais fizeram aliança com os inventores práticos” (Musil, 1982, p. 87). Por outro, não devemos esquecer que “os procedimentos técnicos (...) de produção (...) não são necessariamente compreensíveis no plano científico, a saber, nos termos da legalidade da realidade conhecida” (Deleuze, 1986, p. 47).

Nesse nível, podemos nos voltar ao “operaísmo” italiano e a seu método (Tronti, 1990). Aqui, a abordagem “operaísta” permite um deslocamento decisivo. É justamente lembrando o livro de Tronti (1970) que Deleuze inverte a problemática para afirmar que “as máquinas são sociais antes de serem técnicas”, pois, diz ele, há uma “tecnologia humana antes que haja uma tecnologia material” (Revelli, 1989). É a

---

8 Vide também Accornero (1990).

máquina das contradições capital/trabalho que produziu a robotização da fábrica fordista, nos lembra Marco Revelli (1989). É a máquina reticular das interações coletivas e individuais de recusa do trabalho e de autovalorização que está na base da crise do fordismo e também da constituição da empresa-rede.

Ora, como Latour mostrou em seus trabalhos pioneiros, não há ciência sem técnicas e instrumentos de mensuração. A técnica é um dos elementos externos que podem preceder a ciência e com os quais esta última deve ser capaz de se integrar. “Não existe portanto, *a priori*, nem diacronicamente nem sincronicamente, uma modalidade única de determinação da legalidade da realidade” (Ciccotti et al., 1976, p. 134). Em qualquer caso, pode dar-se uma situação onde o procedimento de afirmação da legalidade não é interno à ciência. Latour diria que o procedimento estaria dentro de uma antropologia simétrica que liga a ciência à sociedade. Uma simetria no meio da qual teremos, pois, a tecnologia!

A tecnologia segue as relações de produção e, portanto, a relação de capital (capital *versus* trabalho), cujos conflitos e “tecnicidade”, enquanto modalidades da valorização do capital, podem constituir a legalidade onde deverá se integrar a ciência. Isto é ainda mais importante na medida em que, como afirma Deleuze em seu livro sobre Foucault, “não há um modelo de verdade que não se remeta a um tipo de poder, pois toda disciplina representa um tipo de poder, uma tecnologia” (Deleuze, 1986, p. 45). Assim, como bem explicitam Ciccotti *et al.* (1976), “entidades históricas diferentes como nações ou classes sociais podem propor conteúdos científicos e, portanto, noções de cientificidade correspondendo a níveis diferentes de intervenção sobre a natureza” (p. 132). Não se pode fazer abstração de relações sociais que se estabelecem entre verdade e consenso. O processo de objetivação é antes de tudo um processo social. A separação da comunidade científica corresponde à constituição de uma verdade do poder, diria Foucault, funcional à estruturação disciplinar da sociedade. As novas (e reiteradas) tentativas da economia política de se elevar ao *status* de ciência, em particular pelo uso intensivo da modelização matemática, não fazem mais do que imitar aquilo que Castoriadis (1987) definia como a nova utopia da ciência.

Finalmente, em Kuhn, a ruptura com o positivismo e com a noção de progresso é apenas aparente. O progresso continua existindo, pois o trabalho científico é segregado: por sua vez, tautologicamente, a ciência existe enquanto tal porque ela é separada das outras disciplinas, “humanas” e/ou “sociais”. Na realidade, são as relações sociais fundadas sobre o trabalho produtivo que estão na base da separação de saberes e de sua hierarquização disciplinar. Nesse sentido, a clivagem em questão é aquela, apontada por Habermas (1973), da separação da razão instrumental *vis-à-vis* as práticas comunicacionais. De fato, a sucessão de paradigmas acaba afirmando um determinismo da técnica que muito se aproxima da lógica tecnocrática produzida pela “diáspora positivista das ciências específicas. [...] Um estilhaçamento disciplinar do saber que destrói o tempo de reflexão (enquanto) tempo da história (a favor) das normas sem história do tempo de trabalho (assalariado) imposto pelo capital” (Krahl, 1973, p. 380).

A teoria kuhniana do paradigma e seu uso e adaptação pelas diferentes heterodoxias econômicas não nos fornecem qualquer elemento inovador para apreender de maneira alternativa as questões da ciência e da inovação sob o ponto de vista das relações entre saber e poder. Pelo contrário, a relação entre ciências e técnicas que essa teoria sugere faz parte integrante de uma “civilização que se funda sobre o trabalho produtivo e reprodutivo (e que) transforma a dominação da natureza em dominação dos homens sobre eles mesmos e entre si” (Krahl, 1973, p. 382).

Podemos então dizer que “Kuhn é importante pelas questões que coloca, e não pelas respostas que propõe” (Latour; Callon, 1991, p. 26). É o terreno de pesquisa por ele aberto que abriu o aspecto mais interessante: o restabelecimento da compatibilidade entre as explicações pelas estruturas do pensamento e a explicação pelas estruturas sociais. Mas a recomposição do cognitivo e do social, do explícito e do implícito, deixa aberto o debate sobre as questões ligadas a estas oposições/separações habituais. Como Latour e Callon (1991) enfatizam, Kuhn não faz mais do que indicar “o enorme trabalho que as ciências sociais podem fazer para ‘refazer’ as ciências ditas da natureza” (p. 29). Contudo, para eles, as noções fundamentais são aquelas de compromisso e de negociação.

“Negociar conhecimentos é quase sempre modificar o conteúdo” (Latour; Callon, 1991, p. 29). É a própria fabricação “de compromissos que afeta o conteúdo de conhecimentos assim como a identidade dos grupos sociais engajados na negociação” (Latour; Callon, 1991, p. 30).

Entre a crítica da invariância proposta por Kuhn e aquela elaborada por Foucault, Latour e Callon optam pela segunda. Como explica Balibar, todo o esforço de Kuhn

[...] tende a mostrar que, à condição de recortar o campo de disciplinas científicas, podemos sempre descrever a história das ciências como alternância, correlação de crises revolucionárias e de uma atividade de resolução de quebra-cabeças dentro do quadro essencialmente invariante (*the performed box*) que determina um certo paradigma (Balibar, 1991, p. 34-35).

Em Foucault, a atenção se concentra sobre a variabilidade de mecanismos regendo o discurso científico. Foucault, portanto, privilegia, sublinha Balibar (1991), a “variação de posições antitéticas que, no interior de cada disciplina, bifurcam a partir de certos pontos de heresia típicos da episteme em vigor” (p. 35). São esses pontos que Latour e Callon transformam em pontos de articulação da curva de negociação de objetivos (a rede sociocognitiva que daí resulta) e que interpretam a partir da noção de estratégia. Como Latour e Callon explicitam:

Foucault rompe com todas as respostas imaginadas antes dele: o enunciado, e esta é a grande lição de *Vigiar e punir*, é indissociável de todas as técnicas, de todos os dispositivos, materiais e institucionais pelos quais os atores humanos se definem entre si. (Latour; Callon, 1991, p. 27)

Isto significa que um enunciado se produz ao mesmo tempo em que o objeto que ele qualifica; e que o conhecimento sobre a sociedade se produz ao mesmo tempo em que a sociedade: saber e poder se determinam reciprocamente e, assim, se significam e ressignificam. Mas Latour e Callon, enriquecendo mais essa abordagem, privilegiam a curva de desvio dos objetivos dos atores pela negociação e não detalham suficientemente o processo constitutivo de poder que se negocia, e que

Foucault tinha contudo tentado delimitar e apreender a partir de uma análise do conflito! Foucault, de maneira muito explícita, não se preocupa com a sequência dos paradigmas (com a história das “descobertas” que ela deixa subsistir), mas com as transformações da compreensão. O conhecimento é produzido pela transformação e nada tem a ver com qualquer tipo de progresso. Não há nenhuma linearidade na dinâmica do conhecimento, nem dentro de um determinado paradigma.<sup>9</sup>

De fato, o encontro de tendências preexistentes que se transformam em novos resultados “deve ser operado graças ao trabalho dos homens” (Latour; Callon, 1991, p. 27). A história que nos interessa é aquela sem fim, um processo constituinte: bem nos termos nos quais Althusser (1990, p. 39) tinha desenhado a ruptura enquanto “o começo de um processo que não terá fim”. Processo que é definido como resultado da fusão entre a práxis teórica e “o movimento operário revolucionário” (Balibar, 1991, p. 29 e 32). O próprio Althusser delimitou nitidamente as problemáticas da estratégia e do trabalho cognitivo e escreveu, justamente a propósito de Maquiavel, que a estratégia da qual ele trata é “ao mesmo tempo a que ilumina as grandes realidades sociais que comandam a luta política, e (um) momento subordinado desta luta, inscrito em alguma parte dentro dessa luta” (Althusser, 1990, p. 39). É a esta dimensão de irreversibilidade (acontecimento) e de abertura (processo tendencial) que é preciso reduzir o debate sobre os paradigmas sociais do pós-fordismo. “O corte epistemológico, tal como pensa Althusser, se caracteriza ao mesmo tempo por sua irreversibilidade e por sua incompletude” (Balibar, 1991, p. 33). Para pensar em uma teoria da descontinuidade sem invariância, onde a descontinuidade é o produto de um processo de constituição (de transformação tendencial), é preciso pensar a desigualdade entre a ciência e a ideologia. Estes dois termos “não podem se associar espontaneamente senão pela intervenção de um terceiro termo: o da prática” (Balibar, 1991, p. 39). A transformação tendencial “vive no processo de constituição, fruto de uma prática pura, unilateral, não-dialética” (Balibar, 1991, p. 41). A condição de deslocamento é produzida pela ultrapassagem da “má dialética” do

---

9 A radicalidade da proposta política de Foucault aparece claramente em Michel Foucault e Noam Chomsky (1971), *De la nature humaine: justice contre pouvoir* (Paris: L’Herne, 2006).

materialismo dialético dentro da configuração social de práticas, sem as quais os modelos produtivos são completamente prescritos. A captação de novos ganhos de produtividade por certos modelos de flexibilidade não pode esconder nem a dimensão social da sua produção nem, e isto é o mais importante, a sua necessária independência relativa. A este nível de reflexão podemos avançar na direção da ultrapassagem da falsa alternativa entre determinismo evolutivo (darwiniano) e a autoprodução do tecnossistema (Hottois, 1988; mas também Varela, 1983).

A inversão da dialética da forma como é proposta por Krahl nos traz uma contribuição suplementar. A crítica hegeliana da essência e do fenômeno pode se transformar em “crítica da sociedade existente somente quando a essência é historicizada no sentido materialista e ela não é mais exilada em uma transcendência” (Krahl, 1973, p. 408). As modelizações das diferentes escolas de economia heterodoxa (os regulacionistas, os institucionalistas, os neoschumpeterianos) incorrem na armadilha da transcendência, pois insistem em eliminar a problemática do social e do conflito sem a qual não há historicização da essência do paradigma técnico-econômico. A autoprodução do paradigma surge como uma submissão covarde à autoprodução do capital enquanto achatamento do valor de uso sobre o valor de troca. A busca do novo modo de regulação se desvitaliza no formalismo de uma análise incapaz de intervir sobre uma realidade vivida somente como autonomização de formas que se determinam sobre o homem e sobre a natureza. Ao fazer isso, os economistas heterodoxos esvaziam a possibilidade de se pensar o horizonte dos possíveis e perdem necessariamente o próprio sentido de sua proposta para privilegiar o valor que se autovaloriza. Em uma palavra, o horizonte da economia política recai na metafísica das “cristalizações materializadas da atividade humana” (Vincent, 1987, p. 50-51). Remeter à problemática das condições sociais de produção do saber, abrir o novo à multiplicidade, o paradigma a suas dimensões polifônicas, significa não renunciar a humanizar a “segunda natureza” (Negri, 1988, p. 75)<sup>10</sup> que o capital produz enquanto essência metafísica das leis naturais do seu automovimento.

---

10 Trata-se de ler a escolha ética à afirmação antitautológica de Musil: a natureza do homem não é natural, ela quer modificar a natureza, é por isso que ela é às vezes extrema (Musil, 1982, p. 25).

## **Conclusões provisórias: voltar à centralidade do trabalho vivo**

A discussão das análises heterodoxas dos paradigmas do pós-fordismo (as teorias da inovação tecnológica de origem regulacionista, institucionalista e neoschumpeteriana) nos mostra que elas eram duplamente insuficientes: por um lado, elas assumiram a crise do fordismo (a crise dos anos 1970) como interna à própria lógica da acumulação do capital e privilegiaram assim a análise (poderíamos até dizer a procura) de um novo regime de acumulação de tipo neoindustrial; por outro, resolveram a questão das transformações das bases materiais desse (novo) regime de acumulação a partir das teorias da inovação que integravam dinâmicas tecnológicas e dinâmicas científicas. A dupla insuficiência reside, pois, no fato de um duplo determinismo: determinismo do capital e determinismo da técnica.

A reconstituição da teoria kuhniana do paradigma científico permitiu apreender um primeiro momento crítico dessas abordagens e, ao mesmo tempo, nos levou aos próprios limites internos à proposta de Thomas Kuhn. Por um lado, sua teoria das revoluções científicas afirma, revolucionariamente, a dimensão constituinte do trabalho da ciência. Por outro, a separação da ciência em momentos normais (de aplicação *routinière* de um paradigma hegemônico) e excepcionais (de contestação e mudança do paradigma) enfraquece a teoria kuhniana, pois, dentro de um paradigma dado, a validade do paradigma é interna à sua própria legalidade: ela é autorreferencial, fechada e mantém – embora relativizada – a linha evolutiva do progresso.

Isso nos leva, pois, à questão da relação entre legalidade e legitimidade e, mais em geral, das fontes e do exercício de um determinado princípio de verdade. Para que o exercício da verdade seja interno ao processo de sua formação, precisamos de uma teoria realmente constituinte, quer dizer, produtiva. Para isso, necessitamos quebrar toda forma de determinismo, ou seja, abrir as dinâmicas das transformações materiais ao conflito e, pois, às determinações subjetivas. No cerne destas, necessariamente, precisamos colocar a noção de trabalho e a discussão sobre suas transformações como determinantes fundamentais da crise e ao mesmo tempo das novas condições materiais de exploração e também de emancipação.

## O conflito dentro do novo paradigma: fazer multidão

O capital fordista reorganizou-se e usou a difusão social do trabalho para destruir as cidadelas do movimento operário (fazendo encolher o emprego e enfraquecendo os sindicatos); para fragmentar os sistemas de proteção social (o Estado mínimo neoliberal); para globalizar suas redes e mobilizar cada instante de nossa vida dentro do processo de valorização do capital. Mas nada disso impede que as contradições atuais ou potenciais tornem-se ainda mais radicais e gerais. O novo paradigma – o do capitalismo cognitivo – é pós-industrial, e o conflito, assim como a crise e a inovação, está dentro do paradigma.

No capitalismo cognitivo, onde o trabalho é de tipo imaterial e a produção é espalhada no território, assistimos ao paradoxo de que a clássica fórmula leninista (o socialismo como a soma de eletricidade, taylorismo e *soviets*) tem se tornado “perigosamente” e paradoxalmente obsoleta desde o próprio ponto de vista da acumulação capitalista. Obsoleta, porque, se a produção se socializa e implica capturar uma autonomia produtiva que preexiste à (ou independe da) relação salarial (ou seja, que independe da subordinação à disciplina fabril), a alternativa à lógica capitalista já nada tem a ver com os quebra-cabeças da organização industrial da produção, nada tem mais a ver com a ideia da transição socialista. A produção já está dada e coincide com as redes sociais que desenham os territórios produtivos do trabalho vivo. No novo paradigma, o enfrentamento diz respeito não mais à relação entre luta econômica e luta política, mas a uma luta que é imediatamente econômica (produtiva) e política.

Na passagem do fordismo ao pós-fordismo (ao capitalismo cognitivo), a força de trabalho se torna relativamente autônoma diante do próprio poder capitalista. Ao mesmo tempo, como sublinha Antonio Negri (2006), a autonomia dos sujeitos dá-se, paradoxalmente, dentro da subsunção real da sociedade no capital que Marx tinha antecipado e, ao mesmo tempo, pensado como vasto processo de homogeneização industrial da sociedade: na realidade nós assistimos a um processo relativamente oposto de “socialização” heterogênea da indústria. Mas a independência do trabalho é apenas virtual. O desenvolvimento capitalista é, pois, atravessado por essa dinâmica paradoxal da autonomia

do trabalho vivo: sua potência aparece como algo independente do poder do capital (Negri, 2006, p. 203) e, ao mesmo tempo, não consegue se atualizar, transformar-se em nova subjetividade, em organização política, em decisão democrática. Coloca-se então a questão de saber como essa autonomia potencial do trabalho vivo pode transformar-se politicamente em decisão radicalmente democrática e produtiva (Negri, 2006, p. 203). O novo paradigma está atravessado por essa contradição e pelas lutas (e inovações) que a desenham e que ela desenha.

As novas questões que se colocam são: o que é a decisão, a ação política de transformação radical, se o trabalho vivo já é dado em toda sua autonomia real ou potencial? Ora, a “decisão” é justamente a atualização do que é potencial em uma dinâmica plena. A única “decisão” adequada ao ponto de vista do trabalho vivo é, pois, aquela capaz de trabalhar nas e pelas redes sem nunca travar suas dinâmicas horizontais, ou seja, de “organizar” sem hierarquizar, organizar de maneira que a rede “conserva a totalidade de sua potência” (Negri, 2006, p. 203): não uma organização em rede, mas uma rede organizada! Não os fragmentos agenciados pela rede (nas cadeias infinitas da terciarização e da terceirização da produção e do consumo), mas a rede das singularidades organizadas: um conjunto de singularidades que cooperam entre si, mantendo-se como tais, quer dizer, uma *multidão*! (Negri, 2005). De repente, a única decisão que podemos pensar nessa perspectiva é aquela que está dentro das redes horizontais do trabalho vivo e que delas emana, ou seja, ela coincide diretamente com a questão de saber o que é uma decisão democrática – onde fazer democracia e fazer multidão é a mesma coisa (Revel, 2004).

A crise da governança financeira do capitalismo cognitivo, da mesma maneira que o esgotamento do horizonte socialista, não faz mais que nos aproximar da atualidade de uma requalificação do conteúdo da democracia. No socialismo (na transição socialista própria da era da subsunção formal), a socialização dos meios de produção implicava a transferência para a propriedade estatal dos mesmos métodos (capitalistas) de organização da produção, das mesmas regras fabris – e até sob modalidades muito mais rígidas – de disciplinarização da sociedade. A transição era necessária para que, graças ao total desenvolvimento das forças produtivas, o trabalho alcançasse sua

autonomia, para que houvesse aquela transformação antropológica sem a qual o comunismo não seria alcançável. Sem essa transição, era impossível pensar em alcançar o comunismo, ou seja, a completa libertação do trabalho. O “homem novo” era uma meta utópica e, na experiência soviética, acabou se tornando uma quimera.

Hoje em dia, na era da subsunção real, o trabalho já tem sua autonomia e não há como mobilizá-lo a não ser suscitando essa autonomia: o “homem novo” já existe, embora de maneira apenas virtual. O capital tenta fazê-lo pelo mercado, mantendo essa autonomia dentro do controle das malhas da precariedade dos direitos e da fragmentação social: o capitalismo cognitivo põe em rede sua organização. Mas esse controle paga o preço da contínua despotencialização do trabalho vivo: suas singularidades são reduzidas a fragmentos, sua cooperação fragmentada em atividade competitiva, sua ética colaborativa desfigurada nas figuras imorais e antiprodutivas do egoísmo individualista. Ao mesmo tempo, o conflito de tipo novo que atravessa a sociedade de controle não diz respeito a uma impossível e absurda reconstituição das condições de uma transição própria da era da subsunção formal, quase como se o emprego fabril e sua ordem se tornassem objetivos de transformação social. Pelo contrário, o conflito está no fato de que o trabalho vivo – para ser produtivo – precisa estar em redes de cooperação horizontais e abertas, que coincidem com as formas de vida que ele mesmo produz.

Uma nova tipologia de valor de uso se afirma, determinada pelos níveis de autonomia do trabalho vivo e pelas suas formas de vida, por um excedente que é excedência de ser, produção ontológica. Essas formas de vida, que produzem e protegem o trabalho colaborativo em rede, constituem a democracia como *comum*: espaço comum de produção de novo comum.

## Referências

ACCORNERO, A. Changing firms, changing work: skills, careers, communication. In: *Réseau européen: nouveaux modes de socialisation en Europe*. PARIS: GRAMI/MRT, 1990.

AGAMBEN, G. *Qu'est-ce qu'un dispositif?* Paris: Rivages, 2006,

ALTHUSSER, L. La solitude de Machiavel. In: *Futur Antérieur*, Harmattan, n° 1, mai. 1990.

ARANTES, P. O que é ser de esquerda. *Revista Caros Amigos*, n° 121, abr. 2007.

\_\_\_\_\_. Fim de jogo. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.

BALIBAR, B. *Écrits pour Althusser*. Paris: La Découverte, 1991.

BENSAÏD, D. *Walter Benjamin*. Paris: Plon, 1980.

CASTORIADIS, C. Voie sans issue? In: JACQUARD, A. *Les scientifiques parlent*. Paris: Hachette, 1987, p. 261-298.

CICCOTTI, G. et al. *L'ape e l'architetto*. Milão: Feltrinelli, 1976.

DELEUZE, G.. *Foucault*. Paris: Minuit, 1986.

DI BERNARDO, B. ; RULLANI, E. *Il management e la macchina*. Bolonha: Il Mulino, 1990.

DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories – a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. *Research Policy*, v. 11, n° 3, p. 147-162, 1982.

FREEMAN, C. Technologies nouvelles, cycles économiques et avenir de l'emploi. In: SALOMON, J. J. *Les enjeux du changement technologique*. Paris: Economica, 1986.

GALBRAITH, J. K. *L'ère de l'opulence*. Paris: Calmann-Lévy, 1961, p. 272. [A sociedade afluenta. São Paulo: Pioneira, 1987.]

GILLE, B. *Histoire des techniques*. Paris: Gallimard, 1978.

FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique*. Cours au Collège de France. 1978-79. Paris: Gallimard/Seuil, 1997. (Hautes Études)

FUMAGALLI, A. *Bioeconomia e capitalismo cognitivo: verso un nuovo paradigma di accumulazione*. Roma: Carocci, 2007.

HABERMAS, J. *La technique et la science comme ideologie*. Paris: Gallimard, 1973.

HOTTOIS, G. *Le signe et la technique*. Paris: Aubier Montaigne, 1984.

KOSIC, K. *La dialectique du concret*. Paris: François Maspero, 1970.

KRAHL, H. J. *Costituzione e lotta di classe*. Milão: Jaca Book, 1973.

KUHN, T. *La structure des revolutions scientifiques*. Paris: Flammarion, 1983.

LABICA, Georges ; BENUSSA, Gérard. Verbete subsomption formelle/ réelle. *Dictionnaire critique du marxisme*. Paris: PUF, 1982.

LATOUR, B. Le prince: machines et machinations. In: *Futur Antérieur*, n° 3, Paris, Harmattan, 1990.

- LATOURE, B.; CALLON, M. *La science telle qu'elle se fait*. Paris: La Découverte, 1991.
- LE MOIGNE, J. L. Science de l'autonomie et autonomie de la science. In: *L'auto-organisation*. Colóquio de Cerisy. Paris, 1983.
- LYOTARD, J. F. *La condition posmoderne*. Paris: Minuit, 1979.
- MICHELET, C. A. *Les firmes multinationales face à la crise*. Paris: PUF, 1985.
- MUSIL, R. *L'homme sans qualités*. Paris: Le Seuil, t. II, 1982.
- NEGRI, A. *Fabbriche del soggetto*. Livorno: XXI Secolo, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- \_\_\_\_\_. *La fabrique de porcelaine*, Paris: Stock, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Fine seculo*. Milão: SugarCo, 1988.
- MOULIER BOUTANG, Y. *Le capitalismo cognitif: la nouvelle grande transformation*. Paris: Amsterdam, 2007.
- OLIVEIRA, F. *Crítica da razão dualista*. O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PERULLI, P. *Società e innovazione*. Bolonha: Il Mulino, 1989.
- PIORE, M.; SABEL, C. *Les chemins de la prospérité*. De la production de masse à la spécialisation souple. Paris: Hachette, 1989. [Original: *The new industrial divide*. New York: Basic Books, 1984].
- PRIGOGINE, M. ; STENGER, M. *La nouvelle alliance*. Paris: Gallimard, 1979.
- REVEL, Judith. *Fare moltitudine*. Cosenza: Rubettino, 2004
- REVELLI, M. *Lavorare in Fiat*. Milão: Garzanti, 1989.
- ROOBEEK, H. J. The crisis in fordism and the rise of a new technological paradigm. *Futures*, v. 19, n°. 2, abr. 1987, p. 129-154.
- RULANNI, E. *La fabbrica dell'immateriale*. Produrre valore con la conoscenza. Roma: Carocci, 2004.
- SIMONDON, G. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier, 1958.
- TRONTI, M. *Operai e capitale*. Torino: Einaudi, 1970.
- VARELA, F. L'auto-organisation: de l'apparence au mecanisme. In: DUMONCHEL, P.; DUPUY, J-P. (dir.). *L'auto-organisation*. De la physique au politique. Paris: Seuil, 1983.
- VINCENT, J.M. *Critique du travail*. Le faire et l'agir. Paris: PUF, 1987.

## Capítulo 5

# CAPITALISMO DIGITAL EM CRISE

*Dan Schiller*

Desencadeado, como a Primeira Guerra Mundial, por um evento regional de segunda ordem – a especulação no mercado imobiliário americano –, um cataclisma de enorme abrangência está dominando a política econômica global.

Como a informação aparece nessa crise? Uma pista inicial vem da mudança de *status* do jornal americano. Que a força atípica do *The New York Times* – o jornal norte-americano de referência – nos sirva de marco. O *The New York Times* achou necessário levantar dinheiro não apenas através da venda de ativos e do corte no pagamento de bônus, mas também da abertura de sua venerada primeira página a anunciantes, além de tomar emprestados 250 milhões de dólares do bilionário mexicano Carlos Slim (Perez-Pena, 2009; Lacey, 2009). O NYTimes.com, *site* de jornal mais bem classificado na Internet, alega que precisa multiplicar por quatro o número de visitantes únicos – ou cobrar dos anunciantes quatro vezes mais – somente para equilibrar as contas; atualmente, os lucros digitais representam apenas 12% do total de vendas da companhia mãe (“Online Newspapers”, 2008; Edgecliffe-Johnson, 2008). Citando a “turbulência” na indústria americana da notícia impressa em geral, a Sociedade Americana dos Editores de Jornais cancelou sua convenção anual de 2009 (“News Editors”, 2009). No momento em que a necessidade de uma robusta imprensa independente é profunda, o sistema de notícias corporativo-comercial transformou o próprio jornalismo em vítima.

Mas esse fracasso foi gerado ao longo de décadas, e não de meses (Nichols; McChesney, 2009). Como pensar a respeito das relações mais amplas entre a informação e a crise, permanece obscuro. Estão envolvidos processos históricos de larga escala, complexos e ramificados. Tentarei aqui enquadrar algumas das principais questões político-econômicas.

## **Informação como um polo de acumulação**

Foi apenas em resposta a uma crise anterior, durante o início da década de 1970, que as elites americanas tomaram a informação e as comunicações como elementos do que David Harvey (2003, p. 87-8) chama de “rearranjo espaço-temporal”, cujo propósito era reacender o crescimento lucrativo do mercado. Esta tentativa de regenerar a acumulação era multifacetada. O capital em busca de lucro, jorrando para dentro de sistemas de informação e aplicações, tornou-se parte de uma síndrome que também compreendia ataques a sindicatos e serviços sociais, aumentos brutos no gasto militar, restrições mais frouxas à imigração, políticas externas neoliberais, redução de ativos estatais através de privatizações, liberalização das finanças e brotamento da transnacionalização corporativa (Schiller, 1984, p. xi-xii; Schiller, 2007, p. 36-57). Grandes companhias enraizadas em todas as partes da economia reorganizaram os seus processos de negócios em torno dos sistemas e aplicações digitais emergentes (Cortada, 2004-2007). Investimentos corporativos sem precedentes em tecnologias de informação e comunicação (TICs), um aspecto do “rearranjo espaço-temporal”, constituíam, dessa forma, um efeito, antes de também começarem a funcionar como causa.

Que tipo de efeito? O revigorante impulso dado ao desenvolvimento de TICs na década de 1970 veio, em parte, como um corolário ao espetacular deslocamento do capital para as finanças. As razões para esta mudança continuam em debate, mas o resultado claro foi elevar o papel do capital financeiro no processo de acumulação (Foster; Magdoff, 2009; Mann, 2009, p. 121-4; Harvey, 2009).

A década de 1970 viu uma modernização sustentada e recíproca das finanças e da informação (Veith, 1981; Hamelink, 1983, p. 94), gerando modos desregulamentados de transferência eletrônica de fundos, gerenciamento do capital corporativo, mercado de câmbio, e o que se tornou uma cascata de instrumentos especulativos intensamente matemáticos. Ao final da década de 1990, e depois, “pacotes elaborados de papéis baseados em ativos e evasão criativa de requisitos de liquidez tornaram-se fundamentais para a forma como os bancos de investimentos (e, cada vez mais, bancos comerciais) fizeram dinheiro” (Mann, 2009, p. 121).

As inovações nas finanças baseadas em TICs começaram a contribuir, daí em diante, para a intensificação da instabilidade; o fluxo irrestrito de capital privado e instrumentos financeiros exóticos produziram giros assustadores, o que eventualmente alertou os elaboradores de políticas financeiras, levando-os a uma maior percepção do risco. Lição deste tipo resultou da crise financeira asiática, como Robert E. Rubin, ex-Goldman-Sachs e à época Secretário do Tesouro do governo do Presidente Clinton, refletiu em 1999:

A tecnologia foi indispensável tanto para a inovação financeira quanto para a globalização. A tecnologia levou os mercados globais a um contato em tempo real, de forma que a informação flui imediatamente e os operadores podem agir instantaneamente através das fronteiras globais. E, é claro, a tecnologia foi indispensável para a engenharia financeira e para os cálculos matemáticos, os quais são absolutamente necessários para estes novos tipos de derivativos [...] temos substancialmente menos do que uma compreensão completa do risco ao qual podemos estar expostos.

Indo do investidor aos mercados financeiros globais, o risco sistêmico de contágio, que afeta outros na economia global, cresceu muito como resultado das mudanças na indústria. (Rubin, 1999, p. 12-13)

Era 1999. Digerindo um episódio de crise subsequente – o desastre envolvendo empresas de telecomunicações e Internet entre 2000 e 2002 –, o bilionário Warren Buffet foi contundente e específico ao afirmar que “derivativos são armas financeiras de destruição em massa, carregando perigos que, embora agora latentes, são potencialmente letais” (Buffet, 2002, p. 14).

Na avaliação de tais afirmações, o vetor de causalidade precisa ser traçado com cuidado. A base geradora destas crises foi o maciço aumento do capital financeiro: um “sistema bancário fantasma” que foi deliberadamente libertado das antigas práticas de regulamentação e contabilidade. Produtos financeiros pertencentes a uma rede complexa e à nova tecnologia da informação da qual eles dependiam foram facilitadores insubstituíveis.

De acordo com uma estimativa, mais de um milhão de instrumentos financeiros são comercializados hoje. Quando a mais recente crise de crédito atingiu o epicentro do sistema de mercado, havia redes prontas para transmitir seu impulso instantaneamente, através de grande parte do mundo; antes de sua espetacular insolvência, em setembro de 2008, o banco de investimentos americano Lehman Brothers mantinha, sozinho, três mil aplicações em 25 mil servidores situados em vários continentes (Tieman, 2009).

No entanto, o sistema financeiro não era a única base para a intensificação das TICs, enquanto o próprio capital financeiro infundido por TICs era ligado a tendências mais amplas dentro da economia política.

## **Das finanças à produção**

O contágio estabeleceu-se através de apostas ruins no mercado americano de penhora, mas foi causado por fatores de tensão mais básicos. Profundas instabilidades dentro da política econômica global começaram a ser expostas: finanças mundiais, consumo e produção ficaram presos em grandes ciclos oscilantes e retroalimentados.

A demanda mundial por mercadorias e serviços foi desviada para estratos sociais mais avantajados e territórios mais ricos; o rearranjo espaço-temporal, iniciado durante a década de 1970, aprofundou esta tendência ao induzir desigualdades ainda maiores. Apesar do aumento muito notado do fluxo intrarregional de comércio no Leste asiático, verificou-se, correspondentemente, que sessenta por cento da demanda por mercadorias asiáticas continuavam vindo de países desenvolvidos (Pilling, 2009; Schafer, 2009). À medida que os mercados americano e europeu emperravam, as engrenagens do crédito paravam e o consumo diminuía, uma reação em cadeia tomou conta, em contrapartida, das nações do Leste asiático, que fornecem componentes para a montagem final e reexportação via China. O efeito acentuou-se em seguida, num processo que ainda não começou a acabar.

Uma demanda assimétrica e os fluxos globais de comércio que a abastecem estão mergulhados em um sistema de mercado que foi dominado por décadas por corporações transnacionais em propagação.

Lucros corporativos, produção bruta, valor agregado, capital de investimento, emprego, fusões e aquisições – em cada caso, a tendência demonstra a dependência cada vez maior do capital em relação ao investimento externo direto (IED): investimento em fábricas, escritórios, minas e plantações fora do mercado do país de origem da companhia.<sup>1</sup>

Corporações transnacionais (CTNs), assim como os bancos, têm aumentado cada vez mais sua dependência das TICs – neste caso, também como forma de facilitar a reorganização da produção e da distribuição. As CTNs instalaram e repetidamente realizaram a reengenharia das redes de cadeias de abastecimento transfronteiras com o objetivo de produzir de forma mais lucrativa tanto para os mercados externos como para o doméstico. Em 2008, companhias e governos gastavam juntos US\$ 1,75 trilhão por ano em tecnologia, o que representava a metade do total do investimento de capital corporativo (Vance, 2008).

Desde a década de 1970, em simbiose com o brotamento das capacidades das TICs, no entanto, as fontes e os destinos das IEDs têm mudado profundamente. Cinquenta anos atrás, os IEDs demarcaram um fenômeno vital, porém limitado. A maior parte saía dos Estados Unidos para o mundo. Porém, à medida que o volume global de IEDs aumentava vertiginosamente, a parte reivindicada pelas companhias americanas diminuía – para 38% em 1980 e para 19% em 2005 –, enquanto a fatia mantida por companhias baseadas na UE aumentava para 51% em 2005. Em 2007, a saída de participações de companhias americanas em IEDs somou 2,8 trilhões de dólares. Para o Reino Unido, foram US\$ 1,7 trilhão; para a França, US\$ 1,4 trilhão; para a Alemanha, US\$ 1,2 trilhão; para o Japão, US\$ 543 bilhões. Embora os Estados Unidos permaneçam em primeiro entre iguais, e embora o eixo EUA-Europa Ocidental permaneça preponderante, a transnacionalização do capital expandiu-se definitivamente além de seu nível do pós-guerra. De fato, os EUA tornaram-se a principal destinação de IED com origem em outros países (United Nations Conference on Trade and Development, 2006).

---

<sup>1</sup> A fatia internacional de lucros corporativos norte-americanos era de aproximadamente 5% durante os anos 1960, mas em 2007 chegava a um quarto, talvez, de todos os lucros declarados, de acordo com Ed Yardeni, citando dados do Departamento de Comércio dos EUA (em Appel, 2007).

O papel, em inconstante mudança, desempenhado por países “em desenvolvimento” também deve ser mencionado. Primeiro e acima de tudo, os países em desenvolvimento aumentaram a sua participação coletiva no influxo de IEDs, de aproximadamente 20% do total, em 1978-80, para aproximadamente 35% de um total muito maior em 2003-05. (A China é líder entre países em desenvolvimento para entrada de IEDs). Eles também se tornaram uma presença significativa nos fluxos de saída de IEDs: em 2007, a saída de participações em IEDs de países em desenvolvimento totalizou US\$ 2,3 trilhões – quase tanto quanto o mantido por companhias americanas. Por mais distorcido e limitado que seja o fluxo de saída de IEDs de Sul para Sul, este constitui uma importante característica da reestruturação político-econômica contemporânea (Unctad 2008).

A participação significativa no capital transnacional tornou-se mais geral e também cada vez mais multipolar. Mas este grande aumento global na capacidade de produção em rede culminou agora em uma devastadora rodada de superprodução. O estrago está afligindo indústria após indústria, dos automóveis às aeronaves, ao aço, aos petroquímicos, à construção civil, ao comércio e além (Brenner, 2003; Schiller, 2007; Batson, 2009). Enredando-se com o pânico financeiro e com os severos desequilíbrios na estrutura de demanda global, a superprodução é a causa do que agora é a mais grave crise econômica da década de 1930. E a multipolaridade está aumentando a instabilidade.

Por um lado, acentuada pelo espetacular excesso militar exercido no Iraque e no Afeganistão, o que Immanuel Wallerstein (2006) chama de “curva do poderio americano” segue uma tendência descendente. O Conselho de Inteligência dos EUA concorda (Shane, 2008; National Intelligence Council, 2008), em sua extraordinária projeção, que, ao longo dos próximos quinze anos, “a força relativa dos Estados Unidos – inclusive no ramo militar – irá declinar e a influência americana ficará mais restrita”. A crise já começou a derrubar o centro de gravidade das finanças globais do seu eixo EUA-Reino Unido (Larsen; Briscoe, 2009).

Por outro lado, nenhum outro poder se mostra pronto a assumir o papel de ditar e impor as regras no âmbito global. A economia dos EUA continua três vezes maior do que a da China (Pilling, 2009) e, embora

certamente ponha em prática prioridades políticas independentes,<sup>2</sup> a China apenas começou a realizar investimentos externos diretos e ainda não está em condições de assumir um papel de liderança internacional. A Europa, que como um todo possui meios suficientes para dominância mundial, é um ator desconjuntado (Krugman, 2009). O Japão não possui nem ímpeto econômico, nem vontade política para uma liderança global independente (McCormick, 2007).

Assim, entramos em um momento histórico extremamente volátil. Por um lado, está bastante claro que apenas um gigantesco estímulo à demanda global poderia interromper a queda da economia mundial. No entanto, à medida que as compulsões econômicas e financeiras crescem, a política multipolar gera novas dificuldades. Os EUA, as nações membros da UE, Rússia, China e outros países estão competindo para aliviar os efeitos da superprodução e reestabilizar as finanças globais. Portanto, a capacidade do sistema interestatal de gerenciamento colaborativo – para não dizer efetivo – de crise não é nada óbvia. “Desacordo em Davos” foi a manchete do *Financial Times* (“Discord in Davos”, 2009) para sua recapitulação das deliberações deste ano no Fórum Econômico Mundial. Apesar de toda a retórica, o encontro do G20, em abril de 2009, também foi essencialmente inconclusivo, com desentendimentos entre os EUA e líderes europeus, e oficiais chineses levantando dúvidas quanto ao *status* do dólar como moeda de reserva (Thomas; Werdigier, 2009). A perspectiva pode ser de queda, em mais um ciclo assustador de rivalidade intercapitalista.

Por outro lado, fome, desemprego em massa e raiva em relação à distribuição desigual entre as classes dos fardos relacionados aos esforços de “socorro” também começaram a energizar os protestos vindos de baixo. Durante 2008, houve relatos de que mais de trinta países viveram protestos por alimentos (Blas, 2009). Governos foram diretamente desafiados, na França, Islândia, nos Bálticos e na Europa Oriental. A raiva popular também se faz evidente nos EUA, porém até agora sem veículo político independente. Através da América Latina, é

---

2 A respeito do *status* político de Taiwan, é claro, mas também a respeito de seu próprio investimento de um trilhão de dólares na demanda norte-americana. O conflito entre China e EUA, nesta área estratégica, está se intensificando (Jopson, 2009; Wines; Bradsher; Landler, 2009).

claro, a deslegitimação do neoliberalismo continua a criar espaço para buscar a reconstrução social a uma bem-vinda distância do poderio norte-americano – embora seja oportuno lembrar que a emancipação não se deve conquistar apenas em relação a forças externas. Aumenta rapidamente a preocupação de que, como coloca o secretário-geral da ONU Ban Ki-mon (*in* Morris, 2009, p. 4), a crise econômica “possa evoluir para uma instabilidade política global”. A ameaça de uma resistência social cada vez maior é capaz de motivar as elites a colaborar com os esforços na busca de meios de combate à crise – e a garantir a sua própria dominação de classe.

É neste contexto carregado que a informação deve ser situada hoje.

## **Capitalismo digital multipolar**

Desvios atordoantes confundem a economia política da informação à medida que a crise se entrelaça aos processos, em andamento, de mudança cultural e de tecnologia – e substituição de um largo espectro de produtos.

A unidade de telefonia do EBay, o Skype, que provê um produto substituto de graça, ou quase, alega que possui não menos do que 405 milhões de usuários e tornou-se o maior fornecedor de serviços de comunicações por voz transfronteiras. Mas o Skype gerou uma insignificante receita de US\$ 550 milhões em 2008 e ainda procura por um modelo de lucro sustentável (Fowler, 2009; TeleGeography, 2009). Enquanto isso, pedidos de financiamento por operadores de telecomunicações existentes geram aumento de tensões e pressões, na medida em que esta infraestrutura extraordinariamente intensiva em capital enfrenta “as maiores necessidades de refinanciamento de todo o setor corporativo não-financeiro pelos próximos três anos” (Sakoui, 2008, p. 21). Em seguida ao desastre das empresas de telecomunicações de 2001-02, a expansão das redes reiniciou-se e sua capacidade volta a crescer fortemente, notavelmente no caso de sistemas de cabos transoceânicos (U.S. Federal Communications Commission, 2009, p. 35). A forte queda nos custos das comunicações de alta velocidade via Internet sustenta, por sua vez, uma recentralização substancial (não total) de serviços de computação e de programas de computador; e,

enquanto a centralidade do PC de mesa é ameaçada, esforços industriais são realizados “entre as maiores companhias de tecnologia do mundo à medida que se posicionam” para a chegada da computação “em nuvem” (Waters, 2009d, p. 9; Waters, 2009f, p. 11).

Para companhias baseadas em várias indústrias e em vários países, os telefones móveis tornaram-se uma terceira tela estrategicamente vital; em apenas nove meses depois que a Apple abriu sua primeira loja iPhone App, estimadas 25 mil aplicações foram publicadas para o iPhone e para o iPod Touch – e 800 milhões de “downloads” foram reivindicados (Mossberg, 2009). Serviços móveis, no entanto, enfrentam a saturação do mercado rico, de forma que os operadores procuram meios – o pré-pago foi a inovação decisiva – de estender lucrativamente os serviços até onde a renda média é de uma ordem de magnitude menor do que nos EUA ou na Europa Ocidental (Waters, 2009b; Kalba, 2008). No entanto, as margens têm diminuído e, assim como para os fabricantes de equipamentos sem fio, crescem as pressões por lucros à medida que os modelos 3G abrem o mercado para pilhas de novos lançamentos, de Google e Microsoft a fabricantes de computadores, a começar pela Apple (Sandstrom, 2009; Vance, 2009; Parker, Taylor; Jung-a, 2009).

Na medida em que os “conteúdos” se transformam em um fluxo de bits generalizado, a distribuição digital eletrônica ganha, aos custos dos sistemas anteriores, força e alcance novos. Intrusos estão aprendendo a obter competências que a Internet tornou possíveis, de forma a ocupar com sucesso mercados há muito tempo cativos de mercadorias culturais baseadas em pagamento de direitos: música (Apple) e livros (primeiro Amazon, depois Google) (Darnton, 2009). Por outro lado, as fundações institucionais de muitas produções e distribuições comerciais de cultura estão em perigo. À medida que os orçamentos para publicidade de fabricantes de automóveis são acorrentados, companhias de serviços financeiros e fornecedores do mercado de consumo são cortados, enquanto usuários abandonam os meios existentes, a imprensa sustentada pela publicidade e os sistemas de transmissão em massa enfrentam tempos difíceis (Bradshaw, 2009b). Muitos podem não se recuperar.

E assim por diante. Hábitos culturais ao redor do mundo continuam a passar por uma reorganização espasmódica e, às vezes, localmente

configurada. Não há qualquer aspecto unidimensional nestes desbocamentos. Eles requerem atenção analítica ininterrupta.

Porém, essa alternância de situações se mescla, e frequentemente disfarça, com processos mais fundamentais na economia política da informação. Enquanto as tecnologias de processamento e troca da informação continuam em revolução, os vetores de “mercantilização” da informação continuam a se estender. O sistema altamente privado que é a Internet tornou-se, assim, a peça central tanto da inovação político-econômica quanto da rivalidade intercapitalista. Como poderia não ser assim? A Internet age como um mecanismo que possibilita ampliações e reorganizações contínuas da produção de mercadorias, assim como das finanças. O poder sobre este sistema é guardado com ciúmes e muito procurado, um contexto de primeira para disputa no seio de um capitalismo transnacional cada vez mais multipolar.

Unidades impressionantes de capital não americano incluem tanto entidades existentes como novas: Samsung, Nokia, Siemens, Nintendo, Huawei, Tata, SAP, Telefonica, DoCoMo, America Movil, China Mobile. Os principais ativos das redes transnacionais passaram, pela primeira vez na história, para capitalistas baseados em países do Sul: México, Índia, China. Mercados emergentes estão assumindo uma fatia crescente dos registros de nomes de domínios (Bradshaw, 2009a). A Huawei espera garantir US\$ 30 bilhões em novos contratos durante 2009 na China, na Europa e na África. E, após tornar-se o terceiro maior fornecedor de infraestrutura móvel do mundo (depois de Ericsson e Nokia Siemens), a Huawei está testando até o politicamente sensível mercado norte-americano (Parker, 2009; Sharma and Silver, 2009). Entretanto, no lado da demanda, corporações baseadas em qualquer lugar e em todos os lugares estão reorganizando seus processos de negócios em torno da tecnologia da Internet e alavancando ativos de TICs para desenvolver mercados futuros em novas áreas. À medida que as estratégias de acumulação baseada na Internet se desdobram, e que continua o processo de desmanche das estruturas industriais existentes, a participação na política econômica da informação será ampliada e a competição será intensificada.

No entanto, o papel dos EUA na informação permanece notadamente desproporcional. Considere-se que o poder estratégico sobre a Internet

reside principalmente nas mãos de companhias americanas, a começar pelo gerenciamento do sistema de nomes de domínios, através de uma mistura nebulosa de agências militares, organizações não governamentais e corporações privadas. Além do mais, embora com exceções e qualificações, o suprimento transnacional de equipamentos de encaminhamento continua sob domínio da Cisco; o de semicondutores, sob domínio da Intel; o de sistemas operacionais de computadores de mesa, sob domínio da Microsoft; e o de mecanismos de busca, sob domínio do Google (redes sociais? – Facebook). Uma lista das 25 companhias de ponta na área de serviços/programas de computador/Internet em TI global para 2004-05 incluía seis companhias não americanas. Mais da metade dos oitocentos e poucos satélites em órbita da terra são americanos (“Junk in Space”, 2009). Por fim, e crucialmente, companhias baseadas nos EUA não apenas são líderes no fornecimento, mas também na demanda e no uso: de Wal-Mart a General Electric, a incorporação de sistemas e aplicações baseados na Internet pelas corporações americanas definiram os padrões globais (Mann, 2006, p. 1).

O poder desproporcional de entidades dos EUA sobre a informação será exercido principalmente no sentido de sustentar os interesses geopolíticos dos EUA, ou de servir ao projeto do capital transnacional de predominar sobre a acumulação? Ambos, com certeza, embora não sejam idênticos, e embora o capital transnacional não seja mais, em qualquer sentido, um fenômeno exclusivamente norte-americano. Sem dúvida, a influência da indústria da informação na elaboração de políticas dos EUA é palpável. A primeira iniciativa doméstica importante de Barack Obama – às vezes chamado de presidente de silício – de impor ao Congresso um amplo pacote de estímulo fiscal começou a construir um impulso político meses antes da eleição do novo presidente, ao obter apoio e sugestões sobre prioridades de executivos de primeira linha do Google, da IBM e do Conselho da Indústria de Tecnologia da Informação. Não surpreende que membros deste grupo tenham favorecido uma aceleração da mercantilização (*commodification*) patrocinada pelo governo: eles fizeram pressão para abrir espaço em qualquer legislação futura de estímulo ao desdobramento de banda larga, a registros computadorizados de cuidados de saúde e a uma rede elétrica (“inteligente”) intensamente

baseada em TIC – todos com probabilidade de impulsionar seus lucros e, todas cláusulas da lei assinada pelo presidente Obama em fevereiro de 2009 (Dean Garfield, presidente do Conselho da Indústria de Tecnologia da Informação, comentou depois da aprovação do pacote de estímulo: “é bom de ouvir”) (Ward; Beattie, 2009; Savage; Kirkpatrick, 2009).

## **Informação – ainda um polo de acumulação?**

A informação ainda tem potencial para rejuvenescer o sistema de mercado?

A crise ainda morde profundamente, mas de forma irregular, diferentes setores. Enquanto os lucros corporativos mergulham de forma geral (Alster, 2009), automóveis, serviços financeiros, matéria-prima agrícola, metais e minerais foram atingidos de forma especialmente forte. E quanto à indústria da informação? Ao longo das semanas de outubro a dezembro de 2008, os mercados consumidor e de negócios para TIC entraram em colapso (Vance, 2008), e os meses desde então intensificaram esta queda. A queda nas vendas e as demissões atingiram as ações mais valorizadas (Porter, 2008; Waters, 2008; Nuttall, 2008a, 2008b; Scheck, 2008; Harding, 2008): até Google e Microsoft sentiram o impacto (Vance, 2008; Wiesmann, 2009; Waters, 2009c, 2009e). E o número de nomes de domínios de rede registrados no último trimestre de 2008 caiu 17% contra o mesmo período do ano anterior (Bradshaw, 2009a). Não há dúvidas de que a indústria da informação está experimentando o declínio. No entanto, como eu sugeri no início a respeito dos jornais impressos, as causas desse declínio são irregulares, complexas e, muitas vezes, de longa duração.

Além disso, muitas companhias de tecnologia estão “cheias de dinheiro” (Vance, 2008). No início de 2009, a Cisco possuía uma reserva de dinheiro de quase US\$ 20 bilhões; Microsoft, US\$ 19 bilhões; Google, 16 US\$ bilhões; Intel, US\$ 10 bilhões; Dell, US\$ 6 bilhões; Apple, US\$ 26 bilhões (Waters, 2009a). Estima-se que “aproximadamente 16 companhias de tecnologia possuem um balanço de dinheiro líquido de mais da metade da sua capitalização de mercado” (Peers, 2009, p. B10) – uma proporção comparativamente alta. Estes ativos líquidos fornecem uma medida do controle que se encontra além do alcance do

capital baseado em setores econômicos e regiões menos afortunados. Como reportou o *New York Times* em setembro de 2008, “é provável que parte destes fundos seja dirigida à aquisição de concorrentes em dificuldades” (Vance, 2008, p. A1).

As propriedades regenerativas da informação para o capital também não foram crucialmente exauridas. Grandes circuitos de prática sociocultural – educação, biotecnologia agrária e, talvez principalmente, a medicina – continuam a ser preparados para exploração lucrativa através de sistemas de redes e aplicações de processamento de informação. Mais que isso, como os negócios transnacionais em geral dependem das TICs, novos ciclos de investimento serão provavelmente dirigidos para este sistema ainda dinâmico de provisão de informação. Não obstante, como a informação foi sendo cada vez mais incluída no projeto de acumulação de capital, ela agora também contribui para as tendências de crise do capitalismo.

A continuidade da informação como polo de crescimento, em amplos termos, não nega o fato de que o rearranjo espaçotemporal do qual ela tem feito parte falhou. As enormes e contínuas despesas com TICs que ajudaram a reorientar a acumulação em torno da informação não conferiram uma imunidade global. O capitalismo digital, como se vê, é tão susceptível quanto seu antecessor a episódios de crise que marcaram a acumulação capitalista através de sua longa história.

## Referências

- ALSTER, N. Corporate profits are plunging, and true picture may be worse. *Investor's Business Daily*, 16 mar. 2009, p. 1.
- APPEL, T. Overseas profits provide shelter for U.S. firms. *Wall Street Journal (WSJ)* 9 august 2007, p. A1, A11.
- BATSON, A. China's overcapacity dilemma. *WSJ* 21-22 mar. 2009, p. A6.
- BLAS, J. Chronically hungry passes 1bn. *Financial Times (FT)* 27 mar. 2009, p. 6.
- BOYD-BARRETT, O. Cyberspace, globalization and US empire. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Communications media globalization and empire*. Eastleigh, UK: John Libbey, 2006, p. 53-74.

BRADSHAW, T. Downturn hits domain names, *FT* 18 fev. 2009a, p. 5.

\_\_\_\_\_. Ad agencies struggle to sell early recovery, *FT* 23 mar. 2009b., p. 14.

BRENNER, R. *The boom and the bubble*. London: Verso, 2003.

BUFFETT, W. *Letter to shareholders of Berkshire Hathaway*, 2002. Disponível em: [www.berkshirehathaway.com/letters/2002pdf.pdf](http://www.berkshirehathaway.com/letters/2002pdf.pdf). Acesso em 9 fev. 2009.

CORTADA, J. *The Digital Hand*. New York: Oxford University Press, 3v., 2004-07.

DARNTON, R. Google and the future of books. *New York Review of Books*, v. 56, n°. 2, 12 fev. 2009. Disponível em: <http://www.nybooks.com/articles/22281>. Acesso em 7 mai. 2009.

“Discord In Davos,” 2009. *FT Insight* 10 fevereiro.

EDGECLIFFE-JOHNSON, A. The grey lady’s keeper, *FT*, 13 dec. 2008, p. 7.

FOSTER, J. B.; MAGDOFF, F. *The great financial crisis: causes and consequences*. New York: Monthly Review Press, 2009.

FOWLER, G. A. Skype targets companies to ring up revenue, *WSJ*, 23 mar. 2009, p. B3.

HAMELINK, C. *Finance and information: a study of converging interests*. Norwood: Ablex Publishing, 1983.

HARDING, R. Sony plans to cut 8,000 jobs, *FT*, 10 dec. 2008, p. 13.

HARVEY, D. *The new imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. Is this *really* the end of neoliberalism? *Counterpunch*, mar. 2009 13/15. Disponível em: <http://www.counterpunch.org/harvey03132009.html>. Acesso em 7 mai. 2009.

JOPSON, B. Congo pressed over China minerals, *FT*, 10 fev. 2009, p. 3.

\_\_\_\_\_. “Junk in space”, *FT*, 13 fev. 2009, p. 6.

KALBA, K. The global adoption and diffusion of mobile phones. *Harvard University Program on Information Resources Policy*, dec. 2008.

KRUGMAN, P. A continent adrift, *New York Times (NYT)*, 16 mar. 2009, p. A21.

LACEY, M. The Reticent Media Baron, *NYT*, 16 fev. 2009, p. B1.

LARSEN, P. T.; BRISCOE, S. The fearsome become the fallen, *FT*, 23 mar. 2009, p. 5.

MANN, C. L.; KIRKEGAARD, J. F. *Accelerating the globalization of America: the role for information technology*. Washington, D.C.: Institute for International Economics, 2006.

MANN, G. Colletti's Credit Crunch, *New Left Review* 56, mar./apr. 2009, p. 119-27.

MCCORMICK, G. *Client state: Japan in the American embrace*. London: Verso, 2007.

MORRIS, H. Ban sets target of US\$1,000bn for aid to poorer nations, *FT*, 26 mar. 2009, p. 4.

MOSSBERG, W. S. Some favorite apps that make iPhone worth the price, *WSJ*, 26 mar. 2009, p. D1.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. Global Trends 2025: a transformed world, 2008. Disponível em: [http://www.dni.gov/nic/NIC\\_2025\\_project.html](http://www.dni.gov/nic/NIC_2025_project.html). Acesso em 7 mai. 2009.

NEWS EDITORS CALL OFF CONVENTION, *NYT*, 28 feb. 2009, p. B2.

NICHOLS, J.; MCCHESENEY, R. W. 2009. The death and life of great american newspapers. *The Nation*, 18 mar. 2009. Disponível em: [http://www.thenation.com/doc/20090406/nichols\\_mcchesney?rel=hp\\_picks](http://www.thenation.com/doc/20090406/nichols_mcchesney?rel=hp_picks). Acesso em 21 mar. 2009.

NUTTALL, C. TI cuts forecast as sales slump, *FT*, 9 dec. 2008a, p. 18.

\_\_\_\_\_. EA braced for drop in profits as sales slump, *FT*, 10 dec. 2008b, p. 15.

OLSEN, R.; COOKSON, C. How science can prevent the next bubble, *FT*, 13 feb. 2009, p. 9.

ONLINE NEWSPAPERS. The lex column, *FT*, 12 dec. 2008, p. 12.

PARKER, A. Huawei eyes deals worth US\$30 billion, *FT*, 9 mar. 2009, p. 16.

\_\_\_\_\_; TAYLOR, P.; JUNG-A, S. Sony Ericsson warning sets grim tone, *FT*, 27 mar. 2009, p. 15.

PEERS, M. Oracle foretells the technology sector's future for payouts, *WSJ*, 21-22 mar. 2009, p. B10.

PEREZ-PENA, R. The Times seeks opportunity despite toll of a recession, *NYT*, 9 feb. 2009, p. B1, B6

PILLING, D. Unlucky numbers, *FT*, 10 feb. 2009, p. 9.

PORTER, A. Nokia braced for drop in phone sales, *FT*, 15-16 nov. 2008, p. 9.

RUBIN, R. E. Keynote Address. In: *Money, markets and the news: press coverage of the modern revolution in financial institutions*. The Joan Shorenstein Center, Harvard University, 1999.

SAKOU, A. Maturing debt risk set to hit telecoms sector, *FT*, 11 nov. 2008, p. 21.

SANDSTROM, G. Sony Ericsson Warns Of Falling Shipments, *WSJ*, 21-22 mar. 2009, p. B5.

SAVAGE, C.; KIRKPATRICK, D. D. Technology's Fingerprints on the Stimulus Package, *NYT*, 11 feb. 2009, p. B3.

SCHAFER, D. Slump in orders set to hit skilled German workers, *FT*, 11 feb. 2009, p. 5.

SCHECK, J. Dell's growth stalls as businesses *pull* back, *WSJ*, 21 nov. 2008, p. B1.

SCHILLER, D. *How to think about information*. Urbana: University of Illinois Press, 2007.

SCHILLER, Herbert I. *Information and the crisis economy*. Norwood: Ablex Publishing, 1984.

SHANE, S. Global forecast by American intelligence expects A. Qaeda's appeal to falter, *NYT*, 21 nov. 2008, p. A13.

SHARMA, A.; SILVER, S. Huawei tries to crack U.S. market. *WSJ*, 26 mar. 2009, p. B2.

TELEGEOGRAPHY. Skype's share of the long-distance pie on the increase, *TeleGeography's CommsUpdate*, 24 mar. 2009.

THOMAS, L.; WERDIGIER, J. No clear accord on stimulus by top 20 industrial nations, *NYT*, 15 mar. 2009, p. 1, 10.

TIEMAN, R. Technology tangles when businesses combine, *FT Digital Business*, 28 jan. 2009, p. 1.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *World Investment Report 2006*. New York: United Nations, 2006.

\_\_\_\_\_. *World Investment Report 2008*. New York: United Nations, 2008.

U.S. FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION. *International Bureau Report*, 2007 Section 43.82 Circuit Status Data, by Cathy Hsu, Policy Division, Tab. 7, 2009.

VANCE, A. Tech companies, long insulated, now feel slump, *NYT*, 15 nov. 2008, p. A1, A14.

\_\_\_\_\_. The pocket war, *NYT*, 16 mar. 2009, p. B1, B6.

VEITH, R. H. *Multinational computer nets: the case of international banking*. Lexington, MA: Lexington Books, 1981.

WALLERSTEIN, I. The curve of American power, *New Left Review* 40, jul./ago. 2006, p. 77-94.

WARD, A.; BEATTIE, A. 2009. House stimulus forced through by Democrats, *FT*, 19 jan. 2009, p. 2.

WATERS, R. 2008. Cisco warns of revenues drop as sector feels pinch, *FT*, 6 nov. 2008, p. 19.

\_\_\_\_\_. Tech groups hold on to cash cushions in uncertain times, *FT*, 26 jan. 2009a, p. 19.

\_\_\_\_\_. US chip group bearish on 3G take-up, *FT* 29 2009b, p. 19.

\_\_\_\_\_. Cisco sees deepening gloom for wider tech industry, *FT*, 5 feb. 2009c., p. 15.

\_\_\_\_\_. Cloud control, *FT*, 26 mar. 2009d, p. 9.

\_\_\_\_\_. Google cuts 200 jobs to cope with downturn, *FT*, 27 mar. 2009e, p. 17.

\_\_\_\_\_. Tech rivals in cloud computing clash, *FT*, 28/29 mar. 2009f, p. 11.

WIESMANN, G. SAP to cut 3,000 staff amid gloomy outlook, *FT*, 29 jan. 2009, p. 18.

WINES, M.; BRADSHER, K.; Landler, M. China's premier seeks guarantee from U.S. on debt, *NYT*, 14 mar. 2009, p. A1, A6.

WORLD BANK. Swimming against the tide: how developing countries are coping with the global crisis. World Bank, 8 mar. 2009. Disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:22093316~menuPK:34463~pagePK:34370~piPK:34424~theSitePK:4607,00.html>. Acesso em 7 mai. 2009

## *Capítulo 6*

# CONHECIMENTO POLÍTICO INFORMAL E SEUS EFEITOS CAPACITANTES: O PAPEL DAS NOVAS TECNOLOGIAS

*Saskia Sassen*

### **Introdução**

A rápida proliferação das redes de computador pelo mundo e a crescente digitalização do conhecimento – a qual permite que ele circule nas redes computacionais globais – desloca antigos significados padronizados sobre o próprio conhecimento. Este deslocamento, por sua vez, coloca em questão a efetividade das premissas atuais acerca do que seja conhecimento. Vai deixar mais evidente a particularidade ou o enraizamento de categorias dadas como “naturais” ou “científicas”, através das quais as instituições organizam “seu” conhecimento – conhecimento este já previamente definido como sendo pertinente e adequado a seus objetivos. Neste processo, as tecnologias de rede têm o potencial de tornar acessíveis categorias e práticas do conhecimento formal. Esses corpos de conhecimento podem escapar ou ir além dos controles hierárquicos institucionais. Conhecimentos podem ser agora desmontados e navegar no potencial distributivo das redes digitais. Aquilo que um dia constituiu corpos unitários de conhecimento, abrigados em categorias específicas, agora reaparece sob a forma de “bits” e partes que podem ser reagrupadas e reutilizadas através de diversas ordens institucionais.

Para realizar esse potencial, o elemento crucial é a informalidade desses corpos de conhecimento, bem como a sua remontagem em novas composições, em novas misturas, que também tenderão a ser informais, ao menos no início. A segunda dimensão crítica é que esses corpos de conhecimento remontados e informalizados desembocam em novas ou antigas condições – políticas, econômicas, técnicas, culturais, subjetivas.

Tornar acessíveis categorias já estabelecidas e informalizar determinados componentes do conhecimento formal pode ser visto tanto em termos positivos – quando ajudam, por exemplo, na democratização de esferas da vida antes sujeitas a controle hierárquico – quanto negativos – ao alimentar o poder cada vez mais desregulado das finanças globais.

Neste capítulo, examinarei essas duas dimensões críticas com o intuito de entender suas várias articulações. A premissa básica é a importância de capturar a diversidade e a especificidade das “formações sociodigitais” (Latham; Sassen, 2005, Introdução) e, por conseguinte, a possibilidade de articulações inteiramente novas entre política e conhecimento. Em princípio, o conjunto de situações empíricas que poderíamos usar para examinar alguns desses aspectos é bastante vasto. As especificidades de cada caso particular ajudam a identificar padrões singulares. Diferentes tipos de formações sociodigitais dão visibilidade às diferentes maneiras como pode se constituir essa articulação entre conhecimento informalizado e capacitações políticas. O ato de singularizar diversos tipos de conhecimento permite que se percebam aqueles momentos nem sempre visíveis em que o informal se torna formal. Permite apreender um conjunto bem mais amplo de situações de produção de conhecimento do que se fôssemos restritos ao foco do conhecimento e das práticas formais, permitindo avançar a análise para além de uma simples fuga dos marcos regulatórios convencionais. Com efeito, em minha pesquisa pude me deparar com informalidades que emergiam do núcleo de sistemas altamente formais.

O foco se desloca para os domínios interativos digitais. Para fins de pesquisa, faço uma distinção entre as capacidades técnicas das redes digitais e as mais complexas formações sociodigitais que esses domínios interativos vão originar. Mecanismos intervenientes – que podem não estar diretamente relacionados à tecnologia propriamente dita – redesenham os efeitos produzidos pelas redes de uma forma mais distributiva (com suas fortes conotações de democracia e participação). O fato deste redesenho das lógicas sociais por usuários e atores tem implicações para as práticas políticas, aí incluindo a governança e a participação democrática.

## Formações digitais dos poderosos e dos sem-poder

As propriedades técnicas dos domínios interativos eletrônicos demonstram sua utilidade através de ecologias complexas que incluem variáveis não tecnológicas, ou seja, variáveis sociais e subjetivas, bem como as culturas particulares dos diferentes atores. Para sintetizar, podemos usar a ideia de que essas ecologias são em parte modeladas por lógicas sociais particulares, enraizadas em diferentes domínios.<sup>1</sup> Quando vemos os domínios de interação eletrônicos como representativos dessas ecologias, mais do que uma condição puramente técnica, abrimos espaço conceitual e empírico para o conhecimento informal e as práticas de conhecimento.

A tecnologia pode acomodar múltiplas particularidades e ainda envolver essas particularidades em um “todo” de dinâmicas horizontais, como, por exemplo, a repetição ou recorrência, mais do que a integração vertical (Sassen, 2008). A recorrência de condições/situações constitui esse conhecimento como um todo multissituado. Essas possibilidades e movimentos sistêmicos vão minar a generalização, trazendo para o primeiro plano a dificuldade de formalizar esses tipos emergentes de conhecimento. A maior velocidade que a digitalização traz impulsiona cada vez mais a informalização de corpos inteiros de conhecimento, ou alguns de seus componentes. A velocidade também clarifica, ou nos ajuda a perceber, o fato de que um dado conhecimento possa estar em uma trajetória que pode incluir o uso desse conhecimento em práticas políticas que, por sua vez, podem gerar tipos emergentes de conhecimento – ou seja, conhecimento que é ainda informal apesar de, eventualmente, poder se tornar formalizado. Ou, dizendo em outras palavras, aquilo que se torna visível é o momento circunstancial ou experimental na produção do conhecimento, ou na produção do político, quando for o caso. Os usos particulares, a velocidade com que determinados tipos de conhecimento são trazidos para novas práticas políticas e para novos e mais amplos conhecimentos, tornam difícil a generalização. Marcar/reconhecer a recorrência de certas particularidades é uma forma de generalização.

---

<sup>1</sup> Para o aprofundamento dessas várias questões, ver Sassen (2008).

Os dois exemplos que usarei para desenvolver empiricamente meu argumento são as redes financeiras eletrônicas e as redes de ativismo eletrônico.<sup>2</sup> Ambas fazem parte de uma dinâmica global e ambas foram moldadas de maneira significativa pelas três principais propriedades das redes digitais – acesso descentralizado/resultados distribuídos, simultaneidade e interconectividade. Porém, essas propriedades técnicas produzem efeitos bastante diversos em cada caso. Num dos casos, têm contribuído para resultados distributivos: maior participação das organizações locais nas redes mundiais. Portanto, ajudam a constituir esferas públicas transfronteiriças, ou formas de globalidade centradas em múltiplos tipos localizados de lutas e agenciamentos. No segundo caso, essas mesmas propriedades têm levado a um maior nível de controle e concentração no mercado de capitais global, mesmo que o poder dessas redes financeiras eletrônicas se baseie em uma espécie de poder difuso, ou seja, milhões de investidores espalhados ao redor do mundo, com milhões de decisões individuais.

Esses dois casos também colocam em relevo uma problemática emergente: até que ponto a combinação de acesso descentralizado e múltiplas escolhas poderá produzir maior distribuição de poder, independentemente da lógica social que orienta os usuários? Logo as organizações da sociedade civil podem produzir resultados similares aos do mundo financeiro, em que um número limitado de organizações concentra uma parcela de influência desproporcional, assim como visibilidade e recursos desiguais. Uma maneira de analisar esta questão é em termos de seus formatos políticos (ver, por exemplo, Dean, Anderson; Lovink, 2006; Lovink, 2003). Ou seja, as organizações da sociedade civil têm sido submetidas a restrições que as empurram para um determinado

---

2 As particularidades desses dois casos contemplam várias agendas de pesquisa atualmente em curso. Passam por uma antecipação de nosso entendimento acerca das formações sociodigitais que surgem desses híbridos de tecnologia e interação (Latham; Sassen, 2005; Barry; Slater, 2002; Bartlett, 2007; Berman, 2002; Bennett; Entman, 2001; Schuler, 1996; Mansell; Silverstone, 1998; Howard; Jones, 2004), bem como pelas novas possíveis formas de socialidade que esses híbridos podem estar engendrando (ver, por exemplo, Castells, 1996; Dutton, 1999; Whittel, 2001; Elmer, 2004; Himanen, 2004; Latham; Sassen, 2005; Olesen, 2005), pelas possíveis novas formas de desenvolvimento econômico e lutas por justiça social ativadas por essas tecnologias (Avgerou, 2002; Credé; Mansell, 1998; Gurstein, 2000; Leizerov, 2000; Mansell; Steinmueller, 2002), e as consequências para a autoridade estatal das redes digitais que podem suplantar muitas jurisdições tradicionais (Indiana Journal of Global Legal Studies, 1998; Rosenau; Singh, 2002; Johnson; Post, 1996; Klein, 2005; Bauchner, 2000; Drake; Williams III, 2006).

formato – semelhante ao de empresas que são incorporadas por outras, com requisitos convencionais de *accountability* – dificultando-lhes usar novas tecnologias de maneiras mais radicais. Assim, meu argumento é de que as finanças conseguem escapar dos formatos convencionais quando duas ou mais de suas operações se fundem e, assim, constituem uma plataforma em rede, permitindo-lhes maximizar os benefícios das tecnologias de redes (Sassen, 2008). Nesse sentido, argumento que as finanças estão muito à frente da sociedade civil no uso das tecnologias em redes. Elas de fato inventaram novos formatos para acomodar seu uso: plataformas em redes multissituadas, onde cada centro financeiro passa a ser um nó na rede. As organizações da sociedade civil têm encontrado muitos obstáculos para adotar esses arranjos em rede. Elas têm sido forçadas, de vários modos, a adotar o formato de empresas incorporadas no lugar de plataformas em rede. Existe aí, no meu ponto de vista, uma questão política, que acaba sendo uma outra variável a contribuir para a produção de diversas formações sociodigitais, mesmo quando estão assentadas em tecnologias de rede similares.

Os domínios interativos eletrônicos são intrinsecamente distributivos, dadas suas propriedades técnicas. Mas, uma vez que reconheçamos que existem lógicas sociais atuando nesses domínios interativos, não é necessariamente o caso que os efeitos distributivos estejam sempre presentes. Na política, o potencial distributivo levou alguns analistas a concluir que as redes eletrônicas impulsionam resultados democratizantes. Mais uma vez, trata-se de uma questão parcialmente empírica – vai depender de quais lógicas sociais (isto é, projeto político) estão norteando cada rede. Outra conclusão que vai de encontro a muitas análises é que, quanto maior a velocidade e a interconectividade da rede nas finanças mundiais, maior a importância dos sistemas informais de confiança e culturas de interpretação técnica (Sassen, 2008).

O fato de a Internet ser uma rede de redes descentralizada alimentou algumas crenças a respeito de sua inerente autonomia em relação ao poder do Estado e sua capacidade de favorecer uma democracia “desde baixo” através do fortalecimento das dinâmicas de mercado, bem como do acesso mais amplo pela sociedade. Em um contexto de múltiplas e específicas mudanças ligadas à globalização, a digitalização contribuiu

para a ascensão e o maior peso tanto das escalas subnacionais – como é o caso da cidade global –, quanto supranacionais – tais como os mercados globais, onde antes imperava a escala nacional. Esses reescalamentos não acontecem em paralelo ao poder e à autoridade estatais. Em geral, esses desdobramentos vão justamente colocar em xeque a capacidade regulatória dos Estados, a partir de seu potencial para minar a autoridade estatal que se constituiu e consolidou ao longo do último século.

Existem, contudo, algumas condicionalidades que nem mesmo as novas tecnologias conseguem evitar. Dentre elas, poderia mencionar a moldagem social da tecnologia (cf., por exemplo, Mackenzie; Wajcman, 1999; Bowker; Star, 1999; Latour, 1996; Coleman, 2004; Seely Brown; Duguid, 2002; Lievrouw; Livingstone, 2002), os limites da velocidade *vis-à-vis* o desempenho (Mackenzie; Elzen, 1994; Sassen, 2008), o papel da política na comunicação (Mansell; Silverstone, 1998; Howard, 2006; Lovink, 2002; Dean, 2002), a rigidez intrínseca de certas opções técnicas preexistentes (Shaw, 2001; Woolgar, 2002; Newman, 2001) e a segmentaridade do espaço digital (Lessig, 1996; Loader, 1998; Sassen, 1999; Koopmans, 2004; Schiller, 1995; McChesney, 2000; Monberg, 1998).

Assim, enquanto a digitalização de instrumentos e mercados foi crítica para o enorme crescimento do valor e do poder do mercado de capitais mundial, este resultado foi determinado por interesses e lógicas que, tipicamente, têm muito pouco a ver com a digitalização *per se*. Isto traz a questão de até que ponto os mercados digitais estão ancorados no complexo ambiente institucional (ver, por exemplo, Mackenzie; Millo, 2003; Pauly, 2002; Knorr Cetina; Preda 2004; Sassen, 1991/2001), em padrões culturais (Thrift, 2005; Zaloom, 2003; Pryke; Allen, 2000 e também Bell, 2001; Trend, 2001), e até mesmo em dinâmicas intersubjetivas (Knorr Cetina; Bruegger, 2003; Fisher, 2004). Enquanto o poder bruto conquistado pelo mercado de capitais através da digitalização também facilitou a institucionalização de critérios econômicos dominados pela financeirização da política, a digitalização por si só não chegaria a produzir tal resultado na política – que na verdade dependeria de arranjos institucionais nacionais (cf. Helleiner, 1999; Pauly, 2002; Sassen, 2006; para os casos que vão além dos mercados financeiros, ver em Barfield; Heiduk; Welfens, 2003; Waesche, 2003).

Em suma, o mercado eletrônico supranacional, que opera parcialmente por fora de qualquer jurisdição governamental exclusiva, é apenas um dos espaços das finanças mundiais. O outro espaço é aquele marcado pelo ambiente denso dos centros financeiros, lugares onde as leis nacionais continuam atuantes, a despeito de muitas vezes terem sido profundamente alteradas. Essas múltiplas inserções da economia eletrônica nos territórios acarretam uma complexa interação entre leis nacionais e autoridade do Estado. A noção de “cidades globais” apreende esse enraizamento particular de várias formas de hipermobilidade do capital global – incluindo o capital financeiro – numa rede de mais de quarenta centros financeiros ao redor do mundo.<sup>3</sup> Esse enraizamento traz implicações bastante significativas para a teoria e para a política, mais especificamente para as condições através das quais os governos e os cidadãos podem atuar nesse novo mundo eletrônico (ver, por exemplo, Roseneau; Singh, 2002; Kamarck; Nye, 2002; Bousquet; Wills, 2003; Sassen, 2008), apesar da existência de alguns limites claros (cf. Robinson, 2004; Olesen, 2005; Dean; Anderson; Lovink, 2006).

A produção de mobilidade do capital requer paradoxalmente fixidez do capital: ambientes tecnológicos de ponta, talentos bem criados e a infraestrutura convencional – desde autoestradas até aeroportos e linhas de trem. Todas essas são apenas em parte condições limitadas pelo local, mesmo quando a natureza dessa limitação do local seja distinta do que teria sido há uma centena de anos, quando limitação significava mais uma espécie de imobilidade. Mas a digitalização também trouxe como consequência mais possibilidades de tornar líquido o que não é líquido, produzindo ou aumentando a mobilidade de algo que nos acostumamos a pensar como imóvel, ou quase. No limite, a liquefação digitaliza o objeto. No entanto, a hipermobilidade adquirida por um objeto através da digitalização é apenas um dos momentos de uma condição mais complexa.

Por outro lado, a limitação do local é cada vez mais – ainda que não completamente – modulada ou inscrita pela hipermobilidade de

---

3 Por exemplo, o crescimento das alianças de redes eletrônicas entre as transações financeiras baseadas em diferentes cidades evidenciou que os mercados eletrônicos estão parcialmente ancorados nas concentrações de capital humano e recursos materiais dos centros financeiros, porque parte do objetivo é capturar as vantagens específicas de cada centro (Sassen, 2006). Assim, essas alianças não pretendem transcender as operações envolvidas ou fundir tudo em uma única operação.

alguns de seus componentes, produtos e efeitos. Mais do que ocorria no passado, tanto a fixidez quanto a mobilidade situam-se em uma estrutura temporal onde a velocidade é ascendente e se dá por consequência. Este tipo de fixidez não pode ser completamente apreendido por uma descrição restrita a seus aspectos materiais e situacionais. O mercado imobiliário é um bom exemplo disso. As empresas financeiras inventaram instrumentos que liquefazem os imóveis, facilitando dessa maneira os investimentos em ativos imobiliários e sua “circulação” nos mercados globais. Mesmo que os elementos físicos permaneçam como parte integrante do ativo imobiliário, os ativos foram transformados pelo fato de serem agora representados por instrumentos de alta liquidez, que podem circular nos mercados globais. Mesmo que os imóveis pareçam os mesmos, continuam sendo construídos com os mesmos tijolos e cimento, hoje eles constituem uma entidade totalmente transformada.<sup>4</sup>

Talvez o tipo oposto de articulação entre lei e território em relação às finanças globais fique evidente em um domínio que foi igualmente transformado pela digitalização, mas em condições radicalmente diferentes. A chave para o meio digital é o acesso público à Internet, e os atores principais são, sobretudo, organizações e indivíduos menos providos de recursos (consultar, para uma série de exemplos, Dahlgren, 2001; Bennett, 2003; Dutton, 1999; Friedman, 2005). Isso produz um tipo específico de ativismo, centrado em múltiplas localidades, que são, ao mesmo tempo, digitalmente conectadas em proporção muito maior do que o âmbito local, frequentemente atingindo escala mundial. Quando até mesmo as menores e mais modestas organizações e indivíduos podem se tornar participantes de redes eletrônicas, fica evidenciada a possibilidade

---

4 O modelo desenhado para Gestão de Capital de Longo Prazo (Long Term Capital Management – LTCM) foi considerado uma inovação significativa e brilhante. Outras estratégias de arbitragem semelhantes foram adotadas, apesar de a LTCM ter feito de tudo para ocultar tais estratégias (MacKenzie, 2003). MacKenzie e Millo (2003) postulam que dois fatores garantiram o sucesso da teoria de precificação de ações (*Black-Scholes*) no Chicago Board Options Exchange. Em primeiro lugar, os mercados foram mudando gradualmente (como exemplo as alterações da Regulação T, a cada vez maior aceitação dos fundos de empréstimos e uma melhor comunicação), de modo que os pressupostos do modelo tornaram-se cada vez mais realistas. Em segundo lugar, a difusão de uma cultura de interpretação particular no contexto dos processos econômicos globalizados gradualmente reduziria as barreiras ao uso disseminado do modelo. A performatividade desse modelo não foi automática, mas veio como um resultado discutido e historicamente contingente que culminou com um evento histórico, o *crash* de 1987 (MacKenzie, 2003, p. 138). Para o gerenciamento do risco nos mercados financeiros, ver Izquierdo (2001).

de um enorme crescimento dos intercâmbios políticos através das fronteiras por atores que não os Estados nacionais (Warkentin, 2001; Khagram; Riker; Sikkink, 2002). O que nos interessa aqui é que, embora se trate de atores pobres e localizados, em alguma medida eles podem suplantar as jurisdições do Estado e, mesmo sendo locais, começar a articular com seus pares mundo afora, constituindo dessa maneira uma incipiente comunidade global.

Podemos identificar aqui a formação de uma política global de novo tipo, que se constitui a partir das especificidades dos interesses e lutas locais, ao mesmo tempo que podem ser vistas como uma forma de participação democrática em expansão para além dos limites do Estado. Vejo-as como versões não cosmopolitas de política global, que em muitos casos conseguem levantar questões sobre a relação da lei com as localidades que são o oposto das questões que surgem das finanças mundiais.

Da perspectiva da autoridade do Estado e das jurisdições territoriais, o resultado final poderia ser descrito como uma desestabilização das antigas hierarquias de escala e a emergência de novas hierarquias não totalmente formalizadas. As antigas hierarquias de escala, que remontam ao momento histórico da ascensão do Estado-nação, continuam operantes. Elas são tipicamente organizadas segundo níveis institucionais e abrangência territorial: do internacional ao nacional, o regional, o urbano e o local. Mas as dinâmicas de escala de hoje passam por cima do tamanho das instituições e das compartimentações do território que foram produzidas com a formação dos estados nacionais (Swyngedouw, 1997; Taylor, 2003; Graham, 2003; Borja; Castells, 1997).

## **Mercados financeiros eletrônicos: fazendo política informal**

Os mercados financeiros eletrônicos constituem um caso interessante: são talvez o exemplo mais extremo de como o digital pode se revelar de fato livre de qualquer condicionalidade espacial – e, mais concretamente, territorial. Um conhecimento crescente examina as expressões mais extremas dessa possibilidade, tanto em relação às finanças quanto a outros setores (ver, por exemplo, em *Indiana Journal of Global Legal*

*Studies*, 1998; Geist, 2003; Korbin, 2001). A combinação de velocidade, interconectividade e acentuado poder de alavancagem demonstrada pelos mercados eletrônicos produz uma imagem de hipermobilidade e deslocalização das finanças globais. Na verdade, não é fácil demonstrar como esses mercados estão enraizados em algo que é social, para não dizer concreto como cimento.

A possibilidade de um domínio quase que inteiramente técnico e independente do social acaba sendo reforçada pelo papel desempenhado pela pesquisa acadêmica em economia financeira na criação de novos derivativos, hoje um dos instrumentos mais amplamente utilizados. Isso criou uma impressão – que exerce cada vez mais influência – de que os mercados estão atrelados às pesquisas acadêmicas em economia financeira, segmento que vem se afirmando desde os anos 1980 como modelador e legitimador – em outras palavras, autor e autorizador – de uma nova geração de derivativos (Callon, 1998; MacKenzie, 2003; Barrett; Scott, 2004). O conhecimento financeiro formal que vai para os compêndios acadêmicos de economia financeira transformou-se em recurso competitivo primordial nos mercados financeiros hoje. O trabalho neste campo também constitui os “fundamentos” do valor de mercado do conhecimento financeiro formal, ou seja, alguns desses instrumentos ou modelos são mais populares entre os investidores do que outros.<sup>5</sup> Os derivativos, em suas várias modalidades, incorporam este conhecimento e seu valor de mercado.

Porém, essas capacidades técnicas, junto com a crescente complexidade dos instrumentos, na verdade acabam gerando a necessidade de culturas

---

<sup>5</sup> O modelo desenhado para Gestão de Capital de Longo Prazo (Long Term Capital Management – LTCM) foi considerado uma inovação significativa e brilhante. Outras estratégias de arbitragem semelhantes foram adotadas, apesar de a LTCM ter feito de tudo para ocultar tais estratégias (MacKenzie, 2003). MacKenzie e Millo (2003) postulam que dois fatores garantiram o sucesso da teoria de precificação de ações (*Black-Scholes*) no Chicago Board Options Exchange. Em primeiro lugar, os mercados foram mudando gradualmente (como exemplo as alterações da Regulação T, a cada vez maior aceitação dos fundos de empréstimos e uma melhor comunicação), de modo que os pressupostos do modelo tornaram-se cada vez mais realistas. Em segundo lugar, a difusão de uma cultura de interpretação particular no contexto dos processos econômicos globalizados gradualmente reduziria as barreiras ao uso disseminado do modelo. A performatividade desse modelo não foi automática, mas veio como um resultado discutido e historicamente contingente que culminou com um evento histórico, o *crash* de 1987 (MacKenzie, 2003, p. 138). Para o gerenciamento do risco nos mercados financeiros, ver Izquierdo (2001).

de interpretação da operação desses mercados, culturas que são mais bem produzidas e corporificadas nos centros financeiros – isto é, em ambientes bastante territoriais, complexos e densos. Dessa forma, e talvez um tanto ironicamente, à medida que as características técnicas e acadêmicas dos instrumentos derivativos e dos mercados ficam mais forte, essas culturas tornam-se mais significativas no interessante *trade-off* entre capacidades técnicas e capacidades culturais (Sassen, 2008). Podemos então entender essa necessidade de culturas de interpretação como um indício dos limites da ancoragem acadêmica dos derivativos, e com isso recuperar a arquitetura social dos mercados derivativos. Mais especificamente, isso nos remete à importância dos centros financeiros – bastante diferentes dos “mercados” financeiros – como comunidades chave que permitem a construção e o funcionamento dessas culturas de interpretação. A necessidade de centros financeiros também vai explicar o porquê de o sistema financeiro estar atrelado a essas redes (Budd, 1995; Sassen, 1991; 2001). Esta necessidade, por sua vez, traz implicações para a autoridade territorialmente limitada, sinalizando a formação de um tipo específico de territorialidade, marcado por redes eletrônicas e inserções territoriais. As cidades globais são uma instância mais geral e menos técnica desse tipo de dinâmica, incluindo outros setores além do financeiro. E, para além desses tipos de formação, existem outros tipos de geografias globais multissituadas – como as que interligam o Silicon Valley a Bangladore e outros espaços análogos (cf. Corbridge et al., 1994; Taylor, 2003; Graham, 2003; Borja; Castells, 1997, para aspectos mais gerais deste debate).

Por outro lado, junto a essas inserções territoriais que conferem aos Estados nacionais algum poder de tração na regulação até mesmo dos mercados financeiros mais globalizados (bem como outros tipos de firmas e mercados globais), o crescimento massivo dos valores comercializados deram às finanças uma boa dose do poder sobre outros governos nacionais. Este é provavelmente um dos efeitos mais significativos da digitalização das finanças, com três de suas particularidades mais críticas. Uma é a digitalização dos instrumentos financeiros. Os computadores facilitaram o desenvolvimento desses instrumentos e permitiram seu uso disseminado. Grande parte dessa complexidade pode ser absorvida

no *software*, capacitando os usuários que poderiam não conseguir compreender a matemática financeira nem os algoritmos envolvidos. Além disso, sempre que o *software* facilita os direitos proprietários, ele também torna a inovação mais viável. Através das inovações, as finanças incrementaram o nível de liquidez do mercado mundial de capitais, aumentando as possibilidades de liquefazer formas de riqueza até então consideradas sem liquidez. O resultado global foi o aumento massivo da securitização de ativos anteriormente não negociáveis, incluindo vários tipos de débito e, portanto, um aumento massivo dos volumes das finanças globais. Mediada através das especificidades das finanças contemporâneas e mercados financeiros, a digitalização pode então ser vista como tendo contribuído para um significativo aumento no escopo das transações.

Em segundo lugar, as características distintivas das redes digitais podem potencializar as vantagens da integração através dos mercados globais: fluxos simultaneamente interconectados e acesso descentralizado para investidores e para as trocas em um crescente número de países. O fator fundamental aqui é o fato de que desde o final dos anos 80 os países desregularam e tornaram a regular suas economias a fim de garantir uma convergência através das fronteiras e a integração de seus centros financeiros. Esta condição não digital amplifica as novas capacidades introduzidas pela digitalização dos mercados e instrumentos.

Em terceiro lugar, pelo fato de as finanças referirem-se particularmente a transações, mais do que simples fluxos de dinheiro, as propriedades técnicas das redes digitais revestem-se de um significado adicional. Interconectividade, simultaneidade, acesso descentralizado, instrumentos de *software*, tudo isso contribui para multiplicar o número de transações, a extensão das cadeias de transações (isto é, a distância entre instrumentos e ativos) e, portanto, o número de participantes. O resultado final é uma arquitetura complexa de transações que promove o crescimento exponencial nas transações e no valor.<sup>6</sup>

---

6 Em outro texto (Sassen, 2006), desenvolvo a tese de que as finanças hoje são cada vez mais transações intensivas e, conseqüentemente, aumentam a importância dos centros financeiros porque contêm as capacidades de administrar essa "transacionalidade" precisamente num momento em que esta última se reveste de características inteiramente novas com a digitalização.

Esses três aspectos do mercado global de capitais de hoje estão inextricavelmente relacionados às novas tecnologias. A diferença que eles criaram pode ser identificada em duas consequências. Uma é a multiplicação de mercados financeiros especializados. Não se trata apenas de uma questão de mercados globais de fundos, títulos, futuros, câmbio, mas também da proliferação de subprodutos derivados altamente especializados. Esta proliferação é função da crescente complexidade dos instrumentos, que, por sua vez, foi possibilitada com a digitalização dos mercados e dos instrumentos.

A segunda consequência é o fato de que a combinação dessas condições contribuiu para a posição distintiva do mercado global de capitais em relação aos vários outros componentes da globalização econômica. Podemos especificar dois traços: um diz respeito a ordens de grandeza e o outro tem a ver com a organização espacial das finanças. No que tange ao primeiro, os indicadores são os valores monetários envolvidos e, apesar da maior dificuldade de mensurar, o peso crescente dos critérios econômicos nas transações financeiras, muitas vezes referidos como a financeirização da economia. Desde 1980, o estoque total de ativos financeiros aumentou três vezes mais rápido que o produto interno bruto agregado (PIB) dos 23 países desenvolvidos que formam a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) durante grande parte desse período; e o volume de comércio de moedas, ações e fundos aumentou cinco vezes mais, e agora ultrapassou em muito. Esse PIB agregado era da ordem de US\$ 30 trilhões em 2000 e passou a US\$ 36 trilhões em 2004, ao passo que o valor mundial de derivativos comercializados internacionalmente atingiu os US\$ 65 trilhões ao final da década de 1990, número que chegou a US\$ 168 trilhões em 2001, US\$ 262 trilhões em 2004 e US\$ 640 trilhões pouco antes da crise estourar em setembro de 2008. Por outro lado, o valor do comércio transfronteira foi de US\$ 15 trilhões em 2007, e o total dos investimentos diretos em comércio exterior foi, no mesmo ano, de US\$ 11 trilhões (FMI 2008; Banco de Compensações Internacionais,<sup>7</sup> 2004). As operações de comércio exterior equivaleram a dez vezes o

---

<sup>7</sup> Bank for International Settlements – BIS no original (N.T.).

valor do comércio em 1983, mas, de acordo com o levantamento trienal do Banco de Compensações Internacionais, 70 vezes maior em 1999 e 2003, e até mais em 2007, mesmo que a economia mundial também tenha registrado um crescimento acentuado no período.

Um segundo conjunto de questões sobre os efeitos de transformação da digitalização tem a ver com os limites das mudanças produzidas pela tecnologia ou, em outras palavras, com o ponto a partir do qual esse mercado global eletrônico de capitais atravessa os muros da sua ancoragem em condições não digitais. Existem aqui dois aspectos distintos a serem considerados. Um é a extensão do mercado globalizado de capitais – mesmo que o global e o digital estejam na realidade presentes em muitos ambientes, alguns até em escala global, e outros em nível subnacional –, ou seja, os centros financeiros onde esses intercâmbios de fato acontecem (MacKenzie; Millo, 2003). Um segundo aspecto é até que ponto esse mercado permanece concentrado num número limitado dos mais poderosos centros financeiros, não obstante seu caráter de mercado eletrônico global e do crescente número de centros financeiros “nacionais” que o constituem (Sassen, 2008; GAWC, 2005). A desregulamentação das finanças poderia ter conduzido a uma grande dispersão geográfica desses mercados tão eletrônicos e globalizados.

A grande concentração dos líderes do mercado financeiro pode ser ilustrada com alguns fatos. Londres, Nova York, Tóquio (apesar de uma recessão econômica interna), Paris, Frankfurt e algumas outras cidades aparecem regularmente no topo e representam ao mesmo tempo um grande percentual das transações globais. Esta situação permanece mesmo após os ataques do 11 de setembro em Nova York, que destruíram o World Trade Center (embora este não fosse de fato um complexo financeiro), além de danificar mais de cinquenta prédios das redondezas, sedes de muitas atividades financeiras. O nível do prejuízo foi visto por muitos como um aviso das vulnerabilidades da impressionante centralização espacial em um número limitado de localidades. Londres, Tóquio, Nova York, Paris (agora consolidada como EuroNext, junto com Amsterdã e Bruxelas), Hong Kong e Frankfurt respondem pela maior fatia do estoque mundial do mercado de capitais. Londres, Frankfurt e Nova York contam com uma enorme parcela nas exportações mundiais de serviços financeiros.

Londres, Nova York e Tóquio respondem por 58% do mercado de câmbio, um dos poucos verdadeiros mercados globais; junto com Cingapura, Hong Kong, Zurique, Genebra, Frankfurt e Paris, esses centros respondem por 85% deste que é o mais global dos mercados. Esses altos índices de concentração não impedem uma atividade considerável em um grande número de outros mercados, mesmo que esses últimos representem uma fatia menor das transações financeiras mundiais.

Essa tendência de concentração em alguns poucos centros, mesmo com a expansão das redes integradas dos centros financeiros em nível mundial, é também evidente no interior de alguns países. Nos Estados Unidos, por exemplo, Nova York concentra os bancos de investimento líderes no mercado, com somente um outro grande centro financeiro internacional nesse enorme país, que é Chicago. Sidney e Toronto igualmente conquistaram poder em países de dimensões continentais, roubando funções e fatias do mercado daqueles que antigamente eram os grandes centros comerciais em seus países, respectivamente Melbourne e Montreal. Assim também em São Paulo e Bombaim, que conquistaram uma fatia de mercado e funções que antes eram, respectivamente, do Rio de Janeiro, no Brasil, e Nova Deli e Calcutá, na Índia. Todos esses exemplos são de países enormes, onde se poderia imaginar que houvesse múltiplos centros financeiros de porte, sobretudo por seu sistema urbano multipolar. Não que centros de menor porte não estejam também florescendo, mas os líderes vão ganhando mais rapidamente e desproporcionalmente dessa integração com os mercados globais. Esse padrão é evidente em muitos países, inclusive nas economias centrais do mundo contemporâneo.

Em resumo, há pelo menos duas maneiras como o espaço digital privado das finanças globais intersecta com a autoridade e a lei do Estado. Uma delas é a incorporação, na política de Estado nacional, de tipos de normas que refletem a lógica operacional do mercado mundial mais do que o interesse nacional. A segunda é através da imbricação parcial, mesmo dos mais digitalizados mercados financeiros, em verdadeiros centros financeiros que em parte respondem com as finanças globais ao mundo dos governos nacionais, mesmo que isso seja feito sob o guarda-chuva da desnacionalização (ou seja, da orientação global) de componentes do aparato regulatório do Estado. As finanças globais digitalizadas tornam

visíveis algumas das novas e complexas interdependências no interior do território, notadamente por não passarem simplesmente por cima da autoridade do Estado nacional, mesmo quando se trata dos mais poderosos atores globais. Existe, ao contrário, tanto o uso da autoridade de Estado na implementação de leis e regulamentações que respondam aos interesses das finanças mundiais (com a correlativa desnacionalização das capacidades estatais envolvidas), quanto o renovado peso desta autoridade através da necessidade contínua, do sistema financeiro internacional, de centros financeiros.

Essas condições trazem um número de questões acerca do impacto dessa concentração de capital nos mercados globais, que promovem a circulação acelerada para dentro e para fora dos países. O mercado mundial de capitais agora tem o poder de “disciplinar” os governos nacionais, ou seja, de submeter várias políticas fiscais e monetárias aos critérios financeiros que anteriormente não estavam sujeitos a critérios econômicos e sociais mais amplos. Será que esse padrão altera o funcionamento dos governos democráticos? Enquanto a literatura especializada ainda não levanta ou aborda esse tipo de questão, podemos encontrar respostas mais gerais, que vão desde aqueles que acham que, ao fim e ao cabo, o Estado nacional ainda detém a autoridade última da regulação financeira (ver, por exemplo, Helleiner, 1999; Pauly, 2002), até os que enxergam na economia globalizada um poder emergente que vai ganhando ascendência – ao menos parcial – sobre os Estados-nação (Panitch, 1996; Gill, 1996).

## **Mesmo os elementos imóveis e detentores do saber local podem participar da política global**

A mídia digital constitui um ponto crítico para os ativistas ocupados com as questões locais que se conectam com grupos similares ao redor do mundo. Trata-se de um trabalho político transfronteiras, centrado no fato de que alguns tipos específicos de questões locais se reproduzem nas localidades ao redor do mundo.<sup>8</sup> É um tipo de política que, ao contrário

---

<sup>8</sup> Comparável aos casos em que o uso da Internet permitiu às diásporas se interconectarem globalmente, ao invés de ficarem confinadas a um relacionamento um a um com seus países ou regiões de origem (ver, por exemplo, Glasius; Kaldó; Anheier, 2002).

do *hacktivismo* (Denning, 1999) ou do *cyberwar* (Der Derian, 2001), está em parte ligado a ambientes não digitais que modelam, dão sentido e, de alguma forma, constituem o evento. Tais formas de ativismo contribuem para a incipiente desmontagem da autoridade exclusiva, aí incluindo a autoridade simbólica, sobre territórios e pessoas que, durante muito tempo, associamos ao Estado-nação. Esse desmonte pode ter acontecido quando as partes envolvidas não problematizavam necessariamente a questão da nacionalidade ou da identidade nacional; pode ser uma desmontagem “de facto” da autoridade formal, que ainda não havia sido predicada na já conhecida rejeição ao nacional.

Nada disso é novidade em termos históricos. No entanto, duas questões específicas assinalam a necessidade de um trabalho empírico e teórico sobre esse tipo de TIC – tecnologia da informação e da comunicação. Uma delas é que muito da conceitualização do local nas ciências sociais assumiu uma proximidade física ou geográfica e, portanto, uma conexão bastante acentuada com o território, com a consequente implicação de fechamento. A outra, que em parte é decorrente da primeira, é a forte tendência a conceber o local como parte de uma hierarquização de escalas até chegar a uma hierarquia institucionalizada, especialmente no âmbito dos Estados-nação. Mesmo que tais conceitualizações abarquem grande parte do que é hoje considerado local, as novas tecnologias de informação e comunicação – NTIC – estão desestabilizando esses arranjos conceituais e convidando a uma reconceitualização do local que seja capaz de acomodar as instâncias divergentes dos padrões dominantes. Dentre essas condições destacam-se a globalização e/ou globalidade, constitutivas não só de espaços institucionais transfronteiriços, mas também de imaginários poderosos que favorecem as aspirações a práticas políticas através das fronteiras nacionais, mesmo quando os atores envolvidos estejam localizados e imóveis em algum ponto.

As tecnologias interativas baseadas no computador facilitam as transações multiescalares e a simultânea interconectividade entre aqueles que estão, em grande medida, circunscritos a uma localidade. Elas podem ser utilizadas para desenvolver velhas estratégias (cf. Tsiliki, 2002; Lannon, 2002) e para implementar novas formas de organização, notadamente o ativismo eletrônico (Denning, 1999; Smith, 2001; Yang, 2003; Rogers, 2004). As mídias da Internet são os tipos principais de

NTIC utilizadas – especialmente o *e-mail* – pelas organizações do Sul globalizado, restritas pela escassez de banda larga e conexões lentas. Para que se possam atingir as formas de globalidade a que estou me referindo neste texto é importante haver um reconhecimento dessas limitações técnicas por parte das principais organizações transnacionais que atuam no Sul global: por exemplo, produzindo bases de dados no formato texto, sem interfaces visuais ou HTML, sem planilhas eletrônicas e todas as outras funcionalidades que demandam banda larga e conexões velozes (Pace; Panganiban, 2002, p. 113; Electronic Frontier Foundation, 2002).<sup>9</sup>

Como já se sabe, as NTIC não vêm simplesmente substituir as técnicas de mídia existentes. As evidências estão ainda longe de serem sistemáticas, e o próprio objeto de estudo está o tempo todo passando por mudanças. Mas podemos identificar dois padrões básicos. Um é a ausência de uma genuína necessidade por essas tecnologias particulares, em virtude da natureza da organização e, na melhor das hipóteses, de sua subutilização.<sup>10</sup> Um outro aspecto é a utilização criativa das NTIC acopladas às antigas mídias, para atender as necessidades de determinadas comunidades, tal como usar a Internet para enviar arquivos de áudio difundidos por alto-falantes a grupos sem conexão com a Internet, ou grupos “analfabetos digitais”. A Fundação de Pesquisa M. S. Swaminathan, sediada no sul da Índia, tem dado suporte a esse tipo de trabalho através da criação de Centros Locais de Conhecimento, abastecendo populações que, mesmo sendo de analfabetos digitais,

---

9 Existem várias organizações que trabalham no ajuste dessas limitações ou buscando soluções de *software* e outras facilidades adequadas para ONGs em situação de desvantagem. Por exemplo, Bellanet (Bellanet, 2002), uma organização sem fins lucrativos criada em 1995, ajuda essas ONGs a terem acesso a informações *online* e a disseminar informações para regiões desfavorecidas. Para este fim, foram implantados servidores *Web-to-email* que enviam por *e-mail* páginas da Web a usuários que não contam com banda larga. A Bellanet desenvolveu múltiplas linhas de serviços: sua linha de Open Development busca fomentar a colaboração entre ONGs através do uso de *software* de código aberto, de conteúdos e padrões abertos; para isso, o *software* Open Source PHP-Nuke foi customizado para implementar um espaço colaborativo *online* para uma Rede de Plantas Medicinais (Medicinal Plants Network). A Bellanet adota conteúdo aberto, disponibilizando gratuitamente ao público todas as formas de conteúdo do seu *site*; patrocina ainda o desenvolvimento de um protocolo aberto de descrição de projetos (International Development Markup Language – IDML). Esses padrões abertos permitem o compartilhamento de informação.

10 Um estudo sobre os *sites* de ONGs ambientalistas nacionais e internacionais que operam na Finlândia, Inglaterra, Espanha e Grécia (Tsaliki, 2002, p. 102) conclui que a Internet é principalmente usada para colaboração e *networking* intra e interorganizacional, em grande medida complementando outras mídias existentes para a conscientização e a solução de problemas.

sabem exatamente que tipos de informação necessitam ou desejam receber; por exemplo, fazendeiros e pescadores sabem as informações específicas que precisam nas várias estações do ano. O Secretariado Mundial da Anistia Internacional montou uma infraestrutura para captar notícias via satélite, notícias que são depois processadas e redistribuídas para as estações de trabalho de seu *staff* internacional (Lebert, 2003).

O uso das novas tecnologias também contribuiu para a formação de novos tipos de organizações e ativismo. Yang (2003) descobriu, por exemplo, que existiam listas de discussão *online* entre grupos e indivíduos na China, exclusivamente voltadas para a questão ambiental, que depois evoluíram para ONGs bastante atuantes. Os diversos hacktivismos *online* examinados por Denning (1999) formaram-se, em sua maioria, a partir dos novos tipos de ativismo. O caso talvez o mais conhecido de como a Internet faz uma diferença estratégica, o movimento Zapatista, bifurcou-se em dois eixos distintos de organização: um eixo, o da rebelião local nas montanhas de Chiapas, no México; o outro, uma sociedade civil eletrônica e transnacional que aglutinou várias ONGs ocupadas com assuntos vários, como a paz, o comércio, os direitos humanos e outras lutas por justiça social. O movimento funcionou tanto através da Internet quanto da mídia convencional (ver Cleaver, 1998; Arquilla; Ronfeldt, 2001; Oleson, 2004), fazendo pressão sobre o governo mexicano. Ele deu forma a um novo conceito de organização civil: grupos múltiplos e autônomos, rizomaticamente conectados (Cleaver, 1998).

Muito menos conhecido é o fato de que os Zapatistas locais não possuíam infraestrutura de *e-mail* (Cleaver, 1998), muito menos espaços de trabalho colaborativo na Web. As mensagens tinham que ser entregues em mãos, cruzando barreiras militares para poder chegar a outros membros que pudessem jogá-las na Internet. Além disso, as próprias redes de solidariedade também não possuíam *e-mail*, e as comunidades locais simpatizantes da luta tinham frequentemente problemas de acesso à rede (Mills, 2002, p. 83). Mesmo assim, as mídias eletrônicas contribuíram enormemente, em boa parte por causa da existência anterior de redes sociais, um aspecto fundamental nas iniciativas dos movimentos sociais (Khagram; Riker; Sikkink, 2002) e mesmo em outros contextos, como o mundo dos negócios (cf. Garcia, 2002). Dentre as redes

eletrônicas envolvidas, a LaNeta teve um papel crucial na globalização da luta. A LaNeta é uma rede eletrônica da sociedade civil montada com recursos de uma ONG de San Francisco, o Instituto para a Comunicação Global (IGC, Institute for Global Communication). Em 1993, a LaNeta tornou-se membro da Associação para Comunicação Progressista (APC, Association for Progressive Communications), começando a funcionar como principal ponto de conexão para organizações da sociedade civil dentro e fora do México. Assim, um movimento local que teve início em uma parte remota do país, transformou a LaNeta em um *hub* transacional.

Tudo isso vem facilitar um novo tipo de política transfronteiras local e, ao mesmo tempo, intensamente conectada digitalmente. Ativistas podem desenvolver redes pelas quais fazem circular informações sobre o local de base (como condições ambientais, de habitação, políticas etc.), o que acaba se tornando parte do próprio trabalho político, além de permitir construir estratégias para as condições globais – o meio ambiente, a crescente pobreza e desemprego mundiais, a falta de transparência das multinacionais, e assim por diante. Conquanto essas práticas políticas já existissem há muito tempo através de outras mídias e com outras velocidades, as NTIC vêm mudar as ordens de grandeza, o escopo e a simultaneidade das iniciativas. Isso confere novos significados e novos potenciais às práticas políticas locais. São essas mesmas dinâmicas que igualmente são ativadas na constituição das esferas públicas globais, que pouco têm a ver com projetos políticos específicos (Sack, 2005; Krause; Petro, 2003), apesar de nem sempre conseguirem operar através dos canais desejáveis (Cederman; Kraus, 2005).

Essas políticas multiescalares do local são uma via de saída e uma alternativa aos escalonamentos internos dos sistemas nacionais (ver, por exemplo, Williamson; Alperovitz; Imbroscio, 2002; Drainville, 2005).<sup>11</sup> Podem acessar diretamente outros atores locais no mesmo país ou cidade (Lovink; Riemens, 2002), ou além das fronteiras nacionais (Adams, 1996). Um tipo de tecnologia com base na Internet que contempla a

---

11 A possibilidade de os atores destituídos de poder escaparem ou evitarem hierarquias de escala não impede que atores poderosos se beneficiem da existência de diferentes escalas jurisdicionais (Morill, 1999), tampouco impede que os Estados cobram a resistência local através de normas jurídicas, administrativas e regulatórias (Judd, 1998).

possibilidade de fugir dessas hierarquias internas é o espaço de trabalho digital, usado com frequência nos trabalhos colaborativos da Internet (Bach; Stark, 2005). Esse espaço pode se constituir numa comunidade de práticas (Sharp, 1997), ou então em redes de produção de conhecimento (Creech; Willard, 2001). Exemplo de um espaço de trabalho digital é a Rede de Comunicações do Desenvolvimento Sustentável<sup>12</sup> (Kuntze; Rottmann; Symons, 2002), criada por um grupo de organizações da sociedade civil em 1998. Trata-se de uma organização virtual, aberta e colaborativa, cujo propósito é informar a audiências cada vez mais amplas sobre desenvolvimento sustentável e construir competências entre os membros para usar efetivamente as NTIC. Conta com um Portal do Desenvolvimento Sustentável trilingue, para integrar e fornecer exemplos e demonstrações para os membros. Contém ainda *links* para milhares de documentos e outras contribuições dos membros, um banco de empregos e *mailing lists* sobre desenvolvimento sustentável. É uma das diversas ONGs cujo objetivo é promover a colaboração através das NTIC. Outros exemplos incluem a Associação para as Comunicações Progressistas (APC), Um Mundo Internacional e Bellanet.

Os tipos de prática política que discutimos aqui não representam uma via cosmopolita para a globalização. Elas são globais a partir da multiplicação das práticas locais. São tipos de sociabilidade e tipos de luta totalmente imbricados nas ações e atividades do cotidiano das pessoas. Também envolvem um trabalho de construção de instituições com escopo global que surgem das localidades e redes de localidades com poucos recursos, e dos atores sociais informais. Atores até então “confinados” por papéis e funções domésticas podem se tornar participantes de redes mundiais sem ter que abandonar seu trabalho e funções nas comunidades onde vivem. A partir do momento que esses ambientes “domésticos” são experienciados como puramente domésticos e locais, eles se transformam em microambientes nos circuitos globais. Eles não precisam se tornar cosmopolitas nesse processo; podem, ao contrário, permanecer domésticos e particularistas em sua orientação, mantendo o engajamento com as questões e lutas de suas comunidades de origem,

---

<sup>12</sup> Sustainable Development Communications Network no original (N.T.).

e, ao mesmo tempo, participar de políticas globais de novo tipo. Uma comunidade de práticas que emerge e cria múltiplas comunicações laterais, horizontais, além de colaborações, solidariedades e suporte.

## **Conclusão**

Esses dois casos ressaltam alguns aspectos específicos das capacidades das tecnologias digitais em suplantar as relações existentes entre lei e território com seus sistemas formais de conhecimento embutidos. Uma tendência que se afirma é a possibilidade – mesmo para aqueles mais destituídos de recursos – de sair dos encapsulamentos nacionais e emergir como atores políticos globais. Por outro lado, esses casos também colocam em evidência as condições específicas para que isso ocorra: o momento digital e não digital dos processos, em geral, complexos, no âmbito dos quais essas novas tecnologias são disponibilizadas. Isso assinala a formação de ordenamentos espaçotemporais que precisam ser diferenciados daqueles do Estado-nação e, ao mesmo tempo, devem ser interpretados como algo distinto do global; em suma, ordenamentos que funcionam como atalhos na dualidade global/nacional.

Através dos dois casos podemos destacar formas bem diversas nas quais essa ultrapassagem pode acontecer. Trata-se de casos extremos, um marcado pela hiper mobilidade e o outro pela imobilidade. Contudo, eles nos mostram que estão ambos sujeitos a formas particulares de enraizamento e a tipos específicos de novos potenciais para as operações globais. Os mercados financeiros e o ativismo eletrônico revelam dois desdobramentos paralelos associados às propriedades técnicas particulares das NTIC. Revelam também um efeito radicalmente divergente, que eu leio como um sinal do peso específico das lógicas sociais dos usuários em cada um dos casos.

Em primeiro lugar, talvez o aspecto mais significativo em ambos os casos seja a possibilidade de uma cada vez maior descentralização e, ao mesmo tempo, de integração. O fato de que as iniciativas políticas locais possam vir a fazer parte da rede mundial é comparável à articulação do mercado de capitais com redes de centros financeiros. No primeiro caso, depende-se de redes de acesso público; no segundo, de redes privadas dedicadas que não alterem o resultado técnico. Dentre as

características técnicas que produzem a utilidade específica de cada caso está a possibilidade de ser global sem perder a articulação com as condições e recursos específicos do local. Com efeito, essa articulação não apenas é concomitante como também é constitutiva de cada uma dessas formações distintas. Como ocorre com o mercado de capitais global, existe pouca dúvida de que as redes digitais tenham tido um forte impacto sobre organizações e grupos com poucos recursos engajados em trabalhos transfronteiras.

Em segundo lugar, uma vez estabelecida, a crescente descentralização e simultânea integração possibilitada pelas redes digitais globais produz efeitos corretivos (*threshold effects*).<sup>13</sup> Os mercados eletrônicos mundiais de hoje são bastante distintos das formas anteriores dos mercados financeiros internacionais em função de algumas das propriedades técnicas das NTIC, notadamente as ordens de grandeza que podem ser alcançadas através dos acessos simultâneos descentralizados e da interconectividade, e por meio da invenção de *software* e instrumentos cada vez mais complexos, que permitem a um número muito maior de negociadores fazerem uso desses instrumentos. No segundo caso, o efeito corretivo é a possibilidade de se constituírem públicos e imaginários transfronteiriços, que deixam de ficar confinados aos meios de comunicação e às pesquisas de informação. À medida que as novas tecnologias de rede fortalecem e criam novos tipos de atividades através das fronteiras, entre atores não estatais, elas possibilitam a constituição de uma condição distinta e apenas em parte digital, que costuma ser referida por denominações várias como sociedade civil global, públicos globais ou “*commons*”.

Em terceiro lugar, a diferença capital reside nas racionalidades, valores, objetivos e condicionamentos substantivos aos quais cada tipo de ator está sujeito. Uma vez que tenhamos introduzido esses problemas, verificamos a tendência em cada domínio em direção a uma causação cumulativa que leva à crescente diferenciação dos resultados.

---

<sup>13</sup> *Threshold*, em economia, significa um limite ou limiar quantificado. Por exemplo, pode se estabelecer um limite para a venda de uma ação em R\$ 25,00. Seria o mesmo que dizer que se vai vender o lote de ações quando ela ficar mais cara (romper o limiar) que R\$ 25,00. Neste caso, *threshold effect* é aquilo que acontece em decorrência do limiar de preço ser alterado, ou seja, algo que rebate sobre a decisão inicial, provocando uma correção (N.T.).

As capacidades constitutivas das NTIC residem numa combinação de variáveis digitais e não digitais. Não é evidente que a tecnologia sozinha possa produzir esse efeito. As variáveis não digitais diferem enormemente nos dois casos, mesmo que a digitalização seja um elemento crucial na especificidade de cada caso. A divergência torna-se evidente a partir do momento em que as mesmas características técnicas produzem maior concentração de poder no caso do mercado de capitais, e maior distribuição de poder no caso das redes de acesso público da sociedade civil.

Os problemas apresentados neste capítulo apontam para as enormes capacidades dessas tecnologias, mas também para suas limitações. É, em boa medida, a lógica social dos usuários e atores que contribui para os resultados e, por esta razão, para a “distorção” das propriedades técnicas. A lógica dos usuários pode não corresponder ao projeto dos engenheiros. O resultado dessa interação é sempre um híbrido, uma ecologia que mistura propriedades técnicas e lógicas sociais. Esse redesenho, a partir das lógicas sociais de usuários e atores, traz implicações à governança e à participação democrática. Elas não necessariamente irão permitir aos usuários escaparem da autoridade estatal, tampouco irão garantir resultados democráticos. Não vão inevitavelmente globalizar os usuários e eliminar suas articulações com as localidades particulares, mas decerto farão com que a globalidade seja um recurso para usuários tão diversos como os que foram examinados aqui. Os resultados não são unidirecionais, lisos e sem emendas; eles são misturados, contraditórios e cheios de protuberâncias.

## Referências

- ADAMS, P. C. Protest and the Scale Politics of Telecommunications. *Political Geography*, 15(5), 1996, p. 419-41.
- ARQUILLA, J.; RONFELDT, D. F. *Networks and netwars: the future of terror, crime, and militancy*. Santa Monica, CA: Rand, 2001.
- AVGEROU, C. *Information systems and global diversity*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- BACH, J.; STARK, D. Recombinant technology and new geographies of

association. In: LATHAM, R.; SASSEN, S. (orgs.). *Digital formations: IT and new architectures in the global realm*. Princeton: Princeton University Press, 2005, p. 37-53.

BARFIELD, C. E.; HEIDUK, G.; WELFENS, P. J. J. (orgs.). *Internet, economic growth and globalization: perspectives on the new economy in Europe, Japan and the USA*. New York: Springer, 2003.

BARRETT, M.; SCOTT, S. Electronic trading and the process of globalization. In: Traditional futures exchanges: a temporal perspective. *European Journal of Information Systems*, 13(1), 2004, p. 65-79.

BARRY, A.; SLATER, D. Introduction: the technological economy. *Economy and Society*, 31(2), 2002, p. 175-93.

BAUCHNER, J. S. State sovereignty and the globalizing effects of the Internet: a case study of the privacy debate. *Brooklyn Journal of International Law*, 26(2), 2000, p. 689-722.

BELL, D. *An introduction to cybercultures*. Londres: Routledge, 2002.

BELLANET. *Report on activities 2001-2002*, 2002 Disponível em <http://home.bellanet.org>. Acesso em 18 mar. 2006.

BENNETT, W. L. Communicating global activism: strengths and vulnerabilities of networked politics. *Information, Communication & Society*, 6(2), 2003, p. 143-68.

\_\_\_\_\_; ENTMAN, R. M. (orgs.). *Mediated politics: communication in the future of democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BERMAN, P. S. The globalization of jurisdiction. *University of Pennsylvania Law Review*, 151, 2002, p. 314-17.

BIS (BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS). *BIS Quarterly Review: International Banking and Financial Market Developments*. Basiléia: BIS Monetary and Economic Development, 2004.

BORJA, J.; CASTELLS, M. *The local and the global: management of cities in the information age*. London: Earthscan, 1997.

BOUSQUET, M.; WILLS, K. (orgs.). *Web authority: online domination and the informatics of resistance*. Boulder, CO: Alt-x Press, 2003.

BOWKER, G. C. e STAR, S. L. (1999). *Sorting Things Out: Classification and its Consequences*. Cambridge, MA: MIT Press.

BUDD, L. Globalisation, territory, and strategic alliances in different financial centres source. *Urban Studies*, 32(2), 1995, p. 345-60.

CALLON, M. *The laws of the markets*. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.

CASTELLS, M. *The rise of the network society. The Information age: economy, society and culture*. Oxford: Blackwell, v. 1, 1996.

CEDERMAN, L.-E.; KRAUS, P. A. Transnational communications and the European demos. In: LATHAM, R.; SASSEN, S. (orgs.). *Digital formations: IT and new architectures in the global realm*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005, p. 283-311.

CLEAVER, H. The Zapatista effect: the internet and the rise of an alternative political fabric. *Journal of International Affairs*, 51(2), 1998, p. 621-40.

COLEMAN, G. The political agnosticism of free and open source software and the inadvertent politics of contrast. *Anthropological Quarterly*, 77(3), 2004, p. 507-19.

CORBRIDGE, S.; THRIFT, N.; MARTIN, R. (orgs.). *Money, power and space*. Oxford: Blackwell, 1994.

CREDÉ, A.; MANSELL, R. E. *Knowledge societies...in a nutshell: information technology for sustainable development*. Ottawa: International Development Research Centre (IDRC), 1998.

CREECH, H.; WILLARD, T. *Strategic intentions: managing knowledge networks for sustainable development*. Winnipeg: International Institute for Sustainable Development, 2001.

DAHLGREN, P. The Public Sphere and the Net: Structure, Space, and Communication. In: Bennett, W. L.; Entman, R. M. (orgs.). *Mediated politics: communication in the future of democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 33-55.

DEAN, J. *Publicity's secret: How technoculture capitalizes on democracy*. Ithaca, NY: Cornell University, 2002.

\_\_\_\_\_; ANDERSON, J. W.; LOVINK, G. *Reformatting politics: information technology and global civil society*. London: Routledge, 2006.

DENNING, D. *Information warfare and security*. New York: Addison-Wesley, 1999.

DER DERIAN, J. *Virtuous war: mapping the military-industrial-media-entertainment network*. Boulder, CO: Westview Press, 2001.

DRAINVILLE, A. *Contesting globalization: space and place in the world economy*. London: Routledge, 2005.

DRAKE, W. J.; WILLIAMS III, E. M. *Governing global electronic networks:*

international perspectives on policy and power. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.

DUTTON, W. H. (ed.). *Society on the line: information politics in the digital age*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

ELECTRONIC FRONTIER FOUNDATION. Activist Training Manual. In: *Ruckus Society Tech Toolbox Action Camp*, 24 jun.-2 jul. 2002.

ELMER, G. *Profiling machines: mapping the personal information economy*. Cambridge, MA: MIT Press, 2004.

FISHER, M. Wall Street women: navigating gendered networks in the new economy. In: \_\_\_\_\_; DOWNEY, G. (orgs.). *Frontiers of capital: ethnographic reflections on the new economy*. Durham: Duke University Press, 2006.

\_\_\_\_\_; DOWNEY, G. (eds.). *Frontiers of capital: ethnographic reflections on the new economy*. Durham: Duke University Press, 2006.

FRIEDMAN, E. J. The reality of virtual reality: the internet and gender equality advocacy in Latin America. *Latin American Politics and Society*, 47, 2005, p. 1-34.

GARCIA, L. Architecture of global networking technologies. In: SASSEN, S. (org.). *Global networks, linked cities*. Londres: Routledge, 2002, p. 39-70.

GAWC (GLOBALIZATION AND WORLD CITIES STUDY GROUP AND NETWORK), 2005. Disponível em <http://www.lboro.ac.uk/gawc/>, Acesso em 18 mar. 2006.

GEIST, M. Cyberlaw 2.0. *Boston College Law Review*, 44, 2003, p. 323-58.

GILL, S. Globalization, democratization, and the politics of indifference. In: MITTELMAN, J. (org.). *Globalization: critical reflections*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 1996, p. 205-28.

GLASIUS, M.; KALDOR, M.; ANHEIER, J. (orgs.). *Global civil society yearbook 2002*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

GOLDSMITH, J. Against cyberanarchy. *University of Chicago Law Review* 65, 1988, p. 1199-250.

GRAHAM, S. (ed.). *The cybercities reader*. Londres: Routledge, 2003.

GURSTEIN, M. (ed.). *Community informatics: enabling communities with information and communication technologies*. Hershey, PA: Idea Group, 2000.

HELLEINER, E. Sovereignty, territoriality and the globalization of finance. In: SMITH, D. A.; SOLINGER, D. J.; TOPIK, S. (orgs.) *States and*

*sovereignty in the global economy*. Londres: Routledge, 1999, p. 138-57.

HIMANEN, P. *The hacker ethic and the spirit of the information age*. New York: Random House, 2001.

HOWARD, P. N. *New media campaigns and the managed citizen*. New York: Cambridge University Press, 2006.

\_\_\_\_\_; JONES, S. (orgs.). *Society online: the Internet in context*. London: Sage, 2004.

INDIANA JOURNAL OF GLOBAL LEGAL STUDIES. Symposium: *The Internet and the sovereign state: the role and impact of cyberspace on national and global governance*, 5(2), 1998.

IMF (INTERNATIONAL MONETARY FUND). *International Financial Statistics*. Washington, DC: IMF, 2005.

IZQUIERDO, J. A. Reliability at risk: the supervision of financial models as a case study for reflexive economic sociology. *European Societies*, 3(1), 2001, p. 69-90.

JOHNSON, D.; POST, D. Law and borders – The rise of law in cyberspace. *Stanford Law Review*, 48, 1996, p. 1367-402.

JUDD, D. R. The case of the missing scales: a commentary on cox. *Political Geography*, 17(1), 1998, p. 29-34.

KAMARCK, E. C.; NYE, J. S. (orgs.). *Governance.com: democracy in the information age*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2002.

KHAGRAM, S.; RIKER, J. V.; SIKKINK, K. (eds.). *Restructuring world politics: transnational social movements, networks, and norms*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2002.

KLEIN, H. ICANN reform: establishing the rule of law, 2005. In: *World Summit on the Information Society (WSIS)*. Disponível em [http://www.ip3.gatech.edu/images/ICANN-Reform\\_Establishing-the-Rule-of-Law.pdf](http://www.ip3.gatech.edu/images/ICANN-Reform_Establishing-the-Rule-of-Law.pdf). Acesso em 18 mar. 2006.

KNORR CETINA, K.; PREDÁ, A. (orgs.). *The sociology of financial markets*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

\_\_\_\_\_; BRUEGGER, U. Global microstructures: the virtual societies of financial markets. *American Journal of Sociology*, 107(4), 2002, p. 905-50.

KOOPMANS, R. Movements and media: selection processes and evolutionary dynamics in the public sphere. *Theory and Society*, 33(3-4), 2004, p. 367-91.

KORBIN, S. J. Territoriality and the governance of cyberspace. *Journal of*

*International Business Studies*, 32(4),2001, p. 687-704.

KRAUSE, L.; PETRO, P. (eds). *Global cities: cinema, architecture, and urbanism in a digital age*. New Brunswick, NJ/London: Rutgers University Press, 2003.

KUNTZE, M.; ROTTMANN, S.; SYMONS, J. *Communications strategies for world bank and IMF-watchers: New tools for networking and collaboration*. London: Bretton Woods Project and Ethical Media, 2002. Disponível em <http://www.brettonwoodsproject.org/strategy/commosrpt.pdf>. Acesso 18 mar. 2006.

LANNON, J. *Technology and ties that bind: the impact of the internet on non-governmental organizations working to combat torture*. University of Limerick, 2002 (tese não publicada).

LATHAM, R.; SASSEN. S. Introduction. Digital formations: constructing an object of study. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). *Digital formations: IT and new architectures in the global realm*. Princeton: Princeton University Press, 2005, p. 1-34.

LATOURETTE, B. *Aramis or the love of technology*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

LEBERT, J. Writing Human Rights Activism: Amnesty International and the Challenges of Information and Communication Technologies. In: MCCAUGHEY, M.; AYERS, M. (orgs.). *Cyberactivism: online activism in theory and practice*. London: Routledge, 2003, p. 209-32.

LIEVROUW, L. A.; LIVINGSTONE, S. (eds.). *Handbook of new media: social shaping and consequences of acts*. London: Sage, 2002.

LEIZEROV, S. Privacy advocacy groups versus Intel: a case study of how social movements are tactically using the internet to fight corporations. *Social Science Computer Review*, 18(4), 2000, p. 461-83.

LESSIG, L. The zones of cyberspace. *Stanford Law Review*, 48, 1996, p. 1403-12.

LOADER, B. (org.). *Cyberspace divide: equality, agency, and policy in the information age*. Londres: Routledge, 1998.

LOVINK, G. *Dark fiber: tracking critical internet culture*. Cambridge, MA: MIT Press, 2002.

\_\_\_\_\_. *My first recession: critical internet culture in transition*. Rotterdam: VP2/NAi, 2003.

- \_\_\_\_\_ ; RIEMENS, P. Digital city Amsterdam: local uses of global networks. In: SASSEN, S. (org.). *Global networks/linked cities*. New York: Routledge, 2002.
- MACKENZIE, D. Long-term capital management and the sociology of arbitrage. *Economy and Society*, 32(3), 2003, p. 349-80.
- \_\_\_\_\_ ; ELZEN, B. The social limits of speed: the development and use of supercomputers. *IEEE Annals of the History of Computing*, 16(1), 1994, p. 46-61.
- \_\_\_\_\_ ; WAJCMAN, J. *The social shaping of technology*. Milton Keynes: Open University Press, 1999.
- \_\_\_\_\_ ; MILLO, Y. Constructing a market, performing theory: the historical sociology of a financial derivatives exchange. *American Journal of Sociology*, 109(1), 2003, p. 107-45.
- MCCHESENEY, R. *Rich media, poor democracy*. New York: New Press, 2000.
- MANSELL, R.; SILVERSTONE, R. *Communication by design: the politics of information and communication technologies*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- \_\_\_\_\_ ; STEINMUELLER, W. E. *Mobilizing the information society: strategies for growth and opportunity*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- Mills, K. Cybernations: Identity, self-determination, democracy, and the “Internet effect” in the emerging information order. *Global Society*, 16(1), 2002, p. 69-87.
- MONBERG, J. Making the public count: a comparative case study of emergent information technology-based publics. *Communication Theory*, 8(4), 1998, p. 426-54.
- MORRILL, R. Inequalities of power, costs and benefits across geographic scales: the future uses of the Hanford reservation. *Political Geography*, 18(1), 1999, p. 1-23.
- NEWMAN, J. Some observations on the semantics of information. *Information Systems Frontiers*, 3(2), 2001, p. 155-67.
- OLESEN, T. Transnational publics: new space of social movement activism and the problem of long-sightedness. *Current Sociology*, 53(3), 2005, p. 419-40.
- PACE, W. R.; PANGANIBAN, R. The power of global activist networks: the campaign for an international criminal court. In: HAJNAL, P. I. (org.).

*Civil society in the information age*. Aldershot: Ashgate, 2002, p. 109-26.

PANITCH, L. Rethinking the role of the state. In: MITTLEMAN, J. (org.). *Globalization: critical reflections*. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1996, p. 83-111.

PAULY, L. Global finance, political authority, and the problem of legitimation. In: BIERSTEKER, T. J.; HALL, R. B. (orgs.). *The emergence of private authority and global governance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 76-90.

PRYKE, M. e ALLEN, J. Monetized time-space: derivatives – money’s “new imaginary”? *Economy and Society*, 29(2), 2000, p. 329-44.

ROBINSON, S. *Towards a neoapartheid system of governance with IT tools*. SSRC IT & Governance Study Group. New York: SSRC, 2004. Disponível em [http://www.ssrc.org/programs/itic/publications/knowledge\\_report/memos/robinsonmemo4.pdf](http://www.ssrc.org/programs/itic/publications/knowledge_report/memos/robinsonmemo4.pdf). Acesso em 18 mar. 2006.

ROGERS, R. *Information politics on the Web*. Cambridge, MA: MIT Press, 2004.

ROSENAU, J. N.; SINGH, J. P. (orgs.). *Information technologies and global politics: the changing scope of power and governance*. Albany, NY: State University of New York Press, 2002, p. 275-87.

SACK, W. (2005). Discourse, architecture, and very large-scale conversation. In: LATHAM, R.; SASSEN, S. (orgs.). *Digital formations: IT and new architectures in the global realm*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005, p. 242-82.

SASSEN, S. *Territory, authority, rights: from medieval to global assemblages*. Princeton NJ: Princeton University Press, 2008.

\_\_\_\_\_. Digital networks and power. In: FEATHERSTONE, M.; LASH, S. (orgs.). *Spaces of Culture: City, Nation, World*. Londres: Sage, 1999, p. 49-63.

\_\_\_\_\_. *The global city*. Princeton: Princeton University Press, 1991/2001.

SCHILLER, H. I. *Information inequality*. London: Routledge, 1995.

SCHULER, D. *New community networks: wired for change*. Boston, MA: Addison-Wesley, 1996.

SEELY BROWN, J.; DUGUID, P. *The social life of information*. Cambridge, MA: Harvard Business School Press, 2002.

SHARP, J. *Communities of practice: a review of the literature*. 1997. Disponível em <http://www.tfriend.com/cop-lit.htm>. Acesso em 18 mar. 2006.

SHAW, D. Playing the links: interactivity and stickiness in .com and “not.com” web sites. *First Monday* 6, 2001. Disponível em [http://www.firstmonday.dk/issues/issue6\\_3/shaw](http://www.firstmonday.dk/issues/issue6_3/shaw). Acesso em 18 mar. 2006.

SMITH, P. J. The impact of globalization on citizenship: decline or renaissance. *Journal of Canadian Studies*, 36(1), 2001, p. 116-140.

SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: “globalization” and the politics of scale. In: COX, K. R. (org.). *Spaces of globalization: reasserting the power of the local*. New York: Guilford, 1997, p. 137-66.

TAYLOR, P. J. *World city network: a global urban analysis*. London: Routledge, 2004.

THOMSONS FINANCIALS. *1999 International target cities report*. New York: Thomson Financial Investor Relations, 1999.

THRIFT, N. *Knowing capitalism*. Thousand Oaks CA: Sage, 2005.

TREND, D. (ed.). *Reading digital culture*. Oxford: Blackwell, 2001.

TSALIKI, L. Online forums and the enlargement of the public space: research findings from a European project. *The Public*, 9(2), 2002, p. 95-112.

WAESCHE, N. M. *Internet entrepreneurship in Europe: venture failure and the timing of telecommunications reform*. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.

WARKENTIN, C. *Reshaping world politics: Ngos, the Internet, and global civil society*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2001.

WHITTEL, A. Toward a network sociality. *Theory, Culture & Society*, 18(6), 2001, p. 51-76.

WILLIAMSON, T.; ALPEROVITZ, G.; IMBROSCIO, D. L. *Making a place for community: local democracy in a global era*. London: Routledge, 2002.

WOOLGAR, S. (org.). *Virtual society? Technology, cyberspace, reality*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

YANG, G. Weaving a green Web: the Internet and environmental activism in China. *China Environment Series*, nº. 6. Washington, DC: Woodrow Wilson International Centers for Scholars, 2003.

ZALOOM, C. Ambiguous numbers: trading technologies and interpretation in financial markets. *American Ethnologist*, 30(2), 2003, p. 258-72.

## Capítulo 7

# INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E PODER: DO PONTO DE VISTA DAS RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA, ECONOMIA E LINGUAGEM

*Maria Néida González de Gómez*

*Politics, and not capitalism, is responsible for promoting  
the common good.*

Jurgen Habermas,  
*Life after Bankruptcy*, nov. 2008.

### Pontos de partida

Parte-se do pressuposto de que as possíveis relações entre informação e política, como entre economia e informação, não são relações lexicais, senão relações históricas, construídas e mutáveis. Indaga-se, assim, quais os deslocamentos, temporais e contextuais, pelos quais algo denominado informação tem sido considerado, simultânea ou separadamente, como sendo da ordem da cultura, da economia, da política, ou olhada do ponto de vista específico de um domínio da atividade humana, como a tecnologia, a ciência, a educação. Perguntamos, ainda, como tais deslocamentos afetam sua presença ou ausência nos modos e figuras estabelecidos do poder. De fato, isso implica admitir a premissa de um certo construcionismo informacional, capaz de abordar de modo ponderado e, quiçá, eficiente a orientação ao conhecimento das sociedades contemporâneas.

O objetivo da reflexão é a reconstrução não de escolas de pensamento, mas do domínio em que acontece a junção entre informação e poder, considerando que é condição de seu entendimento a análise do ponto de vista dos participantes e dos arranjos comunicacionais em que acontece essa junção. A linguagem ocupa assim um lugar importante

e propedêutico em nossas premissas, levando-nos a assumir diálogos produtivos com autores tão diversos como Habermas e Paolo Virno.

Nos últimos anos, tem se observado um certo paralelismo entre a releitura pragmática das questões de informação e a dita virada linguística da economia, num conjunto não necessariamente homogêneo de pesquisas e indagações que inclui as análises de Callon sobre o caráter performático da economia e os textos de Marazzi sobre as novas sagas semióticas do capital.

Procuramos, enfim, entender os novos modos de produção de conhecimento e informação que estariam relacionados com a geração de riqueza e com os campos econômicos da produção, do trabalho e do mercado, mas mantendo fortes referências com as questões de igualdade e distribuição, que são do âmbito tradicional da ética e da política.

## **A direção do perguntar**

Num primeiro momento, indagar sobre a relação entre informação e poder remeteria diretamente ao campo da política. O conceito de “política”, porém, não é “autoevidente” (Heclo, 1978, *apud* Pastore, 2000). Ora associada a um critério espacial (como esfera, domínio, território), ora identificada como modo de ação ou tipo de atividade (na definição já clássica, uma atividade através da qual as pessoas geram, preservam e corrigem as regras gerais sob as quais vivem), a construção e a história do conceito de “política” e suas derivações são elas mesmas objeto de indagação e de proposições alternativas (Heywood, 2004; Labra, 2000; Palonen, 2000 ).

O escopo e a abrangência do que se denomina “política de informação”, e, portanto, dos estudos que a tenham como objeto, seriam ainda mais difíceis de estabelecer. Pensada, por muitos, antes como meio e recurso do que como domínio finalístico de políticas, para outros, uma política de informação só poderia ser, por razões intrínsecas ao seu papel social, uma política pública: no sentido pleno dos modos de sua elaboração, dos atores implicados, das condições de sua implementação e vigência e de sua dupla articulação com as outras políticas e com as esferas de sua intervenção (Jardim, 2008).

Na década de 1990, porém, serão desativados os discursos que tratavam da informação no escopo e abrangência do Estado, ao mesmo tempo em que discursos e programas oficiais terão como tema organizador “a sociedade da informação”.

De fato, a concepção espacial da política começa a experimentar desafios transformadores: no “interior” dos Estados nacionais e nas “esferas transnacionais” surgiam novas redes de interações aquém e além das fronteiras territoriais, entre atores estatais e não estatais, agências internacionais e intergovernamentais, todos a demandar novos e amplos fóruns de tomada de decisão. O Estado nacional enfrentava constantemente situações decisórias que transcendiam seus espaços de governabilidade e requeriam sua intervenção em cenários internacionais. E, entre as coisas que desafiavam as fronteiras geopolíticas, estavam justamente os fluxos de informação. O Estado contemporâneo, para alguns, seria agora um ator estratégico, fundamental, mas que age junto com outros atores estratégicos (Castells, 1997; Dowbor, 1994).

O “Estado informacional” de Braman e o “Estado-rede” de Castells e Carnoy são exemplos da reflexão acerca das mudanças que levariam a reformular o escopo e abrangência do Estado constitucional moderno. Braman indaga pela redefinição dos parâmetros de demarcação jurisdicional do Estado, visualizando uma esfera de ação do governo ao mesmo tempo alargada e regulada por uma zona de governança altamente interativa, e um entorno indefinido e contingente de agenciamentos políticos, contextualizados em plurais horizontes culturais onde são preestabelecidas as condições de governamentalidade.<sup>1</sup> Carnoy e Castells (2002), entre outros, incorporam o conceito de rede para flexibilizar os modos de pensar o Estado, considerando que as atuais relações entre política e economia, sob a mediação de um novo estatuto do conhecimento, não respondiam aos modelos de centralidade do Estado. Rejeitam, assim, as teses de Poulantzas sobre o “Estado relacional”, cujas dinâmicas de absorção das lutas de classes, ao deslocar-se do território econômico para as arenas políticas, fortaleceriam sua autonomia em relação à economia (Poulantzas, 2000).

---

<sup>1</sup> A governamentalidade, para Braman, são as “predisposições e práticas culturais que produzem e reproduzem as condições que possibilitam formas particulares de governança e governo” (Braman, 2006a, p. 3).

O *Estado informacional* e o *Estado-rede* são manifestações do esforço conceitual para reformular, no cenário contemporâneo, as possibilidades e os limites de autonomia do Estado, a partir do crescente questionamento da previsibilidade, inteligibilidade e controle de seu domínio de intervenção, incluindo o próprio domínio da informação.

A crise de uma definição unívoca dos “fenômenos políticos” e de uma demarcação clara do escopo e abrangência do “conhecimento político” acompanha, assim, o desprestígio da impossível figura de um “soberano político”, idealizável como Estado de informação completa, planejador e previdente absoluto, capaz de somar, a todos os outros controles, o pleno controle da formação e aplicação dos excedentes de conhecimento social, maximizados na produção científica.

Nesse sentido, a questão das políticas de conhecimento, comunicação e informação passa a ocupar um lugar no cerne da própria possibilidade da política – políticas públicas ou coletivas –, já que os modos de sua definição, alargando ou restringindo as redes de atores sociais que participam dessa elaboração, assim como condicionando as formas de participação, afetarão não só a orientação de fins e interesses das políticas, mas também o domínio de responsabilidade e eficácia de sua implementação.

## **Da informação para o poder ao poder da informação**

Se, por um lado, as teorias do Estado informacional e do Estado-rede, ao debruçarem-se sobre os constrangimentos e possibilidades sob os quais atuam os Estados contemporâneos, reabrem nesse movimento a temática informacional no domínio das políticas, por outro lado, o que parece predominar, nas duas últimas décadas, são os discursos econômicos sobre a informação.

Para Sandra Braman (2006b), a informação sempre esteve presente e implícita em produtos e processos econômicos, mas são as mudanças tecnológicas que a colocam num *locus* privilegiado do pensamento e das práticas econômicas.

[...] os pensamentos micro e macroeconômico lidam com o mesmo problema: como entender a criação, processamento, fluxo e uso da informação desde uma perspectiva econômica. (Braman, 2006b, p. 3)

Nesse sentido, a autora usa a expressão “economia da informação” como termo guarda-chuva para referir-se às atuais questões de informação em qualquer nível de análise, micro ou macroeconômica.

Incorporar a comunicação, o conhecimento e a informação à compreensão da economia não seria sem consequências, podendo demandar mudanças importantes nas matrizes epistêmicas que têm sido as dominantes durante longas décadas.

Três temáticas principais poderiam resumir a incorporação inicial da informação ao domínio da economia: o papel das informações para os mercados; o *locus* das informações no mercado; o papel das informações nas firmas ou nas organizações.

Num primeiro momento, incorporava-se a informação aos discursos e práticas econômicas como um dos recursos para definição das estratégias dos mercados, o que levaria à revisão de uma das principais premissas da economia neoclássica, a idealização de um mercado de “perfeita informação”, tese que, a partir de Alfred Marshall, nos *Princípios de economia*, de 1890, teria sido teórica e politicamente dominante nos países capitalistas durante quase todo o século XX.<sup>2</sup>

Para Mattessich (1993), a desativação da premissa dos mercados de informação completa – e, logo, do modelo da competição perfeita – começaria pelo reconhecimento dos efeitos da *informação incompleta* do ponto de vista da demanda, para considerar-se logo a existência de assimetria informacional entre todas as partes concorrentes e no contexto global das transações do mercado. A informação assimétrica, porém, não era atribuída à própria natureza contingente ou convencional da atividade econômica, nem aos conflitos de interesse, mas aos obstáculos interpostos entre as informações e os sujeitos que as demandavam: as informações, em si mesmas, existiriam independentemente de sua acessibilidade, como “entidades ideais” que representariam condições objetivas da transação econômica.

---

2 “Marshall idealized a market in which information issues do not arise because everyone has the same information and the information is perfect. In the world portrayed by Marshall, neither the persuasive effects of the content of information flows nor the relationships such flows build are relevant unless they are explicitly incorporated into individual preferences, for individuals base their decisions according to what will maximize economic ‘utility’”. (Braman, 2006b, p. 8).

Na interpretação de Mattessich (1993), Stigler, o prêmio Nobel de economia de 1982, contesta as premissas da economia clássica, afirmando que existe um custo para se obter o melhor preço de mercado, e que tal *custo da transação econômica*, calculável em tempo e em dinheiro, resulta dos obstáculos para a obtenção da informação acerca dos jogos do mercado. Stigler leva mais longe sua crítica, afirmando que, ainda que fosse possível a plena transparência dos preços concorrentes, este seria o caso menos provável e, também, o menos interessante do ponto de vista da própria economia de mercado. Os estudos da economia deveriam direcionar-se ao entendimento de situações de *informação incompleta*, que tanto pressupõem a existência de conflitos entre os agentes das transações como incluem agora os custos resultantes de cenários políticos alternativos. Nessa análise, ganha relevância o papel dos sistemas de informação econômica, que teriam a função de amenizar os riscos da tomada de decisão em contextos de informação incompleta.

Ao mesmo tempo, outras questões importantes referem-se ao *status* da informação nos mercados: a questão seria o entendimento da informação como bem de consumo (*commodity*) e seu enquadramento na ordem dos serviços ou dos produtos, discriminação nada clara para os economistas clássicos, que tampouco diferenciavam corretamente os processos de intermediação e o uso de informação (Repo, 1989). Seria estabelecida, assim, uma equivalência inadequada entre o valor da informação e o valor do sistema de informação. Tratando de superar esse impasse, autores como Taylor recomendam deslocar a ênfase da informação como produto de um sistema para a informação como suporte de processos de conhecimento (Taylor, 1982, p. 1-34, *apud* Repo, 1989, p. 73).

O lugar preferencial que o “produto de informação” ganharia na análise econômica, por outro lado, teria favorecido a exclusão dessa análise dos atores sociais, seus diferenciais pragmáticos de interpretação e seus julgamentos de valor. Muitos dos estudos da ciência da informação privilegiavam, pelo contrário, o que seria o “valor de uso” da informação. Para Repo, a própria transação econômica de bens informacionais só finalizaria quando as informações disponibilizadas fossem integradas aos conhecimentos prévios dos atores e atividades que motivaram a demanda (ver Repo, 1989, p. 73 e ss.).

Dificuldades equivalentes são encontradas para conceber a informação como mercadoria. Sendo pouco clara a diferença entre conhecimento e informação, não existiria umnexo claro e permanente entre a “precificação” dos conteúdos e o valor econômico dos conteúdos. Conforme as regras do jogo econômico, “uma mercadoria deveria ter uma forma de um bem ou de um serviço com uma identidade estável, completamente especificada física, temporal e espacialmente” (Debrey, 1959, *apud* Braman, 2006b, p. 19).<sup>3</sup> Para Braman, isso não acontece com a informação:

[...] estando imersa em materiais, não requer ser fisicamente tangível para ser informação. E ainda quando a informação se faz tangível, o valor dos materiais e da informação são coisas diferentes. Além disso, a localização espacial da materialidade na qual a informação está imersa não limita espacialmente a informação nela mesma. (Braman, 2006b, p. 19)<sup>4</sup>

As abordagens microeconômicas, em seus esforços pela precificação da informação, não teriam em conta que os efeitos semânticos ou de conhecimento de um recurso de informação deslizam sem ruptura entre a esfera dos bens públicos e a esfera dos bens privados. Essas e outras considerações permitiriam afirmar que nem os traços atribuídos à informação se reduzem aos que sejam próprios da definição de “mercadoria”, nem as ações intermediárias de informação são elas mesmas o principal espaço das transações da economia da informação.

Um terceiro bloco temático abordaria o papel das informações nas firmas ou nas organizações (Mattessich, 1993, entre outros), considerando a informação como uma das principais condições para o seu desenvolvimento. Pergunta-se pelas estruturas de comunicação e informação que podem aperfeiçoar os vínculos entre indivíduos e

---

<sup>3</sup> “A commodity is a good or service possessing a stable identity that is completely specified physically, temporally, and spatially” (Debrey, 1959, *apud* Braman, 2006b, p. 19).

<sup>4</sup> “(...) although typically embedded in materials, it does not require physical tangibility to be information. Even when information is made tangible, the value of the materials and that of the information are two different things. Further, the spatial location of the materials on which information is embedded does not spatially bound the information itself” (Braman, 2006b, p. 19).

grupos que agenciam um empreendimento e contribuir, assim, para a realização de seus objetivos. Gera-se assim uma ampla zona de interseção entre a economia da informação e a teoria das organizações, objeto de inúmeros trabalhos.

É importante lembrar que as três formas anteriores de incorporação da informação não pareceriam afetar a economia capitalista em algumas de suas principais premissas, tais como suas lógicas acumulativas, a orientação ao lucro e a definição privada da formação social de excedentes. É a partir das últimas décadas que o imbricamento das questões da informação, da comunicação e do conhecimento impõem novos desafios à ciência da economia e à racionalidade econômica, já que tais variáveis interferem diretamente na definição do modo de produção e do processo de trabalho, e tornariam problemáticos os prévios critérios de valor e de formação de riqueza.

## **Genealogias: o caminho das narrativas epistêmicas**

Se a relação entre economia e informação passou por mudanças relativamente recentes, não haveria novidade na relação entre economia e política. O olhar que constitui o ponto de vista moderno sobre a economia visa, desde a sua origem, estabelecer conexões entre a economia e a política, entre o Estado e a ordem econômica. Para Robert Babe (1995, p. 63, *apud* Birsdall, 2000), seria no século XX que economia e política seriam dissociadas, para compor campos de pesquisa e atividades profissionais que demandam autonomia relativa e institucionalização disciplinar. Nos últimos tempos, porém, reconheceu-se que existiria uma artificialidade nessa dissociação, ainda que empresários e cientistas políticos buscassem manter a separação entre a economia e a política (ou, quiçá, a autonomia de seus princípios de legitimação). A economia política (ou melhor, a crítica da economia política), em síntese, seria “o estudo da economia do ponto de vista do poder”.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> “Robert Babe (1995, p. 63) afirma que os economistas políticos colocam a questão do poder em primeiro plano. Eles reconhecem que o sistema econômico não deriva de alguma lei divina ou natural, mas é uma criação humana que não pode ser divorciada de considerações sobre as relações de poder na sociedade. Assim, de acordo com Babe, economia política [...] busca reintegrar, para fins de compreensão e análises, a organização política e a economia. Então, economistas políticos [...] enfocam o impacto de leis, da regulamentação, da influência política e dos processos governamentais na atividade econômica e, inversamente, a forma e o grau em que a

Mosco considera que a economia política da informação estudaria as relações de poder que se manifestam conjuntamente nos domínios da cultura e da economia, de modo que o campo de construção de seu objeto de estudo incluiria os meios de comunicação e, de modo geral, a comunicação e a informação, como constitutivas do modo de produção, distribuição e intercâmbio de recursos (ver Mosco, 1996).

Hoje, cabe perguntar-se pelo estado atual da relação entre “o príncipe” e “o banqueiro”,<sup>6</sup> e se ela tem sido afetada pelo que pareceria ser um movimento de “despolitização” de esferas tradicionalmente consideradas como centrais à política de informação. Para entender esse deslocamento, optamos pela reconstrução de “narrativas socioepistemológicas” que, como figuras exemplares, permitiram acompanhar alguns dos deslocamentos do nexos entre informação e poder e o *locus* dessa relação.

As “narrativas epistemológicas”, contemporâneas e exemplares, que ilustram os deslizamentos da informação entre o conhecimento, a linguagem e as novas figuras do poder, receberão os nomes de “capital intelectual”, “intelecto geral” e “capitalismo performático”.

### **a) Capital intelectual e economia da informação: conceitos, ambiguidades, desdobramentos**

Para Braman (2006b), a incorporação do *trabalho intelectual* ao capital seria a primeira forma de incorporação da informação no quadro conceitual da teoria econômica, enquanto fator de produção, dotada ela mesma de valor econômico.

O estabelecimento do valor do indivíduo em seu posto de trabalho, como *capital humano*,<sup>7</sup> seria o primeiro conteúdo a partir do qual se elaboraria o conceito de “capital informacional”. John Kenneth Galbraith

---

atividade econômica e as questões financeiras pressionam os processos legislativos e legais. A economia política é, então, [...] o estudo da economia como um sistema de poder” (Birsall, 2005, p. 3).

6 Utilizamos expressão usada por José Luis Fiori, em diferentes textos e entrevistas (Fiori, 2005, p. 66).

7 O capital humano poderia definir-se, “coloquialmente”, segundo Braman (2006, p. 13): “*the sum total of skills embodied within an individual: education, intelligence, charisma, creativity, work experience, entrepreneurial vigor, even the ability to throw a baseball fast. It is what you would be left with if someone stripped away all your assets – your job, your money, your home, your possessions*” (Wheelan, 2002, p. 99).

(1969, *apud* Feiwel, 1975) usaria pela primeira vez o conceito de “capital intelectual”.<sup>8</sup>

De fato, outras expressões têm sido cunhadas para se referir a esse “capital intangível” que envolveria um valor de informação: *capital cultural* (Bourdieu, 1998a; 1998b); *capital linguístico* (parte do capital cultural, para Bourdieu);<sup>9</sup> *capital social*, implica redes de comunicação, comunicação baseada em instituições e relações de confiança (Bourdieu, 1998a; 1998b; Putnam, 2001; Davenport; Snyder, 2005, *apud* Braman, 2006b).

Já no domínio das atividades econômicas, as narrativas do *capital intelectual* o associavam de início às competências e perícias dos trabalhadores, podendo designar também algumas ocupações específicas, reunidas nas categorias de “trabalhadores intelectuais”. Na medida em que o capital intelectual passa a compor o capital organizacional, a questão principal a ser colocada já não será o capital humano enquanto capital vivo, mas sua figura abstrata e diacrônica, o “conhecimento codificado”. Na atmosfera hierárquica e competitiva da empresa burocratizada, a produtividade do “capital intelectual”, que demandaria sua “despersonalização” e apropriação organizacional, será descrita como passagem do “conhecimento tácito ou incorporado” (aquele integrado na biografia e no corpo do trabalhador) ao “conhecimento codificado” (aquele passível de objetivação, codificação e apropriação econômica, administrativa e tecnológica pelas empresas). A composição do capital já incluiria essa “inteligência objetivada” em códigos e inscrições. Essa “desincorporação” do capital intelectual, entre outras coisas, teria o efeito de apagar toda visibilidade discursiva àquela gênese assimétrica e desigual da formação do capital social e cultural.

---

8 Diferentes autores participam na construção do conceito. Braman enfatiza o papel de Machlup (1980), que enfatiza o papel do “capital humano” como uma categoria básica do setor de informação. Gary Becker, também conforme Braman, recebe o Prêmio Nobel de 1992 por sua contribuição ao desenvolvimento da teoria do capital humano, publicando posteriormente o livro *Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Na segunda metade dos anos noventa, as grandes corporações estarão preocupadas em contabilizar o volume ou *quantum* do seu capital intelectual, agora incluído nas “novas teorias do crescimento” (ver Braman, 2006).

9 Borzeix e Fraenkel (2001) falam de “capital comunicativo”, referindo-se ao “trabalho com linguagem”.

A abordagem econômica, conforme Bourdieu (1998b, p. 67), desconhecia o que ele considera “o mais oculto e socialmente determinante dos investimentos educativos”, *a transmissão doméstica do capital cultural*, referente ao papel distributivo do sistema de ensino como instância de reprodução da estrutura social, “sancionando a transmissão hereditária do capital cultural”.

Esse papel distributivo se acentua pela relação estreita entre o que denomina “capital cultural” e “capital social”.<sup>10</sup> Se a formação do capital social indica o plexo de relações das quais participa um indivíduo, um grupo, uma organização, elas resultam do capital cultural de que eles dispõem no ponto de partida e sobre o qual constroem suas identidades sociais e as demandas de mútuo reconhecimento. Ficariam assim reafirmados, neste plano, os elos entre distribuição social de recursos e o sucesso nas demandas de reconhecimento. A partir desta conceituação, Bourdieu dirige sua análise às empresas, considerando que o interesse na agregação de *capital cultural e social* a seus ativos de capital seria compatível com estratégias dirigidas a concentrar esse capital, mas sem gerar grandes concentrações dos *portadores do capital*.

A ênfase no conhecimento explícito, codificado, “objetivado”, e o desenvolvimento de novas funções da administração, como “*inteligência competitiva*” e “*gestão do conhecimento*”, poderiam ser expressão de estratégias das firmas para atuar nos novos ambientes do “labor informacional geral”, mantendo o controle sobre a nova composição de seus capitais lucrativos.

O conceito de capital social possui assim ambiguidades que resultam de sua inclusão em quadros referenciais plurais, e por vezes conflitantes. Na leitura de Day:

O “trabalhador social” e o “capital social” remetem ao valor central que as competências sociais e a linguagem têm adquirido na economia pós-fordista. No pós-fordismo, a produção não estaria mais

---

<sup>10</sup>“O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis” (Bourdieu, 1998a, p. 67).

essencialmente localizada na fábrica e na disciplina do trabalhador de fábrica, mas estaria agora localizada no próprio nexos social e no processo de socialização. (Day, 2001, p. 729)<sup>11</sup>

## **b) Trabalho imaterial, “*general intellect*”**

Se o conceito de “capital intelectual” visa incorporar as competências intelectuais do trabalhador ao capital organizacional para logo transformar as competências inscritas nos sujeitos (conhecimento tácito e incorporado) em repositórios e programas computadorizados (conhecimento codificado, *data mining* etc.), outras narrativas associam linguagem e informação ao modo de trabalho, como *general intellect*, ou a novas estratégias do capital para obtenção de lucro, como “capitalismo performático”.

Entre as narrativas que buscam dar conta desses desafios (reunindo o trabalho informacional generalizado, as tecnologias genéricas e o papel inovador do conhecimento científico-tecnológico), seria ilustrativa a atualização feita, por Virno, do conceito de “*general intellect*” de Marx.

Após ter sido recuperado e utilizado, nas décadas de 1960 e 70, como parte da plataforma política dos movimentos operários, Virno retorna ao conceito “*general intellect*” no início da década de 1990 (em *Luogo comune*, 2003), para ampliar e reformular seu escopo e abrangência. O ponto de partida seria o “Fragmento sobre as máquinas”, de Marx, em que o saber abstrato e, em primeiro lugar, o conhecimento científico, são considerados a principal força produtiva:

Se trata del saber objetivado en el capital fijo, transfundido en el sistema automático de máquinas, dotado de una realidad espaciotemporal objetiva. Marx recurre a una imagen bastante sugerente para indicar el conjunto de esquemas cognoscitivos abstractos que constituyen el epicentro de la producción social y, *al mismo tiempo*, hacen las veces de principios ordenadores de todos los ámbitos

---

11 “The ‘social worker’ and ‘social capital’ refer to the central value that social skills and language are seem to have within the post-Fordist economy. In post-Fordism, production is no longer essentially located in the factory and in the disciplining of the factory worker, but it is now located throughout the social nexus itself and in processes of socialization” (Day, 2001, p. 729).

vitales: habla de un “*General Intellect*”, de un “intelecto general”. “*El desarrollo del capital fijo revela hasta qué punto el conocimiento o knowledge social general se ha convertido en fuerza productiva inmediata, y, por lo tanto, hasta qué punto las condiciones del proceso de la vida social misma han entrado bajo los controles del “General Intellect”, para ser remodeladas conforme al mismo*”. (Marx, 1939-1941, p. 230-594, *apud* Virno, 2003b, p. 57-58, grifos nossos)

Para Dyer-Whitford (1999), no mesmo texto dos *Grundrisse* estariam indicadas duas principais direções do desenvolvimento tecnológico do capitalismo que mobilizariam o “intelecto geral”: a) a automação das infraestruturas maquinicas do sistema produtivo, sobre as quais o trabalho humano agiria cada vez mais como capacidade subjetiva de conexão intencional ou consciente; b) a expansão das redes de transporte e comunicação (p. 483-484).

As previsões de Marx acerca do desenvolvimento da infraestrutura maquinico-tecnológica teriam caráter antecipatório com respeito às formas contemporâneas da economia, mas o mesmo não teria acontecido com seus prognósticos emancipatórios. Para autores como Benkler, por exemplo, a economia centrada na informação (serviços financeiros, *software*, ciência), na produção cultural e na manipulação de símbolos, cujas tendências descentralizadoras são sustentadas e otimizadas pelas redes eletrônicas, como a Internet, constituem hoje o núcleo mais avançado do capitalismo; não seriam nem sua contradição, nem sua periferia (Benkler, 2003, p. 124-125).

A reformulação do conceito de “*general intellect*” no início da década de 1990 procurava revigorar – em nova direção – o teor crítico das previsões marxistas. Um dos procedimentos de Virno será a extensão do campo semântico do conceito, pela sua remissiva ao “trabalho vivo”: ao mesmo tempo em que a fronteira entre trabalho e não trabalho estava debilitada, o “intelecto geral” já não se encontrava nas maquinárias, mas “*existía y vivía en la cooperación del trabajo vivo*” (Virno, 2003a, p. 9). Para reforçar a nova visão crítica, o autor estabelece vizinhanças com conceitos historicamente significativos:

A noção de “intelecto geral” pode ter diversas origens: talvez seja uma réplica polêmica à “vontade geral” de Rousseau (segundo Marx, não é a vontade, mas o intelecto o que os produtores acumulam); ou talvez, o “intelecto geral” seja continuação materialista do conceito aristotélico de *nous poietikos* (o intelecto produtivo, poietico). (Virno, 2003a, p. 9)

A extensão semântico-pragmática do conceito, deslocando-o do campo restrito do conhecimento científico e sua objetivação no sistema de máquinas, a sua nova acepção como figura exteriorizada das potências intelectuais coletivas, remete a um potencial construtivo e organizador por vezes equiparável à virtualização da máquina: máquinas semióticas, conceituais, cuja potência de transformação independe porém de sua materialização em sistemas tecnológicos e eletrônicos. “*En los procesos de trabajo contemporáneos encontramos constelaciones conceptuales enteras que funcionan de por sí como ‘máquinas’ productivas, sin tener que adoptar un cuerpo mecánico, ni tampoco unas entrañas electrónicas*” (Virno, 2003b, p. 58).

De fato, é constitutiva dessa virtualização do intelecto a relação do trabalhador com a indeterminação da máquina eletrônica e de suas “tecnologias genéricas”. “Quando o trabalho realiza tarefas de vigilância e de coordenação, as suas funções já não consistem na realização de um único objetivo específico, mas sim na modulação (bem como a variação e intensificação) da cooperação” (Virno, 2000, p. 3).

São, porém, as dinâmicas intersubjetivas e suas projeções inovadoras e emancipatórias que contrapõem, à fábrica muda, a loquacidade dos arranjos culturais e organizacionais que surgem inicialmente com o crescimento dos “ofícios da linguagem” no setor de serviços, mas que excedem as expectativas e condições da economia pós-fordista.

El “intelecto general” incluye también los modelos epistémicos que estructuran la comunicación social e inervan la actividad del trabajo intelectual de masas, que ya no puede reducirse a “trabajo simple”, es decir, a un puro dispendio de tiempo y energía. (Virno, 2003b, p. 96)

Assim generalizado e ubíquo, o “*general intellect*” pode ser considerado agora a “abstração real” do mundo contemporâneo: abstração que não é princípio de medida e quantificação, senão princípio axiomático, propedêutico e de efeitos construtivos.

[...] toda vez que consta de paradigmas, códigos, procedimientos y axiomas – en definitiva, de concreciones objetivas del saber – el “*General Intellect*” se distingue de la forma más perentoria de las “abstracciones reales” típicas de la modernidad, a saber: de aquellas que dan cuerpo al *principio de equivalencia*. Mientras que el dinero, el “equivalente universal” por antonomasia, encarna en su existencia independiente la conmensurabilidad de los productos, de los trabajos y de los sujetos, el “*General Intellect*” establece, por el contrario, las *premisas analíticas* de todo tipo de praxis. (Virno, 2003b, p. 60)

Nessa nova forma, o trabalho aproxima-se da *práxis* (atividade que realiza seus fins nela mesma) e distancia-se da *poiesis* (atividade que produz obra, *opera*). Demandado a “navegar entre alternativas”, o “trabalho linguístico” compartilha as características da *práxis* política: a) necessidade de execução na presença de outros, tal como um bailarino ou um músico necessita de público; b) gerir certa margem de imprevistos; c) ter a capacidade de produzir algo novo. Como *práxis*, o trabalho não está limitado ao chão de fábrica, começando assim a povoar todos os espaços metropolitanos: ora como vida cotidiana transformada em trabalho, ora como trabalho transformado em colaboração intersubjetiva. Como *general intellect*, ao mesmo tempo, fica imerso e sobredetermina os contextos *poiéticos* da esfera produtiva.

O conceito de “*general intellect*” assim interpretado não é, porém, de fácil aplicação, de modo que seu entendimento pareceria oscilar, adotando a linguagem *husserleana*, entre um *princípio* “*noético*” generalizável e construtivo, de indefinidas possibilidades operatórias (por exemplo, quando equiparado aos “lugares comuns”), e uma esfera ou diagrama dos *conteúdos* “*noemáticos*” possíveis, heterogêneos e incomensuráveis (quando assemelhado ao “espetáculo” de Debord ou

à “partitura” do virtuosismo da multidão);<sup>12</sup> representa-se, outras vezes, como o rizoma de Deleuze, na figura de uma *rede* que se fluidifica e se recria na multidão.

Como “intelecto público” ou “inteligência produtiva”, cujo desenvolvimento está imerso e sufocado nas formas empíricas do trabalho e do capital, poderia ter traços em comum com a *noosfera* idealizada por Theillard de Chardin ou com o “mundo objetivo” de Popper (1975), que Habermas (1987) – por analogia com as abordagens de Frege – denomina um “*Gedaken Generalizado*”.<sup>13</sup>

Para outros autores, de fato, a “epistemologia sem sujeito” de Popper encontra seu aconchego na escrita digitalizada dos conhecimentos científicos e especializados, na figura do “e-conhecimento”. Os grandes repositórios digitais, a imersão das grandes bases de dados nas redes eletrônicas, oferecem outra aplicação da metáfora do “Mundo Três”, hoje objeto de análise das “metrias” informacionais (Polanco, 2006, p. 95). Tal seria a trilha escolhida para interpretar a informação e o conhecimento pelo *capitalismo cognitivo* (Moulier Boutang, 2007).

A premissa propedêutica do uso social da linguagem não permite inferir uma narrativa única de emancipação, nem basta para eliminar a brecha estabelecida entre a política e a economia.

Será a narrativa do “general intellect” outra narrativa performática que visa legitimar ou construir a “imagem do mundo” que afirma descrever?

### **c) Capitalismo performático**

Para Marazzi (2008), a linguagem oferece um bom modelo para o entendimento do funcionamento e crise do capitalismo contemporâneo, o que justificaria uma “virada linguística” da economia. Marazzi, além

---

12 Nos referimos a três principais imagens que ilustram o conceito de *general intellect* (sempre em inglês nos textos do autor), em “Gramática da multidão”.

13 Para Habermas (1987), o “Mundo Três” de Popper seria equivalente à totalidade do pensamento, em Frege. “[...] according to Popper, the third world is essentially made up of problems, theories and arguments. He does also mention, in addition to theories and tools, social institutions and works of art as examples of entities of the third world; but he sees in the only variant forms of embodiment of propositional contents. Strictly speaking, the third world is a totality of Fregean Gedanken, whether true or false, embodied or no: Theories, or propositions, or statements are the most important third-world linguistic entities” (Habermas, 1987, p. 79).

de pressupor que na nova economia pós-fordista não caberia diferenciar uma economia “do mundo real” e uma economia monetário-financeira fictícia, sustenta a tese de que tanto as mudanças do trabalho quanto as dos mercados financeiros são duas caras da mesma moeda, e que podem e devem se entender a partir da linguagem.<sup>14</sup> Conforme a síntese efetuada por Hardt, na introdução a *Capital and Language* (Marazzi, 2008), se, por um lado, o mercado das finanças manifesta-se e funciona através de convenções linguísticas, por outro, as atuais formas do trabalho respondem às condições e meios do desempenho linguístico.

A linguagem não se reduz a um instrumento para descrever estados de coisas no mundo; o ato de enunciar produz efeitos no plano social (Marazzi, 2008, p. 29). Formas de ação e interação, estabilizadas por regras e convenções – como as trocas mercantis e monetárias, o matrimônio ou a bolsa de ações –, seriam constituídas a partir de atos de enunciação performáticos.

As convenções que movimentam e dominam a economia global formariam redes de atos enunciativos performáticos, os quais não só definem o escopo e a abrangência de conceitos como informação, crédito e credibilidade; também legitimam e estruturam os instrumentos financeiros, que obterão seu valor de atores performáticos autorizados para produzir representações financeiras.

A eficácia do uso performativo da linguagem depende, porém, de sua legitimidade e “universalização”. A escolha ou aceitação de uma convenção faria de uma multidão uma comunidade, mas uma comunidade que não é ideal e se sustenta na presença corporal (espaçotemporal) de todos os implicados por essa convenção. Os jogos de linguagem e seus efeitos performáticos hoje estariam duplamente imersos nos corpos e nas tecnologias de informação e comunicação.

Num sistema econômico fortemente linguístico, como o financeiro, a crise da convenção explodiria o *corpo* da multidão por ela configurado em unidade provisória, deixando expostas suas pluralidades e diferenças

---

14 “The thesis I wish to demonstrate here is that in the New Economy language and communication are structurally and contemporaneously present throughout both the sphere of the production and distribution of goods and services and the sphere of finance, and it is for this very reason that changes in the world of work and modification in the financial markets must be seen as two sides of the same coin” (Marazzi, 2008, p. 14).

individuais, os corpos múltiplos. A recente crise do mercado financeiro seria resultado de uma crise de suas convenções linguísticas, resultantes do excesso performático do uso da linguagem financeira, que deixaria em suspenso a credibilidade dos instrumentos e enunciados do capitalismo financeiro e levaria ao desacoplamento de uma comunidade e de um regime de autoridade financeira (Marazzi, 2008, p. 34-36).

A isso se agrega que, na Nova Economia, o capital não se interessaria somente na mais-valia extraída do trabalho, mas aspira ao controle da totalidade da vida. Os conflitos e contradições do mundo contemporâneo ficariam instalados, assim, em todos os domínios e formas de vida, no cerne do uso informacional da linguagem. Após a revolução tecnológica, o sistema econômico-financeiro gera excedentes de financiamento e de investimentos imaginários, que enfrentam os limites de absorção das multidões, gerando movimentos alternados de expansão-contracção. A desproporção entre a oferta de informação e a demanda de atenção é, para Marazzi, “uma contradição capitalista, uma contradição interna à forma do valor” (Marazzi, 2008, p. 68).

## **O lócus da relação entre informação, linguagem e poder**

Cabe perguntar, nesse quadro, se a centralidade que ganham a informação, a comunicação e o conhecimento nos discursos contemporâneos da economia é resultado da frustração das convicções sobre a onisciência utilitarista do “*homo economicus*” ou sobre as atuais estratégias capitalistas, ou é reflexo do estremecimento de convicções paradigmáticas na ordem da racionalidade econômica e das ciências econômicas.

Callon (2007) elabora sua tese com certa nuance epistemológica, enfatizando também o caráter performático do ato enunciativo: tanto as ciências naturais quanto as ciências da vida, mas também as ciências sociais contribuem para instaurar a realidade que descrevem. Isso aconteceria também com as ciências da economia, que, como as outras áreas de produção científica, têm um efeito performático,<sup>15</sup> de modo que

---

15 O mesmo poderia ser dito de todos os cientistas sociais, cujas construções intelectuais teriam efeitos nos domínios de sua intervenção. Pensemos, por exemplo, nos múltiplos “indicadores” cujas sínteses categoriais e numéricas são instrumentos de intervenção nos contextos avaliativos e decisórios da educação, da saúde, da previdência, enfim, em todos os segmentos da vida social.

os economistas enquanto cientistas são atores construtores dos jogos econômicos; ao menos, coautores de suas orientações, regras e medidas.

Sem assistência, os agentes econômicos não são capazes de produzir todas as inovações que vão lhes garantir uma vantagem competitiva. Eles precisam de químicos, físicos ou biólogos que trabalham em universidades. Então, por que os economistas, que professam serem cientistas por direito próprio, seriam tratados de forma diferente dos outros de sua mesma classe? (Callon, 2007, p. 315, trad. nossa)

O sucesso ou fracasso dos atos de linguagem, a sobrevivência daquilo que se enuncia no ato de enunciar e seus efeitos dependerão da cooperação, oposição ou controvérsias que eles geram, dos agenciamentos<sup>16</sup> em que se constituem e aos que mobilizam: logo, o economista isolado não seria um ator performático eficiente, ainda que os feitos performáticos de sua intervenção sejam relativos à sua contribuição para estruturar arranjos sociotécnicos. Os problemas e modelos de seus “mundos de papel” partem e retornam de agenciamentos que são espaçotemporais, e onde compartilham seus jogos de linguagem com outros “atuantes” – humanos e não humanos –, o que leva Callon a falar de “co-performação”.

A reflexão sobre a eficácia performática do ato enunciativo convertida em premissa metateórica das ciências sociais coloca certos desafios aos modelos nomológicos, causais e estruturais usados para justificar ou prever regularidades econômicas e sociais, abrindo espaço para o convencional e o imprevisível. Chega-se, assim, a um ponto em que a premissa linguística parece alcançar uma eficácia epistemológica e política interessante, ao mesmo tempo em que a imagem do “soberano absoluto” não tem mais lugar na política, nem poderia ser substituído pela eficácia sub-reptícia da mão invisível dos mercados ou por alguma figura de um improvável “soberano econômico”.

Qual seria, então, o alcance dessa “viragem pragmática” que estaria acontecendo nas ciências humanas e sociais e que se apresenta, com variações, na economia?

---

16 Conforme Callon, agenciamento (*arrangements*) é uma noção tomada de Deleuze; pensamos que ela se remonta – ainda que com signo de valor invertido – ao conceito de *Gestell* (*composição*) de Heidegger.

Conforme a tradição, uma primeira e longínqua associação entre o uso social da linguagem e as mudanças na forma do poder aconteceria justamente numa esfera que poderíamos chamar de política, porque remete à *polis grega* e à assembleia (*eclessia*), como reunião dos muitos para decidir *em comum* aquilo que entendem que é do interesse comum. “Tomar a palavra” de modo público, para os participantes de um espaço então deliberativo e decisional, constituía um modo de poder que era exercido através da fala de cada um e de todos, os muitos (os “*polloi*”), e onde a aceitação pragmática da enunciação gerava um vínculo capaz de legitimar e implementar um programa de ação. Simetria do enunciar (*isegoria*) e dever de falar (*parrhessia*): dimensão performática do uso da linguagem que gera validade, vínculo, ação colaborativa.

Porém, não tendo sido eliminadas de fato as desigualdades e as exclusões, as técnicas de poder que se exercem no meio da palavra (artes retóricas) vão ocupar os espaços abertos pela palavra pública.<sup>17</sup>

Esses jogos agônicos nos espaços da palavra reaparecem nas sociedades modernas e contemporâneas e a eles nos remetem as narrativas de Habermas.

Para Habermas, o poder comunicativo é aquele que se constitui através do vínculo performático entre *ego-alter*, porque ele implica a aceitação de uma relação enunciativa junto às consequências sociais, gnoseológicas e normativas da “imposição pragmática” estabelecida nessa aceitação, em torno de conteúdos de teor político. Trata-se de um modo da relação *ego-alter* em que se sustenta um triplo compromisso: com uma perspectiva de conhecimento, um quadro normativo e um reconhecimento mútuo de identidades, e que tem assim como cinturão de proteção critérios de validade que legitimam e impulsionam a possibilidade de um agir colaborativo e constitutivamente comunicativo.

---

17 Referimo-nos ao experimento grego do século V antes de Cristo. Conforme Muniz Sodré, “Tudo isto evoca a Grécia do início do século V a.C., quando as decisões de poder transferem-se da oligarquia para os *demoi*, onde deveria tomar-se soberana, através do discurso e do voto, a palavra pública. É aí que surge a necessidade de uma técnica para melhor controlar essa palavra e conduzir os cidadãos de acordo com os interesses do Poder controlador da Cidade-Estado (*Polis*). A ela deu-se o nome de retórica - uma técnica política de linguagem” (Sodré, 1984, p. 142).

[...] *me inclino con Hannah Arendt a considerar las convicciones comunicativamente compartidas como una fuente de poder legítimo y la práctica comunicativa cotidiana del mundo de la vida como generador de un poder reconocido sin coacciones.* (Habermas, 1994, p. 459)

O *poder social*, por outro lado, é medida da possibilidade de um ator social impor sua vontade e interesse próprio nas relações sociais, apesar das resistências (e do desejo) dos outros (Habermas, 1997), e poderia utilizar tanto os recursos materiais como os simbólicos e próprios da praça pública, reformulada hoje como redes de meios de comunicação (Dutra, 2002).

Habermas estende assim o papel social do uso da linguagem além e aquém da *polis*: além, porque é constitutivo da experiência ordinária dos mundos da vida; aquém, porque nele se manifesta a contingencialidade e fragilidade de uma relação social que não conta com o tecido protetor das tradições e da sacralidade.

Esse solo comum do uso social da linguagem – como potência genérica – é de fato um *locus* de ambivalências, entendimento e desentendimento, de dominação e de encontro solidário. Do ponto de vista abstrato, a ação dos atores sociais movimenta-se sempre entre os extremos da palavra (possibilidade de se entender com os outros e sobre o mundo) e da violência (*Gewalt*) – imposição de uma vontade estratégica, de maneira direta ou por engano e simulação. Habermas falará de *poder (Match)*, no ponto de vista dos plexos acionais, nas formações sociais concretas e temporais, e em arranjos estratégicos ou cooperativos.

Fica traçado, assim, um quadro de distorções voluntárias e efeitos contingenciais, onde aos conceitos de violência, dominação e colonização sistêmica – como manifestações assimétricas do *poder social* – se contrapõe o *poder comunicacional*, que, ainda que princípio constituinte e legitimador de um possível ser em comum, ficaria sujeito aos constrangimentos do poder social e seu exercício por meios econômicos e administrativos.

Para Habermas, o poder comunicativo teria dois caminhos de confrontação e sobredeterminação do poder social: um, através da

mediação do direito, que age como um interregno entre os sistemas e o mundo da vida, podendo ser expressão de coletivos autônomos que se autolegislam; outro, a mobilização e resistência dos atores, na medida em que estes sejam capazes de construir, apropriar-se ou reapropriar-se de uma esfera pública que tanto influencia a elaboração e tematização de políticas como pressiona e fiscaliza sua implementação.

A “fratura” *habermasiana*, que tinha sido estabelecida em uma primeira versão entre comunicação e trabalho, a partir da teoria da ação comunicativa, refere-se a uma das possibilidades intrínsecas às ações sociais e aos usos da linguagem, que pode acontecer em qualquer domínio de atividade ou da relação *ego-alter*, como modos diversos de composição entre o poder social e o poder comunicativo. A política como busca do bem comum começa a construir-se no tecido cotidiano das formas de vida.

Onde alguns acentuam o caráter performático das ciências sociais, Habermas oferece uma abordagem quase construtivista da ética e da política, ancorada nos plurais e cotidianos usos da linguagem. Para isso, ele considera que a imposição pragmática que afiança o acoplamento colaborativo entre *ego* e *alter* é legitimadora e legitimada pelas demandas de validade que entretecem os *pressupostos pragmáticos* (da busca intersubjetiva de entendimento) com os *pressupostos ontológicos* sustentados pelas formas de vida. No agir comunicativo, ficaria assim estabelecido um compromisso que, se por um lado é tão contingente e sujeito à descontinuidade como as próprias possibilidades de interação comunicativa não distorcida, por outro possui um potencial normativo que excede as condições singulares de constituição do vínculo pragmático.

Para Habermas, a dimensão performática do uso reflexivo da linguagem, ao mesmo tempo em que abre uma brecha que desabilita qualquer pretensão autoritária e absoluta de verdade, sustenta uma demanda de validação e de compromisso de justificação como condição pragmática do acoplamento colaborativo entre *ego* e *alter* – e isto vale tanto para a construção intersubjetiva das ciências humanas e sociais, quanto para qualquer ação comunicativa de reflexão ética ou política que tenha como lócus de constituição os mundos da vida e os usos ordinários da linguagem. Os jogos de linguagem (Wittgenstein, 2005) assumem de modo permanente o desafio de sua tradução em jogos éticos ou jogos de poder.

## O poder da informação: além do príncipe e do banqueiro?

Uma das consequências de considerar os usos sociais da linguagem como lócus de reunião e manifestação das possíveis relações entre informação e poder seria a imersão das questões informacionais e econômicas no campo indagativo das ciências humanas e sociais, desnaturalizando seus objetos e expondo os vínculos entre a economia, a tecnologia e a política.

Não seria porém sem custo: associada à formação do vínculo social – como um dos usos da linguagem –, a informação poderia ficar subordinada às formas do poder não informacional, às quais serviria como meio: *instrumental*, relacionado à manipulação do mundo físico; *estrutural*, relacionado à manipulação da ação humana por meio de regras e instituições; *simbólico*, manipulação das ações humanas através de ideias, palavras, imagens (Braman, 2006a, p. 25).

Na matriz analítica de Braman, pelo contrário, além dos poderes instrumental, estrutural e simbólico, existiria um *poder informacional*, que é exercido pelo controle da base informacional de cada um dos outros poderes e que se faz presente desde o processo de sua gênese.

De fato, o pensamento contemporâneo tem previsto algumas imagens que corresponderiam a esse poder informacional exteriorizado, operacionalizado pelas metatecnologias digitais e pela biotecnologia: nos referimos à “sociedade de controle”, de acordo com Deleuze (1992) referindo-se a Foucault, ao “panespectron” (De Landa, 1991) ou mesmo a um Estado informacional (Braman 2006) que, após legitimar-se como indutor de desenvolvimento e como generalizador de programas distributivistas, fortalece seu lado vigilante e administrador, chegando a ser destruída a separação democrática entre “*policy*” e “*politics*” (Jessop, 2005, remetendo-se a textos de Rancière, 1999). Neste caso, as formas políticas deliberativas de lidar com conflitos ficariam subsumidas na administração e na coordenação por meios.

Para alguns, a modernidade, através de diversos dispositivos, se caracterizou por estabelecer uma linha divisória e móvel entre o Estado e a sociedade civil, linha demarcatória, de distribuição ontológica e epistemológica de papéis, funções e legitimidade (Mitchell, 1991, *apud*

Jessop, 2005, p. 9-10). Diríamos que hoje, numa fase de desestabilização, estão sendo novamente colocadas em jogo as operações divisórias das “partes” do Estado, da sociedade e dos mercados ou, enfim, que estão novamente sujeitas à revisão as formas prévias de distribuição de papéis e de jurisdição entre a administração e a economia, por um lado, e a política, pelo outro.

Ora, os efeitos performáticos de nossas narrativas epistêmicas e informacionais parecem coincidir com as operações demarcatórias daquela “linha de distribuição”, inicialmente traçada pelos dispositivos modernos, e hoje em processo de reformulação. Nessa “linha de distribuição”, porém, não esperaríamos encontrar orientações privilegiadas (sustentadas em alguma noção de “natureza ” ou em uma concepção teleológica da história); nela constariam somente as proposições constituídas e ponderadas por nossas convicções, lutas e negociações: desse modo, a “linha de distribuição” que define quais seriam as esferas diferenciais de intervenção da administração, da economia e da política constitui ela mesma uma expressão da conflitualidade e inventividade das políticas.

Devido justamente a essa desnaturalização, reflexividade e caráter copperformático dos vínculos comunicativo-informacionais que sustentam processos decisórios, é justificado afirmar a imputabilidade dos atores sociais que, como agentes, mobilizam agenciamentos sociotécnicos e informacionais: imputabilidade epistemológica, imputabilidade ética, imputabilidade política.

Nesse quadro, se tudo leva a pensar que um projeto de investigação sobre informação, poder e política terá hoje obrigatoriamente uma iniciação metateórica, as reflexões anteriores permitiriam uma pequena antecipação de resultados: outras estratégias de memória, de comunicação e informação serão sempre possíveis!

## Referências

BECKER, G. *Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*, 2nd ed. Cambridge: NBR, 1975.

BENKLER, Y. *Freedom in the commons: towards a political economy of*

information. *Duke Law Journal*. 2003. Disponível em: <http://www.law.duke.edu/journals/dlj/articles/dlj52p1245.htm>.

BIRSDALL, W. F. Uma economia política da biblioteconomia? *Perspectiva em ciência da informação*. Belo Horizonte, v.10, n°.1, p. 86-93, jan./jun. 2005.

BORZEIX, A., FRAENKEL, B. (dir.). *Langage et travail: communication, cognition et action*. Paris: CNRS, 2001.

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A. ; CATANI, A. (org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998a.

\_\_\_\_\_. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A. ; CATANI, A. (org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998b, p. 70-79.

BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. In: \_\_\_\_\_. (ed.). *The emergent global information policy regime Braman*. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-37.

\_\_\_\_\_. *Change of state: information, policy and power*. Cambridge: MIT Press, 2006a.

\_\_\_\_\_. The micro and macroeconomics of information. *Annual Review of Information Science and Technology* , v. 40, 2006b, p. 3–52.

CALLON, M. what does it mean to say that economics is performative? In: MACKENZIE, D.; MUNIESA, F.; SIU, L. (eds.). *Do economists make market?* Princenton and Oxford: Princenton University Press, 2007, p. 311-357.

CAPURRO, R. *Intercultural information ethics*. Presented at International ICIE Symposium 2004, Localizing the Internet: Ethical Issues in Intercultural Perspective. Karlsruhe, Germany, October 2004. Disponível em <http://www.capurro.de/iie.html>. Acesso 6 ago. 2010.

CARNOY, M.; CASTELLS, M. Globalization, the knowledge society, and the network state: Poulantzas and the millennium. *Global Networks*, v.1, n°. 1, p. 1-18, 2002.

CASTELLS, M. *La era de la información. Economía, sociedad y cultura*. La sociedad red. Madrid: Alianza, v. 1, 1997.

DAGNINO, R. Metodologia de análise de políticas públicas. In : \_\_\_\_\_. (org.). *Gestão estratégica da inovação: metodologias para análise e implementação*. Taubaté: Cabral Universitária, 2002, p. 1-39. Disponível em <http://www.oei.es/salactsi/rdagnino1.htm>. Acesso em 15 mai. 2007.

DAY, R. Totality and representation: A history of knowledge management

through European documentation, critical modernity, and post-fordism. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 52, Issue 9, 2001, p. 725 – 735.

DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: 34, 1992.

DOWBOR, L. Governabilidade e descentralização. *RSP*, 1994, p. 95-117.

DYER-WITHEFORD, N. General intellect. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Cyber-Marx: cycles and circuits of struggle in high-technology capitalism*. Urbana, Illinois: University of Illinois Press, 1999, p. 483-521. Disponível em [www.fims.uwo.ca/people/faculty/dyerwitheford/Chapter9.pdf](http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/dyerwitheford/Chapter9.pdf). Acesso em 20 mar. 2006.

DUTRA, D. J. V. Da função da sociedade civil em Hegel e Habermas. *Filosofia Pré-publicações* 7, n°. 55, 2002, p. 1–16. Disponível em <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/PDEL.PRN.pdf>. Acesso em 11 abr. 2007.

FEIWEL, G. R. *The intellectual capital of Michal Kalecki: a study in economic theory and policy*. Knoxville: University of Tennessee Press, 1975.

GAGO, V. *Diálogos*: Paolo Virno, una visión de los movimientos sociales, desde el autonomismo obrero italiano. Entrevista. *Página 12*, 25 set. 2006.

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre faticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2 v.

\_\_\_\_\_. *Life after bankruptcy*. Entrevista, 2008. Tradução de Ciaran Cronin. Disponível em <http://print.signandsight.com/features/1798.html>. Acesso em 10 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Madri: Catedra, 1994.

\_\_\_\_\_. *Verdade e justificação*. Ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004.

HARDT, M. Language at work. In: MARAZZI, C. *Capital and language: from the new economy to the war economy*. Cambridge, MA: MIT Press, 2008, p. 7-11.

HERNON, P.; McLURE, C.R. Eletronic U.S. government information: policy issues and directories. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 28, p. 45-110, 1993.

HERSCOVICI, A. Irreversibilidade, incerteza e teoria econômica. Reflexões a respeito do indeterminismo metodológico e de suas aplicações na ciência econômica. *Est. Econ.* São Paulo, v. 34, n°. 4, p. 805-825, 2004.

JARDIM, J. M. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). IX

CONGRESSO ENANCIB, SÃO PAULO, 2008. *Anais*, p.1-17.

JESSOP, B. Political ontology, political theory, political philosophy, and the ironic contingencies of political life. In: SCHMIDINGER, H.; SEDMAK, C. *Der Mensch- ein Zoon Politikon: Gemeinschaft—Öffentlichkeit—Rech.* Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2005, p. 189-208. Disponível em <http://eprints.lancs.ac.uk/507/>. Acesso em 20 fev. 2009.

LABRA, M. E. Padrões de formulação de políticas de saúde no Chile no século XX. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n°. 1, p. 1-10, 2000. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582000000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000100005&lng=en&nrm=iso) >. Acesso em 10 ago. 2009.

LANDA, M. *War in the age of intelligent machines*. New York: Zone Books, 1991.

LATOUR, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Unesp, 1999.

MACHLUP, F. *Knowledge: its creation, distribution, and economic significance*. Volume I: Knowledge and Knowledge Production. Princeton: Princeton University Press, 1980.

MARAZZI, C. *Capital and language: from the new economy to the war economy*. Cambridge, M A: MIT Press, 2008.

MATTELART, A *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2002.

MATTESSICH, R. On the nature of information and knowledge, and the interpretation in the economic sciences. *Library Trends*, v. 41, n°. 4, p. 567-593, 1993.

MOSCO, V. *The political economy of communication: rethinking and renewal*. Londres: Sage, 1996.

MOULIER BOUTANG, Y. *A bioprodução. O capitalismo cognitivo produz conhecimento por meio de conhecimento e vida por meio de vida*. Entrevista. *IHU ON-LINE* 7, n°. 216, 2007, p. 13–15. Disponível em [http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com\\_tema\\_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=347](http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=347). Acesso em 16 fev. 2009.

SODRE, M. O mercado dos bens culturais. In: MICELI, S (ed.). *Estado e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difei, 1984.

PALONEN, K. Two concepts of politics, two histories of a concept? In: ECPR JOINT SESSIONS OF WORKSHOPS, Copenhagen, april 2000. Disponível

em <http://www.essex.ac.uk/ECPR/events/jointsessions/paperarchive/copenhagen/ws2/Palonen.PDF>.

POLANCO, X. Análise de redes. In: ALBORNOZ, M.; ALFARAZ, C. *Redes de conocimiento: construcción, dinámica y gestión*. Edited by Red Iberoamericana de Indicadores de Ciencia y Tecnología (RICYT) del Programa Iberoamericano de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo (CYTED): Oficina Regional de Ciencia para América Latina y el Caribe de la UNESCO, 2006, p. 77-110

POPPER, K. R. *Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

PUTNAM, R. D. Social capital: measurement and consequences. In: HELLIWELL, J. F. (ed.). *The contribution of human and social capital to sustained economic growth and well-being. Proceedings of an OECD/HRDC CONFERENCE*, Quebec, March 19-21, 2000.

RANCIÈRE, J. *Disagreement*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

REPO, A. The value of information: approaches in economics, accounting, and management science. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 40, n.º. 2, p.68-85, 1989.

TAYLOR, R. S. Information productivity: on defining information output. *Social Science Information Studies*, 1, n.º. 2, 1982, p. 131-138.

VREEKEN, A. *The history of information: lessons for information management*. Working Papers on Information Systems. University of Amsterdam, 2005.

VIRNO, P. *Gramática da multidão*. Para uma análise das formas de vida contemporâneas. Santa Maria, 2003a. Disponível em [http://br.geocities.com/autoconvocad/gramatica\\_da\\_multidao.html](http://br.geocities.com/autoconvocad/gramatica_da_multidao.html). Acesso em 10 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. *Virtuosismo y revolución*. La acción política en la era del desencanto. Madrid: Traficantes de sueños, 2003b.

\_\_\_\_\_. Labor and language: an analysis of the changes in labour and its relation to language in post-fordism. *Lessico Postfordista* 2000. Disponível em <http://www.generation-online.org/t/labourlanguage.htm> . Acesso em 5 fev. 2009.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. 4ª ed. Bragança Paulista: São Francisco de Assis ;Petrópolis: Vozes, 2005.

## Capítulo 8

# REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, SUBSUNÇÃO DO TRABALHO INTELLECTUAL E A DINÂMICA CONTRADITÓRIA DO DESENVOLVIMENTO

César Bolaño

### Introdução

O objetivo deste capítulo é, primeiro, realizar – a partir de um diálogo crítico com autores como Rui Fausto (2002) e Benedito Moraes Neto (2003) – uma reflexão sobre o significado do atual processo de reestruturação produtiva, entendida, em essência, como processo de subsunção do trabalho intelectual. Trata-se de um recuo crítico necessário, para, em seguida, levantar algumas hipóteses sobre as relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento hoje, recuperando então a contribuição de Victor Figueroa (1986) sobre a dinâmica desenvolvimento/subdesenvolvimento, que parte de uma interpretação muito próxima daquela aqui defendida a respeito da subsunção e do trabalho intelectual.

Ruy Fausto está dentre os autores, como Hardt e Negri (2000), que têm analisado a atual etapa do capitalismo com base nos famosos trechos dos *Grundrisse*, em que Marx fala do “intelecto geral”, entendendo-os, no entanto, como uma espécie de premonição em relação a um mundo futuro que se estaria realizando nos dias atuais. Fausto (2002) considera que há uma contradição entre os *Grundrisse* e *O capital*, que ele vê como o trabalho mais acabado e organizado de Marx.

Moraes Neto (2003) explicita o equívoco negrista, no bojo de uma interessante crítica à visão hegemônica do taylorismo-fordismo, que considera uma regressão em relação ao sistema de máquinas da Revolução Industrial analisada por Marx. Assim, em setores como a indústria têxtil ou a química, já na segunda metade do século XIX, o trabalho se tornara

redundante. O taylorismo-fordismo representaria para Morais Neto uma regressão a uma lógica de tipo manufatureiro, centrada no trabalho vivo, com base em inovações de ordem gerencial, dados os limites tecnológicos para a automação em setores como o automobilístico ou o eletrônico, que comandaram a expansão capitalista ao longo do século XX.

Morais Neto acerta ao reafirmar que Marx estava correto naquele momento e hoje, pois a atual reestruturação produtiva, marcada pela subsunção do trabalho intelectual – promovida pelo desenvolvimento do conceito de *software* (Bolaño, 1995)<sup>1</sup> – representa a adequação das indústrias de montagem à lógica da automação e da redundância do trabalho vivo. Mais: ficam repostas assim as condições objetivas para a superação do capitalismo e a constituição de uma ordem social superior. Reafirma-se, dessa forma, a vitalidade e atualidade do pensamento original de Marx.

Já tive a oportunidade de explicitar uma leitura dos referidos trechos dos *Grundrisse* (Bolaño, 2008), remetendo a discussão para a minha interpretação da atual reestruturação produtiva, marcada por uma extensa subsunção do trabalho intelectual e uma intelectualização geral de todos os processos convencionais de trabalho e do consumo (Bolaño, 2002). Isto significa que vivemos uma mudança profunda em todos os níveis da sociabilidade, que coloca a questão cultural em primeiro plano, ao mesmo tempo em que evidencia a existência de uma sociedade de controle estabelecida em nível global, tornando fundamental a recuperação da contribuição de Foucault numa perspectiva marxista (Bolaño, no prelo).<sup>2</sup>

---

1 O aparecimento e a popularização do conceito de *software*, ou melhor, da ideia de uma separação entre *hardware* e *software*, é uma construção histórica, própria de um momento do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas em que o controle do trabalhador sobre os processos de trabalho industriais se apresenta mediado por sistemas automáticos, que permitirão, entre outras coisas, uma extensa robotização, tornando largamente redundante o trabalho operacional e deslocando o problema da subsunção para o nível superior, da programação. Esse processo, iniciado a meados do século XX, deve ser pensado na perspectiva dos limites à subsunção do trabalho intelectual (Bolaño, 2002), o que remete ao interessante problema da “produção de *software* por meio de *software*” (Castro Filho, 2010).

2 A ideia é que, na medida em que a subsunção do trabalho intelectual exige a mobilização, por parte do trabalhador, de suas ferramentas cognitivas e habilidades comunicativas, os mecanismos disciplinares perdem muito da sua eficácia, sendo absolutamente necessária a existência generalizada daquele sistema de controles internalizados da chamada “sociedade de controle”. Aqui também a expansão da informática, dos *software* e, em especial, as mudanças profundas na sociabilidade ligadas à expansão da Internet – por oposição aos modelos de comunicação de massa, cujo paradigma é a radiodifusão convencional – ganham relevância enquanto mecanismos de socialização (a serviço da subsunção do trabalho intelectual), os quais não seriam admissíveis, na sua forma interativa atual, inseridos num sistema puramente disciplinar.

## **Intelecto geral, conhecimento e a crítica à teoria da pós-grande indústria**

Revisando o modelo de apresentação da história presente nos *Grundrisse* e em *O capital*, Ruy Fausto, no primeiro capítulo (após a longa introdução geral) do terceiro volume de *Marx: lógica e política*, aponta que a característica geral do capitalismo de ruptura entre o indivíduo e seu corpo inorgânico “não se faz ao mesmo tempo no plano das formas e no plano do processo material de trabalho” (Fausto, 2002, p. 115). A diferença entre esses dois planos se refletirá na análise dos momentos do capitalismo, que, para o autor, seriam três, em *Marx*: dois reconhecidos explicitamente (a manufatura e a indústria capitalista) e um terceiro, que batiza de pós-grande indústria, que Marx teria esboçado justamente nos trechos dos *Grundrisse* acima referidos.

Como se sabe, Marx entende a passagem da manufatura para a indústria capitalista, nos capítulos históricos do Livro Primeiro de *O capital* e no Capítulo Sexto Inédito, como a passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho no capital. Com a manufatura, “as diferentes funções que o indivíduo pode exercer são reduzidas a uma só, ou a algumas”, em relação ao que ocorria no artesanato medieval. Assim, “o corpo global do indivíduo se reduz a um corte do próprio corpo. E esse corpo reduzido se integra a um corpo global social” (Fausto, 2002, p. 116).

Assim, o sujeito pressuposto (trabalhador) é posto como trabalhador parcial (predicado), como sujeito negado, enquanto o capital (forma objetiva), posto como trabalhador global, adquire uma matéria (subjativa) que lhe é inadequada. No primeiro caso, há uma “reflexão quantitativa” (passagem de sujeito – trabalhador – a sujeito – trabalhador parcial), no segundo, uma “reflexão qualitativa” (o capital se torna sujeito). Com a grande indústria, o trabalhador torna-se objeto, o sujeito é negado no objeto (reflexão qualitativa). A subsunção é real: formal e material.

É importante atentar para o complexo jogo das pressuposições a que Fausto se refere, pois ele é crucial para a compreensão da própria crítica da economia política, da dinâmica essência-aparência e da apresentação da história nos *Grundrisse* e em *O capital*, em que, ao contrário do que ocorre no *Manifesto comunista* ou na *Ideologia alemã*, as pressuposições

“se intervertem, conservando-se como pressupostos”, e isto para além do plano formal. É seguindo essa (rica) linha de argumentação que Fausto afirma haver em Marx, não em *O capital*, mas nos trechos dos *Grundrisse* mencionados acima, “uma teoria do capitalismo da pós-grande indústria”. Assim:

[...] em *O Capital*, tudo se passa como se Marx analisasse certas modificações formais que ocorriam no capitalismo do seu tempo, sem que, entretanto ele se pusesse a refletir sobre as mutações essenciais por que passaria o processo material de produção. (Fausto, 2002, p. 128)

Em seguida, o autor afirma já ter tratado, “embora de forma limitada”, do problema das mutações formais, que “poderiam ser resumidas pela fórmula da negação do capital no interior do modo de produção capitalista” (Fausto, 2002, p. 128), de modo que não retornará a ele no texto em exame, dedicando-se logo às mudanças no processo material de produção, como veremos em seguida. Antes, porém, interessa-me aqui voltar sim à referência às modificações formais que o autor faz no volume anterior de *Marx: lógica e política*, que eu próprio tive a oportunidade de analisar em outra ocasião, adotando-a, aliás, como referência central na análise da passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista (Bolaño, 2000, cap. 2).

A ideia de uma “negação do capital no interior do modo de produção capitalista” relaciona-se ao surgimento das sociedades por ações, na virada do século XIX, em que a propriedade se distribui entre inúmeros acionistas, mas, sobretudo, à expansão do Estado na esfera da produção, característica do desenvolvimento capitalista durante todo o século XX. Marx antevira, por certo, o processo, ou melhor, observara a sua gênese, ao falar da produção de máquinas por meio de máquinas, que é a base da Segunda Revolução Industrial, responsável pela construção de um novo capitalismo, superior, monopolista, na expressão de Lênin.

O fato, ressaltado corretamente por Fausto no seu livro de 1987, é que, para além de árbitro dos contratos, o Estado passa a interferir no próprio conteúdo destes e, mais, passa a atuar como um contratante ele mesmo, funcionando, não apenas como capitalista coletivo ideal, mas como capitalista individual de pleno direito. Esta última mudança significa

que o próprio caráter das pressuposições do capital é modificado, pois “é mais aqui do que no caso das sociedades por ações (em que o proprietário permanece proprietário) que se deve falar de expropriação dos capitalistas no interior do capitalismo, negação do capitalismo no interior do modo de produção capitalista” (Fausto, 1987, p. 326). Ainda que, por certo, esse avanço do Estado se dê em função das próprias necessidades históricas do capital monopolista, que exige, na verdade, a entrada daquele no processo de acumulação em setores em que não tem (ou não tinha naquele momento) a capacidade ou o interesse de investir, trata-se em todo caso, de um limite à expansão da acumulação privada nesses setores em favor de um agente não propriamente capitalista.

Fausto fala inclusive em uma espécie de acumulação primitiva:

Com efeito, mais do que para o caso das sociedades por ações, se tem uma espécie de repetição da pretensa acumulação primitiva, que é na realidade uma expropriação primitiva: a separação entre os proprietários dos meios de produção e alguns desses meios – mas no interior do sistema [...] Ter-se-ia aqui a expropriação dos expropriadores, no interior do capitalismo (isto é, em proveito de um novo tipo de capitalista). (Fausto, 1987, p. 236-237)

É o próprio fundamento da propriedade privada que é posto em causa com essa “retomada do movimento de separação entre os meios de produção e seus proprietários, que caracteriza a origem histórica dos pressupostos do sistema”, mas desta vez em outro plano, enquanto “capital do Estado” (Fausto, 1987, p. 328).

Por outro lado, o intervencionismo do Estado, característico desse período, é que promove as mutações formais a que o autor se referia, e isto num duplo sentido. Por um lado, há uma ruptura da aparência da concorrência (*Schein*), mas, por outro, com o surgimento do direito social e o reconhecimento, portanto, explícito, da desigualdade, o próprio direito positivo, direito posto pelo Estado, passa a questionar a aparência de igualdade constituída por uma relação jurídica que mascarava a essência do modo de produção.

O Estado intervencionista do século XX promove, portanto, uma ruptura também da aparência-forma (*Erscheinung*) do sistema, com o

reconhecimento de que uma das partes do contrato é mais fraca do que a outra e, portanto, precisa ser protegida, de modo que o velho direito civil revela-se insuficiente. Assim,

[...] o próprio sistema desmistifica sua aparência. Desmistifica, mas só esta aparência. Com efeito, não é a realidade da contradição de classe que será revelada... No capitalismo clássico a identidade (das partes) ocultava a contradição (entre classes). No capitalismo contemporâneo não é mais a identidade mas a diferença que oculta a contradição. (Fausto, 1987, p. 319)

Assim, há uma revelação, mas ainda mistificada, da essência do sistema, na medida em que o Estado se torna não mais apenas um árbitro entre iguais, mas aquele elemento que terá a tarefa de corrigir as diferenças.

As mudanças atuais do capitalismo, expressas especialmente na revolução microeletrônica e no conseqüente desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, do conceito de *software* e nos extensos processos de subsunção do trabalho intelectual e de intelectualização geral dos processos de trabalho convencionais e do próprio consumo, representam uma ruptura em relação ao velho capitalismo monopolista que não estão suficientemente esclarecidas por Fausto no trabalho mais recente aqui citado. O autor localiza, justamente nos célebres trechos dos *Grundrisse*, uma alternativa a *O Capital*.<sup>3</sup> Para ele, as “modificações por que deve passar o sistema em seu desenvolvimento”, expressas nos borradores, “introduzem, sem dúvida, uma ruptura qualitativa”, ainda que o texto não caracterize “de uma forma bem clara essa ruptura enquanto ruptura”: potência que cria riqueza efetiva, estando fora do processo de produção imediato, é interpretada por Fausto como “valor negado”, visto que se trata de “um

---

<sup>3</sup> Assim, “os *Grundrisse* enveredam por um outro caminho, e poderíamos perguntar por que Marx não o seguiu em *O Capital*. Diga-se desde já que não se trata de afirmar, sem mais, a superioridade da perspectiva dos *Grundrisse*. Ela é provavelmente mais interessante, mas há algo de mais realista na direção que toma *O Capital*” (Fausto, 2002, p. 128). Uma forma certamente mais sofisticada de formular a hipótese da “premonição”, de Negri e Hardt, que mencionei acima, na introdução. Aqui não se trata de premonição propriamente, visto que as mudanças já se podiam antever, mas de um (“interessante”) atrevimento teórico que o realismo de *O Capital* não permitiria. No entanto, permanece o fato de que Marx detectara, no século XIX, uma ruptura que só viria a ocorrer na virada do século XX para o XXI.

‘poder’ que escapa do tempo como medida” (Fausto, 1987, p. 325). O autor considera que essa negação da negação poderia ser interpretada como terceira forma do sistema, um novo período, embora Marx não tenha usado nenhum desses termos (nem poderia).

Essa é a pretensão do autor: analisar uma ruptura no processo material da produção em relação àquele vigente a partir da Primeira Revolução Industrial. Note-se que, no que se refere às modificações formais (referidas à organização geral do sistema, com o surgimento do capitalismo monopolista e a nova centralidade do Estado na economia), elas teriam ocorrido precisamente, conforme pudemos observar na leitura de Fausto (1987), um século antes das transformações materiais (no interior dos processos de trabalho). Elas decorrem da própria lei geral da acumulação capitalista, perfeitamente formulada no Livro Primeiro de *O capital*, enquanto as transformações materiais aventadas, segundo o autor, nos *Grundrisse* são uma consequência ulterior daquele mesmo desenvolvimento, tendo em vista as mudanças de ordem sociológica vividas pelo sistema ao longo do século XX, que constituíram as bases para a subsunção do trabalho intelectual (Bolaño, 1995, 2002), as quais Marx não previu, imaginando antes um capitalismo cada vez mais dividido em duas classes fundamentais, homogêneas e antagônicas entre si.

A questão que se coloca é se a atual mutação material terá implicações sobre a forma, como ocorreu com a Revolução Industrial originária. “A ideia dos *Grundrisse*, da ciência e da tecnologia não mais produzem valor (trabalho abstrato cristalizado, medido pelo tempo), mas ‘valor negado’” (Fausto, 2002, p. 130).

A ideia de Marx de que a riqueza efetiva se manifesta na desproporção entre o tempo de trabalho empregado e o seu produto, bem como na “*desproporção qualitativa* entre o trabalho reduzido a uma pura abstração e o poder do processo de produção que ele vigia”, é enfatizada pelo autor (o grifo é do autor) para concluir que o homem passa novamente de meio a sujeito. Assim “o princípio é de novo subjetivo” (Fausto, 2002, p. 130).

A conclusão de Fausto é oposta à de Morais Neto, mencionada no começo deste capítulo, na medida em que este identifica essa “liberação” do homem do processo de trabalho com a introdução do sistema das máquinas, na Revolução Industrial originária. Esse é o sentido da

mecanização para Marx: tornar o trabalho redundante e transformar o trabalhador em vigia. Essa era a tendência no século XIX, nas indústrias de ponta, como a química ou a têxtil. A possibilidade de produção em série das próprias máquinas deveria, para Marx, aprofundar essa tendência. O que ocorrerá ao longo do século XX, com o taylorismo-fordismo, é o contrário disso. O que a automação fará, precisamente, é repor a lógica da maquinofatura, de redundância do trabalho, que havia sido revertida nas indústrias de montagem, cujo exemplo maior é a automobilística, altamente dependente do trabalho vivo, como na manufatura. Assim:

A natureza técnica da indústria metal-mecânica, tanto no que se refere aos processos mecânicos de fabricação como no caso das linhas de montagem, aliada ao peso relativo deste setor nas economias capitalistas com industrialização relevante, explicam o intrigante fato de que uma questão do século XIX, qual seja, os efeitos da automação sobre o emprego, volte a ganhar relevância nos dias atuais. O revolucionamento (sic) ocasionado pela aplicação da microeletrônica nos processos industriais é de caráter parcial, com efeitos concentrados na metal-mecânica; sua consequência será trazer essa indústria para o leito da automação, no qual já caminhavam há muito tempo ramos industriais tecnologicamente mais avançados. (Morais Neto, 2003, p. 36 e ss.)

A robotização e a produção flexível rompem a dependência que o capital ainda tinha, na indústria metalomecânica, das habilidades do trabalhador na sua relação com a máquina e repõem a tendência observada por Marx, colocando em suspeição a ideia de uma negação da negação, de Fausto: não se retoma, de certo modo, a situação da pré-grande indústria; o princípio não é novamente subjetivo, pois “tecnicamente, a linha de montagem é uma manufatura sofisticada, fundando-se exclusivamente no trabalho manual” (Morais Neto, 2003, p. 35),<sup>4</sup> e o que é retomado, portanto, com a automação atual, flexível,

---

4 Não é possível, aqui, entrar nos detalhes da contribuição de Moraes Neto. Vale notar que, na sua interpretação, a ideia da premonição – presente, como vimos acima, tanto em Negri e Hardt quanto em Ruy Fausto – está completamente ausente, assim como o eventual conflito entre *O capital* e os *Grundrisse*.

é justamente a essência da automação proporcionada pelo sistema de máquinas estudado por Marx.

O problema fica mais claro quando tomamos a questão pelo lado da estrutura jurídica. O contrato livre não é próprio do período histórico (pré-capitalista), em que vige a manufatura (capitalista), mas do momento do capitalismo concorrencial, sob um Estado liberal, cuja crítica precisamente é o objetivo de Marx. Toda a construção teórica de *O capital*, o movimento da essência à aparência, a intervenção etc., servem para fazer a crítica do liberalismo expor os seus fundamentos e como eles são negados concretamente. É sob esse Estado liberal burguês do século XIX que o processo material de produção entra em contradição com a forma.

No século XX, a situação não muda em essência, do ponto de vista material, mas formalmente reconhece-se a diferença, surge o direito social e o contrato individual é negado, com o surgimento do contrato coletivo de trabalho. Há uma negação, ainda que limitada, portanto, do fundamento do sistema, como formulado pelo próprio Fausto em seu trabalho anterior, citado e reafirmado no mais recente. Mas há, a meu ver, um problema de periodização neste último livro, pois o que ocorre com o neoliberalismo é em boa medida a reposição daquele fundamento (Bolaño, 2002), com os ataques ao Welfare State, a perda de direitos sociais e o novo reposicionamento do Estado, que abandona em grande medida o papel que havia adquirido ao longo do século XX. Uma mudança no nível formal, portanto, que, de resto, coincide com a mudança material (da materialidade dos processos produtivos nos setores de montagem) descrita por Morais Neto.

Uma inversão de tendência que Fausto não percebe. Ao contrário, ele identifica as mudanças (formais) trazidas pelo capitalismo monopolista com aquelas (materiais) do que chama pós-grande indústria. Ora, do ponto de vista do processo material de produção, o que ocorre na passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista é a constituição do que será conhecido, na literatura atual, como o paradigma taylorista-fordista, justamente aquilo que é posto em xeque com a subsunção do trabalho intelectual e a constituição da economia do conhecimento. E é a esse propósito que as observações de Marx a respeito do intelecto

geral ganham notoriedade hoje, pela mão de tão diferentes autores, entre os quais o próprio Fausto. Para ele também se trata de um problema de subsunção,<sup>5</sup> mas a sua solução é problemática:

A emergência do *homem* no processo material como *vigia* da máquina, e não mais *vigia* da máquina, indica o *fim da subordinação do trabalho ao capital* [...] Com a pós-grande indústria desaparece a subordinação material, e é nesse sentido e só nesse sentido que se retoma a primeira situação [a manufatura]. Na realidade, tem-se uma negação da negação. Se a subordinação material desaparece é porque o processo de trabalho perdeu completamente o seu caráter de processo de trabalho. O processo de produção tem um caráter muito mais próximo ao de um processo de produção da ciência. (Fausto, 2002, p. 135)

Chegamos, assim, a um ponto crucial. A última frase desta citação é verdadeira, mas o que ocorre de fato é que, ao mesmo tempo em que a lógica capitalista – e em especial a lógica do capital financeiro – passa a comandar o trabalho científico, a lógica da produção acadêmica também influencia a produção industrial. Há uma miscigenação de lógicas, que se articulam em cada campo particular de produção de conhecimento científico e tecnológico, formando esferas públicas produtivas no interior das quais se socializam conhecimentos, linguagens, problemas de investigação (Bolaño, 2003).

O problema está ligado à contradição entre uma brutal socialização da produção, e com características que tornam o valor inquantificável, e a apropriação privada, que exige a quantificação. Como diz Fausto, “o capital é inadequado a esse novo processo material de produção” (Fausto, 2002, p. 136), isto é, estabelece-se uma inadequação entre forma e matéria. No que se refere à periodização, para o autor, “teríamos assim a sucessão: subordinação formal, subordinação real, subordinação formal novamente” (Fausto, 2002, p. 136). Note-se que esta é uma tendência (importante) da constituição atual da chamada economia do conhecimento. O conjunto da economia capitalista é por certo bem

---

5 Ou subordinação, como prefere dizer nesse trabalho mais recente, mesmo considerando, em nota, que subsunção seria mais apropriado.

mais complexo, e o próprio Fausto aponta o problema sob a forma de uma crítica a Marx:

Se é verdade que Marx não afirma que com a pós-grande indústria (e antes da revolução) possa haver verdadeira libertação, ele supõe nesse estágio o fim da subordinação material do trabalho ao capital. Entretanto, poder-se-ia perfeitamente dizer que com as novas máquinas não desaparece a subordinação material [...] Marx pensa num modelo que poderia ser, por exemplo, o do engenheiro que pilota um avião supersônico. Mas há também o modelo do trabalhador que faz uma longa jornada diante de um computador. Seria difícil dizer que ele é materialmente livre diante do instrumento. Marx crê que a espiritualização do objeto implica uma libertação (que, bem entendido, é para ele apenas libertação material, isto é, interior ao processo de trabalho). Mesmo isso é, entretanto, excessivo. (Fausto, 2002, p. 136)

A crítica a Marx é precária, pois parte do pressuposto de que ele se estaria referindo a uma situação – a pós-grande indústria – que jamais formulou. Antes, estava se referindo às tendências de desenvolvimento do capitalismo do seu tempo, que, como vimos com Moraes Neto, são semelhantes às atuais, de automação e de redundância do trabalho vivo, que assume a função de vigia. Essa tendência – que se traduz hoje em uma extensa subsunção do trabalho intelectual e uma intelectualização geral de todos os processos convencionais de trabalho (Bolaño, 2002) – representa o desenvolvimento das condições objetivas que tornarão a revolução do modo de produção necessária. A condição de possibilidade, no entanto, não está posta de imediato na própria tendência. A solução de Fausto é introduzir o conceito de

[...] subordinação *intelectual* (ou espiritual) do trabalho ao capital. Teríamos assim a subordinação formal, a subordinação formal-material (em sentido próprio) e a subordinação formal-intelectual (ou espiritual) do trabalho ao capital. As duas últimas seriam reais (na minha versão; na de Marx só a segunda é real, a primeira e a terceira são formais. (Fausto, 2002, p. 136)

Neste último caso, o trabalhador seria “servidor do novo mecanismo, que é um autômato espiritual” (Fausto, 2002, p. 136). Solução engenhosa que, em parte, se assemelha à minha ideia de subsunção do trabalho intelectual. Mas é diferente. A minha solução não se afasta da perspectiva de Marx de que o que caracteriza uma revolução industrial é a passagem da subsunção formal à real. Assim, procurei explicar a Terceira Revolução Industrial tomando por pressupostas as mudanças da estrutura social que a própria expansão do capitalismo monopolista acarretara, ampliando a camada de trabalhadores intelectuais com relativa autonomia no processo de trabalho. Essa autonomia será rompida com a introdução das novas tecnologias de base informática, iniciando-se um processo de subsunção cujos limites é preciso estudar.

Nesse sentido, é aceitável a ideia de uma subsunção formal-intelectual, a caracterizar o momento presente, mas não a de que “o produtor se situa fora da produção”. Essa ideia decorre da afirmação de Marx referente ao trabalho de vigilância, caracterizando a nova situação, o que é verdadeiro, mas não é tudo. É verdade que, no que se refere a uma economia industrial convencional, o trabalhador deixa de ser o operador fordista, substituído por robôs e sistemas inteligentes inclusive no que se refere a uma parte significativa do trabalho de vigilância. Mas, quando falamos dos processos mais avançados de subordinação intelectual, estamos falando de fato em uma subsunção da produção científica e tecnológica no capital, o que só se dá pela subsunção material de amplas camadas de trabalhadores intelectuais científicos e sua adequação às necessidades da acumulação do capital, ainda que o seu trabalho seja realizado em laboratórios universitários e pago com fundo público.

Este é o cerne da questão, pois aqui estão misturadas duas lógicas produtivas distintas: industrial-acadêmica, mercantil-não mercantil. As implicações disso são enormes, evidenciando a constituição, hoje, de um tipo de capitalismo especulativo e rentista, marcado por importantes processos de acumulação primitiva. A inadequação formal de que fala Fausto é correta e deve ser pensada, no interior de um programa de pesquisas, em termos dos limites à subsunção do trabalho intelectual no capital. O que não é aceitável é o corolário que o autor extrai da ideia de que o produtor está fora da produção (o que poderia ser interpretado,

com boa vontade, na perspectiva da relação entre o mercantil e o não mercantil na produção atual – cf. Bolaño; Herscovici, 2005): “longe de significar uma invasão do espaço de não trabalho pelo do trabalho, esse movimento representa o contrário disto (...). Para o tempo ocorre a mesma coisa” (Fausto, 2002, p. 137). Pior:

[...] a riqueza não é mais produzida pelo trabalho, mas pelo não trabalho. Isto num duplo sentido. Em primeiro lugar, a riqueza material já não depende essencialmente do trabalho. Em segundo lugar, a riqueza passa a ser essencialmente a ciência (a arte etc.) e esta é produzida no tempo de não trabalho. Assim, a substância da riqueza não é mais o trabalho, mas o não trabalho. O trabalho era a substância da riqueza abstrata [...]. A riqueza é agora cristalização do “trabalho” científico, mas o trabalho científico entra no tempo livre [...]. (Fausto, 2002, p. 137-8)

A interpretação é extremamente problemática, mas, no que nos interessa, o importante a ressaltar é a visão completamente anacrônica do trabalho científico como não trabalho, como atividade individual desenvolvida no tempo livre. O irrealismo desse pressuposto ficará evidente no próximo item.

## **Trabalho geral e a dinâmica do subdesenvolvimento**

Em primeiro lugar, Fausto toma a ciência (e a arte) como empreendimento individual sem perceber o sentido da subsunção da produção cultural e científica (com suas especificidades) no capital, que produz formas particulares de trabalho coletivo. Só assim, a ciência (e a arte) poderá ser vista como produzida no tempo livre, negando, na medida em que essa se torna o elemento fundamental da produção de riqueza, a centralidade do trabalho nessa produção, como faz o autor. A análise do surgimento e da evolução da indústria cultural no século XX já seria suficiente para esclarecer a questão.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> É certo que há uma polêmica, no campo da chamada economia política da comunicação e da cultura, a respeito do caráter produtivo do trabalho cultural, mas isso se resolve, de uma forma ou de outra, perfeitamente no interior da dinâmica da subsunção do trabalho cultural e dos seus limites e, portanto, das especificidades da produção cultural e da forma de que se reveste a contradição capital-trabalho no seu interior (Bolaño, 2000). O mesmo ocorre em relação à subsunção do trabalho intelectual científico.

O caso da produção científica é mais complexo. Tive a oportunidade de discutir com certo cuidado o problema ao analisar os trechos dos *Grundrisse* sobre o intelecto geral (Bolaño, 2008), mostrando, entre outras coisas, que não se pode falar de forma alguma, nos dias de hoje, da produção científica como algo individual, separado das formas atuais de subsunção. Em síntese, não se pode compreender o intelecto geral como algo abstrato e disforme, como uma espécie de inconsciente coletivo que dissolve as diferenças entre os trabalhos intelectuais concretos.

Assim, a subsunção do trabalho dos pesquisadores do projeto genoma humano se dá através de mecanismos próprios, como o desenvolvimento das máquinas de sequenciamento ou a organização dos processos, que podem se aproximar mais ou menos de um modelo taylorista-fordista. Esses mecanismos de subsunção são materialmente distintos, por exemplo, daqueles do setor de serviços hospitalares, em que um tipo particular de trabalho artesanal, como é o do médico, garante a subordinação de um coletivo de trabalhadores de diferentes formações (fisioterapeutas, enfermeiros, assistentes etc.) a uma lógica de exploração capitalista, comandada por um tipo de capital financeiro diretamente vinculado a esse tipo particular de processo produtivo, como são os planos de saúde.

Neste ponto, é mais interessante dar um passo além, retomando um trabalho de Victor Figueroa (1986), cujo objetivo é esclarecer a dinâmica desenvolvimento-subdesenvolvimento, para entender a expansão do capitalismo na América Latina, num diálogo crítico com as teorias da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), da industrialização por substituição de importações, ou com as teorias da dependência nas suas diferentes versões.<sup>7</sup> O interessante da obra de Figueroa é que ele parte justamente da ideia de que:

Os meios de produção, particularmente os instrumentos de trabalho, mas progressivamente também seu objeto, são [...] conhecimento objetivado. Daí que a ciência, enquanto encontra aplicação produtiva, é também uma força produtiva. O desenvolvimento dos meios expressa o desenvolvimento do conhecimento. Por outro lado, assim

---

<sup>7</sup> Limito-me aqui basicamente a uma leitura do capítulo 1 do livro de Figueroa (*Capital, trabalho geral e subdesenvolvimento*), que é o que nos interessa mais de perto.

como o desenvolvimento das forças objetivas está condicionado pelo desenvolvimento das de ordem subjetiva, este está por sua vez condicionado por aquele. As primeiras fixam os limites do materialmente possível de alcançar, sugerem novas possibilidades, ao mesmo tempo e que influenciam na capacidade do cérebro e da ciência em geral. (Figuroa, 1986, p. 16)<sup>8</sup>

O trecho é todo fundamentado em Marx, especialmente nos excertos dos *Grundrisse* sobre o intelecto geral, e está perfeitamente de acordo com a perspectiva teórica aqui defendida e com os estudos empíricos que realizei.<sup>9</sup> Figuroa começa com uma cuidadosa revisão da análise de Marx sobre a passagem da subsunção formal à real e da manufatura à indústria capitalista, em que esclarece, entre outras coisas, o fato de que, já na manufatura, a “oficina simples” havia dado lugar à “oficina mecânica”, que incorpora a máquina ferramenta sem que, no entanto, o método de produção dominante fosse modificado, o que ocorrerá apenas com a fábrica e a “oficina automática”.<sup>10</sup>

O processo – que eu próprio, seguindo a mesma orientação bibliográfica, chamei de acumulação primitiva do conhecimento

---

8 *Los medios de producción, particularmente los instrumentos de trabajo pero progresivamente también su objeto, son [...] conocimiento objetivado. De ahí que la ciencia, en tanto encuentra aplicación productiva, es también una fuerza productiva. El desarrollo de los medios expresa el desarrollo del conocimiento. Por otro lado, así como el desarrollo de las fuerzas objetivas está condicionado por el desarrollo de las de orden subjetivo, éste está a su vez condicionado por aquél. Las primeras fijan los límites de lo materialmente posible de alcanzar, sugieren nuevas posibilidades, a la vez que influyen en la capacidad del cerebro y de la ciencia en general* (Figuroa, 1986, p. 16).

9 Na sequência da última frase, o autor explicita o fato bastante óbvio, mas nem sempre considerado de que a própria ciência precisa de uma infraestrutura de laboratórios e equipamentos que, ao mesmo tempo, expressam e condicionam o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade (Figuroa, 1986, p. 16). Isto estava na base do meu estudo sobre o desenvolvimento do popular projeto internacional de sequenciamento do genoma humano, por exemplo, em que observei, entre outras coisas, a importância do desenvolvimento da máquina de sequenciamento para a subsunção do trabalho científico naquele setor e a efetivação do projeto, bem como as dificuldades do chamado pós-genoma (o desenvolvimento posterior à finalização do projeto) pela inexistência ainda de elementos objetivos, como uma máquina equivalente à máquina de sequenciamento genético para a análise das proteínas (Bolaño, 2003). O processo de produção da ciência é também um processo de trabalho, ainda que não necessariamente comandado diretamente pelo capital.

10 Sobre esta última expressão, lembra que “Marx, para designar esta situação, também usou o nome de oficina automática, ainda de oficina mecânica, mas como aqui já não se trata no principal de um mecanismo cujos órgãos são homens, preferimos seguir os desenvolvimentos de Marx em *O capital*, onde se utiliza a expressão ‘fábrica’ para designar o que difere de ‘oficina’” (Figuroa, 1986, p. 27). [*“Marx, para designar esta situación, también usó el nombre de taller automático, aun de taller mecánico, pero como aquí ya no se trata en lo principal de un mecanismo cuyos órganos son hombres preferimos seguir los desarrollos de Marx en *El capital*, donde utiliza la expresión ‘fábrica’ para designar lo que difiere del ‘taller’”* (Figuroa, 1986, p. 27).]

(Bolaño, 2000) – passa por três momentos: (1) a separação formal entre o produtor direto e os meios de produção e a constituição do trabalhador coletivo; (2) a divisão manufatureira do trabalho, que cria o trabalhador parcial (e a especialização); (3) a diferenciação, especialização e simplificação dos instrumentos de trabalho, que culmina com a máquina ferramenta e a revolução industrial. Neste ponto, não apenas está superado o virtuosismo individual do artesanato, mas a própria maestria coletiva da manufatura se apresenta como propriedade daquele organismo mecânico completo que é a fábrica, ou seja, como propriedade do capital. O autor ainda aponta que a revolução industrial apresenta dois momentos, o segundo sendo aquele que se conhece também como Segunda Revolução Industrial (a produção de máquinas por meio de máquinas).

Sem entrar, neste ponto, no problema do caráter regressivo do taylorismo-fordismo, apontado por Morais Neto, tomamos por assentada a ideia de que a passagem da subsunção formal à real representa, como enfatiza o autor, a culminância do processo iniciado com a manufatura, de separação formal do sujeito em relação às condições objetivas do processo de trabalho (que já não lhe pertencem), quando se atinge a separação material plenamente constituída (além de não lhe pertencerem, ele já não tem sobre elas qualquer controle), em benefício da acumulação de capital. Essa separação, que “constitui o conceito de capital”, segundo a expressão de Marx, citado por Figueroa, “coincide com o desenvolvimento dos mecanismos que permitem a máxima exploração do trabalho imediato” (Figueroa, 1986, p. 38). Mas aí vem a pergunta fundamental: se o trabalho imediato foi desprovido de toda capacidade criativa, como e onde se gesta o desenvolvimento das forças produtivas? É claro que

[...] se o desenvolvimento das forças produtivas deve ser visto como a tarefa sistemática por meio da qual o capital realiza sua missão histórica, então esta tarefa assim concebida só pode ser levada a cabo pelo próprio trabalho, e não como um ato pelo qual este ou aquele inventor expressa suas inquietudes individuais. (Figueroa, 1986, p. 38)<sup>11</sup>

---

11 “[...] si el desarrollo de las fuerzas productivas ha de ser visto como la tarea sistemática por medio de la

Aqui temos bem formulada a questão, que não é outra senão a de como se dá a incorporação do trabalho criativo no capital. Questão que não se pode resolver, lembra Figueroa, apelando para o trabalho individual dos cientistas no seu “tempo livre”, ou num “tempo de não trabalho”. A minha própria resposta já foi dada em diferentes trabalhos aqui citados e remete essencialmente aos processos de subsunção do trabalho intelectual na atual reestruturação produtiva. Trata-se de um processo que se inicia, no período da manufatura, com a expropriação do conhecimento produzido pela classe trabalhadora artesanal (“acumulação primitiva de conhecimento”, Bolaño, 2000) e sua posterior incorporação ao sistema de máquinas, com a Revolução Industrial (Bolaño, 1995), culminando com a subsunção do trabalho intelectual (Bolaño, 1995, 2002), que é a marca da Terceira Revolução Industrial.

A solução de Figueroa, por sua vez, mais preocupado com a problemática do subdesenvolvimento, retoma uma distinção, que se pode extrair dos *Grundrisse*, entre trabalho “trabalho imediato” e “trabalho geral”, que é o que nos interessa discutir neste item. Mais uma vez, o ponto de partida é o processo de acumulação primitiva de conhecimento que ocorre na manufatura, dando origem à máquina, que objetiva o conhecimento extraído do trabalhador e aprofunda a separação entre trabalho qualificado e não qualificado. Este último, um trabalho vazio de todo conteúdo, que caracteriza a existência da grande massa proletária que realiza o *trabajo inmediato* na fábrica. Um trabalho que não exige do trabalhador nem consciência nem conhecimento. O autor expressa da seguinte forma a relação entre esse trabalho imediato e a ciência, oferecendo uma interpretação valiosa dos conhecidos trechos dos *Grundrisse*:

Agora, no trabalho imediato, o processo inteiro de produção [...] não aparece como subsumido sob a habilidade direta do operário, senão como aplicação tecnológica da ciência. O que reduz o trabalho

---

*cual el capital realiza su misión histórica, entonces esta tarea así concebida solo puede ser llevada a cabo por el trabajo mismo, y no como un acto por el cual este o aquel inventor despliega sus inquietudes individuales”* (Figueroa, 1986, p. 38).

imediatamente a mero momento do processo de produção e de trabalho. De fato, dar-lhe à produção um caráter científico é afinal a tendência do capital e se reduz o trabalho a mero momento desse processo. (Figuerola, 1986, p. 40)<sup>12</sup>

Assim sendo, a ciência que comanda a produção deve estar fora da fábrica:

É como se a fábrica, sendo ela mesma o resultado da aplicação produtiva do conhecimento, exigisse em seu próprio benefício, que o conhecimento se desenvolvesse fora dela e, portanto, independentemente dos trabalhadores que ela alberga. Ou, como se o desenvolvimento das forças produtivas reservasse para o trabalho imediato o papel de mero executor do progresso forjado pela ciência à margem dele e dos produtores diretos que o realizam. (Figuerola, 1986, p. 40)<sup>13</sup>

Com isso, conclui-se a separação, iniciada na manufatura, entre trabalho manual e intelectual, de modo que a relação entre conhecimento científico e produção deve ser redefinida: o processo produtivo torna-se esfera de aplicação da ciência e esta se converte, segundo Marx, citado por Figuerola, em um fator (*uma função* – grifo dele) do processo produtivo. Com base nisso, o autor retoma o conceito de *trabalho geral*, citando novamente os trechos dos *Grundrisse* sobre o intelecto geral:

De onde se segue que da separação da ciência e do trabalho imediato só pode resultar uma nova divisão do trabalho. O conhecimento e seu desenvolvimento constitui uma condição do processo direto de produção e de sua expansão, desde que nele, com a grande indústria, “...o processo direto de submissão das forças naturais sob o intelecto

---

12 Ahora, en el trabajo inmediato, el proceso entero de producción [...] no aparece como subsumido bajo la habilidad directa del obrero, sino como aplicación tecnológica de la ciencia. Lo cual reduce el trabajo inmediato a mero momento del proceso de producción y de trabajo. En efecto, darle a la producción un carácter científico es, por ende, la tendencia del capital y se reduce el trabajo a mero momento de ese proceso (Figuerola, 1986, p. 40).

13 Es como si la fábrica, siendo ella misma el resultado de la aplicación productiva del conocimiento, exigiera en su propio beneficio, que el conocimiento se desarrolle fuera de ella y, por tanto, independientemente de los trabajadores que alberga. O, como si el desarrollo de las fuerzas productivas reservara para el trabajo inmediato el papel de mero executor del progreso forjado por la ciencia al margen de él y de los productores directos que lo realizan (Figuerola, 1986, p. 40).

social está pressuposto na força produtiva do meio de trabalho que se desenvolveu até converter-se em processo automático [...]”. O que não só permite, mas empurra para que faça sua entrada o trabalho geral [...]. (Figuroa, 1986, p. 41)<sup>14</sup>

O desenvolvimento científico passa a ser então uma necessidade do capital. Se, na Revolução Industrial originária, ele se limitava a responder às necessidades de ordem prática, a continuidade do processo exigirá, de forma paradigmática, já na Segunda Revolução Industrial, a organização do trabalho geral e do campo científico de forma autônoma, garantindo a sua capacidade de responder a questões de ordem abstrata desvinculadas aparentemente das necessidades imediatas da produção de mercadorias.<sup>15</sup> Nessas condições, o capital terá que se reorganizar também internamente, de modo que, ao lado da fábrica, se constituirá aquilo que o autor denomina *oficina de progresso técnico*, que pode ser um departamento de P&D da própria empresa ou uma empresa terceirizada, por exemplo. Em todo caso, trata-se de uma estrutura de mediação entre as necessidades do campo científico e do campo industrial, em que se processam as aplicações produtivas da ciência.

Neste ponto, vale retomar rapidamente a ideia de *esferas públicas produtivas* (Bolaño, 2003; Bolaño; Mattos, 2004), que serve para explicar

---

14 “De donde se sigue que de la separación de la ciencia y del trabajo inmediato solo puede resultar una nueva división del trabajo. El conocimiento y su desarrollo constituye una condición del proceso directo de producción y de su expansión, desde que en él, con la gran industria, ‘...el sometimiento de las fuerzas naturales bajo el intelecto social está presupuesto en la fuerza productiva del medio de trabajo que se ha desarrollado hasta convertirse en proceso automático...’ Lo que no solo permite, sino que empuja a que haga su entrada el trabajo general...” (Figuroa, 1986, p. 41). Em seguida, cita a definição feita em *O capital*: “trabalho geral é todo trabalho científico, todo conhecimento, todo invento” (Figuroa, 1986, p. 41, citando a edição da Siglo XXI – tomo III, v. 6, p. 128).

15 É interessante registrar a diferença que o autor estabelece, a esse respeito, entre o surgimento dessa preocupação abstracionista na Inglaterra (a partir de 1985), que, em todo caso, permanece aferrada à sua tradição empiricista, enquanto será na Alemanha que o trabalho geral será explicitamente reconhecido como condição de todo desenvolvimento ulterior, que exigia o desenvolvimento da física quântica, das matemáticas, da química etc. “A Alemanha abordará essa tarefa com uma elevada predisposição, manifestando uma certa consciência da sua importância para o desenvolvimento. Ali gestou-se o que se chamou a ‘segunda revolução industrial’, por meio da qual se completa a primeira, na medida em que permitirá generalizar a separação plena do produtor imediato, por meio da produção de máquinas por meio de máquinas” (Figuroa, 1986, p. 44). [“Alemania abordará esta tarea con una elevada predisposición, manifestando una cierta conciencia de su importancia para el desarrollo. Allí se gestó lo que se ha llamado la ‘segunda revolución industrial’ por medio de la cual se completa la primera, en tanto permitirá generalizar la separación plena del productor inmediato, por medio de la producción de máquinas a través de máquinas”].

a organização atual dos campos de produção de conhecimento, os quais exigem espaços – físicos ou mentais – de comunicação produtiva, onde interagem trabalhadores intelectuais de instituições acadêmicas, públicas e empresas, que dominam um código comum, necessário tanto à concorrência quanto à cooperação. As esferas produtivas públicas, vinculadas àquela de subsunção do trabalho intelectual, ajudam a entender o funcionamento da chamada economia do conhecimento e a lógica por trás dos chamados arranjos produtivos, *clusters* etc., pois explicitam a necessidade, para o desenvolvimento, da constituição de espaços, mais ou menos institucionalizados, de interação linguística, reunindo os diferentes atores envolvidos nos processos inovativos.

Do ponto de vista espacial, por exemplo, sabe-se que o desenvolvimento local depende da concentração de recursos intelectuais (conhecimento tácito) que não estão disponíveis em toda a sua extensão para a imensa maioria das localidades situadas fora dos centros hegemônicos em que as “oficinas de progresso” (próximas em geral das matrizes daquelas empresas com capacidade efetiva de desenvolvimento tecnológico relevante para a competitividade global) se situam. Nessas condições, restará, aos arranjos locais situados fora do centro, procurar a forma mais confortável possível de dependência, especializando-se, por exemplo, na melhor das hipóteses, no desenvolvimento de soluções para problemas técnicos decorrentes do processo de adaptação da tecnologia produzida nos centros.

Seja como for, há uma grande complexidade hoje na distribuição espacial do conhecimento, pois o grande capital individual, concorrendo no interior de oligopólios globalizados, pode estabelecer diferentes estratégias inovativas, inclusive distribuindo espacialmente a pesquisa, sem que isso afete a concentração da parte fundamental do conhecimento tácito na matriz (ou na oficina de progresso adjacente). A ideia das esferas públicas produtivas procura justamente explicar essa complexidade, o que exige considerar, em cada caso, diferentes espacialidades, redes mais ou menos estendidas, relações entre diferentes atores (empresariais, acadêmicos, públicos), relações de concorrência e de cooperação entre rivais, epistemes, linguagens, traduções.

A ideia de oficina de progresso é diferente. Seu objetivo primordial é produzir tecnologia, ainda que a realidade a leve a produzir ciência

muitas vezes. Mas trata-se sempre da organização da apropriação da ciência pela empresa, pelo capital individual, o que pode ocorrer de forma independente (e, neste caso, o seu produto é diretamente mercadoria) ou no interior de uma empresa maior (e aqui a inovação será apropriada pela empresa à qual a oficina de progresso pertence). Em todo caso, trata-se de produção capitalista de inovação, pautada sempre pela relação capital-trabalho. No caso da ideia de esferas públicas produtivas, a intersecção entre produção de conhecimento financiado por fundo público e concorrência capitalista, ou entre as lógicas contraditórias da produção acadêmica e da produção de valor, é fundamental.

Na formulação de Figueroa, cada capital individual em concorrência procurará criar a sua oficina de progresso técnico com o objetivo de internalizar a capacidade inovativa, controlando o progresso técnico referente ao seu campo de atuação, com o objetivo do lucro, sendo o aumento da produtividade apenas um meio para atingi-lo. O sentido do processo é o controle monopolista da inovação enquanto for possível, dada a dinâmica da concorrência em mercados oligopolistas. Não se trata de controlar a tecnologia como um dado, mas do trabalho geral que permite a sua evolução (progresso). Tudo depende do controle do trabalho geral e da sua eficácia.

O Estado tem um papel fundamental nesse processo, pois a força do capital nacional na concorrência internacional é determinante na posição do país na estrutura global de poder. “Tanto a posição econômica de um país como seu poderio militar se desenvolvem em íntima ligação com o desenvolvimento do trabalho geral no interior da nação” (Figueroa, 1986, p. 52). Melhor, o sucesso dos Estados Unidos nesse campo mostra que a hegemonia internacional não depende simplesmente do nível de desenvolvimento do trabalho geral, da capacidade de explorar a melhor combinação possível deste com o trabalho imediato. O autor lembra ainda que Estado não apenas facilita, mas inclusive executa o trabalho geral, como no caso da pesquisa básica.

Mas não vai além disso na caracterização das relações entre capital e Estado, ou entre a lógica pública da ciência certificada e a lógica privada da produção mercantil, ou dos processos recorrentes de acumulação primitiva relacionados à mobilização do fundo público na produção

de conhecimento, que estão na base das preocupações que orientaram a minha definição das esferas públicas produtivas, para explicar a situação atual, de uma economia, chamada do conhecimento, mas que se caracteriza acima de tudo como rentista, especulativa e inflacionária na sua essência. Sua preocupação é com o conceito de desenvolvimento, entendido como “desenvolvimento da relação capital-trabalho”. Trata-se basicamente do mesmo processo que vai da Revolução Industrial, sobre a base da prévia acumulação primitiva do conhecimento, à subsunção do trabalho intelectual, nos nossos termos, passando pela revolução científico-técnica, como se chama comumente a Segunda Revolução Industrial. Em última análise, trata-se do desenvolvimento histórico da contradição entre forças produtivas e relações de produção sob o regime de exploração capitalista.

O *subdesenvolvimento*, nesse sentido, é visto como aquela situação em que o capital não chegou a organizar a exploração do trabalho geral, ou seja, em que não foram desenvolvidas internamente as condições para a subsunção real do trabalho imediato. Assim sendo, para que a exploração do trabalho imediato se dê, é preciso recorrer a métodos desenvolvidos externamente. Ou seja, o subdesenvolvimento adota os métodos de exploração do trabalho imediato criados nos países desenvolvidos e, nesse sentido, não representa em sua essência a permanência de relações pré-capitalistas, um estágio anterior, mas uma forma de produção social contemporânea ao desenvolvimento, sem o qual é inconcebível. Ou seja, desenvolvimento e subdesenvolvimento fazem parte de um todo cuja dinâmica coloca este último em permanente dependência do primeiro. Evitando uma interpretação subconsumista, Figueroa esclarece que a recíproca não é verdadeira, o desenvolvimento não depende da existência do subdesenvolvimento, ainda que a empresa capitalista, na sua busca incessante pelo lucro, com o imperialismo, tratará de usufruir dessa situação, com o que a dinâmica desenvolvimento-subdesenvolvimento acaba por tornar-se estrutural e sempre favorável ao capital monopolista dos países centrais, onde o progresso técnico é gestado.

Nessas condições, não se descarta a realização de algum trabalho geral nos países subdesenvolvidos. Ele pode ser executado nesses países, concentrado nas universidades e outras instituições do gênero,

sem relação com o grosso dos processos industriais existentes. As companhias transnacionais presentes no território nacional também podem explorar algum trabalho geral secundário, subordinado às suas estratégias empresariais, definidas no centro. A escassez de oficinas de progresso tecnológico nos países subdesenvolvidos ou, se preferirmos, os baixos índices de desenvolvimento tecnológico pelas empresas privadas, como ocorre no Brasil, são um indicador dessa situação. O resultado é que a ciência, nos países subdesenvolvidos, se desenvolve com atraso, e o trabalho geral implicado é escasso e não sistemático (Figuerola, 1986, p. 55).<sup>16</sup>

## Considerações conclusivas

Se é verdade (e isso deve ser objeto de pesquisa) que o desenvolvimento do modo de produção capitalista sinaliza o “esgotamento das possibilidades da história da exploração” (Fausto, 2002, p. 197), como afirma Ruy Fausto, citando o *Manifesto comunista*, não é menos verdade que a derrota histórica sofrida pelo proletariado ao final do século XX e a reestruturação produtiva – que altera profundamente as características da própria classe trabalhadora e das suas relações internas e com o capital – não colocam a revolução socialista no horizonte das possibilidades imediatas.

A inadequação formal, de que fala Fausto, se traduz num descompasso entre o desenvolvimento dos fatores objetivo e subjetivo, e o capitalismo entra em espiral regressiva e passa a predominar uma lógica rentista e especulativa de apropriação que se afasta do padrão característico do capitalismo industrial do tempo de Marx, produzindo formas renovadas de acumulação primitiva, ligadas precisamente às relações entre formas mercantis e não mercantis de produção material (Bolaño; Herscovici, 2005). Na chamada economia do conhecimento, o trabalho individual continua sendo produtivo, mas isso já não é mensurável porque o valor

---

16 Isto explica tudo: a dependência estrutural que se perpetua, o caráter adaptativo do progresso tecnológico realizado nos países subdesenvolvidos, a incapacidade de produzir desenvolvimento (e não meramente um desenvolvimento atrasado), a dependência, o intercâmbio desigual, a substituição de importações... O autor criticará em particular, de modo convincente, as diferentes interpretações, marxistas e não marxistas que reduzam as forças produtivas à sua pura expressão material, sem considerar o fator subjetivo como o aspecto central do problema.

só aparece ao final de um processo de produção brutalmente socializado, globalizado, enquanto a apropriação permanece vinculada às formas aparentes da circulação mercantil, baseadas agora na arbitrariedade dos direitos de patente e de propriedade intelectual.

Essa incomensurabilidade, essa “desmedida do valor” (Prado, 2005), faz com que, do ponto de vista do processo material de produção, apenas o trabalho coletivo, o intelecto geral, possa ser considerado diretamente produtivo,<sup>17</sup> de modo que a apropriação privada, tal como estabelecida hoje, com base no direito, para ser justa, deveria libertar-se dos resquícios da forma mercadoria. Ou seja, toda proporcionalidade tornou-se arbitrária, na medida em que já não se pode determinar uma relação direta, por mais tênue que seja, entre o trabalho individual e o valor, dada a autonomização e generalização do trabalho coletivo na economia do intelecto geral.

Vimos que esse resultado decorre de um processo histórico iniciado com a manufatura e a acumulação primitiva do conhecimento, que não é outra coisa senão a apropriação pelo capital do conhecimento produzido anteriormente pela classe trabalhadora artesanal. Com a Revolução Industrial, o capital logra unificar, no seu interior, aquele conhecimento prático assim expropriado e o conhecimento científico, desenvolvido em outra parte, processo que culminará com a Segunda Revolução Industrial. A partir desse momento, a dinâmica trabalho geral/trabalho imediato, conforme exposto no item anterior, encontra-se plenamente estabelecida. Os processos de industrialização que deslançarão nessas condições, quando, nos centros hegemônicos da economia mundial, o capitalismo monopolista se encontra já plenamente estabelecido, trarão a marca do subdesenvolvimento.

Este último, como vimos, caracteriza-se sempre pela dependência em relação aos centros dinâmicos da economia global, onde a relação trabalho geral/trabalho imediato se apresenta da forma mais adequada. O determinante essencial do desenvolvimento é precisamente a dinâmica

---

17 Assim, por exemplo, toda diferenciação das remunerações entre os diferentes trabalhos é arbitrária. É claro que se podem distinguir ainda trabalhos mais ou menos complexos no interior das amplas cadeias de valor de que falei antes, mas as diferenças na remuneração têm muito mais a ver, no capitalismo de hoje, com direito, poder corporativo etc. do que com a produção de um valor que se tornou (ainda mais) inquantificável, dando origem a uma economia amplamente inflacionista, em que o “valor simbólico” (o imaterial, diriam outros) é o elemento principal na determinação do preço, inclusive na produção dos bens de consumo mais convencionais.

do trabalho geral. Como para a grande indústria nenhum método de produção pode ser tomado como definitivo, mesmo que o progresso técnico de alguma forma ocorra, a concentração das capacidades criativas nos países desenvolvidos e todas as suas consequências tendem a perpetuar-se. A reposição do *gap* tecnológico, por exemplo, no caso brasileiro, ao final do processo de industrialização – quando são finalmente internalizadas as condições técnicas para a reprodução ampliada do capital, segundo os parâmetros da Segunda Revolução Industrial, mas, no mundo desenvolvido, a Terceira Revolução Industrial já estava em pleno curso –, é um exemplo flagrante dessa tendência.

Sobre essa tendência, é preciso apontar que, apesar da perspectiva de Figueroa a respeito da separação entre trabalho geral e trabalho imediato ser tão esclarecedora, a sua ideia a respeito do que chamei de subsunção do trabalho intelectual, certamente pelo fato de seu livro ter sido escrito ainda em meados dos anos 1980 do século passado, é insuficiente para entender o processo atual. Isso fica evidenciado na discussão que faz a respeito do surgimento do computador, visto como um meio de estender as capacidades da mente humana, que representa um momento histórico crucial, na medida em que “uma quantidade crescente de labores do trabalho geral está sendo transferida para a máquina” (Figueroa, 1986, p. 47). No entanto, ele afirma:

O computador ainda não se desenvolveu ao ponto de ser comparado com o sistema da maquinaria que opera numa fábrica, nem tampouco com o instrumento do artesão; na verdade, se parece mais com a máquina-ferramenta que surgiu e operou dentro da manufatura. A “maquinaria específica” do trabalho geral continua sendo o trabalhador coletivo e, dentro do processo de trabalho, o computador conta como um elemento simples, da mesma forma que a máquina-ferramenta dentro da manufatura. (Figueroa, 1986, p. 47)<sup>18</sup>

---

18 “La computadora aun no se ha desarrollado al punto de que puede ser comparada con el sistema de la maquinaria que opera en la fábrica, ni tampoco en el instrumento del artesano; en verdad, se parece más con la máquina-herramienta que surgió y operó dentro de la manufatura. La ‘maquinaria específica’ del trabajo general sigue siendo el trabajador colectivo, y, dentro del proceso de trabajo la computadora cuenta como un elemento simple, de la misma manera que la máquina-herramienta dentro de la manufatura” (Figueroa, 1986, p. 47).

Figuroa nota bem o sentido de subsunção do trabalho intelectual (sem usar, evidentemente, essa expressão) presente no desenvolvimento das ferramentas informáticas e inclusive faz a boa comparação com a máquina ferramenta. Mas não percebe que o elemento central do processo não é propriamente o computador, objeto por certo paradigmático, mas o desenvolvimento do conceito de *software*, que lhe é inerente (Bolaño, 1995) e que demonstrará todo o seu potencial revolucionário com a organização em rede telemática dos processos de trabalho, com o que tampouco se pode pensar a oficina de progresso técnico com base numa especialização rígida, como a que prevalecia anteriormente.

Sem dúvida, a lógica das oficinas de progresso técnico desfaz toda ilusão a respeito, por exemplo, da possibilidade de um desenvolvimento local autônomo, centrado na organização de arranjos produtivos que, na verdade, não são mais do que uma forma atual de adequação do local às novas exigências do processo de mudança estrutural, o qual, por suas características, exige um fluxo constante de pequenas inovações adaptativas destinadas basicamente a ampliar a dependência em relação à nova tecnologia, totalmente controlada pelo grande capital monopolista. Por isso mesmo, na perspectiva das esferas públicas produtivas, é preciso ter em mente que a oficina de progresso tecnológico, vinculada como vimos ao capital individual em concorrência, globalizou-se também com ele (ainda que, por certo, a dinâmica centro-periferia, desenvolvimento-subdesenvolvimento, permaneça em essência a mesma), inclusive pelo fato conhecido da importância da concentração espacial do conhecimento tácito, favorecendo as regiões mais desenvolvidas em termos de capacidade de incorporação do trabalho geral.

Mas o capital agora buscará por toda parte a organização mais interessante para a sua luta individual pelo lucro extraordinário, o que pode se traduzir, por exemplo, na incorporação das capacidades científicas dos pesquisadores brasileiros do campo da genômica (ou dos indianos das ciências da computação) e dos laboratórios universitários financiados pelo governo brasileiro. As relações entre ciência e indústria e entre Estado e capital nessa área se alteram, e a forma mercadoria se expande até os seus limites. A concorrência oligopolista fará com que, crescentemente, essas oficinas de progresso tecnológico organizadas

de forma hierárquica em nível global – que reduzem brutalmente, por exemplo, com a privatização, a capacidade inovativa do Brasil na área de telecomunicações, como se sabe – participem da organização das esferas públicas produtivas, de geometria variável, em que as linguagens e os métodos compartilhados viabilizam a concorrência, a cooperação, o segredo, a espionagem industrial, a apropriação do conhecimento produzido pelo Estado e pelos pesquisadores acadêmicos financiados com fundo público, enfim, a nova dinâmica competitiva, inclusive a normalização técnica, os padrões, os acordos institucionalizados de todo tipo e a expansão do capital (e das suas contradições) por todos os setores da vida.

## Referências

BOLAÑO, C. Economía política, globalización y comunicación. In: *Nueva Sociedad*, nº 140, Caracas, 1995.

\_\_\_\_\_. *Indústria cultural, informação e capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, nº. 11, dez. 2002, p. 53-78.

\_\_\_\_\_. Economia política do conhecimento e o Projeto Genoma Humano do Câncer de São Paulo. In: CD-Rom *ANCIB*, Belo Horizonte, 2003.

\_\_\_\_\_. Sobre intelecto geral, capital, comunicação e conhecimento: uma leitura dos Grundrisse. In: *Revista de Economia*, v. 34, nº. 2 (ano 32), Curitiba, UFPR, 2008, p. 35-49.

\_\_\_\_\_. Trabajo intelectual e hegemonia cultural en el regime de acumulación contemporáneo. In: ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. *Conocimiento, capital y desarrollo: contradicciones contemporâneas*. Buenos Aires: La Crujia (no prelo).

BOLAÑO, C.; HERSCOVICI, A. A crítica da economia política da informação e do conhecimento. CD-Rom do Congresso da *SEP*, Campinas, 2005.

BOLAÑO, C.; MATTOS, F. Conhecimento e informação na atual reestruturação produtiva: para uma crítica das teorias da Gestão do Conhecimento. In: *Datagramazero*. Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, nº. 3, jun. 2004. Disponível em [www.dgz.org.br](http://www.dgz.org.br).

CASTRO FILHO, G. C. *Os limites da subsunção do trabalho intelectual no processo produtivo de software*. Dissertação de mestrado apresentada ao Núcleo de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe (NUPEC/UFS), mimeo.

FAUSTO, R. *Marx: lógica e política – v. II*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *Marx: lógica e política – v. III*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

FIGUEROA, V. *Reinterpretando el subdesarrollo*. México: Siglo XXI, 1986.

MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*. México: Siglo XXI, 1980 [1857-1858].

\_\_\_\_\_. *O capital*. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 [1867].

MORAIS NETO, B. *Século XXI e trabalho industrial: taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate*. São Paulo: Xamã, 2003.

NEGRI, A; HARDT, M. *Império*. São Paulo: Record, 2000.

PRADO, E. *Desmedida do valor*. Crítica da pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005.

## Capítulo 9

# CONHECIMENTO, INFORMAÇÃO E DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL: UMA ANÁLISE INSTITUCIONALISTA DAS DIFERENTES MODALIDADES DE GOVERNANÇA

*Alain Herscovici*

O período atual se caracteriza pela ampliação importante dos Direitos de Propriedade (DP), mais especificamente dos Direitos de Propriedade Intelectual (DPI); esta ampliação se relaciona simultaneamente com as atividades sociais que podem ser objeto de tais direitos, com os agentes que podem deter esses direitos e com as modalidades de valorização econômica desse tipo de capital intangível. Ela se implementa principalmente no âmbito de uma lógica privada, ou seja, de uma lógica de mercado.

Por outro lado, as diferentes correntes da economia institucional consideram que o mercado não pode mais ser concebido como uma instância abstrata, uma “caixa preta” regulada apenas pelo sistema de preços concorrenciais; a implementação de mecanismos de coordenação necessários ao funcionamento desses mercados se traduz por um certo nível de custos de transação. Enquanto as análises econômicas “tradicionais” consideram apenas os custos de produção, as diferentes vertentes da economia institucional acrescentam a esses custos os custos de transação; *a eficiência das diferentes modalidades de governança será avaliada a partir desses dois tipos de custos.*

É a partir desse ponto que aparecem as divergências entre as diferentes vertentes institucionalistas: a escola da New Law and Economics, oriunda dos trabalhos de Coase, quer demonstrar que, a partir das hipóteses de racionalidade substantiva e de ausência de incerteza, o

mercado e/ou a negociação privada dos DP constituem a instância social mais eficiente para administrar esses direitos; instância mais eficiente à medida que os custos de transação são assim minimizados.

Neste capítulo, a partir das especificidades econômicas do conhecimento, ressaltarei os limites empíricos e teóricos desse tipo de análise. A partir do conceito de *complexidade* dos bens e dos ativos intangíveis, o qual se relaciona estreitamente com o conceito de especificidade dos ativos, no sentido definido por Williamson, desenvolverei uma análise alternativa que incorpora as hipóteses de racionalidade limitada dos agentes e de incerteza forte, no sentido pós-keynesiano.

Numa primeira parte, explicitarei as especificidades econômicas dos bens e serviços ligados à informação e ao conhecimento e mostrarei, a partir de fatos estilizados, como se manifestam, concretamente, as falhas de mercado. Indicarei quais são os diferentes componentes que, no âmbito de uma abordagem institucionalista, permitem definir um mercado. Numa segunda parte, estudarei os fundamentos teóricos da oposição entre a economia pigouviana do bem-estar e a nova economia institucional, e explicarei em que medida a análise de Williamson permite fornecer um arcabouço alternativo em relação à análise coasiana; estudarei igualmente os mecanismos que permitem explicar as diferentes falhas de mercado.

## **Informação, conhecimento e bens públicos**

### **A natureza econômica da informação e do conhecimento**

#### ***As características de bens públicos e o caráter cumulativo da produção***

Os bens e serviços ligados à informação e ao conhecimento são não exclusivos, não rivais e, no caso do conhecimento, cumulativos:

i) A não exclusividade significa que o agente que produz o conhecimento não tem condições de controlar plenamente as modalidades de apropriação desse conhecimento: este conhecimento produz, intrinsecamente, *externalidades positivas* de que os diferentes agentes podem se apropriar. Essas externalidades positivas se relacionam

com *saberes abertos*<sup>1</sup> (Foray, 2000, p. 80) e com a existência de clubes e redes também abertos (Herscovici, 2004). A função de bem-estar social depende diretamente do grau de abertura desse clube: quanto maior esse grau de abertura, mais importantes as externalidades e mais cumulativo o conhecimento assim produzido.

ii) A não rivalidade se explica pelo fato de o conhecimento não ser destruído no ato do consumo: o consumo de um indivíduo não implica que esse bem não possa ser consumido por outros indivíduos. Isso ressalta o caráter *indivisível* do consumo.

Essas duas primeiras características se aplicam igualmente à informação.

iii) Finalmente, o caráter cumulativo do conhecimento expressa o fato de que a taxa de crescimento da produção do conhecimento depende do nível do estoque inicial; o conhecimento está sendo utilizado como um insumo para produzir mais conhecimento. O conhecimento se caracteriza por rendimentos crescentes, o que constitui os fundamentos das teorias do crescimento endógeno (Romer, 1990). Por outro lado, este caráter cumulativo ressalta claramente a interdependência dos diferentes agentes no que diz respeito ao processo de produção do conhecimento.

A *dependência bi e multilateral* caracteriza as modalidades de produção: conseqüentemente, aparece uma incerteza comportamental forte à medida que a função de produção de um agente depende diretamente do comportamento do conjunto dos outros produtores. Por outro lado, a natureza dos contratos e o sistema de Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) vigente são elementos que devem diminuir essa incerteza. Finalmente, em função do caráter de bem público, coloca-se o problema relativo aos comportamentos oportunistas que os diferentes agentes podem desenvolver.

### ***Bens de experiência e assimetrias da informação***

Os mercados ligados à informação e à comunicação se caracterizam por importantes assimetrias da informação: entre produtores, entre

---

<sup>1</sup> Este conceito é parecido com o que certos autores chamam de ciência aberta (Orsi, 2002, p. 78) ou de *scientific commons* (Nelson, 2003).

consumidores e produtores, e entre consumidores.<sup>2</sup> Esses bens e serviços são *bens de experiência* (*experience goods*): em função da complexidade e da quantidade de conhecimento codificado embutido neles, em função da dependência generalizada que caracteriza o funcionamento das redes, o consumidor não pode avaliar, *ex ante*, sua utilidade (Salop, 1976). Por outro lado, o sistema de preços não fornece informações relevantes no que diz respeito às características qualitativas desses bens. Assim, a utilidade do bem só será conhecida durante o ato do consumo.

As implicações são as seguintes: os limites relativos à informação fornecida pelo sistema de preços têm que ser compensados por outros mecanismos, os quais visam diminuir a incerteza relativa à avaliação dos componentes qualitativos: o desenvolvimento das diferentes *comunidades on-line* é justamente um desses mecanismos. A função econômica dessas comunidades é cada vez mais importante: elas compensam as falhas do sistema de preços, diminuem a incerteza relativa à qualidade dos produtos consumidos e, finalmente, permitem diferenciar os produtos a partir de uma lógica de marca. Estabelecendo um paralelo com a análise de Bourdieu (1977), é possível afirmar que essas comunidades *on-line* cumprem o mesmo papel que os críticos no campo da produção artística: *elas permitem criar o capital simbólico, ou seja, a utilidade social prévia necessária à valorização econômica dos produtos e dos serviços*.

## As “falhas” de mercado: alguns fatos estilizados

### ***A extensão da “patenteabilidade” e suas implicações***

Este debate se relaciona diretamente com o domínio de aplicabilidade dos DPI. Uma invenção pode ser objeto de uma patente quando é útil, ou seja, quando apresenta uma utilidade prática e comercial (Orsi, 2002).<sup>3</sup> Até os anos 1980, os tribunais americanos, nas suas ações de jurisprudência, limitavam a “patenteabilidade” às invenções, ou seja,

---

2 Para uma análise detalhada deste ponto, ver Herscovici (2007b).

3 No direito europeu, a patente aplica-se unicamente a uma invenção, sendo esta definida pelo seu caráter inovador e pelas suas aplicações técnicas identificadas. *A legislação das patentes só é aplicável a uma invenção, e não a uma descoberta*. No direito americano, esta distinção entre invenção e descoberta não existe mais hoje.

a aplicações práticas e definidas de certos processos. No entanto, hoje, as modificações do conceito de utilidade se traduzem, de fato, por uma redefinição das fronteiras, por uma ampliação do campo de aplicação dos DPI e por uma privatização dos *scientific commons* e do conjunto dos bens patrimoniais. Processos ligados às combinações genéticas ou aos algoritmos utilizados nos programas informáticos são o objeto dos DPI.

No que diz respeito ao primeiro ponto, a jurisprudência americana, imitada pela jurisprudência europeia, modificou-se radicalmente, ampliando o campo de aplicação dos DPI e modificando a dicotomia tradicional entre o público e o privado, entre conhecimento aberto e conhecimento fechado. Hoje, os DPI são aplicáveis a processos definidos genericamente e cujas aplicações não são previsíveis nem identificáveis (códigos genéticos e algoritmos informáticos) (Orsi, 2002). *Esta extensão de fronteiras traduz-se por um deslocamento dos DPI das aplicações tecnológicas identificadas para os conceitos genéricos dos quais provêm essas inovações* (Orsi, 2002).

Essa extensão do domínio de aplicabilidade dos DPI se traduz obrigatoriamente por uma intensificação da incerteza ligada à valorização desses ativos intangíveis: (a) à medida que as aplicações tecnológicas de determinado processo genérico não são identificáveis *ex ante*, não é possível prever as receitas que esse ativo pode gerar; e (b) à medida que a produção de conhecimento é, por natureza, altamente cumulativa, e que está tendo uma fragmentação dos DPI, os investimentos em DPI representam uma atividade cuja valorização é particularmente aleatória: a patente que uma firma A pode depositar depende do fato de ela poder utilizar componentes que pertencem às firmas B, C e D, por exemplo.

Todos os estudos empíricos mostram que, de 1980 até hoje, não há uma correlação positiva entre a quantidade de patentes registradas e o progresso técnico, este podendo ser avaliado a partir das despesas em pesquisa e desenvolvimento (P&D). A um aumento da taxa de crescimento do número de patentes registradas não corresponde um aumento proporcional da taxa de crescimento das despesas em P&D (Lebas, 2002, p. 252); a ampliação dos DPI não se traduz por uma intensificação das incitações a inovar. Este fenômeno ressalta a modificação da natureza e da função dos DPI, conforme mostrarei agora;

as firmas praticam uma estratégia sistemática de constituição de portfólio de DPI, e isso sem qualquer relação com a intensificação do progresso técnico. Isso pode ser explicado a partir de dois fatores:

i) A patente não é mais concebida como um meio de se apropriar de uma renda de monopólio temporário relativa à inovação tecnológica (Lebas, 2002, p. 254); o segredo é preferido à difusão da inovação. Quanto mais a patente se relaciona com processos e não com produtos, maior o poder de mercado da empresa que detém esse direito. A implementação desse tipo de *barreira à entrada* se traduz por uma diminuição da concorrência nesses mercados. As firmas que não alcançaram determinada massa crítica em termos de DPI não podem penetrar no mercado: na medida em que os processos tecnológicos que elas querem implementar contêm componentes protegidos, sua entrada é impedida.

ii) *Está havendo uma modificação da natureza das rendas dos monopólios de que esses DPI permitem se apropriar.* Na análise tradicional, os DPI permitem a apropriação de *rendas diretas* de monopólios, estas constituindo o pagamento que corresponde à utilização da inovação. O novo sistema de DPI corresponde às *rendas indiretas* de monopólio; estas nascem da existência de barreiras à entrada que esses DPI permitem construir e das vantagens concorrenciais que lhe são ligadas.

### ***Alguns fatos estilizados***

Há, igualmente, um elemento que vem acentuar a incerteza ligada às receitas que essas patentes podem propiciar: à medida que a efetivação de determinada patente, por parte de uma firma A, pode ser bloqueada pelas patentes que B, C e D possuem, as receitas que A pode esperar de sua patente são ainda mais incertas.

*Esses mercados caracterizam-se pela forte endogeneização das externalidades produzidas pelo progresso técnico, endogeneização realizada no seio de redes fechadas ou semifechadas.* As barreiras à entrada assim construídas limitam as externalidades de oferta e o caráter cumulativo do progresso técnico.

Os *anticommons* (Heller; Eisenberger, 1998) caracterizam-se pelo fato de o conhecimento ser objeto de DPI múltiplos; neste caso, o

jogo de mercado produz externalidades negativas e importantes falhas de mercado. Há um aumento dos direitos de transação relativos à aquisição dos diferentes processos necessários à implementação de uma determinada tecnologia à medida que os utilizadores têm que negociar esses direitos com vários titulares dos direitos.

Aparecem, igualmente, *externalidades de demanda*, que geram importantes falhas de mercado; numa certa medida, este mecanismo é parecido com as falhas de mercado ligadas à existência de *menu costs* e de falhas de coordenação descritas pelos novos keynesianos.<sup>4</sup> Se, para determinado processo tecnológico, há dois titulares de DPI, A e B, e se A diminui o preço relativo à aquisição de direitos, a demanda dos DPI de A vai aumentar; a demanda dos DPI de B vai aumentar também, mesmo se B não diminuir seus preços. A existência de externalidades de demanda ressalta as falhas de coordenação que estão surgindo nesse mercado e o equilíbrio subótimo que lhe é ligado. No exemplo utilizado aqui, A não tem interesse em baixar seu preço se B mantém seu preço constante; não haverá queda dos preços dessas patentes. Em todos os casos, haverá uma *subaditividade dos custos relativos à aquisição desses direitos*, na medida em que o preço necessário para utilizar aquela tecnologia será superior àquele que prevaleceria no caso de haver apenas um detentor de direito.

No caso de haver um patrimônio comum ao conjunto dos agentes (conhecimento aberto, meio ambiente etc.), o fato de um agente se apropriar, no âmbito de uma lógica privada, de parte desse estoque diminui o nível do estoque disponível para os outros agentes. Este comportamento predador só pode gerar uma diminuição do patrimônio comum ao conjunto dos agentes; à medida que essas atividades são cumulativas e sequenciais, isso se traduz numa diminuição da taxa de crescimento das invenções e das inovações.

Finalmente, essa fragmentação da propriedade intelectual permite praticar estratégias de *hold-up*; em função do caráter altamente

---

<sup>4</sup> Os *menu costs* podem ser definidos pelos custos que as empresas têm que assumir para modificar seus preços. Quando esses custos são maiores que os lucros marginais, as empresas mantêm seus preços constantes, o que pode provocar uma recessão. Por outro lado, aparecem *externalidades de demanda* quando uma empresa A mantém seus preços constantes e se beneficia do fato de B ter diminuído seus preços; em função dos comportamentos oportunistas, a queda dos preços pode ser insuficiente para evitar a recessão. Para uma análise detalhada, ver Mankiw (1985).

cumulativo da produção de certos processos (biotecnologias e programas informáticos), as firmas que não alcançaram determinada massa crítica, em termos de DPI, não podem penetrar no mercado: na medida em que os processos tecnológicos que elas querem implementar contêm componentes protegidos, sua entrada é impedida. Essas firmas são objeto de uma estratégia de “*hold-up*” por parte das firmas que já atuam no mercado; a valorização de seu investimento depende da reação das firmas que atuam no mercado, e das possibilidades de essas bloquearem e impedirem essa valorização. Elas constituem uma rede fechada dentro da qual trocam suas patentes; constroem, assim, barreiras à entrada eficazes e mantêm sua vantagem diferencial em relação às firmas excluídas da rede.<sup>5</sup> Tais estruturas de mercado se traduzem num risco maior no que diz respeito ao valor das patentes: o valor de uma patente, por parte de uma firma A, depende das patentes das firmas B, C e D, e das possibilidades de essas impedirem o registro da patente de A. Este tipo de configuração de mercado se caracteriza pela interdependência generalizada dos diferentes atores, à medida que a estratégia desenvolvida por A depende das expectativas de A no que diz respeito às estratégias de B, C e D.

Esses exemplos ressaltam claramente que, no âmbito de uma lógica de mercado, uma intensificação dos DPI se traduz por um *aumento dos custos de transação*.

## **Rumo a uma análise institucionalista**

No âmbito de uma abordagem institucionalista, um mercado se define a partir dos seguintes elementos:

i) Um sistema de DP que se relaciona com objetos claramente definidos, com o direito de dispor de determinados recursos (Kirat, 1999, p. 63) e da renda ligada à exploração desses recursos. A economia walrasiana, a partir do conceito de serviço produtor, explica o lucro pela remuneração do serviço fornecido pelo capital. Esta estrutura institucional pressupõe que seja definido, com uma precisão suficiente, o objeto da troca; se essa definição é relativamente fácil no que diz respeito

---

<sup>5</sup> Encontramos aqui o conceito de rede fechada, no seio da qual circulam informações privadas. Neste caso, as externalidades são endogeneizadas no seio da rede (Herscovici (2007a).

à produção material e industrial, o caso é diferente no que concerne às produções ligadas à informação e ao conhecimento (Herscovici, 2007b).

ii) A existência de uma estrutura institucional que define o quadro dentro do qual os diferentes dispositivos jurídicos (DPI, contratos) são elaborados e implementados (Coriat; Weinstein, 2005).

iii) Um acordo prévio no que concerne à natureza e à qualidade dos objetos trocados.

iv) Um campo socialmente constituído (Bourdieu, 1984), no seio do qual se constroem posições dominantes, se determinam taxas de conversão entre o capital simbólico e o capital econômico, assim como modalidades específicas de concorrência.

v) Finalmente, uma avaliação monetária das transações que se relacionam com a transferência dos diferentes DP.

Como se definem os mercados ligados à informação e ao conhecimento em relação a esses componentes?

i) Em função da complexidade dos objetos, não é possível definir com precisão suficiente a extensão desses direitos. Por outro lado, em relação ao caráter cumulativo e social da produção, é impossível determinar a quantidade de fatores de produção necessária para produzir determinado produto. Não é possível medir, setorialmente, a contribuição dos diferentes fatores ao produto (Griliches, 1996); conseqüentemente, não é possível medir os ganhos de produtividade setoriais, nem a remuneração dos diferentes fatores de produção. Esta economia imaterial é altamente especulativa: (a) não há preços reguladores a partir dos quais oscilam os preços reais; (b) as modalidades de distribuição da renda são ligadas a uma lógica puramente especulativa, e consistem em se apropriar das rendas e quase-rendas.<sup>6</sup> A esse respeito, é interessante observar que, em nível macroeconômico, na maior parte dos países desenvolvidos, a parte relativa dos salários no Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu, enquanto aumenta a parte relativa dos lucros e das mais-valias financeiras; essas evoluções traduzem perfeitamente o desenvolvimento dos componentes especulativos.

ii) Em função da complexidade dos objetos trocados, das assimetrias de informação e da “experiência” necessária para escolher e utilizar

---

6 Nesta perspectiva, uma renda ou uma quase-renda se define como um lucro além do lucro normal auferido em uma situação de concorrência pura e perfeita.

o objeto, não há um acordo prévio no que diz respeito à natureza e à qualidade dos bens assim trocados. Os diferentes conflitos jurídicos nas atividades relacionadas à produção de programas informáticos, à indústria farmacêutica ou às biotecnologias ilustram perfeitamente este caso.

iii) As diferentes comunidades, notadamente as comunidades *on-line*, constituem esses espaços sociais dentro dos quais se produz a utilidade social necessária à utilização da informação e do conhecimento.

iv) Finalmente, é preciso analisar as modalidades de avaliação monetária das transações relativas à transferência dos DP: a ciência “aberta”, os serviços distribuídos gratuitamente aos usuários, os programas livres e o próprio funcionamento das comunidades *on-line* representam componentes fundamentais desses mercados e contribuem amplamente para o seu desenvolvimento; não obstante, essas relações não são monetarizadas. Da mesma maneira, o funcionamento das redes de troca de arquivos é relativamente complexo, mas essas relações de produção e de troca não são monetarizadas. Finalmente, o *copyleft* e os *creative commons* representam transferências de direitos, mas não geram fluxo monetário. Certos autores associam esta economia a uma economia solidária ou cooperativa; no entanto, eles esquecem que a constituição de uma rede cria utilidade social e que as modalidades de acesso a essa rede representam as novas formas de valorização econômica privada. Em outras palavras, se existem formas coletivas e sociais de produção, as modalidades de apropriação da renda permanecem privadas.

## **Direitos de propriedade intelectual, governança e custos de transação**

### **As diferentes teses: Pigou *versus* Coase**

#### ***Externalidades e DPI: a análise teórica***

É possível diferenciar duas abordagens no que concerne ao papel e à natureza do DP. Para a primeira, que representa a abordagem tradicional da economia pública e da economia do bem-estar (Samuelson, 1954; Musgrave, 1959), as externalidades não são transferíveis entre os

agentes; a internalização dessas externalidades se implementa fora do jogo do mercado, no âmbito de uns mecanismos administrativos e/ou institucionais: ou um regulamento que acaba com a causa das externalidades, ou uma taxa que o poluidor paga ao poluído para compensar a “desutilidade” provocada pelas externalidades negativas. As externalidades são concebidas como falhas de mercado, e o Estado tem que providenciar os meios para anular os efeitos dessas falhas.

A segunda abordagem, ligada à nova economia institucional, parte do princípio inverso: trata-se de criar o “mercado que falta” (Guerrien, 1999, p. 82) para negociar, assim, de maneira ótima, os direitos de poluição. Isso implica que esses direitos sejam plenamente identificáveis, que os agentes possam aplicar uma racionalidade substantiva e que os DP sejam transferíveis.

Essas duas abordagens são contraditórias:

i) A primeira se baseia na primazia do interesse coletivo e incorpora objetivos de justiça social no que diz respeito à distribuição da renda; a externalidade é concebida como uma falha de mercado, em relação ao critério de Pareto.<sup>7</sup> Trata-se de uma concepção hegeliana, na medida em que há divergências entre os interesses privados e o interesse coletivo.

No âmbito da abordagem pigouviana, a existência de externalidades negativas é incompatível com o ótimo de Pareto. Na medida em que essas externalidades são, por natureza, *tecnológicas* (Benard, 1985), elas não podem ser objeto de troca no mercado; assim, não é possível trocar esses bens de uma maneira racional. As modalidades de internalização consistem em taxar os agentes poluidores e em compensar monetariamente os agentes poluídos.

O critério utilizado para determinar as taxas e as modalidades de redistribuição da renda se inscreve numa lógica que privilegia simultaneamente o ótimo social e a justiça redistributiva a partir do ótimo de Pareto.<sup>8</sup> Esta abordagem parte da hipótese segundo a qual se

---

<sup>7</sup> Uma situação ótima, neste caso, se define pelo fato de não poder aumentar a utilidade (satisfação) de um indivíduo sem diminuir obrigatoriamente a satisfação de um ou de vários outros.e

<sup>8</sup> É importante lembrar que o ótimo de Pareto é um ótimo relativo, pelo fato de a distribuição inicial da renda ser determinada de maneira exógena.

trata de bens públicos puros, estes sendo não exclusivos e não rivais;<sup>9</sup> a apropriação privada desses bens se traduz, obrigatoriamente, pela produção de externalidades negativas para certos grupos de agentes, e a situação se afasta assim do ótimo de Pareto. Os sistemas jurídicos que tratam do direito urbano, ou da exportação de obras de arte, são concebidos em função desse princípio. As modalidades concretas de internalização das externalidades consistem em anular os efeitos dessas externalidades negativas, ou em pôr fim às causas que provocaram tais externalidades.

### ***A concepção de Coase***

A abordagem de Coase e, de uma maneira geral, de toda a nova economia institucional (exceto Williamson) parte de princípios opostos: não há divergências entre as racionalidades privadas e o bem-estar coletivo. Ao contrário, quando aparecem externalidades, as negociações privadas constituem o arranjo institucional mais eficiente, na medida em que permite minimizar os custos de transação.

Nesta ótica, *os direitos de propriedade são concebidos como a possibilidade que tem determinado agente de utilizar um fator de produção, e de produzir as externalidades negativas que resultam dessa utilização*: “O custo ligado ao exercício de um direito (de utilizar determinado fator de produção) é sempre a perda que outros agentes econômicos vão ter que agüentar” (Coase, 1960, p. 22 e 23); trata-se do direito de produzir externalidades que serão obrigatoriamente negativas para certos grupos de agentes. Os DP são assim definidos em termos de níveis de responsabilidade tolerados (Kirat, 1999, p. 65).

À medida que esses direitos são perfeitamente definidos, que as implicações da atuação dos agentes são previsíveis e quantificáveis (Kirat, 1999, p. 10), a intervenção do Estado ou das diferentes instâncias jurídicas não representa, sistematicamente, a solução mais eficiente; a solução mais eficiente é aquela que maximiza a produção e minimiza o volume dos custos de transação. Quando os agentes recorrem a mecanismos de negociação privada, eles negociam esses direitos de tal

---

9 Neste caso, estamos na presença de bens patrimoniais. Para uma definição mais precisa desse conceito, ver Herscovici (1997).

maneira que o custo que o poluidor tem que pagar seja inferior ou igual à sua receita marginal; simetricamente, os poluídos negociaram esses direitos de tal maneira que a compensação monetária que recebem seja superior ou igual à “desutilidade” provocada pela externalidade negativa.

Os termos dessa escolha entre as diferentes alternativas institucionais (o mercado ou a solução “administrativo-institucional”) dependem da verificação das seguintes hipóteses: (a) a transferibilidade dos DP, ou seja, a possibilidade de negociá-los e de poder lhes atribuir um preço; (b) a definição precisa e completa desses direitos e (c) a racionalidade substantiva dos agentes. É igualmente implícito que não há comportamentos oportunistas; caso contrário, isso se traduz num importante aumento dos custos de transação (Kirat, 1999, p. 66).

Assim, a problemática coasiana consiste em mostrar que, a partir dessas hipóteses, a solução de mercado constitui o mecanismo geralmente mais eficiente para internalizar as externalidades, e corresponde a um nível menor de custos de transação. A falha de mercado existe apenas quando não é possível recorrer ao mercado para implementar esse processo de internalização (Kirat, 1999, p. 75).

Os limites deste tipo de análise decorrem das hipóteses particularmente restritivas que são adotadas e que não se aplicam no caso dos bens e serviços intensivos em informação e conhecimento. Tanto do ponto de vista teórico quanto empírico, é possível mostrar que a lógica privada pode se traduzir por um aumento importante dos custos de transação.

Enquanto a análise de Pigou é centrada nas limitações das modalidades de apropriação privada dos bens coletivos, a análise de Coase, ao contrário, tenta mostrar que a apropriação privada das externalidades constitui a solução mais eficiente, e corresponde a um nível de custos de transação menor que as soluções administrativo-institucionais. É igualmente importante observar que os critérios de maximização adotados são os seguintes: no âmbito de uma lógica de justiça distributiva, a análise pigouviana utiliza o critério de Pareto. Ao contrário, a análise da New Law and Economics considera apenas o aumento da produção total, independentemente de uma eventual intensificação das desigualdades (Kirat, 1999, p. 59).

## A abordagem de Williamson

### ***A especificidade dos ativos***

Na ótica de Williamson, o volume dos custos de transação e a natureza dos contratos dependem diretamente das especificidades dos ativos considerados. Por outro lado, as diferentes análises de Williamson associam as especificidades dos ativos à “incompletude” dos contratos, à interdependência dos agentes envolvidos na transação (*bilateral dependency*, Williamson, 2002, p. 175), à frequência das transações e ao caráter irreversível do investimento realizado.

A produção de informação e conhecimento caracteriza-se pela presença de custos fixos e irreversíveis importantes, e por custos marginais praticamente nulos. Por essas razões, as análises tradicionais assimilam essas situações ao monopólio natural com rendimentos de escala crescentes: os custos irreversíveis se relacionam diretamente com o financiamento da pesquisa e da produção de informação e conhecimento, e são irre recuperáveis por natureza. Em função das especificidades dos diferentes tipos de capital intangível, em função da heterogeneização dos processos de produção e dos trabalhos específicos envolvidos na produção desses ativos,<sup>10</sup> esses representam investimentos específicos que não têm utilizações múltiplas (Saussier; Yvrande-Billon, 2007, p. 18), o que explica seu caráter irreversível. Ao contrário de uma produção padronizada, industrial e “fordista”, trata-se de uma lógica de protótipo; em última instância, é possível considerar que cada produto é único e se valoriza como tal.

As especificidades desses ativos intangíveis são as seguintes:

i) Elas são ligadas aos conhecimentos especializados necessários à sua produção; o sistema de DPI protege, ou tenta proteger, a utilização desse tipo de conhecimento.

ii) Investimentos importantes são realizados numa direção determinada; em função do caráter cumulativo desse tipo de atividade,

---

10 É interessante observar que Williamson estabelece uma relação entre as particularidades do trabalho e as especificidades dos ativos e dos bens e serviços produzidos (Williamson, 2002, p. 185): por oposição, o trabalho não específico se caracteriza pelo fato de poder ser utilizado em vários processos produtivos, sem custos adicionais.

eles não podem ser utilizados para produzir outros tipos de bens e serviços (*dedicated assets*, Williamson, 2002, p. 176). A irreversibilidade desse tipo de investimentos faz com que esse tipo de transação apresente um caráter único e, conseqüentemente, não repetitivo.

iii) Finalmente, o caráter aleatório da valorização econômica desse tipo de ativo se relaciona diretamente com os diferentes tipos de incerteza<sup>11</sup> que cerca esse tipo de atividade: a incerteza estratégica ou comportamental (Saussier; Yvrande-Billon, 2007, p. 20) provém das assimetrias da informação, do comportamento *ex post* dos diferentes participantes e das estratégias que eles podem desenvolver. Essa incerteza é ampliada pelo caráter cumulativo desse tipo de produção: a possibilidade de valorizar determinado ativo intangível depende das possibilidades de os outros concorrentes bloquearem essa estratégia. O conceito de *dedicated asset* se aplica plenamente, neste caso, e intensifica o caráter irreversível dos investimentos em pesquisa. Por outro lado, a valorização dos ativos torna-se cada vez mais incerta: a firma inovadora não sabe se seus investimentos em pesquisa vão poder desembocar na constituição de patentes.

A partir da análise tradicional oriunda da matriz neoclássica, os DPI são concebidos como um meio eficiente (a) para incentivar a produção de inovação, a partir de uma renda de monopólio temporária atribuída ao inovador; (b) para divulgar socialmente esta inovação e (c) para ampliar suas modalidades de apropriação social a um custo menor.<sup>12</sup> *De fato, essa eficiência se relaciona com os custos de produção da inovação, e não com os custos de transação necessários à implementação econômica dessas atividades.*

### ***Especificidade dos ativos, custos de transação e governança***

A problemática que norteia o conjunto das análises de Williamson consiste em estabelecer uma correlação positiva entre a especificidade dos ativos e o volume dos custos de transação *no âmbito do jogo de mercado* (Williamson, 2002, p. 180). Williamson mostra que, para

---

<sup>11</sup> Essa incerteza é parecida com a incerteza forte, da maneira como ela é definida pela escola pós-keynesiana: o futuro não pode ser previsto a partir da observação do passado, e não é possível calcular probabilidades.

<sup>12</sup> Os conceitos de eficiência estática e dinâmica explicam esses mecanismos.

cada tipo de ativo, em função do seu grau de especificidade, há uma modalidade de governança que permite minimizar os custos de transação. Assim, o mercado não representa, sistematicamente, a instância que minimiza esses custos: “*Transaction cost economizing is the unifying concept*” (Williamson, 2002, p. 180).

Por outro lado, conforme reconhece o próprio Williamson (1993, p. 54), investimentos em ativos específicos só ocorrem quando estes correspondem a uma redução dos custos de produção ou a lucros *suplementares*; a segunda característica se aplica no caso analisado aqui. Não obstante, a economia da informação e do conhecimento se caracteriza pela desconexão entre os custos e as receitas. Essa particularidade explica o caráter especulativo dessa economia: no âmbito de uma economia rentista (Bolaño; Herscovici, 2005), esses investimentos são cada vez mais ligados ao fato de poder auferir, potencialmente, mais-valias financeiras e lucros “extraordinários”.

Williamson (2002) diferencia três modalidades de governança: a governança de mercado, a hierárquica e as formas híbridas, as quais se situam entre mercado e hierarquia. Ele mostra que, além de um certo grau de especificidade do ativo, a regulação de mercado não corresponde sistematicamente à minimização dos custos de transação. Outras formas de regulação correspondem a um custo de transação menor.

Esse mecanismo se aplica perfeitamente ao capital intangível, mais especificamente aos DPI: a tragédia dos *anticommons* mostra claramente que o preço de acesso à tecnologia é maior quando a propriedade intelectual é fragmentada entre vários detentores de direitos (Heller; Eisenberg, 1998) e que a privatização do conhecimento, a partir de um sistema de DPI mais intenso, pode bloquear a dinâmica cumulativa da produção de conhecimento (Nelson, 2003).

Uma maneira de reduzir essa incerteza consiste em aumentar os custos ligados ao estabelecimento de contratos. É preciso examinar, assim, a natureza da incerteza e as possibilidades que o contrato oferece para diminuir essa incerteza. A escolha de uma modalidade de governança depende da razão entre o aumento dos preços devido à existência da incerteza e os custos de transação necessários para diminuí-

la. Se, por exemplo, os custos de transação forem mais elevados que a perda de bem-estar provocada pelo preço alto, a regulação de mercado é socialmente preferível; caso contrário, outras modalidades de regulação são socialmente preferíveis.

De fato, no caso das redes de compartilhamento de arquivos digitais (os diferentes sistemas de *peer to peer*), os custos de transação necessários ao controle da pirataria privada, em função da arquitetura jurídica e técnica, podem tornar-se superiores à perda de utilidade social provocada por essas práticas ilegais (Rochelandet, 2005; Herscovici, 2007b). Neste caso, é possível imaginar outras modalidades de governança, ligadas a uma lógica de clube ou de *community governance* (Bowles, Gintis, 2001), que não se relacionam nem com o mercado, nem com a firma, nem com a intervenção estatal; no caso da Internet, as diferentes comunidades virtuais representam igualmente modalidades alternativas de regulação (Herscovici, 2009).

Quando os ativos são específicos, ao contrário, a problemática muda radicalmente: tendo em vista a especificidade dos ativos, a incerteza, a dependência bilateral e a irreversibilidade, o mercado não representa a instância que permite minimizar os custos de transação: a dependência bilateral e o aparecimento de rendas e quase-rendas podem incentivar o surgimento de comportamentos oportunistas, o que explica por que o mercado não constitui a modalidade de governança mais eficiente. Assim, os contratos “*neoclássicos*” se relacionam com o longo prazo e são incompletos por definição (Saussier; Yvrande-Billon, 2007, p. 32). No caso dos Estados Unidos, os diferentes processos relacionados com os DPI e julgados pela Corte Suprema são particularmente demorados e custosos.

De um ponto de vista econômico, em função dessas características, trata-se de uma economia rentista, no sentido de ela não ser concorrencial: em função da informação incompleta por natureza, as estratégias dos agentes têm por objetivo a apropriação dessas rendas. São rendas “*informativas*” no sentido definido por Grossman e Stiglitz (1976) e por Salop (1976): o fato de ter mais informações se traduz por um nível de utilidade (ou seja, de satisfação) maior.

## **Complexidade dos bens e dos ativos e limites das modalidades de negociação privada dos DP**

A problemática das diferentes escolas institucionalistas consiste em estudar os problemas de coordenação de mercado na medida em que os ajustamentos walrasianos automáticos, ajustamentos realizados a partir do sistema de preços, não se aplicam. São duas as maneiras de resolver esse problema de falha ou de não coordenação, são duas as posições teóricas possíveis:

i) A primeira, representada pela New Law and Economics e oriunda dos trabalhos de Coase, mantém as hipóteses de racionalidade substantiva e de não especificidade dos ativos. Os contratos são completos e a incerteza, ausente desse universo; nesse sentido, além da ruptura aparente em relação à economia neoclássica, *a análise de Coase mantém uma ligação epistemológica forte com os principais postulados da economia walrasiana.*

ii) Ao contrário, a análise de Williamson constitui uma *ruptura* muito mais nítida em relação à análise walrasiana, na medida em que ela refuta os postulados dessa escola, notadamente aquele ligado à racionalidade maximizadora dos agentes (Herscovici, 2004).

A complexidade dos ativos tem várias semelhanças com o conceito de especificidade, no sentido definido por Williamson, e se relaciona diretamente com a racionalidade intrinsecamente limitada dos agentes e com a existência de incerteza, no sentido pós-keynesiano.

i) Em função do caráter cumulativo desse tipo de produções e da existência de comportamentos oportunistas, a valorização econômica desse tipo de ativos é particularmente aleatória.

ii) Conforme ressaltam os conflitos jurídicos no que diz respeito às atividades intensivas em conhecimento, não é possível determinar com precisão suficiente o alcance dos diferentes DPI.

iii) No que diz respeito ao consumo, a quantidade e a complexidade das informações e do conhecimento embutido nesses bens e serviços são tais que não é possível avaliar, *ex ante*, sua utilidade. Tratando-se de bens de experiência, a utilidade depende dos conhecimentos tácitos prévios dos consumidores e do compartilhamento prévio da informação realizado.

A racionalidade dos agentes é intrinsecamente limitada: eles não podem igualar custos e receitas marginais, nem avaliar, *ex ante*, a utilidade dos bens e serviços. Os contratos são, por natureza, incompletos: não é possível prever todos os estados do mundo possíveis, quer em termos de comportamento dos agentes, quer em termos de produtividade marginal do capital. Em função do caráter cumulativo da produção de conhecimento, contrariamente ao que preconiza a New Law and Economics, não é possível maximizar a função de produção de maneira a igualar custo e receita marginais: (a) não é possível prever a receita marginal e (b) a produtividade marginal desse tipo de capital intangível não é decrescente. Enfim, a complexidade dos bens e serviços é uma condição permissiva que favorece o desenvolvimento dos diferentes comportamentos oportunistas

## **Observações finais**

Este estudo preliminar permite formular as seguintes conclusões: a extensão atual do sistema de DPI e de seus componentes mercantis se relaciona diretamente com os fundamentos teóricos da nova economia institucional na sua versão coasiana. A crítica elaborada neste trabalho mostra claramente que as escolhas metodológicas coasianas são pouco apropriadas para analisar os ativos intangíveis e para determinar as modalidades de governança mais eficientes. Esses limites se explicam a partir das especificidades dos ativos e dos diferentes tipos de assimetrias de informação que caracterizam esses mercados.

Nesses casos, uma regulação de mercado se traduz, na maior parte dos casos, por um aumento dos custos de transação e por várias “falhas”. É, assim, necessário incorporar na análise as especificidades dos ativos, suas implicações no que diz respeito à dinâmica dos mercados, e determinar modalidades de governança adequadas. A eficiência ou, pelo menos, o funcionamento “satisfatório” do mercado depende diretamente de variáveis institucionais, e não apenas das modalidades de negociação privada. Este resultado ressalta as complementaridades entre o econômico e o extraeconômico, entre o mercado e as instituições; esses resultados são semelhantes àqueles do “velho institucionalismo”, que explica as diferentes modalidades de funcionamento do sistema sem

ter que adotar as hipóteses “heroicas” de racionalidade substantiva e de maximização micro, meso e macroeconômica.

Os diferentes sistemas de propriedade coletiva ou semipública (*creative commons*, licença GPL - General Public Licence, no caso dos programas livres) parecem ser mais adequados para promover o desenvolvimento da produção de conhecimento: não freiam a produção de novos conhecimentos, ampliam suas modalidades de apropriação social e as externalidades que lhe são ligadas. Conforme ressalta o exemplo das licenças GPL, o caráter cumulativo e aberto do sistema é preservado e ampliado pelo fato de essas licenças proibirem a integração de um componente livre dentro de um programa proprietário: essas licenças são “extensivas” pelo fato de estenderem o acesso livre ao código fonte ao conjunto dos programas dentro dos quais ela é incorporada.

É interessante observar, a esse respeito, que o desenvolvimento desses mercados torna necessária a redefinição da dicotomia tradicionalmente estabelecida entre o público e o privado: à medida que (a) bens públicos são administrados no âmbito de lógicas sociais que não são diretamente controladas pelo Estado e que (b) um sistema mercantil ligado a modalidades de negociação privada pode ser social e economicamente ineficiente, *as instituições e as diferentes formas de governança híbridas (que se situam “entre” o mercado e o Estado), constituem os novos reguladores dessa economia: comunidades on-line, clubes, comunidades de compartilhamento de arquivos etc.* Essas novas formas de governança se caracterizam pelo seu caráter aberto (os *scientific commons*, por exemplo), pelo compartilhamento do conhecimento e da informação e, conseqüentemente, por novas formas de propriedade intelectual coletivas e cooperativas, compatíveis com essas novas lógicas sociais e econômicas.

## Referências

BENARD, J. *Economie publique*. Paris: Economica, 1985.

BOURDIEU, P. *Questions de sociologie*. Paris: Editions de Minuit, 1984.

\_\_\_\_\_. *L'économie de la production des biens culturels, théâtre, peinture,*

littérature. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n°. 13, 1997, p. 4-43.

BOWLES, S. ; HERBERT, G. *Social capital and community governance*. 2001. Disponível em <http://www.santafe.edu/media/workingpapers/01-01-003.pdf>. Acesso em 1º jul. 2004.

COASE, R. H. The problem of social cost. *Journal of Law and Economics*, 3, 1960, p.1-44.

CORIAT, B.; WEINSTEIN, O. La construction sociale des marches. In: *La lettre de la régulation*, n. 53, 2005, p. 1-4.

FORAY, D. *L'économie de la connaissance*. Paris: La Découverte, 2000.

GROSSMAN, S. J.; STIGLITZ, J. E. Information and competitive price system. *American Economic Review*, v. 66(2), 1976, p. 246- 253.

GRILICHES, Z. Productivity, R&D, and the data constraint. *American Economic Review*, 84, n°. 1, March 1994, p. 1-23.

GUERRIEN B. *La théorie économique néoclassique 1. Microéconomie*. Paris: La Découverte, 1999.

HELLER M.; EISENBERG, R. Can patents deter innovation? The anticommons tragedy in biomedical research. *Science*, v. 280, 1998, p. 698-701.

HERSCOVICI, A. Economie des réseaux et structuration de l'espace: pour une économie de la culture et de la communication. *Sciences de La Société*, v. 40, 1997, p. 25-38.

\_\_\_\_\_. Irreversibilidade, incerteza e teoria econômica. Reflexões a respeito do indeterminismo metodológico e de suas aplicações na ciência econômica. *Estudos Econômicos (IPE/USP)*, v. 34(4), 2004, p. 805-835.

\_\_\_\_\_. Information, qualité et prix: une analyse économique de l'internet et des réseaux d'échange d'archives. Congrès International *Online services ADIS/Université de Paris Sud*, 2007a.

\_\_\_\_\_. Capital intangível e direitos de propriedade. *Revista de Economia Política*, v. 27(3), 2007b, p. 394-412.

\_\_\_\_\_. *Direitos de propriedade intelectual, novas formas concorrenciais e externalidades de redes*. Uma análise a partir da contribuição de Williamson. SEMINÁRIO DE PESQUISA, IE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. Contribuições e limites das análises da escola francesa, à luz do estudo da economia digital. Uma releitura do debate dos anos 80. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*,

11, jan./abr. 2009. Disponível em [www.eptic.com.br](http://www.eptic.com.br). Acesso em 2 fev 2010.

\_\_\_\_\_.; BOLAÑO, C. *A crítica da economia política da informação e do conhecimento*. Apresentado no X ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, Campinas, 2005.

KIRAT, T. *Économie du droit*. Paris: La Découverte, 1999.

LEBAS, C. Fonctionnement, transformation et tensions du système de brevet. Les implications du “cours pro-brevet” à la lumière des études empiriques récentes. *Revue d'Économie Industrielle*, n°. 99, 2002, p. 249-266

MANKIWI, N. G. Small menu costs and large business cycles: a macroeconomic model of monopoly. *Quarterly Journal of Economics*, 100, 1985, p. 30-58.

MUSGRAVE, R.A. *Theory of public finance*. New York: McGraw Hill, 1959.

NELSON, R. *Markets and the scientific commons*. WP: Columbia University, 2003.

ORSI, F. La constitution d'un nouveau droit de propriété intellectuelle sur le vivant aux États-Unis: origine et signification d'un dépassement de frontière. *Revue d'Économie Industrielle*, n°. 99, 2002, p. 65-86.

ROCHELANDET, F. *Les réseaux peer to peer: une pollution numérique pour les industries culturelles?* Paris: Mimeo, 2005.

ROMER, P. Endogenous technological change. *Journal of Political Economy*, v. 98(5), 1990, p. 71-102.

SALOP, S. Information and monopolistic competition. *American Economic Review*, v. 66(2), 1976, p. 240-245.

SAMUELSON, P.A. The pure theory of public expenditures. *Review of Economics and Statistics*, nov. 1954, p. 387-389.

SAUSSIER, S.; YVRANDE-BILLON, A. *Économie des coûts de transaction*. Paris: La Découverte, 2007.

WILLIAMSON, O. E. The new institutional economics: taking stock, looking ahead. *Journal of Economic Literature*, v. XXXVIII, 2000, p. 595-613.

\_\_\_\_\_. The theory of the firm as governance structure: from choice to contract. *Journal of Economic Perspectives*, v. 16(3), 2002, p. 171-195.

## *Capítulo 10*

# **AMBIVALÊNCIA E CONFRONTOS NO CENÁRIO INFORMACIONAL: O AVANÇO DOS COMMONS**

*Sergio Amadeu da Silveira*

### **Pressupostos ou base histórico-social do argumento**

São dois os pressupostos deste capítulo. O primeiro diz respeito à historicidade dos fenômenos sociais, sejam econômicos, sejam culturais. O segundo, de certo modo, decorre do primeiro e diz respeito à origem social da tecnologia, que é aqui compreendida como uma criação social, sendo o seu sucesso e expansão condicionados pelas práticas sociais. A matriz desses fundamentos pode ser encontrada principalmente em algumas ideias de K. Marx, M. Foucault, Raymond Williams, John P. Thompson e N. Garnham.

Em decorrência desses pressupostos é que analiso as profundas transformações que estamos vivenciando nas comunicações, na produção e na distribuição de bens culturais, enfim, no tratamento das informações. Assim, é possível perceber no mesmo processo em que o desenvolvimento social modifica e destrói uma série de modos de vida e de tecnologias a eles vinculados, faz isso a partir da expansão de novas formas de organização, trabalho e comunicação. As tecnologias são técnicas capazes de ser amplamente disseminadas. Aquelas que ganham expressão e se consolidam são as que atendem aos interesses de grupos sociais, portanto, têm forte vínculo com os traços culturais predominantes dessas formações humanas.

Uma vez que uma tecnologia se expande, é possível perceber que ela cria necessidades de uso, e seu domínio gera poder político, econômico ou cultural. Uma tecnologia que vai se expandindo a partir do interesse de um segmento social pode assumir caráter universal em um determinado momento histórico e, assim, alterar a conformação social. Nesse sentido, uma passagem de John B. Thompson é esclarecedora:

[...] nós só podemos entender o impacto social do desenvolvimento das novas redes de comunicação e do fluxo de informação, se pusermos de lado a idéia intuitivamente plausível de que os meios de comunicação servem para transmitir informação e conteúdo simbólico a indivíduos cujas relações com os outros permanecem fundamentalmente inalteradas.

[...] o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo. (Thompson, 1995, p. 13)

O avanço tecnológico ocorrido depois do chamado Renascimento europeu foi utilizado pela burguesia ascendente para organizar uma crescente mercantilização do planeta, o que gerou condições propícias aos processos de geração de excedentes econômicos, que, por sua vez, reforçavam o emprego de uma nova racionalidade no mundo produtivo. A especialização do trabalho com a finalidade de aumentar os produtos e o comércio não se limitou aos chamados bens de subsistência. A mercantilização também foi em direção aos bens simbólicos, das práticas culturais ao mundo das artes, que nada tinham a ver com a atual condição de produto-mercadoria.

Esse processo foi alavancado pelo sucesso intelectual dos ideais humanistas, principalmente o antropocentrismo, o hedonismo, o racionalismo e o individualismo. A combinação do processo de alargamento da mercantilização com esses ideais foi extremamente útil aos praticantes de uma incipiente comercialização da cultura. Os arranjos nascidos dessas práticas sociais abriram o espaço histórico por onde a modernidade se ergueu.

Não é por outro motivo que historiadores da arte sempre lembram que o “artista” surgiu quando, no Renascimento, os quadros começaram a ser assinados, a ter “autor” ou “autoria”, que, como ensina Raymond Williams, deriva de autoridade. Nesse momento, o artista passou a ser o autor de sua produção, mesmo que fosse encomendada por um *committente* (aquele que encomenda uma obra) ou adquirida por um

mecenas (aquele que compra a obra), ou seja, por um “capitalista” que podia ter o dinheiro, mas não a “autoria”. (Alambert, 2007, p. 409)

O fascínio da “fábrica de alfinetes” em Adam Smith, com a evidente eficiência do processo de divisão do trabalho, também foi se ampliando no mundo das artes quanto mais a burguesia se estruturava como classe, aumentava a renda das camadas médias e o trabalho assalariado avançava tornando toda a sociedade apta a vender ou a comprar força de trabalho. Pensador do mundo econômico do início do século XIX, Jean Baptiste-Say percebeu já naquele momento que existia uma produção imaterial e que ela gerava valor, mesmo que Smith e Ricardo considerassem que o trabalho produtivo era apenas aquele que gerava mercadorias tangíveis. O mercado de serviços e a comercialização de atividades especializadas era uma fonte de riqueza para o autor do *Tratado de economia política*.

O mercado para escritores e leitores, artistas e fãs foi se estruturando. Por exemplo, o velho “conceito de obra ou gênero musical deixou de ser coletivo para converter-se em uma série de trabalhos individuais distintos” (Rowell, 2005, p. 103). As crescentes oportunidades para apresentações cada vez mais massivas e lucrativas gerou a necessidade de especializar cada vez mais a execução musical da composição. Os artistas foram se tornando, nas diversas artes, cada vez mais importantes, quanto mais cresciam os meios de comunicação que levavam as boas novas sobre as grandes façanhas artísticas e, também, os grupos sociais capazes de pagar pelo acesso aos bens culturais.

O surgimento dos meios de gravação de sons em um suporte foi para a música o que a prensa de tipos móveis foi para escrita. Ele permitiu estruturar um grande mercado que consolidou a música como uma das principais mercadorias simbólicas no século XX. Os meios técnicos de reprodução das obras de arte, acusados de terem banalizado e retirado a sua “aura” (Benjamin, 1994), foram incorporados no mundo industrial primeiro como capital e depois como *commodities*. Em paralelo, os meios de comunicação avançavam para acelerar o processo de circulação do capital, tempo de desvalorização do mesmo (como diria Marx), com a

finalidade de reduzir as incertezas e obter sucesso no processo de retorno do capital-mercadoria em capital-dinheiro.

Além disso, a articulação dos meios de comunicação com os meios de reprodução de bens artístico-culturais, aliada à consolidação do mito da originalidade no processo criativo ou do talento individual como motor da cultura e fonte única da criação, culminou na construção de uma gigantesca indústria cultural. Basicamente, seu procedimento foi o de privatizar e individualizar elementos da cultura comum a partir da legislação de propriedade intelectual. Com o controle dos canais de comunicação, dos meios de reprodução de impressos, músicas e filmes, a indústria cultural se constituiu como um poderoso empreendimento de intermediação, baseada na propriedade sobre a expressão das ideias e no controle do acesso aos bens artístico-culturais.

A estruturação de um grande mercado consumidor exigiu a consolidação de meios de comunicação de massas. Nesse cenário, a racionalidade moderna operou a favor da formação de uma clara separação do mundo do trabalho de um mundo da casa e dos momentos do lazer. Isso abriu espaço para um novo mercado capitalista, onde seria possível comprar entretenimento e diversão. Os bens artístico-culturais foram alocados fora e longe das fábricas e dos escritórios. Assim, a chamada atribuição de *status* dos *mass media*, que os funcionalistas vieram a identificar como um dos principais papéis dos meios de comunicação de massa (Merton; Lazarsfeld, 1990), foi usada para influenciar decisivamente o mercado consumidor de produtos culturais.

Como o capitalismo industrial não tem como sobreviver sem o ideal do progresso, palavra de ordem de toda a indústria cultural e que ainda sobrevive no mundo atual, o mercado cultural estruturou-se em empreendimentos de muito valor, grandes estruturas de produção e distribuição, que necessitavam do consumo permanente e que, para se manter, precisavam de canais de escoamento de seus produtos e de consumidores dispostos a pagar por eles. A cultura da novidade, a “espetacularização” da sociedade (Debord, ano 1997), tem raízes nesse processo de produção contínua de mercadorias, indispensável

para a manutenção do capital fixo. Essa afirmação pode parecer demasiadamente vinculada a uma certa tradição marxista, mas podemos encontrar seus fundamentos também na percepção de Jean-Baptiste Say de que o que se vende não são produtos, mas “utilidades que satisfazem necessidades humanas” (Say, 1983). Sem criar novas e contínuas necessidades, o capitalismo não consegue sustentar sua estrutura de capitalização contínua. Daí o ideal de progresso ser quase um dogma sagrado para o capitalismo, mesmo diante da constatação de que o atual equilíbrio ambiental do planeta não parece resistir ao ritmo de degradação de um sistema baseado na aceleração permanente do processo entrópico.

## **Indústrias da intermediação**

As indústrias culturais podem ser entendidas como organizações que trabalham com a seleção, a formatação e a distribuição de bens informacionais, sejam eles músicas, textos, imagens, informações transformadas em notícias etc. As atividades relacionadas a essa indústria estavam fundadas no controle do acesso aos bens imateriais. A oferta das expressões artístico-culturais e de informações sobre os acontecimentos selecionados no mundo industrial era realizada na venda dos suportes para tais bens imateriais e no controle dos canais de exibição ou transmissão desses bens. Uma música era vendida gravada no vinil, as notícias eram vendidas impressas no papel, os filmes exigiam grandes bobinas de película.

Definir o tema, a pauta, os formatos, a equipe, os artistas e demais profissionais, bem como controlar a produção de suportes e os canais de distribuição, permitia exercer a negação de acesso a quem não pagou pelo produto informacional. A descrição desses elementos constitutivos das indústrias de intermediação não implica a recusa da discussão sobre a importância do receptor e das mediações no processo comunicativo (Williams, 2007; Martin-Barbero, 2006). Apenas busca encontrar os pontos vitais de remuneração e capitalização desses intermediários entre o produtor e criador de informações e as audiências.

## Redes de digitalização

A partir dos anos 1950, as tecnologias da informação se expandiram utilizando o processamento de dígitos, consolidando a metalinguagem digital. As redes construídas, a partir dos anos 60, seguiram o caminho da troca de informações digitalizadas. Os protocolos TCP/IP consolidaram a concepção de redes de pacotes digitais (<http://www.isoc.org/internet/history/brief.shtml>) e puderam seguir conectando diversas redes de computadores existentes.

A digital é uma metalinguagem porque permitiu traduzir todas as demais linguagens e criações simbólicas e icônicas em expressões numéricas, em *binary digit*, a menor unidade informacional que pode ser armazenada. Qualquer texto escrito em qualquer língua, imagem estática ou em movimento e som pôde ser traduzido nessa metalinguagem digital.

A rede mundial de computadores é uma rede que transfere cópias de instruções algébricas, ou seja, a rede computacional é uma grande rede copiadora de algoritmos. A base sociotécnica do compartilhamento está na digitalização de pacotes de informação que são copiados e transferidos de modo redundante em uma rede distribuída. Assim, as redes digitais permitiram que práticas sociais de compartilhamento ganhassem expressão massiva e ultrapassassem o plano local, dada a capacidade virtualizante e desterritorializada da Internet. Tais práticas eram baseadas no uso do potencial sociotécnico criado pela digitalização em rede.

Desse modo, na rede, os bens imateriais estão liberados de seus suportes, podem ser transferidos sem escassez e desgaste de seus originais. Mais do que isso, a rede passou a ser o modo mais veloz de transferir uma música, um texto ou uma imagem. Esta capacidade cresce com a ampliação da largura de banda, da quantidade de *bits* que pode ser transferida por segundo em uma conexão de rede.

## Práticas sociais de desintermediação

A comunicação em rede reduziu os custos de se tornar um falante (Benkler). Nas redes digitais, a dificuldade não está em falar, mas em ser ouvido. A economia dos meios teve uma importante alteração em sua composição ao reduzir as barreiras de entrada para que os criadores

e produtores de informação pudessem veiculá-las amplamente. Assim, o controle de quem deveria ser visto pelas audiências é afetado pela expansão das redes.

A emergência de grupos de disseminadores de bens culturais cresceu e foi multiplicada diversas vezes, o que também gerou uma grande concorrência com a indústria de intermediação. Por exemplo, o Youtube, repositório de vídeos, tornou-se o terceiro *site* mais acessado na Web (2008), ficando atrás apenas dos mecanismos de busca Yahoo! e Google. O sucesso dos repositórios de bens informacionais (Youtube, Flickr, Videolog, Picassa, a blogosfera em geral etc.) e as redes sociais (Facebook, MySpace, Orkut etc.) são evidências claras de que grupos sociais de diversas culturas obtiveram na rede espaços para expansão de práticas consideradas marginais ou secundárias no ambiente controlado pelos *mass media*.

Como afirmou Henry Jenkins,

O momento atual de mudança midiática está reafirmando o direito das pessoas comuns de contribuir ativamente com a sua cultura. Em uma cultura da convergência, todos são participantes, ainda que com diferentes status e graus de influência. (Jenkins, 2006, p. 138)

As estatísticas sobre o uso das redes P2P (*peer-to-peer*) de compartilhamento de arquivos digitais confirmam esta tendência. Já em 2005, as redes P2P representavam mais de 60% do tráfego da Internet.

## **Práticas recombinantes e a lógica da propriedade**

A metalinguagem digital, ao ser capaz de expressar todos os bens informacionais em uma única base, assegurou a combinação dessas expressões em escala nunca vista. O criador do termo ciberespaço, o ficcionista William Gibson, afirmou que a “cibercultura é *remix*”. Sem dúvida, a recombinação de histórias, de personagens, de peças criativas, práticas culturais muito comuns em várias sociedades, mas pouco impactantes para as indústrias de intermediação, ganharam expressão e *status* no ambiente digital.

Jovens que recontavam histórias de seus heróis nos quintais de suas casas e, assim, recriavam roteiros e cenários imaginados com seus

amigos em brincadeiras consideradas saudáveis, ao migrar as mesmas recombinações para a Internet, passaram a ser considerados como uma ameaça à indústria do *copyright*. A constituição de uma nova dimensão lúdica, em que os fãs se tornam ativos e milhares deles retrabalham obras cerceadas pelo *copyright*, fundindo personagens, mudando roteiros, violam os interesses da indústria do entretenimento, é entendida como um vazamento de renda. Por isso, *fanfics* e *fansubbers* são perseguidos por promoverem a desintermediação e atuarem diretamente no núcleo da criação, que no mundo pré-rede estava sob controle maior da indústria.

Os intermediários que detêm *copyright* das criações reagem movendo processos judiciais, a partir de suas associações representativas, contra a remixagem de músicas, de textos, de filmes, e clamando pela pureza do original, tentando disseminar o “mito da originalidade” (Smiers, 2006), buscando banir as práticas recombinantes do processo criativo, o que não corresponde à própria história da formação dos grandes estúdios de cinema. Várias obras de Walt Disney são recombinações de obras dos irmãos Grimm, que, por sua vez, eram histórias populares recontadas pelos pais aos filhos.

A indústria da intermediação, para reproduzir crescentemente seu capital, exerceu o controle do acesso às expressões culturais e aos bens informacionais. Além de controlar os canais de comunicação, fundamentou suas práticas na apropriação privada de bens culturais, no banimento da recombinação como prática criativa legítima e legal, fundiu autoria e propriedade, utilizou o Estado para transformar criações altamente influenciadas pela cultura comum em monopólios de um indivíduo.

## **Crise das atividades baseadas no *copyright***

As redes digitais incentivaram práticas sociais e foram reconfiguradas por comunidades de usuários que não possuíam os mesmos interesses e a mesma lógica das indústrias de intermediação. Alejandro Piscitelli afirmou que a “Internet foi o primeiro meio massivo na história que permitiu a horizontalização das comunicações, uma simetria quase perfeita entre produção e recepção, alterando de forma indelével a ecologia dos meios” (Piscitelli, 2002, p. 207). Trabalhando também nesse sentido, Henry Jenkins observou:

A história das artes norte-americanas no século XXI poderia ser contada como a história do ressurgimento público da criatividade popular, a medida que as pessoas aproveitam as novas tecnologias para arquivar, comentar, apropriar-se e voltar a por em circulação os conteúdos midiáticos. Provavelmente começou com a fotocopiadora e a auto-edição, talvez começou com a revolução das fitas de vídeo, que dava acesso as pessoas para fazer seus vídeos e permitiram surgir em todos os lugares suas filmotecas. Mas esta revolução criativa culminou na Internet. A criatividade é muito mais divertida e significativa se podemos compartilhá-la com os outros. (Jenkins, 2006, p. 137)

Todas as indústrias de intermediação foram afetadas pelas práticas sociais de produção, recombinação e distribuição de bens informacionais, cada qual de modo distinto. O jornalismo foi afetado pela blogosfera e pelas práticas de agregação de notícias. A indústria fonográfica foi afetada pelas redes P2P (Napster, Kazaa, BitTorrent), pelas redes sociais (MySpace, Orkut etc.) e pela veiculação direta de músicas na rede pelos próprios músicos (*jamendo*). A indústria cinematográfica norte-americana teve o controle da distribuição de seus vídeos e filmes também afetados principalmente pelas redes P2P. A indústria editorial foi afetada pela cópia e compartilhamento dos textos. A indústria de *software* enfrenta a concorrência do movimento *open source* e do *software* livre. O *software* livre Apache está presente em mais de 60% dos servidores de páginas web do planeta. Enfim, todos os intermediários de produtos imateriais enfrentam a realidade das práticas coletivas de compartilhamento nas redes digitais que reconduzem as criações culturais para o plano do comum.

## **A destruição da ciência comum**

Pode existir capitalismo sem concentração de riquezas? Pode existir capitalismo sem propriedade individualizada ou apropriação privada de trabalho social ou de externalidades intersubjetivas? São perguntas que serão respondidas pela história, mas o capitalismo informacional de tipo cognitivo convive com modelos extremos de concentração e bloqueio de fontes de conhecimento. A área de biotecnologia vive

um processo gigantesco de negação de acesso livre ao conhecimento científico.

Ao contrário do que ocorre no ambiente de redes, com as mobilizações pelo *open knowledge*, o desenvolvimento científico na área de biologia, fármacos e similares segue uma lógica oposta. O controle dos centros de pesquisa pelas grandes corporações da indústria de fertilizantes, de produtos químicos e fármacos está tornando o processo produtivo mais caro ao reduzir o espaço comum de troca de conhecimentos a partir do patenteamento generalizado.

Formas de reprodução da vida e até determinadas descobertas estão sendo patenteadas (Drahos; Braithwaite, 2003; Rifkin, 2001). O processo criativo torna-se refém dos processos judiciais, das análises jurídicas, levando a ciência a se tornar completamente colonizada pela lógica do capital e não da descoberta.

## **Ambivalência e embates no capitalismo informacional**

A formação da Internet, uma rede de redes aberta, não proprietária, desenvolvida coletivamente, com adesão independente do pagamento de *royalties*, reconfigurada pela prática e pelas criações de seus usuários avançados, permitiu que seu ritmo de expansão fosse intenso. Além disso, a Internet é um arranjo informacional que possui uma arquitetura, ou seja, protocolos e topologia, favorável à criação contínua de conteúdos, novos formatos e novas tecnologias. Tim Berners-Lee, para criar a Web, não teve que pedir autorização para nenhum órgão governamental ou hierarquia de controle supremo da rede.

As indústrias da intermediação, aliadas às corporações de telecomunicações e aos grupos de radiodifusão, apesar de se enfrentarem no ambiente de convergência digital, estão se unindo na tentativa de buscar reduzir e bloquear a liberdade de criação que acontece fora do controle das firmas e do mercado, fato que tem caracterizado a Internet até o momento. Percebeu-se que, pelo controle de suas estruturas físicas, é possível tentar controlar os fluxos informacionais, paralisar o crescimento das redes P2P, bem como diminuir o ritmo de criatividade sem controle das grandes corporações, e, por fim, impedir que as redes digitais sejam o paraíso da cópia de arquivos.

As ambivalências são marcantes. Podemos dizer que as redes são, simultaneamente, o espaço da liberdade dos fluxos e o maior exemplo da sociedade do controle (Foucault, 2008; Deleuze, 2006; Galloway, 2004). Quanto mais descentralizadas e distribuídas são as redes, mais são necessários protocolos de controle dos fluxos. Os protocolos que viabilizam as redes distribuídas são os mesmos que garantem o seu controle. A aplicação desses protocolos de comunicação que asseguram a liberdade pode servir para aumentar simplesmente o controle das práticas sociais.

Os protocolos, arquiteturas e códigos passam a ser os grandes meios intermediários da comunicação social, nacional e transnacional. Por isso, cada vez mais as arquiteturas e protocolos de comunicação em rede ocupam, junto com as infraestruturas que os aplicam, o papel de novos intermediários da produção simbólica social. Vivemos uma reintermediação que pode garantir a diversidade cultural e ampliar a liberdade ou implantar uma cultura da permissão, no sentido que o jurista Lawrence Lessig apontou no livro *Free culture*.

Os conflitos atuais na rede são contenciosos principalmente porque dizem respeito ao controle dos fluxos, à liberdade de expressão e criação de tecnologias, à expansão ou redução dos espaços comuns de criação, ou seja, à ampliação ou diminuição da apropriação privada de ideias. Seus embates são políticos e tecnológicos. Passam pelo enfrentamento que o governo conservador francês de Sarkozy dá as redes P2P, tentando criminalizá-las; pelas tentativas de aplicação da Convenção de Budapeste, que trata do combate de crimes digitais; pelo processo judicial movido contra o Pirate Bay na Suécia; passa pelo ataque ao princípio da neutralidade na rede nos Estados Unidos; pela vigilância policial das redes sociais na Inglaterra, entre outros tantos exemplos.

No Brasil, no cenário legislativo, busca-se controlar as identidades de quem acessa as redes (Lei de Crimes na Internet, conhecida como Projeto de Lei Substitutivo do Senador Azeredo - PSDB), ao mesmo tempo em que se pretende implantar o DRM a partir da normatização dos equipamentos de TV Digital. Além disso, a APCM (Associação Antipirataria de Cinema e Música) persegue e ameaça as redes sociais e comunidades que compartilham arquivos digitais. Nesse cenário, uma

das maiores comunidades do Orkut, chamada Discografias, contando com quase um milhão de integrantes, foi fechada como resultado dessas pressões.

Por outro lado, o movimento Save the Internet ganha força com a eleição de Obama. O *site* da Casa Branca é licenciado em Creative Commons. As redes sociais não param de crescer e o Twitter cria um novo modo de acompanhar acontecimentos. O digital amplia o terreno dos *commons* e estimula que ele avance para o espaço do espectro de ondas eletromagnéticas. A FCC (Comissão Federal de Comunicações) liberou, no segundo semestre de 2008, o espaço vazio entre as frequências ocupadas pelos canais de TV para uso comunitário, desde que os equipamentos sejam digitais e estejam homologados contra interferências. O *commons* chega ao espectro. A luta pelo espectro aberto, como um bem comum, não privado, chegou também ao Brasil.

## Referências

- ALAMBERT, F. Arte como mercadoria. In: WILLIAMS, R. Palavra-chave: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.
- BARLOW, J. P. *Economia de ideias*. Disponível em <http://tinyurl.com/6gdscl> e em <http://tinyurl.com/6krdgc>. Acesso 8 abr. 2008.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENKLER, Y. *The wealth of networks* : how social production transforms markets and freedom. New Haven and London: Yale University Press, 2005.
- CASTELLS, M. *A galáxia da Internet*: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- COCCO, G.; GALVÃO, A.; SILVA, G. (orgs.). *Capitalismo cognitivo*: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- DRAHOS, P.; BRAITHWAITE, J. *Information feudalism*: who owns the knowledge economy? New York: The New Press, 2003.

- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GALLOWAY, A. *Protocol: how control exists after decentralization*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2004.
- GARNHAM, N. Contribution to a political economy of mass-communication. In: MEENAKSHI, G, D.; KELLNER, D. (eds.). *Media and cultural studies: keywords*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.
- GORZ, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- JENKINS, H. *Convergente culture: where old and new media collide*. New York: New York University Press, 2006.
- LASTRES, M.; ALBAGLI, S. (orgs.). *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LAZZARATO, M. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (A Política no Império)
- LESSIG, L. *Code and other laws of cyberspace*. New York: Basic Books, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Cultura livre: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade*. São Paulo: Trama, 2005.
- MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- MAY, C. *A global political economy of intellectual property rights: the new enclosures?* London and New York: Routledge, 2002.
- MERTON, R. K.; LAZARSFELD, P. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social. In: LIMA, L. C. *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- NEGRI, A; HARDT, M. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- PISCITELLI, A. *Ciberculturas 2.0: en la era de las máquinas inteligentes*. Buenos Aires: Paidós, 2002. (Contextos)
- RIFKIN, J. *A era do acesso: transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia*. São Paulo: Makron Books, 2001.
- ROWELL, Lewis. *Introducción a la filosofía de la música: antecedentes históricos y problemas estéticos*. Barcelona: Gedisa, 2005.
- SAY, J.-B. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)

SILVEIRA, S. A. A música na era da sua reprodutibilidade digital. In: \_\_\_\_\_; PERPÉTUO, I. F. (orgs.). *O futuro da música depois da morte do CD*. São Paulo: Momento Editorial, 2009. Disponível em [www.futurodamusica.com.br](http://www.futurodamusica.com.br). Acesso em 29 mar. 2009.

SMIERS, J. *Artes sob pressão: promovendo a diversidade cultural na era da globalização*. São Paulo: Escrituras/Instituto Pensarte, 2006. (Coleção democracia cultural)

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

WILLIAMS, R. *Palavra-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

WEBER, S. *The success of open source*. Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press, 2004.

## Capítulo 11

# ATUALIZANDO A MÍDIA TÁTICA. ESTRATÉGIAS DE MEDIATIVISMO

Geert Lovink

Atualizações fazem parte integrante da nossa cultura tecnológica. Se rodar atualizações é um mal necessário, deixar de baixar atualizações e correções é tido como uma espécie de suicídio. No entanto, na produção teórica contemporânea, esta é uma prática ainda não totalmente incorporada. Nos campos das ciências humanas e das artes, os *wikis* permanecem subutilizados. No âmbito da produção teórica, ainda considerado o terreno de um único autor, que contempla o mundo preferencialmente *off-line*, rodeado por pilhas de livros, caneta tinteiro e caderno, parece não haver lugar para atualizações. Evidentemente, esta é uma visão caricaturada, mas, afinal, onde é que está o problema? Afora o fato de um texto normalmente passar por muitas versões diferentes antes de ser finalmente publicado, muitos escritores não se dão ao trabalho de rever e eliminar falhas e erros depois de chegar à versão final de seus textos, apesar de disporem hoje de processadores de texto fáceis de usar e corretores *on-line* bastante amigáveis. Ao invés de atualizar textos antigos, parece haver uma espécie de consenso de que é melhor escrever logo algo novo. E isso não apenas para satisfazer autores, usuários e leitores; o mercado demanda novidade.

O produtor e programador de rádio Alexander Klosch, de Weimar, me ensinou a diferença entre atualização e “*upgrading*”. A *Wikipédia*, por exemplo, faz constantemente *upgrades* e *downgrades* de seus artigos. Enquanto a atualização possui uma dimensão temporal, *upgrades* geralmente têm a ver com qualidade e *status*. Uma alteração não necessariamente resulta em melhoria ou desqualificação de um texto. De acordo com Alexander Klosch, a atualização funciona melhor em

trabalhos colaborativos. Se tivesse que, sozinho, manter atualizada uma estrutura complexa, um administrador ficaria bastante sobrecarregado. É nesse momento que devem entrar em cena as comunidades ou pequenos grupos de administradores. Porém, até o momento, plataformas *on-line* poucas vezes são usadas para criar – e modificar – conceitos teóricos. Livros de teoria raramente chegam a merecer uma edição revisada e, menos ainda, são reescritos para uma segunda edição.

Existe uma crença generalizada de que teorias são difíceis de usar, possuem falhas e limitações, e só podem ser lidas sob a rubrica da história. Na sociedade da transformação em que vivemos, tais concepções não apenas se tornaram anacrônicas, mas estão, por definição, erradas, à medida que vão sendo desconstruídas pelo tempo.

Neste ensaio, proponho fazer algumas atualizações críticas do conceito de mídia tática. Faço uma ampla revisão do atual debate sobre as novas mídias e o papel que desempenham nos movimentos sociais globais.<sup>1</sup>

Na primeira parte do texto examino o *status* do “meme”,<sup>2</sup> mídia tática desde que decolou em sua extraordinária viagem. Em seguida, discuto as estratégias adotadas por uma das maiores forças políticas em décadas – o assim chamado movimento antiglobalização –, discutindo alguns livros e publicações sobre o tema. Tem sido bastante comentado que o movimento antiglobalização não é um único movimento; é um movimento de muitas faces e muitos nomes. Em alguns casos, refiro-me a ele como “movimento por justiça global”, em outros, chamo-o de “multidões”. Muitos autores têm nomeado este dragão de muitas cabeças de “movimento dos movimentos”. Um outro nome, o de “movimento altermundialista”, expressa o desejo de ir além do posicionamento “anti”

---

1 Neste capítulo, utilizei e reescrevi fragmentos dos seguintes textos: *Introdução à mídia tática para o leitor brasileiro* (São Paulo, 2006); *Um outro mundo é possível* (com Florian Schneider) In: MAKEWORLD. Paper n°. 3, set. 2002; *Review of the age of consent*, Nettime, set. 2003 e *Notes on the state of networking* (com Florian Schneider) In: MAKEWORLD, Paper n°. 4, fev. 2004.

2 *Meme*, termo cunhado em 1976 por Richard Dawkins, é para a memória o mesmo que o gene na genética, ou seja, a sua unidade mínima. Considera-se uma unidade de informação que se multiplica de cérebro em cérebro, ou em outros locais de armazenamento de informação, como livros, por exemplo. No que diz respeito à sua funcionalidade, o *meme* é visto como uma unidade de evolução cultural que pode de alguma forma se autopropagar. Os *memes* podem ser ideias ou partes de ideias, línguas, sons, desenhos, capacidades, valores estéticos e morais, ou qualquer outra coisa que possa ser aprendida facilmente e transmitida enquanto unidade autônoma. O estudo dos modelos evolutivos da transferência de informação é conhecido como memética (N.T.).

dos protestos de rua a fim de ressaltar a busca comum de alternativas. Neste ponto, examinarei especificamente as estratégias da cultura crítica da nova mídia em sua fase pós-especulativa, depois da “pontocom-mania”, do 11 de setembro, das mobilizações de Seattle a Gleneagles, interrogando, particularmente, a relação entre o real e o virtual. Ao invés de sepultar o conceito de mídia tática, o que poderia ter acontecido anos atrás, vamos comemorar sua força e sua robustez. Perderam o bonde da mídia tática? Então embarquem no renascimento das táticas!

## Revisitando a mídia tática

Começemos com uma breve retrospectiva. O termo “mídia tática” surgiu na esteira da queda do Muro de Berlim como uma onda de renascimento do midiativismo, em que se misturou o trabalho político da velha escola, engajamento dos artistas, com as novas tecnologias.

No início da década de 1990, assistimos à crescente preocupação com a temática do gênero, o crescimento exponencial das indústrias de mídia e o acesso cada vez maior a equipamentos baratos e possíveis de serem montados em casa – o que fomentou um novo sentido de autonomia entre ativistas, programadores, teóricos, curadores e artistas. As mídias deixaram de ser vistas como simples ferramentas para a revolução, para começarem a ser experimentadas como ambientes virtuais cujos parâmetros estavam permanentemente “em construção”. Esta foi a era de ouro da mídia tática, que se abriu a discussões de estética e experimentação como formas alternativas de narrativas da história. No entanto, essas tecnopráticas libertárias não se traduziram imediatamente em movimentos sociais visíveis. Ao contrário, elas simbolizavam a celebração da liberdade da mídia, o que, por si só, já constituía um alvo político. As mídias do tipo “faça você mesmo”, usadas naquele momento, variavam bastante – do vídeo, DVDs, cassetes, zines e jornais alternativos, até estilos musicais como o *rap* e o tecno – e os conteúdos eram igualmente diversificados. Um sentimento compartilhado por muitos era o de que as atividades com motivação política – fossem elas artísticas, de pesquisa ou de defesa de direitos – não mais faziam parte de um circuito fechado e identitário. Essas atividades poderiam intervir na “cultura *pop*” sem necessariamente ter que fazer concessões ao

“sistema”. Com praticamente tudo aberto à negociação, novas coalizões poderiam ser formadas.

As origens da mídia tática remontam ao festival *Next Five Minutes* (N5M) de Amsterdã, um novo tipo de evento de mídia, com viés claramente político, que surgiu de uma coligação de instituições culturais, indivíduos e grupos. Em meados de 1992, precisava-se encontrar um nome para um festival de arte, ativismo e mídia, e o nome escolhido foi “N5M: televisão tática”. O N5M seguinte aconteceria em janeiro de 1993, com o foco na revolução da câmara digital e os eventos que tiveram lugar na Europa a partir da queda do Muro de Berlim. Em março de 1996, com a explosão da Internet, veio a segunda edição do festival, cujo nome foi então modificado para Mídia Tática. O primeiro texto sistematizado sobre o assunto, escrito por mim e David Garcia, apareceu em 1997. O terceiro festival foi realizado em março de 1999, dias depois de estourar a guerra do Kosovo. A quarta edição, pós-11/09, aconteceu em setembro de 2003. O N5M nunca chegou a se transformar em uma organização. Não se tornou um evento anual ou bienal, e jamais teve uma estrutura legalizada ou um *site* estável na Internet. Desde o início, o N5M funcionou como uma coalizão temporária de indivíduos e instituições que se juntavam para organizar o festival – e depois se separavam. Também digno de nota é o fato de, até hoje, o evento não ter resultado numa rede (sustentável). De certa maneira, o Indymedia assumiu este papel do ano 2000 em diante, mas carece de uma agenda imaginativa e artística, talvez por manter um foco mais estreito nas “notícias”. Os movimentos mundiais contemporâneos não podem ser compreendidos fora desse contexto de um desejo diversificado e muitas vezes bastante pessoal de liberdade digital de expressão. Mídia tática é um conceito de curto prazo, limitado por sua temporalidade, nascido de um desencanto com a ideologia. Ele “surfa” as ondas dos eventos, aproveitando a abertura de novas cenas e fronteiras, em busca de novas alianças. Curioso, não temendo a diferença, ele não se move seguindo determinados formatos ou plataformas. Ele vem atravessado por uma atitude positiva em relação à tecnologia digital contemporânea. É mais exploratório do que confrontativo.

Mas, como observa Paul Garrin, “Mídia Tática não é apenas algo em que os midiativistas se engajam. É publicidade, uma guerra psicológica

corporativa da Gestão da Percepção” (<http://mediafilter.org/>). Por definição, mídia tática não é autossustentável, está sempre à beira da desapareição. Esta sua natureza instável cria novas situações, ao mesmo tempo em que coloca alguns limites para desenvolvimentos futuros.

Não vamos ficar reproduzindo as definições que circulam por aí. Desde o início de 2006 já existe um verbete na *Wikipédia* para mídia tática. O que vale a pena ressaltar é a forma como o termo vem sendo incorporado por inúmeros grupos e indivíduos mundo afora. Além da cena da mídia tática no Brasil, podemos pensar na Tactical Tech, uma rede baseada em Amsterdã, de *software* livre e desenvolvedores de código aberto para países não ocidentais, ou ainda no artista esloveno Marko Peljhan e seu Makrolab, que também recebe o adjetivo “mídia tática”. Em seu livro *Protocol* (2004), Alex Galloway menciona alguns outros projetos, que vão desde vírus de computador até ciberfeminismo e *games*. O que reúne todas essas iniciativas táticas é o *design* cuidadosamente trabalhado, o sentido estético, que vai além de uma questão de gosto. Não é nem bonita nem feita, nem boa nem má, a mídia tática simplesmente aparece, impacta, e torna a desaparecer.

No lugar do antigo padrão de negação e recusa, a mídia tática envolve criadores e usuários, produtores e espectadores, em um jogo de aparições e desapareições. O elemento-chave da mídia tática é a combinação de arte e ativismo, e um senso crítico comum de estilo, *design* e estética. Esta é também sua parte mais vulnerável, uma vez que muitos ativistas, jornalistas e intelectuais não necessariamente subscrevem sua agenda, ou sequer estão informados sobre a sua existência. Mídia Tática celebra a desorganização. Não existe sequer uma mala direta que reúna todos os fazedores de mídia tática. Nettime, Spectre, Fibreculture e o IDC poderiam fazer isso, em parte, mas nenhuma dessas *mailing lists* tem o foco no midiativismo. Certamente, os praticantes de mídia tática se reúnem de vez em quando, mas raramente criam redes entre eles mesmos, apesar de estarem sempre aglutinados em torno de eventos ou incidentes. Os fazedores da mídia tática parecem ter muitas identidades. Um interessante detalhe histórico é que, se você entrar em qualquer ferramenta de busca “rede de mídia tática” vai cair numa página vermelha vazia que foi produzida em 1997 para a X Documenta

de Kassel pelo N5M de Amsterdã, uma página que não dá em lugar nenhum. Encontram-se ali apenas definições, não uma rede. O que se enfatiza é o caráter “provisório” dessa rede. A geração tática é avessa à institucionalização e adora operar subterraneamente. E o que significa criar uma “plataforma global” no contexto da mídia tática? Seria pura ideologia? Ou seríamos apenas um bando de revolucionários nostálgicos que sonham em revitalizar a boa e velha solidariedade internacional pregada pelos comunistas de plantão? Encontramos, num *site* colaborativo da plataforma Waag-Sarai, a seguinte [e longa] citação:

As finanças precisam ser organizadas, ter uma boa base tecnológica, seus conteúdos atualizados. Um sistema de interconexões que funcione bem, geralmente é resultado de um intenso intercâmbio de ideias e outros recursos. Mesmo assim, a rede propriamente dita permanece frágil e invisível. É a entidade metafísica de nosso tempo (“*Ceci n’est pas un reseau*”). O labirinto tecno-social que sustenta as redes está sempre em construção. Porém, as redes não são meras ferramentas. Elas são ambientes sensíveis, organismos em mutação, onde pessoas e instituições estão o tempo todo negociando, questionando, discutindo, contribuindo, alimentando-se reciprocamente de um sempre crescente fluxo de informações. As redes são como galerias de Babel nunca terminadas. São uma matriz intercultural em constante fluxo, em constante crescimento, movida por uma paixão sem fim por códigos, fluxos seriais, *design* e escrita. Já saímos da fase da “transferência de tecnologia” de mão única e chegamos à era da colaboração global. Não quero com isso dizer que a desigualdade econômica do mundo tenha desaparecido do dia para a noite com a chegada do computador. Porém, a imagem da “divisão digital” é uma descrição por demais passiva do gigantesco tumulto que a proliferação das novas tecnologias vem causando em escala planetária. (<http://waag.sarai.net/display.php?id=2>)

Em que consiste exatamente este novo tipo de intercâmbio entre centros e fazedores de mídia em escala global? Não seria mais um projeto megalomaniaco buscando representação universal? É verdade

que a mídia tática pode operar com facilidade no nível micro, mas por que haveria de imitar a ONU? Uma vez que agora dispomos das ferramentas, será que já sabemos como manejá-las para topar com as figuras mais incríveis? Afinal, que quer dizer exatamente esse promíscuo “intercâmbio transcontinental”? O que há de tão atraente nesse imaginário essencialmente cristão? Como pode um *meme* preservar seu poder enquanto opera por entre culturas tão incrivelmente diversas? Não é difícil perceber que o desafio da mídia tática não é mais técnico, mas consiste em saber como negociar as diferenças em uma estrutura de rede tão solta e temporalizada.

Com muita facilidade, a energia dos fazedores de mídia tática se perde no interior desse emaranhado chamado Internet, um lugar que todos amamos detestar. É bastante tentador se perder ali, acreditando que a Internet é a “mídia que acaba com todas as mídias”. O que os fazedores de mídia tática têm feito é justamente desencorajar grandes expectativas em torno do potencial libertador de todas as tecnologias, sejam elas velhas ou novas, ao mesmo tempo em que não se deixam capturar na armadilha do pessimismo cultural. Ao contrário, buscam-se maneiras de conectar o banal com o exclusivo, o “popular” com a “alta arte”, o “lixo comum” com as grifes mais luxuosas e caras. Em termos técnicos, isso significa encontrar meios de conectar, retransmitir, desconectar – e tornar a conectar – um verdadeiro manancial de frequências de rádios piratas, vídeo arte, animação, redes sem fio, jogos, *jam sessions* musicais, cultura xerox, performances, robótica aplicada à educação,<sup>3</sup> filmagens, grafiteagem de rua e (não esquecer!) códigos de computação.

A força da mídia tática é que ela pode juntar pessoas. E sua fraqueza é a falta de fronteiras e linhas programáticas. A mídia tática tem uma tendência a se fragmentar em numerosos microenxames. Nada contra – afinal, esta é a natureza das coalizões. Tudo o que de fato acontece se torna global. São realidades que atravessam fronteiras, que atravessam a velha divisão norte-sul, como diz Saskia Sassen.<sup>4</sup> Ativistas de São Paulo

---

3 A expressão “*grassroots robotics*” do texto original está associada ao uso de robôs nas escolas de nível fundamental e médio para fins de ensino e pesquisa (N.T.).

4 Transcrição de um trecho da entrevista a *The Guardian* de 4 de julho de 2006, um tributo a Saskia Sassen. Disponível em <http://www.guardian.co.uk/globalisation/story/0,,1812148,00.html>.

e Manila compartilham essa nova geografia da centralidade que conecta as duas cidades – através de conexões bastante instáveis – com grupos de Nova York ou Paris. Pequenas organizações com pouquíssimos recursos financeiros se encontram com iniciativas similares de dezenas de países, espalhadas mundo afora, da América Latina ao Sudeste Asiático. Podemos encontrar conexões semelhantes também nas artes visuais, na música e no *software* livre. E como adquirimos essa sensibilidade cultural? Como damos conta da tarefa nada simples de obter vistos para participantes africanos? Pense duas vezes antes de responder com o termo “globalização”.

## O tempo do movimento

Diferentes fases do movimento global tornam-se visíveis, cada uma delas com suas distintas qualidades políticas, artísticas e estéticas. No final dos anos noventa do século passado, chegava ao fim o pós-moderno “tempo sem movimentos”. Organizavam-se campanhas de descontentamento com o neoliberalismo, o aquecimento global, a exploração do trabalho e vários outros temas conexos. Equipado com redes e argumentações, tendo o respaldo de décadas de pesquisa, um movimento híbrido – equivocadamente rotulado de “antiglobalização” – virou o assunto do momento. Uma das características particulares desse movimento tem a ver com sua aparente inabilidade e falta de vontade de dar respostas às questões típicas de todos os movimentos que aparecem, ou de todas as gerações que se rebelam: o que há para ser feito? Não existia, e não existe ainda, uma resposta ou alternativa – seja estratégica ou tática – à ordem mundial existente, ao modo dominante de globalização.

Talvez a conclusão mais importante e libertadora a que podemos chegar seja: não existe caminho de volta para o século vinte, como não há como retroceder para a proteção do Estado-nação ou para as horríveis tragédias perpetradas pela “esquerda”. Sempre é útil relembrar – mas é também bom poder jogar fora – o passado. A pergunta “o que fazer?” não deveria ser interpretada como tentativa de reintroduzir de alguma maneira os princípios leninistas. Pois, as questões da estratégia, organização e democracia pertencem a todos os tempos. Não queremos

trazer de volta a velha política pela porta dos fundos, tampouco acreditamos que podemos nos livrar de uma questão importante como esta simplesmente invocando os crimes cometidos em nome de Lenin, não importa quão justificáveis sejam esses argumentos. Quando Slavoj Žižek se olha no espelho, pode ver ali refletida a imagem do “Pai” Lenin, mas este não é o caso para o restante do mundo. O que tem para ser feito? Será que a “multidão” de interesses e experiências pode ainda se colocar esta questão, ou será que a única agenda possível é aquela definida pelo calendário das reuniões dos líderes mundiais ou da elite empresarial?

Não obstante, o “movimento dos movimentos” espalhou-se como incêndio. À primeira vista, parece ter sido usado como combustível o meio tradicional: mobilização massiva de dezenas de milhares nas ruas de Seattle, centenas de milhares nas ruas de Gênova. E as redes de mídia táctica tiveram um papel fundamental na sua constituição. A partir daquele momento, uma “pluriformidade” de identidades e reivindicações tornava-se realidade. A diferença chegou para ficar, e não vai mais precisar se legitimar contra a autoridade hierárquica do partido, do sindicato, ou da mídia. Em relação às décadas anteriores, este foi o maior ganho. Não mais estruturas de significado e significante; a Igreja foi substituída por um interminável desfile de celebridades que propõem oferecer conforto e esperança. As “multidões” não são um sonho abstrato ou uma construção teórica; são realidade. O mundo das multidões é descentralizado e fragmentado. E aí vem a questão: como as multidões devem fazer para se comunicar a distância, em que língua falarão? Como conseguir criar um terreno comum sem precisar usar os intermediários de sempre? Como operar nesse mercado de microidentidades? E a pergunta mais importante: uma vez que as multidões se formam, de que maneira elas dialogam e discutem, como tomam decisões?

Se existe uma estratégia, esta não é a da contradição, mas a da existência complementar. A despeito de deliberações teóricas contrárias, não existe contradição entre a rua e o ciberespaço – um alimenta o outro. Protestos contra a OMC, contra as políticas neoliberais da União Europeia ou convenções de partidos, tudo isso acontece diante da imprensa mundial reunida. Centros de Indymedia pipocam como parasitas na mídia hegemônica. Ao invés de ter de implorar para atrair

atenção, as rebeliões acontecem diante dos olhos da mídia global, em encontros de líderes políticos e empresários, provocando o confronto direto. Como alternativa, são escolhidos lugares simbólicos, que podem incluir zonas de fronteira como as que separam a Europa do leste da ocidental, o sul da Europa da África, Estados Unidos e México, ou os centros de detenção para refugiados nos aeroportos de Amsterdã e Frankfurt, o Eurocop, centro de dados de Estrasburgo ou o centro de detenção Woomera no deserto australiano. Em lugar de simplesmente recusar a globalização, o objetivo global do movimento é agregar uma nova camada de globalização “desde baixo”.

## **Confusão e resignação após o 11 de setembro**

À primeira vista, o futuro do movimento é confuso e exasperador. As grandes e velhas narrativas da esquerda, de intelectuais como Chomsky, Pilger, Fisk e Roy, que tentam explicar o imperialismo da vontade e suas agressivas políticas unilaterais, são consumidas com entusiasmo, mas não proporcionam mais aquela certeza quase religiosa. Num mundo policêntrico, teorias conspiratórias que ressaltam somente um aspecto (como, por exemplo, o petróleo ou a política internacional dos Estados Unidos), fornecem conforto apenas temporário às nossas confusões e inquietações. Não há necessidade de qualquer condenação moralista do capitalismo, os fatos e eventos falam por si. As pessoas são levadas às ruas pela urgência da situação, não por teorias. Os poucos remanescentes da esquerda tradicional não conseguem mais oferecer uma ideologia ao movimento, até porque ele funciona perfeitamente sem ideologia. Mesmo os movimentos sociais que fermentaram e eclodiram nas décadas de 70 e 80, e que hoje se encontram encapsulados em suas estruturas de ONG, estão tendo o maior trabalho para se manter de pé. Novas formações sociais tomam conta das ruas e dos espaços midiáticos do mundo sem qualquer necessidade de se fazerem representar por uma autoridade hierárquica – nem mesmo os comitês heterogêneos que se juntam em Porto Alegre.

Até agora, o movimento tem evoluído através de coordenadas espaço-temporais bem definidas. Ainda são necessários alguns meses para mobilizar multidões e organizar a logística, desde ônibus até aviões,

acampamentos e *hostels*, para os centros de mídia independente. O movimento global continua operando na base da espontaneidade (mesmo sem ter a pretensão de ser “espontâneo”). As pessoas que percorrem distâncias quilométricas para participar de protestos e mobilizações são movidas por suas reais preocupações, não por algum ideal romântico de socialismo. Aquela velha e surrada questão, “reforma ou revolução?”, soa mais como uma chantagem para provocar respostas politicamente corretas. Tanto em nível local quanto nacional, no entanto, temos uma imagem diferente – aglomerações crescendo rapidamente, às vezes em questão de dias. Por outro lado, o Euromayday, que se reúne uma vez por ano, vai se espalhando por todo o continente em ritmo lento, porém regular.

A contradição entre egoísmo e altruísmo já se provou ser uma falsa oposição. A globalização promovida pelos Estados e corporações multinacionais afeta o mundo inteiro. Organismos internacionais como OMC, FMI, Protocolo de Kyoto sobre aquecimento global ou a privatização do setor de energia, não são mais questões abstratas, outrora nas pautas e agendas dos especialistas, burocratas e lobistas de ONG. Este “*insight*” político é o avanço espetacular dos tempos recentes. Seria esta a última Internacional? Não há mais caminho de volta para o velho Estado-nação, para as tradicionais concepções de emancipação, para as lógicas da transgressão e da transcendência, exclusão e inclusão. As lutas não se dirigem mais a um Outro distante, que implora por apoio moral e dinheiro. Finalmente, chegamos à época pós-solidariedade. Hoje se ouve como uma espécie de insulto colonialista falar em nome dos pobres do mundo. Consequentemente, os movimentos de libertação nacional foram substituídos por uma nova análise do poder que consegue ser, ao mesmo tempo, incrivelmente abstrata, simbólica e virtual, e também terrivelmente concreta, detalhada e íntima. É este detalhe que atesta a qualidade e a vitalidade dos novos movimentos. Ultimamente, o desafio tem sido liquidar o ciclo regressivo de protestos morais marginais que se seguiram à lenta agonia das mobilizações de massa. Felizmente, o 11 de setembro não teve nenhum impacto imediato no movimento, e a escolha entre Bush e Bin Laden tornou-se totalmente irrelevante, já que as respectivas agendas têm sido identificadas e

rejeitadas como fundamentalismos devastadores. A pergunta óbvia que se segue – “qual terrorismo é pior?” – tem sido cuidadosamente evitada, uma vez que é uma questão que passa longe das pressões e exigências da vida cotidiana: as lutas por renda e trabalho decente, por transporte público de qualidade, por assistência médica, água e educação. À medida que tanto a democracia quanto o socialismo real dependiam fortemente do Estado-nação, um retorno ao século XX seria tão desastroso quanto as catástrofes que ele produziu.

A concepção de uma multidão digital difere fundamentalmente das ideias anteriores sobre a multidão, sendo, ao contrário, inteiramente baseada na abertura. Nos últimos anos, as lutas criativas das multidões produziram resultados em diferentes níveis: a dialética de códigos fonte, fronteiras e conhecimentos abertos. Contudo, a total e ampla incorporação dos conceitos de abertura e liberdade entre seus princípios não é, de forma alguma, uma solução de compromisso com o cinismo e a ganância da classe neoliberal. Os movimentos progressistas sempre se ocuparam com a democratização radical das regras de acesso, dos processos decisórios e compartilhamento de capacidades. E isso, em geral, teve início a partir de uma base comum ilegal ou clandestina. No âmbito do mundo analógico, tal característica tem levado a toda sorte de cooperativas e empresas autogeridas. Essa sua específica noção de justiça está assentada no empenho em driblar o brutal regime de mercado e buscar diferentes modos de enfrentar a escassez de recursos materiais.

## **Tendências do debate: George Monbiot**

Certamente os tempos são outros no momento em que os debates estratégicos dos movimentos por uma outra globalização vão parar nos editoriais da mídia *mainstream*. De acordo com a Amazon, “Se em *No logo* Naomi Klein nos mostrou o que estava errado, agora, em a *Era do consenso*, George Monbiot nos ensina como consertar as coisas”. O editor Rupert Murdoch, da Harper Collins, define o manifesto de Monbiot (2005) como “uma descrição, abalizada e persuasiva, dos movimentos oposicionistas no Reino Unido”. O ativista ambiental George Monbiot escreve uma coluna no *The Guardian* e é autor de um *bestseller* sobre as desastrosas privatizações da Inglaterra. Graças à

rede de distribuição de Rupert, *A era do consenso* chegou às bancas de jornal; comprei o meu exemplar numa banca do aeroporto de Sydney.<sup>5</sup>

A mudança que George Monbiot tem em mente não fica nada a dever a uma “mutação metafísica”, conceito que ele toma emprestado do romancista francês Michel Houellebecq. Ou então a um corte epistemológico, processo revolucionário semelhante ao conceito de salto paradigmático de Thomas Kuhn (1962).<sup>6</sup> Monbiot vê uma “sociedade civil global” emergindo dos movimentos de protesto contra OMC, G-8, Water Environment Federation, e em contraeventos como o Fórum Social Mundial. Ele conclama esses movimentos a agarrarem o momento e “se tornarem os catalisadores de uma nova transformação”. Costuma-se dizer que os problemas globais demandam soluções globais, para além das inter-relações entre nações. Diferentemente de críticos das multinacionais globalizadas como David Korten, Monbiot passou a ser um “localista” que acredita que pequenas empresas autossuficientes são a solução. O Império e suas multinacionais só combinam com democracia global. Para muitos desses ativistas, não há caminho de volta para o Estado-nação; a fim de enfrentar desafios como a crise da Aids ou o aquecimento global, eles veem a urgência de se sonhar coletivamente com novas entidades globais e começar a construí-las desde a base, desde baixo. “Menos é mais” pode ser um lindo sentimento, mas, na verdade, prejudica o pobre. É perda de tempo pregar “governança global” e depois ficar esperando que a classe política voluntariamente implemente os novos modelos. Vale a pena aprofundar os detalhes da argumentação de Monbiot, porque, até o momento, a mídia tática ainda não havia sido analisada em um contexto “global”.

Monbiot avalia a democracia como o menos pior dos sistemas. E, uma vez que ainda não inventaram nada melhor, temos que trabalhar dentro de suas premissas. A questão que os ativistas normalmente deixam de lado é: “quem fiscaliza os fiscais?”. No interior dos movimentos, mas

---

5 George Monbiot, *The age of consent: a manifesto for a new world order*. Londres: Flamingo, 2003 (publicado no Brasil com o título *A era do consenso: um manifesto para uma nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2005). *Reviews of the age of consent*: Morag Fraser, Sydney Morning Herald, 11 de julho de 2003; Peter Taaffe, *The Socialist*, 14 de julho de 2003; Michael Meacher, *The Guardian*, 21 de junho de 2003; *The Economist*, 26 de junho de 2003. Ver também a *homepage* de George Monbiot em [www.monbiot.com](http://www.monbiot.com).

6 Cf. Thomas Kuhn, *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

também dentro do mundo da Internet, prega-se a democracia, mas ela não é praticada. E este foi um problema para a esquerda no passado. A responsabilidade torna-se mais uma vez uma questão em relação às Ongs convidadas a participar de encontros globais. Quem elas representam, diante de quem são responsáveis? Campanhas conservadoras que seguem uma direção diametralmente oposta à espontaneidade dos movimentos populares e comunitários (um exemplo é o *site* [ngowatch.org](http://ngowatch.org)) também levantam a questão, mas até o momento não se obteve uma resposta que fosse além de teorias conspiratórias acerca de quem estaria por trás deste NGO Watch.<sup>7</sup> Apesar da falta de uma tradição democrática, Monbiot conclama a uma “revolução democrática global” que possa superar o “realismo pessimista”. Ele acredita no poder dos acontecimentos momentâneos, a “teoria do acontecimento”, como é chamada nos círculos filosóficos. Em suas palavras: “O real é o que acontece. Nós fazemos acontecer o momento, e ele se torna realidade. Uma revolução democrática global é a única opção que temos. É a única estratégia que pode nos livrar de uma ditadura global dos interesses dos investidores”. Depois da era do dissenso, “já é tempo de invocar a era do consenso”.

Grande parte do manifesto de Monbiot é dedicada à proposição de três instituições globais: um parlamento mundial, uma Câmara Internacional de Compensações e uma Organização para o Comércio Justo. A ideia de um parlamento mundial provém da insatisfação com a falta de transparência e compromisso das Ongs. Monbiot acredita que a solução para esse problema seria um fórum global de representação direta. Ao mesmo tempo, estaríamos nos livrando do Conselho de Segurança da ONU, no qual apenas cinco países têm poder de veto. E teríamos também que repensar o sistema “uma nação, um voto” implementado pela Assembleia Geral da ONU, já que uma ilha do Pacífico como Vanuatu tem o mesmo poder de voto de uma Índia ou uma China.

A despeito de minhas reservas iniciais com relação à sua vinculação com Murdoch, passei a admirar o espírito de Monbiot. Seu manifesto constitui um bom exemplo de um pensamento vigoroso, estratégico, livre daquelas tolices de nova era que geralmente acompanham a

---

<sup>7</sup> Esta situação se alteraria em junho de 2006, quando onze dirigentes de Ongs assinaram um termo de responsabilidade para o terceiro setor. Ver em <http://news.amnesty.org/index/ENGPOL306062006>.

literatura “positiva”. Parece que o positivismo organizado se deslocou dos círculos empresariais “pontocom” para os mensageiros da esperança translocais. O fogo retórico de Monbiot é também um exemplo de como estava equivocado o manipulador de opinião Charles Leadbeater (2004) em seu *Up the down escalator: why the global pessimists are wrong*. Movimentos como o ATTAC<sup>8</sup> atuam como *think tanks* que assumiram a tarefa de desenhar alternativas para as finanças e o comércio global. Pode-se não concordar com alguns aspectos do histórico do ATTAC, mas sua direção é clara. Os movimentos hoje têm urgência em materializar aquele *slogan* “Um outro mundo é possível”. Muitos têm levado a sério a tarefa, afastando-se dos protestos apocalípticos para direcionar a energia dos movimentos crescentes para outros patamares. Para ilustrar, posso citar World Changing, Global Voices, Planetnetwork e Open Democracy como os exemplos mais dominantes nos Estados Unidos. Mapear os diversos novos movimentos globais por mudança já consiste, em si, em um grande projeto.

Não vivemos mais nos sombrios anos oitenta, Mr. Leadbeater! Mesmo que tenhamos surtos de depressão, nossas psicopandemias podem ser rapidamente tratadas com Prozac e Viagra. Se fôssemos hoje viver na Idade do Pessimismo, quem seria o nosso Arthur Schopenhauer? Que pensador contemporâneo poderia equivaler ao Emile Cioran de *Homem, este animal insone*? Como poderíamos nos aproximar da mente sombria que escreveu “a negação é a primeira liberdade da mente”? Pois, na verdade, o que há é muito otimismo artificial. Somos compelidos a acreditar em alternativas que não existem. Os discursos comercialmente bem-sucedidos de Leadbeater, que se apresentam como uma visão quase moderada e equilibrada são, na verdade, a voz autoritária do Estado em sua versão contemporânea. Sua hipocrisia reside na negação da força, da violência e mesmo da existência do poder. É muito fácil lançar no lixo todas as utopias do último século – e acusar os que estão contra de totalitarismo. O que Leadbeater comemora de fato é a morte das ideias. Deixem que *experts* como Leadbeater pensem por você! Leadbeater

---

8 ATTAC é a sigla de Associação para a Taxação das Transações para Ajuda aos Cidadãos, uma organização criada na França que defende a taxação de todas as transações de comércio internacional. Seu *slogan*, “O mundo não está a venda”, é uma denúncia contra a mercantilização da sociedade. Ver, para mais detalhes, [www.attac.org](http://www.attac.org).

prefere a “inovação” à transformação radical e promove a confortável normalidade de sua vida de consultor de pijama como solução para os problemas do mundo. Mas ele não entendeu nada. Afinal, não estamos tendo uma boa vida? Do que mesmo críticos como Monbiot estão se lamentando?

*A era do consenso* não é nem utópica nem idealística, mesmo que muitos críticos tenham assim caracterizado as proposições de Monbiot. Igualmente, seu projeto para um novo mundo costuma ser rejeitado pela crítica por ser muito pormenorizado e pragmático. Monbiot fala na perspectiva de alguém que está dentro do movimento por justiça global. É esta posição explícita que torna suas proposições tão atraentes e potencialmente poderosas. Finalmente, é reconfortante saber de alguém que conseguiu superar a aparente neutralidade que torna o jornalismo de hoje tão frio, cínico e deliberadamente dissintônico com o mundo das ideias.

O manifesto de Monbiot deveria ser lido como exemplo de um novo gênero. *A era do consenso* me faz lembrar daqueles panfletos anarquistas não acadêmicos anteriores à 1ª Guerra Mundial, quando a questão “o que fazer?” precisava ser respondida com urgência – e cujas respostas teriam grande impacto no curso dos acontecimentos mundiais. Monbiot compartilha com Hardt e Negri, de *Império* (2000), a crença no poder da “multidão” de constituir o mundo. Tudo pode ter sido “comoditificado” e integrado como espetáculo – exceto a imaginação coletiva. Encontramos rastros da soberania dos povos em toda parte. O mesmo pode ser dito sobre os inspiradores grupos de mídia tática que desenvolvem *software*, interfaces e redes experimentais. Mesmo que essas ideias levem um bom tempo germinando,<sup>9</sup> e suas sementes possam precisar ficar anos a fio nas sementeiras. Não que eu concorde com tudo o que George Monbiot está propondo, mas é exatamente este o ponto. Certos textos abrem espaços e possibilidades imaginativas – e é exatamente isso que é subversivo nas ideias. É o que faz com que os que estão no poder se sintam tão desconfiados com essas ideias que rompem a barreira da inovação e miram a real transformação da sociedade.

---

9 Vide os debates nas listas da Oekonux sobre a “germinação” do *software* livre, que faz brotar uma sociedade livre ([www.oekonux.org](http://www.oekonux.org)), e o capítulo sobre este tema em meu último livro *My First recession* (V2\_Publishers, 2003).

Após décadas de desenfreado anti-intelectualismo, estamos agora vivendo uma verdadeira era de ouro das ideias, e Monbiot é parte dessa tendência. Festivais de ideias são populares como nunca antes.<sup>10</sup> Seguindo essa onda, as ideias são vistas como “as moedas de troca da nossa era da informação”. O 11 de setembro, recessão econômica, mudanças climáticas e as políticas unilaterais e violentas da administração Bush só fizeram acelerar ainda mais esse processo. Ideias que pegam e vão além do tradicional plano acusatório, conseguindo mobilizar os usuários de mídia numa multiplicação de “*smart mobs*”, as aglomerações inteligentes de Howard Rheingold (2002). “Nossas opiniões não servem para nada até que as coloquemos em prática”, diz Monbiot. Mas essa não é a única questão. As pessoas estão cada vez mais querendo ação, e os protestos globais contra a guerra do Iraque que eclodiram no início de 2003 não deixam dúvidas a esse respeito. Os movimentos tendem a operar por fora dos espaços ritualizados da política. E as antigas mídias de difusão não dão mais conta de “cobrir” toda a sua esfera de influência. Em tempos de redes, as ideias são como “*memes*” cuidadosamente desenhadas, que percorrem distâncias sem perder seu significado central. Por mais que os editores de notícias ignorantes e servis se esforcem, ideias não podem ser transformadas em mentiras. Até pouco tempo atrás, ideias eram simplesmente ignoradas e descartadas por serem marginais, acadêmicas ou irrelevantes, mas não se pode mais negar a atual demanda por elas. Ideias desmontam facilmente interpretações equivocadas provocadas por jornalistas descuidados ou comentaristas em crise de meia-idade, simplesmente porque estamos vivendo na era pós-desconstrucionista. Não há mais interesse ou necessidade de desmontar frases ou conceitos para poder situar cada noção no contexto da história das ideias. Cada “nova” ideia pode ser separada de um conjunto de velhas ideias. O conhecimento de mídia atingiu um nível tal que ideias atrativas chegam a seu público de qualquer forma. Este mecanismo também está tendo impacto no trabalho dos manipuladores de opinião.

A invasão do Iraque em 2003 pode ser lida de duas maneiras, como uma bem-sucedida campanha para manipular a opinião mundial ou como

---

10 Cf. <http://www.ideasatthepowerhouse.com.au> (Brisbane); <http://www.adelaidefestival.org.au/ideas/2003/index.asp> (Adelaide).

o fim da manipulação das fontes de informação do jornalismo global. Já meses antes de a guerra explodir, milhões de pessoas se recusavam a aderir ao “circo da mídia” que insuflava a guerra, e a ira do público só fez aumentar depois dos acontecimentos. Este é o problema com o jornalismo ao estilo Chomsky, legado que o movimento por uma “outra globalização” insiste em abraçar. Não é essa a “verdade” que *websites* como PR-Watch, GNN, Media Channel ou Adbusters nos estão revelando. O problema é que só alguns poucos ainda “acreditam” na mídia. Como já indiquei, os *blogs* constituem um veículo essencial nesse processo de desmistificação da mídia de massa. O trabalho de esclarecimento já foi feito, só mesmo o cinismo e o medo podem ainda alimentar o populismo, e não as “verdades” fabricadas. A influência das fontes de informação está com seus dias contados.

Não se trata tanto de uma questão de liberdade de expressão. Se somos livres para dizer qualquer coisa, fora de um determinado contexto social não existe ameaça, não importa o que tenhamos a dizer. É a liberdade das ideias que é verdadeiramente subversiva. Ao ler as matérias que têm sido publicadas, é interessante ver como tanto os marxistas ortodoxos quanto os defensores do mercado recusam a argumentação de Monbiot sem se dar ao trabalho de analisar suas propostas seriamente. Caracterizar os capitalistas como ETs vindos de Marte ou Vênus, como fez a *The Economist*, é um truque fácil de retórica que desvia da verdadeira crise da economia, da ecologia e da política. O fracasso dos discursos de livre comércio na rodada de Doha demonstra o quanto a OMC está à beira do colapso – e não são só as Ongs que estão tendo uma participação ativa nesse processo. Por outro lado, acusar Monbiot de ser um keynesiano cujo único desejo é salvar o capitalismo é outra interpretação que tampouco faz sentido e contraria claramente a mensagem do livro. Monbiot diz textualmente: “As instituições não podem reformar a si mesmas. Seu poderio está assentado na injustiça dos arranjos que as produziram, e atacar esta injustiça seria ter que aceitar sua própria dissolução”.

George Monbiot ousa pensar grande, e isso é o que faz com que tanto marxistas ortodoxos quanto neoliberais não gostem de *A era do consenso*. “Nossa tarefa”, diz Monbiot, “não é derrotar a globalização,

mas sim capturá-la, usá-la como instrumento para a primeira revolução democrática mundial”. O que está na agenda é nada menos do que a democracia em nível global. Tanto a esquerda tradicional quanto os neoconservadores não gostam de falar de “governança global”, como é chamada na esfera das relações internacionais. Enquanto a esquerda sempre se identificou com o Estado-nação, os neoliberais acreditam que é exclusividade da classe empresarial global o direito de definir os termos das operações transnacionais. Monbiot corretamente aponta a estratégica oportunidade que se coloca para o “movimento dos movimentos”, de desenhar modelos de democracia global. Ninguém fará isso para nós – a não ser que se dê algum crédito à paranoica teoria de que um governo mundial já está em pleno funcionamento.

O que aconteceria se houvesse eleições parlamentares globais e ninguém aparecesse para votar? Monbiot se dá ao trabalho de formular essas questões. Absenteísmo eleitoral tem sido um problema, por exemplo, no Parlamento Europeu, que, tanto quanto o parlamento imaginado por Monbiot, carece de legitimidade e poder. A democracia pode ser “o menos pior dos sistemas” quando comparada aos pesadelos do marxismo do século passado, ou ao modelo de “contrapoder” dos anarquistas ocidentais. Mas isso não deveria impedir o pensamento crítico de examinar os problemas reais que a democracia representativa vem enfrentando. Seria interessante se Monbiot se engajasse no atual debate sobre a democracia, como faz, por exemplo, o conservador Fareed Zakaria (2003) em seu *The future of freedom*. Segundo Zakaria, nem sempre mais democracia é uma boa coisa; o que precisamos hoje na política é menos democracia, não mais.<sup>11</sup> Ao contrário do que sugere Monbiot, Zakaria não está afirmando isso para defender os interesses das elites globais. Pelo menos não é este o argumento. Existem numerosos exemplos em que, através de eleições, ditadores e fundamentalistas chegam ao poder. E este não é um problema para ser negligenciado.

Não deveríamos equiparar democracia global a progresso e justiça. Um parlamento mundial poderia facilmente votar a favor de uma “guerra” contra os homossexuais, ou pelo fechamento da Internet, por

---

11 ZAKARIA, F. *The future of freedom*. Nova York: WW Norton, 2003.

exemplo. Na verdade, coisas assim são bem possíveis de acontecer. Os pagãos libertários têm, de fato, muito a temer da sagrada “opinião mundial”. Ao invés de pressionar por mais instituições vazias, Zakaria defende que a maior liberdade no mundo pode fortalecer uma cultura democrática emergente. A extensão e o aprofundamento das liberdades, como no caso da liberdade de imprensa e liberdade dos movimentos, poderiam se contrapor às formulações políticas pautadas por considerações politiqueras e eleitoreiras. Este argumento, no meu entender, não tem nada a ver com a questão de se algumas pessoas são “incapazes de viver em democracia”. De uma forma ou de outra, as democracias ocidentais também têm que redefinir sua relação com o espetáculo da mídia. Não basta ficar defendendo eleições frequentes e regulares, porque isso pode apenas aumentar os riscos do populismo. Em nenhum lugar Monbiot se refere a questões como essas, e fico tentando imaginar por quê. Pois a “crise” da democracia está geralmente interligada à questão da mídia. Assim, uma outra confrontação interessante poderia ser entre as ideias defendidas por Monbiot, das instituições globais, e o modelo agonístico de democracia proposto por Chantal Mouffe (2000).

Tal como vários outros altermundialistas, o entendimento de Monbiot sobre mídia e tecnologia é virtualmente zero. Pode-se imaginar que, como jornalista, ele tivesse algo a dizer sobre mídia, mas não encontramos nenhuma linha sobre o tema em *A era do consenso*. E, poderíamos perguntar, por quê? Seu *website* pessoal é bem legal... Mas é impressionante que seu projeto não contenha uma única referência às novas mídias ou a questões relacionadas às redes, sem falar da mídia tática. Comércio justo mais democracia global darão conta do recado, é o que parece. Curiosa reminiscência de um marxismo tradicional acreditar que os problemas de hoje possam ser resolvidos somente nos planos da economia política clássica, como se diferenças culturais, questões de raça e gênero, conflitos étnicos e guerras religiosas pudessem ser deixados em segundo plano. Décadas de Gramsci, Althusser, Foucault, pós-modernismo, estudos culturais e estudos das novas mídias até agora falharam em encontrar um lugar no debate da globalização. O nível “ideológico”, que inclui a mídia, permanece como

instância secundária. Monbiot e, junto com ele, um grande número de analistas contemporâneos ou ainda não fizeram a “virada cultural” ou misteriosamente deram um jeito de se desviar dela.

Poderíamos também colocar a culpa nos que buscam abrigo nos guetos (institucionais) pós-modernos. Já é hora de entender que a mídia é mais do que representação ou “espetáculo”. As sociedades estão profundamente conectadas em redes; de fato, não existem democracias, apenas mídia-democracias. A “sociedade em rede” é um fato, não uma proposta. Os fluxos de que falam Saskia Sassen (vide nota 4) e Manuel Castells (1996) são bastante reais. O ponto de vista de Monbiot pode funcionar se você não for um fanático por teoria, mas torna-se problemático a partir do momento em que toda essa tendência em direção ao trabalho imaterial, às indústrias criativas e à crescente importância do conhecimento como fator de produção é deixada de lado. Em vários aspectos, parece que muitos dos pensadores contemporâneos de destaque ainda estão em 1968. Jamais fomos pós-modernos.

Em busca de sua mitologia, os movimentos sociais historicamente sentem necessidade de criar eventos aos quais os futuros ativistas possam se referir. Para o movimento pela justiça global, este mito de origem seria o 1º de janeiro de 1994, que marcou o início do advento Zapatista (simbolizado no *slogan Ya Basta!*). Não parece suficiente acreditar que uma múltipla sucessão de eventos de repente dê liga e dispare seu início na história. As multidões ainda precisam de um plano quando se trata de narrativa histórica. Não é suficiente o fato de que “somos de todas as partes”. Contrariando sua própria filosofia, o movimento que estourou na mídia em Seattle, no final de 1999, tem estado até hoje secretamente buscando uma origem plausível que possa conferir a esse acontecimento global um sentido e uma direção.

Porém, esta é uma contradição que precisa ser examinada. Os protestos mundiais, com seus altos e baixos, não costumam seguir os padrões de sempre, do contrário o movimento já teria sucumbido à repressão, às armas e às drogas, por infiltrações, sectarismo ou simples esgotamento. A necessidade de uma história linear de nascimento e queda, com princípio, meio e fim, pode ser descartada como uma fraqueza demasiadamente humana.

O jornalista e ambientalista inglês Paul Kingsnorth (2006) não chega nem a arranhar a mitologia dos movimentos. Seu livro *One no, many yeses* funciona mais como um honesto e representativo mapa do “movimento dos movimentos”, sem muito distanciamento crítico ou reflexão. Durante o ano de 2002, Paul Kingsnorth, antigo editor da revista *The Ecologist*, na faixa dos trinta e poucos anos, percorreu o mundo, de Chiapas, no México, até os tumultos de Gênova, na Itália, visitando o Reverendo Billy em Nova York e grupos contra as multinacionais da Califórnia. Dentre as narrativas de sua viagem, algumas me chamam a atenção. A primeira é sobre uma visita aos grupos de Soweto que se opunham às políticas de privatização da energia elétrica propugnadas pelo Congresso Nacional africano. A segunda conta sua visita a Papua, onde pôde testemunhar a eclosão do movimento pela independência. Também se destaca seu relato sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST do Brasil, que conheceu numa viagem para participar do Fórum Social Mundial.

A ausência de um aparato conceitual e teórico é evidente, mas este não parece ser o principal problema. Tampouco se vê qualquer citação a Deleuze ou Foucault, muito menos a Negri ou Agamben. O mesmo pode ser dito a respeito da compreensão de Kingsnorth sobre o que seja mídia, que não vai muito além da fórmula de Chomsky “mídia = propaganda”. Se as mídias são controladas por grandes corporações, nossa agência de notícias Indymedia é a resposta. E esta concepção primária das (novas) mídias está, infelizmente, bastante disseminada. A ausência de tópicos relativos às novas mídias é evidente nas agendas dos Fóruns Sociais, de Porto Alegre a Florença. A incrível falta de sensibilidade para as questões de *software* livre, redes de arquitetura aberta, poderia também ser creditada à “inabilidade social” de *nerds*, *hackers* e artistas da rede, que até o momento não conseguiram sensibilizar nem mesmo seus chefes da “geração *baby boomer*”. Apesar dos numerosos esforços de grupos e comunidades, os princípios do *software* livre e os temas da Internet em geral não chegam aos altos escalões do Fórum Social Mundial e suas versões regionais e nacionais.

Estamos vendo o tempo todo que são os eventos locais que fazem os movimentos, e não ideias genéricas. Nesse sentido, o movimento é “pós-1989” em sua recusa das ideologias, e este é um problema que os intelectuais, sobretudo aqueles da Itália e da França, ainda terão

de enfrentar. Os “protestivais” revelam uma dimensão de militância carnavalesca que ainda não foi adequadamente descrita – Spinoza ou Heidegger podem não ser as melhores fontes neste caso. Mesmo que possamos identificar um profundo sentido de urgência que atravessa as histórias de Kingsnorth, não há nenhuma indicação de “estado de exceção” ou mesmo qualquer alusão a uma crise permanente. Paul Kingsnorth corretamente analisa o estado do mundo globalizado em toda a sua potencialidade. Pode-se ler isso como otimismo *naïf* típico dos jovens, mas este tipo de simplificação desconsidera a gritante diversidade social dos participantes dos protestos no mundo todo. Não se trata de uma onda. É muito mais um conjunto de erupções que começaram a ressoar e estão se transformando em outra coisa.

No final dos anos 90, o movimento de Seattle contra a globalização ganhou força tanto nas ruas quanto na Internet. Mas será que podemos realmente pensar em uma sinergia entre os protestos de rua e o “hacktivismo” *on-line*? O único que a rua e a Net tiveram em comum foi seu estágio conceitual. O potencial de desvio era enorme. Pois tanto os protestos reais quanto os virtuais correm sempre o risco de ficarem presos no nível *demo design*, não mais ancorados nos tópicos e questões reais ou nas situações locais. Isto quer dizer que o movimento nunca consegue sair do estágio “beta”.<sup>12</sup> Só no nível abstrato podemos conectar conflitos e eventos, mas, em geral, esse tipo de análise acaba tendo uma conotação religiosa, do tipo que procura levar esperança às pessoas. Existe, sim, uma solidariedade em rede, mas nenhum efeito de sinergia. À primeira vista, reconciliar o virtual com o real parece ser um ato de retórica. Os pragmatistas radicais vivem enfatizando a incorporação das redes digitais na sociedade da vida real, o que desmonta a oposição real/virtual.

Não existe uma esfera pura e desencarnada nas comunicações globais, tal como prega a cibermitologia dos anos 90. Mas será que não podemos pular todas essas conclusões óbvias? Ao invés de promover a correção, seria mais interessante que as iniciativas educacionais pudessem trazer os movimentos sociais para a era da Web 2.0. Ao invés de defender o

---

12 Termo de informática, a versão beta de um *software* é a que é disponibilizada aos usuários para teste, antes de ser lançada definitivamente no mercado (N.T.).

uso de obscuros *software* livres que ainda estão em versão beta, seria melhor instalar e disponibilizar *blogs* e *wikis* fáceis de usar.

## Limites das redes táticas

O chamado para que artistas e ativistas retornem à “vida real” não oferece uma solução viável à questão de como os modelos alternativos das novas mídias podem alcançar o nível da cultura de massa (*pop*). É verdade que as demonstrações de rua aumentam os níveis de solidariedade e nos puxam para fora da solidão diária das interfaces de mão única. Contudo, deveríamos perguntar: “o que vem depois do estágio *demo (design)*” das novas mídias e movimentos? Alex Foti, em seu artigo *Demoradical vs. demoliberal regulation*, propõe-se a denominar as atividades pós-movimento de “conspiração rosa”.<sup>13</sup> “A emancipação das mulheres e o fim da família patriarcal, bem como as desigualdades de gênero, os movimentos feministas, as mobilizações dos homossexuais, políticas *queer*, luta pelos direitos civis de *gays*, lésbicas, bi e transexuais, a afirmação dos direitos reprodutivos contra as decisões papais e a igualdade de acesso à representação política das mulheres são temas que provocaram um verdadeiro terremoto na política do mundo ocidental. No âmbito dos movimentos, a rebelião arco-íris é a mais inovadora forma de expressão política surgida do caldeirão Praga-Gotemburgo-Gênova; próxima e, paradoxalmente, separada dos *tutti bianchi* e *black blocs*, duas outras formas singulares de expressão da juventude nos movimentos antiglobalização. Os colarinhos rosa são o presente do trabalho social, e os movimentos *pink* são o futuro do progresso social. A coalizão rosa, diz Alex Foti,

[...] já se manifestou no movimento do precariado que está a ponto de se tornar um movimento global. No Mayday de 2006, um único e enorme grito ecoava de Berlim até Los Angeles: “Abaixo as fronteiras! Chega de perseguições! Façam parar a discriminação! Dane-se a precariedade!

---

13 FOTI, A. Demoradical vs demoliberal regulation, *Nettime*, 6 jul. 2006. David Garcia, cocriador do conceito de mídia tática, chega a conclusão semelhante em seu ensaio *Learning the right lessons* (Aprendendo as lições certas), postado no *website* Mute em janeiro de 2006, onde ele apresenta o feminismo como “legado essencial das políticas culturais”. Ver em <http://www.metamute.org/?q=en/Learning-the-Right-Lessons>.

Basta de desigualdade!”. Para mim, está mais do que evidente que o “Mondo Mayday” não pode mais esperar. (Foti, 2006, s/p)

Alex Foti também admite que isso não tem nada a ver com os ímpetus radicais dos anos 60. E se os movimentos da década de 60 tiveram como resultado o ambientalismo, então, para onde vai o movimento de hoje, depois de chegar à adolescência? Os aspectos negativos, puros e modernistas do “conceitual” esbarram agora no muro do *demo design*, como descreve Peter Lunenfeld (2000) em seu livro *Snap to grid*. A questão passa a ser então: como sair dos eventos únicos e exclusivos e começar a produzir protótipos? O que acontecerá depois do cerco a mais um encontro de cúpula de CEOs e políticos? Até que ponto um movimento pode crescer e permanecer virtual? Ou, colocando em termos de tecnologia da informação, o que vem depois do *demo design*, depois de incontáveis apresentações em PowerPoint, testes de banda larga e animações em Flash? Será que o Linux conseguirá algum dia ultrapassar os limites do gueto dos *nerds*? O fator de bem-estar das multidões abertas e crescentes (Elias Canetti, 1960) vai se desgastar; a fadiga do *demo* vai se instalar. Alguém poderia então perguntar: a sua versão da utopia tem data de validade? Não posso responder a esta questão simplesmente considerando os inevitáveis ciclos de excitação-experiência-confrontação-frustração. Kenneth Werbin discute um outro aspecto do ativismo de rede, qual seja, o perigo de confundir difusão de informação com ativismo:

As pessoas se escondem atrás de referências e teorias, ao mesmo tempo, elas também se inclinam cada vez mais, nesta nova ordem social sempre aberta e em expansão, a se esconder por trás do intercâmbio de informação; não precisa se posicionar, basta apenas clicar e encaminhar. Neste mundo em que se favorece a disseminação de informação sobre posicionamentos pessoais, o engajamento crítico vai minguando até desaparecer, não apenas das listas e *blogs*, mas de qualquer lugar. São estas as contradições e ambiguidades de viver em uma ordem social onde a vida é controlada pela própria abertura. (Werbin, 2006, s/p)<sup>14</sup>

---

14 Ver também minha correspondência com Kenneth Wirbin, Critique of ranking and listing, em *Nettime* de 24 de agosto de 2006.

Ao invés de criar mais um novo conceito, é hora de se perguntar como o *software*, as interfaces e os padrões alternativos podem ser instalados na sociedade. Ideias podem assumir a forma de vírus, mas a sociedade consegue driblar até mesmo os mais bem-sucedidos programas de imunização: apropriação, repressão e negligência generalizada. Confrontamo-nos com uma crise de escalabilidade. Muitos movimentos e iniciativas encontram-se numa verdadeira armadilha. A estratégia de devir “minoritário” (Guattari) não é mais uma escolha afirmativa e positiva, mas a opção padrão. Pequenos grupos estão sendo gestados e alimentados – necessário agora é criar escala e construir coalizões temporárias que possam aspirar a alguma hegemonia. Neste momento, projetar um vírus cultural de sucesso e conseguir que milhares de usuários visitem seu *weblog* não vai levar além do nível de um “espetáculo” de curta duração. O desafio é usar a mídia e ao mesmo tempo ir além dela. Os “*culture jammers*” não são mais criminosos e sim *experts* rebeldes em comunicação de guerrilha (Heath; Potter, 2004).

Os movimentos contemporâneos correm o risco de ficarem bloqueados na autossatisfação das formas-protesto. Com o acesso ao processo político efetivamente bloqueado, a mediação parece ser a única opção disponível. Porém, a estratégia de obter cada vez mais valor agregado em termos de consciência global pode acabar funcionando como ações da Bolsa sobrevalorizadas: pode dar lucro, mas também pode virar pó. O sentimento de orgulho de que “nós já vínhamos falando disso há tempos” está levantando a moral das multidões minoritárias, ao mesmo tempo em que vai transferindo as lutas legítimas para as instâncias das comissões de verdade e reconciliação (geralmente parlamentares), muito tempo depois de o estrago já ter sido feito.

Ao invés de brigar por uma “reconciliação” entre o real e o virtual, eu prefiro bem mais uma síntese rigorosa dos movimentos sociais com tecnologia. No lugar de assumir a posição herdada dos *ciberpunks* – o futuro é agora –, muito se ganharia com uma radical revisão das tecnorrevoluções dos últimos 10 a 15 anos. As pontocom investiram todo o seu capital em propaganda da (velha) mídia. A crença de que a atenção gerada pela propaganda na mídia automaticamente atrairia usuários e os transformaria em clientes provou-se sem fundamentos. E este ainda é o

caso. Redes sociais como Flickr, Orkut e MySpace não cresceram por conta de contas milionárias de publicidade em TV. Remixar a velha e a nova mídia parece interessante, mas não é necessariamente o caminho a seguir se o que se deseja é criar movimentos. A informação nos “forma”. Mas a nova consciência resulta cada vez menos em ações mensuráveis. Os ativistas somente agora começam a entender o impacto desse paradigma. Como seria se a informação simplesmente circulasse em seu próprio mundo paralelo? O que nos restaria fazer se as demonstrações carnavalescas não conseguissem transcender o nível do espetáculo, e o protesto transnacional se cansasse da embriaguez dos *summits*?

A publicidade exagerada em torno das redes revela uma crise conceitual da colaboração e da cooperação. Há uma confusão com relação ao trabalho em redes pelo fato de as grandes formações de poder aparentemente desconsiderarem as redes. Existe cada vez mais incerteza se *blogs* e redes sociais fazem parte da mídia *mainstream*, ou se seriam mais um *hobby* periférico, às margens da economia real – onde circula o dinheiro de verdade. O mesmo pode ser dito do ativismo em rede, onde não está claro se a Internet é marginal ou se tem um papel vital nas lutas contemporâneas. A descrição de Habermas para a Internet – uma esfera pública informal subordinada à autoridade da mídia convencional, com suas casas editoras, jornais e revistas – fica parecendo, no fim das contas, um julgamento moral de como o mundo deveria funcionar. Mas, acredito que ambas as posições sejam perfeitamente válidas. A Internet pode ser “secundária” e poderosa ao mesmo tempo. Não existe nada de espetacular com relação ao trabalho em redes. E é justamente por essa razão que muitos destacados intelectuais e renomados pensadores ainda não se deram conta das transformações do poder que estão em curso. Esses intelectuais ainda se sentam diante da TV para assistir aos noticiários, talvez tenham até comprado recentemente um aparelho de DVD...

Da mesma forma, as corporações e instituições ainda estão em processo de abertura. A introdução das redes de computadores nas organizações nos últimos dez anos alterou os fluxos de trabalho, mas ainda não chegou a penetrar o nível decisório das empresas. Neste período de transição, temos algumas respostas confusas para a questão

de se “as novas mídias” fazem parte da cultura *pop mainstream*, o que deixa a mídia tática numa complicada situação de estagnação, como também acontece com a arte digital. Embora seja fácil constatar que a forma rede tornou-se o modo dominante de poder, não é este o caso para o “poder” no sentido estrito. Talvez por essa razão o chamado de abertura, transparência e democracia nos níveis micro e macro ainda contenha elementos progressistas, e deveria ser tomado como contrapartida a essas teorias conspiratórias que ainda circulam e que não param de se lamentar do fechamento das elites, considerando a “abertura” como o novo horizonte das formações de poder.

As clássicas dicotomias entre público/privado e global/local tornaram-se sem sentido e até mesmo obsoletas. Esses binarismos são agora substituídos por um flexível gerenciamento de singularidades e diferenças fluidas: ao invés de desafiar o poder, os ambientes em rede estão funcionando como suportes para autogestão e autocontrole virtual. Os ambientes em rede são intrinsecamente instáveis e, tal como os acontecimentos, têm a temporalidade como elemento central. Redes são estruturas densamente sociais à beira do colapso, e é totalmente questionável que possam existir modelos sustentáveis capazes de congelá-las. Talvez seja melhor pensar as redes como uma síncope do poder, uma perda temporária de consciência e posicionamento, ao invés de uma panaceia contra a corrupção, a comoditização, o ressentimento e a cegueira generalizada das tradicionais hierarquias. O resultado do trabalho em rede geralmente é o desejo desenfreado de ausência de poder, o que foge à ideia de progresso coletivo através dos subterfúgios da participação, fluidez, escapismo e supercomprometimento.

Muitos ativistas se perdem em meio ao acúmulo de mensagens de *e-mail*, *weblogs* e listas de discussão. O sentimento subjetivo de ter que nadar contra um *tsunami* de ruídos e tensões não pode mais ser explicado como falta de conhecimento da mídia. Os ativistas não estão mais preocupados com a próxima onda de tecnologias, simplesmente usam a tecnologia sem se preocupar muito com os aspectos políticos e os potenciais efeitos vinculados às funcionalidades e características da tecnologia que utilizam. As soluções de *software* e interface podem ser úteis, mas, em geral, ajudam temporariamente os usuários a

obterem um entendimento mais claro acerca dos complexos fluxos de informação. Com frequência, o resultado é o abandono da comunicação coletiva no meio do caminho – deixando os participantes *on-line* com o desconfortável sentimento de que a conversa foi bloqueada ou se quebrou e não se conseguiu chegar a uma conclusão. Depois de uma excitante introdução ao debate, as redes são colocadas em teste: ou elas se transformam em um corpo que é capaz de agir, ou estacionam numa linha contínua e plana de intercâmbio de informações, com respostas ocasionais de uns poucos indivíduos que ousam discordar. Nesse meio tempo, acontecem os eventos nas ruas: as manifestações contra a guerra do Iraque, as rebeliões nos subúrbios de Paris, em novembro de 2005, os protestos dos estudantes, também em Paris, no início de 2006, são a prova de que as tecnologias em rede podem dar suporte aos protestos, mas não são as tecnologias que os dispararam.

Ao mesmo tempo, deparamo-nos com a persistência de algumas formas românticas e anacrônicas de representação, hierarquia e comando. Em virtude do “muro conceitual” que a comunidade *on-line* geralmente tem dificuldade de atravessar, incapaz de lidar com sua própria forma de democracia (sem falar da democracia que tradicionalmente rege a vida social), as formas clássicas de representação acabam “tapando o buraco”. Isso é parte de um processo mais amplo de “normalização”, no qual as redes são integradas aos modelos de gestão existentes e capturadas pelos rituais institucionais. Mas o progresso das tecnologias em rede não é linear, da mesma forma que não é irreversível, como parecem ingenuamente acreditar algumas Ongs. É sempre difícil admitir que os espaços do poder (definição de agenda, tomada de decisão) existem com relativa autonomia em relação à esfera tecnológica, como é o caso das reuniões F2F (“*face to face*”). Ao contrário, todos estamos presos à ideia de que as redes descentralizadas, de alguma forma, com o passar do tempo, dissolvem o poder. Enquanto isso, os ambientes em rede vão também criando seus dispositivos específicos, novas formas de poder coordenadas, que consistem numa pluralidade de elementos. Estudar esses novos elementos – estatutos, normas, padronizações, práticas e instituições – como um conjunto que organiza as transações que vão do poder para o saber ou conhecimento ultrapassa o escopo do debate

atual sobre a sociedade da informação. Excede igualmente as tentativas de encontrar e substituir informação por conhecimento, assim como qualquer tentativa de localizar e identificar um objeto de trabalho em rede, muito menos um propósito.

## Referências

- CANETTI, E. *Masse und Macht*. Hamburg: Claasen, 1960.
- CASTELLS, M. *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell, 1996.
- FOTI, A. Demoradical vs demoliberal regulation. *Nettime*, 6 de jul. 2006.
- \_\_\_\_\_. *Learning the Right Lessons*. 2006. Disponível em <http://www.metamute.org/?q=en/Learning-the-Right-Lessons>
- GALLOWAY, A. *Protocol*. Cambridge (Mass.): MIT Press, 2004, p. 175 - 206.
- GARCIA, D. *Learning the right lessons*. Disponível em <http://www.metamute.org/?q=en/Learning-the-Right-Lessons>.
- \_\_\_\_\_; LOVINK, G. The ABC of tactical media. *Nettime*, 16 de mai. 1997. Disponível em <http://www.nettime.org/Lists-Archives/nettime-l-9705/msg00096.html>.
- HEATH, J.; POTTER, A. *The rebel sell, why culture can't be jammed*. Toronto: Harper Collins, 2004.
- KINGSNORTH, P. *Um não, muitos sins*. Uma viagem aos centros da Antiglobalização. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- KUHN, T. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- LEADBEATER, C. *Up the down escalator: why the global pessimists are wrong*. London: Penguin Books, 2004.
- LOVINK, G. Review of the age of consent. *Nettime*, set. 2003.
- \_\_\_\_\_. *My first recession*. Londres: V2 Publishers, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Dark fibre*. Cambridge (Mass.): MIT Press, 2002, p. 68-120.
- \_\_\_\_\_; SCHNEIDER, F. Um outro mundo é possível. *Makeworld*. Paper n°. 3, set. 2002.
- \_\_\_\_\_; SCHNEIDER, F. Notes on the state of networking. *Makeworld*. Paper n°. 4, fev. 2004.
- \_\_\_\_\_; WIRBIN, K. Critique of ranking and listing. *Nettime*, 24 ago. 2006.
- LUNENFELD, P. *Snap to grid*. Cambridge (Mass.): MIT Press, 2000.

MONBIOT, G. *The age of consent: a manifesto for a new world order*. Londres: Flamingo, 2003 (publicado no Brasil com o título *A era do consenso: um manifesto para uma nova ordem mundial*. São Paulo: Record, 2005).

MOUFFE, C. *The democratic paradox*. London/New York: Verso, 2000.

NEGRI, A.; HARDT, M. *Império*. São Paulo: Record, 2001.

RHEINGOLD, H. *Smart mobs*. Boston: Perseus Books, 2002.

WERBIN, K. C. *From lists to blogs: what is lost and what remains?* Posted June 18, 2006. Disponível em [http://www.networkcultures.org/weblog/archives/2006/06/from\\_lists\\_to\\_b.html](http://www.networkcultures.org/weblog/archives/2006/06/from_lists_to_b.html). Acesso em 2 set. 2010

ZAKARIA, F. *The future of freedom*. Nova York: WW Norton, 2003.

## Capítulo 12

# DEMOCRACIA DIGITAL: PARA ALÉM DA IDÉIA DE JUSTIÇA DISTRIBUTIVA

*Jonatas Ferreira e Maria Eduarda da Mota Rocha*

*The history of electronic communication “is less the evolution of technical efficiencies in communication than a series of arenas for negotiating issues crucial to the conduct of social life; among them, who is inside and outside, who may speak, who may not, and who has authority and may be believed”.*

(Mark Poster, citando Carolyn Marvin)

### Introdução

Este capítulo propõe uma crítica à ideia de “inclusão digital” que orienta políticas públicas e iniciativas do terceiro setor voltadas à ampliação do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Esta crítica se dirige a dois fundamentos teóricos daquela ideia: o *paradigma da justiça distributiva* e as *noções de informação e comunicação tal como preconizadas pela teoria da informação*. Quanto ao primeiro aspecto, ressaltamos que a ideia de “inclusão digital” tem como premissa fundamental uma suposta equivalência entre justiça e redistribuição de recursos sociais concentrados, além de uma percepção unilateral daquilo que deve ser objeto de tal redistribuição. Nesse sentido, apontamos como muitas iniciativas de “inclusão digital” enfrentam problemas devidos à ausência de atenção aos interesses e repertórios culturais de seu público-alvo. O segundo fundamento da ideia de “inclusão digital” que tomamos como objeto de crítica é a noção de informação tal como proposta de modo sistemático a partir de meados do século XX – consumo de uma dimensão instrumental da linguagem e da comunicação já presente no Ocidente, ao menos desde o século XIX. Influenciando a teorização dos processos comunicacionais,

essa noção levou a que se considerasse a comunicação cada vez mais como uma transmissão de dados e não como uma partilha de significados. O resultado é que, por mais que as políticas públicas e as iniciativas do terceiro setor tentem superar as limitações postas por essa visão instrumental das TIC, ampliando os objetivos dos projetos para além da inovação empresarial e da “qualificação” da mão de obra, essa percepção tende a ser repostada. Acreditamos que, sem uma crítica persistente e profunda a esses fundamentos, a passagem da “inclusão” para a “democracia” digital é muito improvável.

Seguindo uma tendência internacional de crescimento na infraestrutura e serviços de informação e comunicação, na última década, o Brasil avançou significativamente no que concerne ao acesso a essas tecnologias. A queda no preço de equipamentos, os programas de incentivo à aquisição do primeiro computador, além de melhoria no poder aquisitivo da população de menor renda, significaram um ingresso mais significativo na sociedade de informação. Se, no que toca a algumas dessas tecnologias, esse crescimento foi mesmo notável, como é o caso do acesso à telefonia móvel, uma evolução menos expressiva, mas ainda considerável, foi percebida no acesso a computadores pessoais e à Internet.

Os dados da mais recente Pesquisa TIC Domicílios 2007 mostram avanços significativos no acesso ao computador e à Internet no Brasil e indicam que estão no caminho certo as políticas públicas desenvolvidas para inserção dos cidadãos brasileiros na sociedade da informação. Os números revelam o crescimento da banda larga nos domicílios e do número de internautas, bem como o aumento das aquisições domiciliares de computadores e a expansão do seu uso. (Comitê Gestor..., 2007, p. 35)

Vamos a alguns números. Em 2007, havia computadores em 24% dos lares brasileiros, o número de internautas chegou a 34% da população, a conexão à Internet através de banda larga chegou a 50% dos usuários. Mesmo com esses números, algumas desigualdades históricas persistem e entram um acesso mais amplo a tais tecnologias. As classes D e E continuam excluídas do processo, seja por restrição

educacional, seja pelo limite orçamentário que as coloca para além dos esforços governamentais de inclusão digital.<sup>1</sup> A telefonia móvel é aqui uma exceção, como todos sabemos, tendo se popularizado em todas as classes sociais. Em todo caso, é possível dizer que desigualdades históricas, como aquelas que existem entre as regiões, influenciam de modo decisivo o ingresso dos indivíduos na sociedade da informação,<sup>2</sup> como evidenciam as estatísticas disponibilizadas pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil.

A proporção de domicílios com computador cresceu em todas as regiões de 2006 para 2007. Este aumento é maior nas regiões Centro-Oeste (de 19% em 2006 para 26% em 2007), Sul (de 25% para 31%) e Sudeste (24% para 30%). A proporção de domicílios com computador é menor nas regiões Norte (13%) e Nordeste (11%) e o crescimento do indicador nestas regiões também foi menor, ficando em 3 e 2 pontos percentuais, respectivamente. (Comitê Gestor..., 2007, p. 35)

A força negativa de processos de estratificação social historicamente injustos é percebida na disseminação das tecnologias de informação e comunicação, não apenas no Brasil, mas em todo o globo. Em 2007, a taxa de penetração da Internet no mundo desenvolvido era de 55,4%, enquanto os países em desenvolvimento apresentavam modestos 12,8%. Se o Brasil está numa situação favorável em comparação com esses números, é conveniente também lembrar que nossa posição no cenário mundial sofreu queda no que concerne à penetração de TIC em nosso desenvolvimento. Essa é a conclusão a que chega a International Telecommunication Union (ITU).<sup>3</sup> Analisando uma composição de indicadores que medem acesso, uso e habilidades (*skills*), a ITU definiu um Indicador de Desenvolvimento em TIC (IDI) destinado a orientar

---

1 Os dados indicam uma forte tendência ao acesso de Internet através de *lan houses* entre a população de menor renda, o que configura um padrão de consumo recorrente no Brasil, segundo o qual quem paga mais caro por um determinado produto é justamente quem menos pode pagar, como ocorre nos financiamentos de longo prazo para a compra de bens de consumo durável.

2 A própria noção de “sociedade da informação” também merece uma crítica, por seu forte viés ideológico. Mas isso já tem sido feito (Cf. Briggs et al., 2004; Mattelart et al., 2000). Além disso, ao tomar a noção de informação como objeto de análise, também estamos dando uma contribuição nesse sentido.

3 Agência das Nações Unidas que trata de temas relacionados às TIC.

políticas de informação e comunicação no mundo. De 2002 para 2007, caímos seis posições, de acordo com essa estimativa, mais precisamente da 54<sup>a</sup> para a 60<sup>a</sup> posição. Se comparamos nosso desempenho com os de outros países no que tange ao *acesso* (IDI Access Sub-index, que leva em consideração acesso a banda larga, computadores por lares, Internet por lares, entre outras informações de infraestrutura), nossa situação é ainda mais desconfortável: caímos da 54<sup>a</sup> para a 69<sup>a</sup> posição. Nosso desempenho é um pouco melhor quando nossas habilidades são avaliadas, ainda que tenhamos estacionado na 61<sup>a</sup> posição. Despencamos para a 91<sup>a</sup> colocação quando o preço que pagamos por TIC é avaliado, o que certamente influencia as performances anteriormente consideradas. O preço da telefonia, móvel ou convencional, do acesso à banda larga ainda é incompreensivelmente caro em nosso país.

Esses números medem o que poderíamos chamar de grau da inclusão digital brasileira. Ainda que questionemos a propriedade de pensar a democratização das TIC a partir do conceito de “inclusão digital” (o que teremos de esclarecer ao longo deste capítulo), é fundamental identificar problemas claros que a implementação de políticas inclusivas enfrenta: o acesso a um recurso escasso e notoriamente caro, sem a democratização de outros bens culturais fundamentais (escolarização, educação fundamental, média e superior de boa qualidade, por exemplo), produz um efeito bastante limitado. Mesmo se nos ativéssemos apenas aos princípios de uma lógica distributiva, teríamos que pensar em um conjunto de ações mais concatenadas no que diz respeito a aspectos culturais, educacionais, econômicos, relacionados à inclusão digital. O que pareceria claramente racional do ponto de vista da eficácia das políticas de inclusão digital, no entanto, enfrenta a resistência de grupos políticos diversos, encastelados nas diversas pastas mediante as quais o Governo atua na sociedade.

Acreditamos que existe um problema político mais amplo e que diz respeito à democratização das TIC em nosso país. Esse problema não pode ser tratado apenas por uma lógica da inclusão, nem pelos princípios universalizantes de uma justiça distributiva. Segundo a perspectiva que aqui defendemos, o princípio distributivo que orienta em grande medida as políticas de inclusão digital apresenta um limite teórico e um

problema político claros: não levar em conta o problema da opressão e da dominação nos processos que definem o que deve ser objeto de distribuição. Que o fato de estar conectado à grande rede seja um bem em si é algo longe de ser uma verdade inquestionável, como o estresse que pode ser identificado entre profissionais ligados às tecnologias de informação e comunicação pode ilustrar. E aqui, obviamente, não se trata de opor uma postura tecnófoba e ingênua à ideia de inclusão digital, mas de afirmar, de partida, que a democratização da tecnologia envolve bem mais do que os problemas relacionados ao acesso, à distribuição e à inclusão podem sugerir. De modo semelhante a Iris Marion Young, acreditamos que, ao se orientar por princípios universais, a lógica da justiça distributiva, que dá corpo à ideia de inclusão digital, é insuficiente para captar a contribuição do(a) outro(a) (daqueles e daquelas que são “objeto da inclusão”) no estabelecimento dos rumos que a sociedade de informação deve tomar. Aqui não se trata apenas de criticar o modelo de base liberal, a universalidade das necessidades que supõe para decidir sobre os processos de “inclusão”, mas de propor uma ideia particular de justiça social que deveria orientar os processos de democratização digital. Citando Lyotard, Young nos dá uma ideia do fundamento dessa justiça e democracia.

*Creemos que un lenguaje es en primer lugar, y ante todo, alguien hablando. Pero hay juegos de lenguaje en los que lo importante es escuchar, el los que las reglas tienen que ver con la audición. Tal juego es el juego de lo justo. Y en este juego uno habla sólo en la medida en que escucha, es decir, uno habla como quien escucha, y no como un autor. (Lyotard, citado por Young, 1990, p. 14)*

A rigor, não se pode afirmar que as políticas brasileiras de inclusão digital não contemplem, ao menos discursivamente, a crítica à ideia de justiça distributiva. Desde o *Livro branco*, questões relacionadas à cidadania e à apropriação de conhecimentos pelas minorias aparecem nos discursos oficiais como problemas a serem tratados em nossa entrada na sociedade de informação. É preciso mesmo afirmar que esse esforço não tem sido meramente discursivo: iniciativas como os pontos de cultura, as políticas de “inclusão audiovisual” e aquelas baseadas

em *software* livre indicam que nosso problema não é meramente de *acesso* à sociedade de informação, mas de determinar a sociedade que desejamos e podemos construir a partir da constatação de transformações radicais nas tecnologias de informação e comunicação. Seria, no entanto, possível dizer que uma tensão entre os princípios de justiça distributiva e diferença naqueles esforços ou, dito de outro modo, entre a ideia de “inclusão digital” e de “democracia digital”, ainda persiste nos esforços governamentais? Nossa resposta seria afirmativa, e as implicações dessa tensão são um campo a ser analisado.

O problema que pretendemos tratar neste capítulo passa pelo estabelecimento de uma conexão entre a lógica que preside a ideia de justiça distributiva (e, conseqüentemente, de “inclusão digital”) e uma certa construção histórica em torno das ideias de informação e comunicação. A redução dos conceitos de informação e de comunicação a uma dimensão francamente *performativa*, tal como encontramos nas ciências da informação desde seus primórdios – lembremos, por exemplo, da matematização da informação proposta por Claude Shannon na década de 1940 –, apresenta uma considerável “afinidade eletiva” com a ideia de inclusão digital. Nos dois casos, trata-se de garantir o fluxo seguro e veloz de signos sem que as questões do sentido das mensagens, de sua apropriação, da orientação da arquitetura que permite esse fluxo, constituam uma preocupação primeira – ou cuja resposta seja democraticamente produzida. A eficiência no transporte de informação é, nos dois casos, um princípio que se impõe às demais preocupações. Acreditamos que a ideia de inclusão digital não possibilita uma compreensão crítica desse movimento técnico e de seu sentido político. Ao alertar para a necessidade dessa crítica, esperamos contribuir para a compreensão da dificuldade intrínseca que se estabelece quando se deseja pensar a diferença a partir dos termos definidos em tal contexto e, de um modo mais amplo, desejamos com isso evidenciar os limites da ideia de inclusão digital.

Para atingir esse propósito, propomos um percurso de argumentação que passaria: (i) pela discussão do próprio significado que vêm adquirindo as ideias de informação e comunicação com o advento da revolução informacional; (ii) por uma breve análise da ideia de justiça

distributiva; (iii) pela retomada crítica de alguns esforços de inclusão digital; e, finalmente, (iv) pelo esboço de algumas conclusões.

## **A teoria da informação**

A teoria da informação representa um momento fundamental da transformação semântica do termo “comunicar”, de seu sentido anterior relacionado a “partilhar”, para o seu sentido cada vez mais preponderante de “transmitir” (Wolf, 1994, p. 98-100). Como é bem conhecido, tal teoria se baseou em estudos realizados na década de 1940 por dois engenheiros matemáticos, Shannon e Weaver, que assumiam como objetivo a melhoria do rendimento global do processo de transmissão de informação através de canais mecânicos, aumentando a velocidade de transmissão das mensagens, diminuindo suas distorções e automatizando o seu processamento. Na busca de consecução desses objetivos, ressoam os propósitos militares e econômicos que comandavam as pesquisas naquela área.

Independentemente das várias revoluções técnicas pelas quais passaram as ciências da informação da década de 1940 até os nossos dias, é possível afirmar, com Philippe Breton, que as transformações das quais resulta a noção contemporânea de informação foram de três ordens. Primeiro, essa noção pressupõe uma distinção epistemológica entre *forma* e *sentido*.

Essa distinção vai tornar possível um trabalho sobre a forma que vai progressivamente se automatizar, depois se converter em um saber, técnico e matemático, ao qual devemos a maior parte das possibilidades modernas de comunicar à distância e de “tratar a informação”. (Breton, 1990, p. 42)

A automatização no processamento da forma depende diretamente de que se torne o sentido transparente. “Símbolos e sinais podem ser tratados independentemente de sua significação” (Breton, 1990, p. 42), eis a premissa a partir da qual uma “teoria matemática da informação” pode ser concebida.

Essa nova compreensão da informação demandou um segundo tipo de mudança, a saber, “no transporte das mensagens”. “As pesquisas

sobre as condições físicas do transporte de mensagens conduzirão ao aperfeiçoamento da noção de sinal, enquanto as pesquisas sobre a codificação das mensagens levarão à noção de símbolo. A articulação entre sinal e símbolo se fará na teoria da informação” (Breton, 1990, p. 45), mais especificamente através do estudo de sinais elétricos. O modelo comunicacional derivado dessa teoria supõe uma mensagem enviada por uma fonte através de uma codificação que a converte em um sinal. Na outra extremidade do processo, a decodificação retraduz aquele sinal enviado em mensagem captada. No curso dessa transmissão, enfatizava-se a necessidade de eliminação dos ruídos que pudessem criar diferenças entre o sinal enviado e aquele captado.

Em terceiro lugar, a informação passa a ser compreendida como uma quantidade, ou seja, como medida do grau de entropia de um sinal, de sua “degradação” “em presença do ruído”. Assim, o “domínio da informação, no sentido matemático, é então constituído pelas relações entre os símbolos, os sinais e os ruídos” (Breton, 1990, p. 47). Além dessa aceção, a informação é também compreendida como um símbolo numérico codificado de modo binário. Em todo caso, a questão do sentido é colocada em suspensão diante de um tratamento matemático da informação e da comunicação que privilegia a efetividade do tráfego veloz de formas, isto é, de sinais binários. É essa redução que permitirá a von Neumann e Wiener conceber certos processos mentais como plenamente automatizáveis e o computador como cérebro eletrônico. A cibernética emergente dependerá da redução da ideia de informação à performance e da própria ideia de comunicação como fluxo de signos postos em movimento pela necessidade de execução de uma tarefa determinada. A esse respeito, temos de Heidegger o seguinte depoimento:

O único carácter da língua que permanece na informação é a forma abstrata da escrita, que é transcrita nas fórmulas de uma álgebra lógica. A univocidade dos sinais e das fórmulas, que é necessariamente exigida por isto, assegura a possibilidade de uma comunicação certa e rápida. (Heidegger, 1970, p. 36)

Em 1950, Wiener já alertava para algo que viria a se tornar um truísmo:

Quando dou uma ordem a uma máquina, a situação não difere essencialmente da que surge quando dou uma ordem a uma pessoa. [...] Para mim, pessoalmente, o fato de o sinal, em seus estágios intermediários, ter passado por uma máquina e não por uma pessoa é irrelevante e em nenhum caso altera significativamente minha relação com o sinal. (Wiener, 1954, p. 16)

O sentido, uma vez mais, se torna transparente diante da necessidade da performance; e invisível se torna o fato de que esse sentido dá sempre margem a ambiguidades e tensões na comunicação entre os seres humanos.

Talvez possamos dizer que falar dessas tensões e ambiguidades é, nesse contexto, falar da existência de ruído. E a verdade é que, se a teoria da informação proposta por esses pioneiros implica imediatamente a questão do poder (pois está diretamente ligada à necessidade de controle), o poder aqui é pensado como cancelamento técnico da política. Assim, é possível para Wiener dizer:

As ordens de comando por via das quais exercemos controle sobre o nosso meio ambiente são uma espécie de informação que lhe transmitimos. Como qualquer outra espécie de informação essas ordens estão sujeitas a desorganização em trânsito. (Wiener, 1954, p. 17)

Que a resistência de *atores* e *actantes* seja pensada a partir do mesmo princípio epistemológico e prático, isto é, como ruído, implica uma redução ontológica do ser humano e de seu processo de comunicação – redução essa só concebível a partir desta mudança radical na ideia de informação de que falamos.

A concepção da comunicação como “transferência ordenada de sinais” exclui a análise de dimensões concretas, históricas, sociais e culturais dos processos comunicativos. A incorporação dessas dimensões implica que se passe do âmbito da informação para o do significado, considerando que o código não é apenas o sistema que organiza os significantes (ou os sinais), mas também um elemento de união entre um sistema de significantes e um sistema de significados. A verdade é que tal ideia de comunicação é reificada de diversas formas a partir de

várias perspectivas teóricas, e as ciências sociais tiveram sua parcela de contribuição nesse sentido. Do estruturalismo de Saussure e Jakobson até Baudrillard, via McLuhan, um movimento de ruptura entre signo, significado e referente fortaleceu a ideia da comunicação e da informação como um problema de performance e não prioritariamente de significado. Em que outro contexto técnico e político o “assassinato do real” de que fala Baudrillard pode ser pensado?

No que nos concerne mais diretamente, poderíamos dizer que a redução do problema da informação à performance técnica nos dá a entender que, *grosso modo*, quaisquer que sejam os nossos problemas, eles estariam solucionados com a posse de um computador de última geração e acesso à banda larga. Sob a suposta neutralidade desse meio técnico, no entanto, decisões políticas são tomadas, à nossa revelia. Chris Sandwig (2008) considera que a manipulação do tráfego na Internet por grandes corporações tem implicações diretas naquilo que chamaríamos de democratização das tecnologias de informação e comunicação. Sem que o usuário perceba, seu acesso a conteúdos é diuturnamente controlado através do “bloqueio de endereços”, do “bloqueio de protocolo ou de porta”, da “filragem de conteúdo” e “priorização e condicionamento” de tráfego. Atenhamo-nos apenas a esse último aspecto. Por trás de um suposto imperativo da performance, da celeridade do sistema, interesses privados e não negociados amplamente podem se esconder. “Hoje em dia a engenharia de redes tem segregado o tráfego do VoIP na Web para prover, por exemplo, serviços privados de telefonia a universidades e empresas” (Sandwig, 2008, p. 9). Se consideramos, além disso, que o bloqueio de conteúdos é uma realidade não apenas em países sob regime autoritário, mas que também está presente nas estratégias corporativas da indústria da comunicação, por exemplo, entenderemos que a redução da informação à sua dimensão formal, não significativa, é um mito que precisa ser analisado. Também por isso, poderíamos dizer que ser incluído não significa participar de modo democrático da sociedade de informação.

Em várias frentes, dos estudos de linguagem aos estudos culturais, essa concepção foi submetida à crítica no campo da pesquisa em comunicação. Um momento decisivo dessa crítica foi o texto

“Codificação/decodificação”, de Stuart Hall (2003). Os seus principais problemas seriam a linearidade pressuposta na relação emissor/mensagem/receptor, a concentração no nível da troca de mensagens e, sobretudo, a ausência de uma concepção estruturada acerca dos diferentes momentos que compõem o processo comunicativo enquanto complexa estrutura de relações (Hall, 2003, p. 387). Operando a partir do modelo tripartite marxiano – produção, circulação e consumo –, Hall enfatizará a importância de entender a comunicação a partir de cada um desses momentos, considerando que cada um deles tem uma dinâmica relativamente autônoma com relação ao todo. Isso implica que uma análise dos processos comunicativos deve contemplar a maneira como, a partir de uma estrutura de produção e das práticas que a fazem funcionar, uma mensagem é produzida e codificada para ser transmitida. Mas a análise precisa problematizar o processo de atribuição de sentido por parte do receptor, dotado de um repertório e conjunto específico de interesses. As conclusões a que chega Hall, a partir de um contexto completamente diferente, são sugestivas para nossa análise da democratização das TIC no Brasil de hoje. Por exemplo, é possível estabelecer um contraste entre essa perspectiva, pautada em uma mídia de massa como a TV, e a compreensão das novas tecnologias, que potencialmente permitem uma alternância maior entre as posições de produtores e receptores. O caráter mais descentralizado das novas TIC coloca a questão de saber em que medida os polos de produção e consumo precisam constituir dois blocos claramente delimitados.

Mas a sugestão mais importante diz respeito à restituição do papel do receptor na atribuição de sentido à mensagem, o que dirige a nossa atenção para o descompasso entre muitas iniciativas de inclusão digital e seu público-alvo, no tocante aos interesses desse público e a seu repertório cultural, frequentemente pouco adequado ao uso proposto para as TIC. Muitas dessas iniciativas se deparam com a constatação de que a grande dificuldade é proporcionar um uso significativo para as novas tecnologias, considerando o ponto de vista do usuário. A crítica ao modelo informacional no campo da comunicação precisa ser expandida até alcançar o paradigma distributivo e a noção corrente de informação, na maneira como estão articulados sob a bandeira da “inclusão digital”.

Sem essa crítica, tomam-se como dados que a necessidade e o interesse dos que seriam beneficiados com a redistribuição desse recurso escasso correspondam àquilo que têm em mente os gestores públicos e privados de políticas de inclusão digital, quando, na verdade, os problemas de evasão enfrentados por muitas iniciativas nesse campo obviamente atestam o contrário. E esse é o próximo passo de nossa argumentação.

### **A ideia de justiça distributiva: esboço de uma crítica**

As políticas de inclusão digital costumam se pautar pelo que se convencionou chamar de “paradigma distributivo”, que “define a justiça social como a distribuição moralmente correta dos benefícios e encargos sociais entre os membros da sociedade” (Young, 1990, p. 33). Do que se trata? Primeiramente, de identificar que, na tradição das ciências sociais, a preocupação com a desigualdade nas sociedades capitalistas ocupou uma primazia que significou uma enorme negligência do tema da diferença. Ora, historicamente isso é bastante compreensível. Por um lado, o tratamento do tema da desigualdade sofreu grande influência teórica da economia política inglesa, ou seja, da análise das condições a partir das quais o trabalho geraria riqueza nas sociedades industriais. O próprio tema da pobreza e da desigualdade já estava presente como lado perverso da propriedade em Adam Smith, como atesta o oitavo capítulo da *Riqueza das nações*. É natural portanto que a abordagem deste tema na sociologia clássica, por exemplo, enfatizasse prioritariamente questões de justiça econômica. Marx e o marxismo são bons testemunhos dessa influência, mas também Weber ou Durkheim. Por outro lado, a tradição iluminista na qual a sociologia clássica se inscreve via o tema da diferença como resquício do aparato ideológico do Antigo Regime e de sua ênfase na distinção. É de se esperar que a universalidade dos direitos, que o combate à desigualdade econômica, portanto, tomasse o primeiro plano das discussões sobre justiça social na sociologia clássica.

Evidentemente, a força dessa perspectiva não se restringe à sua presença na sociologia clássica. Medeiros (2005) reúne autores como Amartya Sen, John Rawls, entre outros, sob esse mesmo paradigma. De fato, é possível dizer, em relação a esses autores, que, mesmo quando incorporam “valores” não tangíveis em suas análises, tal como

a categoria “poder”, a lógica da justiça distributiva está ali presente na própria concepção desses “valores” como pertencentes a um *estoque* de coisas a serem partilhadas.

Sen defende uma regra distributiva conhecida como *leximin*, que, embora não corresponda exatamente ao que propõe Rawls, baseia-se também na idéia de que as desigualdades que se justificam são as que favorecem os mais fracos. A regra do *leximin* consiste em realizar distribuições de modo que o indivíduo em piores condições de bem-estar receba mais recursos, como forma de se igualar aos demais. (Medeiros, 2005, p. 63)

Em que sentido o paradigma da justiça distributiva é criticável? Primeiro, falemos de sua propriedade. Numa sociedade em que alguns morrem de inanição ou por falta de assistência médica, enquanto uma pequena minoria compra sapatos italianos a 7.000 dólares o par, a provisão de bens materiais é uma questão certamente premente. Preocupações com justiça distributiva são certamente necessárias numa sociedade como a brasileira, ainda que a julguemos insuficiente para pensar na inserção democrática de amplas camadas da população na construção do país. Em que sentido, então, falamos de insuficiência? Inicialmente, poderíamos responder: *porque essa noção pressupõe que o problema da justiça seja de partilha de um estoque previamente constituído de riquezas*. Assim, ela não coloca o problema de decidir que tipo de riquezas desejamos produzir, e isso certamente é uma questão crucial quando ameaçamos torrar o planeta com um determinado modelo de produção de riquezas.

*La teoría con frecuencia se ocupa de temas relativos a la distribución de tales bienes no materiales como poder, las oportunidades o la autoestima. Pero esta ampliación del concepto de distribución pone en evidencia el segundo problema del paradigma distributivo. Cuando se amplía metafóricamente a los bienes no materiales, el concepto de distribución representa dichos bienes como si fueran cosas estáticas en lugar de funciones de relaciones y procesos sociales.* (Young, 1990, p. 33)

*Ao supor estático esse “estoque” de bens, assume-se de modo implícito o próprio modelo de produção, ainda que se conteste a lógica mediante a qual os bens são distribuídos.* Mas isso significa deixar de questionar que algumas pessoas possam se entregar a um trabalho aviltante em sua falta de sentido, digamos digitar informações em alta velocidade (Young, 1990, p. 39) ou atender chamadas de um *call center*, ainda que se possa problematizar a remuneração que esse tipo de trabalhador recebe. Por sempre tomar o mundo como dado, a justiça distributiva é pouco sensível aos contextos institucionais em que as desigualdades são produzidas. Essas desigualdades são tratadas como se não fossem o produto de relações políticas e históricas, portanto, como se não brotassem de um contexto social específico, com relações de poder específicas. *“Por el contrario, rara vez se plantean cuestiones sobre la organización justa de las instituciones de gobierno o los métodos justos para la tomada de decisiones políticas”* (Young, 1990, p. 43).

Em suma, nossa crítica a esse paradigma tem como foco sua incapacidade de pensar a justiça a partir de um contexto social e temporal. *A justiça distributiva é incapaz de escutar, de permitir a voz do(a) outro(a) como parte de um processo necessariamente aberto de construção do mundo.* De que modo a comunidade do Alto José do Pinho, no Recife, deve passar a fazer parte da construção da sociedade da informação? Deveremos escutá-los, deveremos negociar juntos caminhos, mas em princípio poderíamos dizer que a música possa ser um elemento mais significativo nessa comunidade do que aprender a usar alguns programas da Microsoft. *A justiça distributiva é incapaz de ouvir o(a) outro(a) e por isso é insensível ao passado que informa culturalmente o jogo democrático, e mais amplamente o jogo político.* Em decorrência, fecha o futuro em torno de princípios insuficientemente debatidos, mas que sempre representam o interesse de alguns grupos específicos.

A ideia de inclusão digital parece-nos claramente debitária desse conjunto de pressupostos. Trata-se sempre de incluir um outro num jogo cujas regras básicas ele não comanda, em que ele(a) é sempre percebido(a) como faltante e de pensar informação como um estoque.

Também aqui pouco se fala da necessidade de que esse outro participe no processo de definição do que deve ser a sociedade de informação, ou, mais especificamente, o que deve ser a sociedade brasileira. Em vez disso, pacotes de esclarecimento são oferecidos. *A confluência entre uma noção instrumental, performativa, da informação e da comunicação e de um paradigma distributivo de justiça age de modo a pensar uma realidade técnica como um estoque e não como padrões políticos de relacionamento que devem ser entendidos e transformados.*

## **Algumas iniciativas de inclusão digital no Brasil e sua crítica**

Permita-nos agora ilustrar rapidamente nosso argumento a partir do exame de algumas iniciativas de inclusão digital. Tal exame, por seu caráter ilustrativo, objetiva indicar a pertinência da crítica que desenvolvemos até aqui, bem mais que realizar uma análise sistemática de tais ações.<sup>4</sup>

No caso específico das novas tecnologias, o paradigma distributivo reatualizou-se através da ideia de *digital divide* (“divisão digital”), tal como formulada pela National Telecommunications and Information Administration ainda na década de 1990. Essa ideia norteou a primeira iniciativa sistemática para compreender e propor soluções para o que se convencionou chamar de “exclusão digital” no Brasil: o *Livro verde*, iniciativa do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), no ano de 2000. Já naquele momento falava-se da urgência em encontrar “soluções efetivas” que possibilitassem a “diferentes segmentos sociais e regiões” terem acesso amplo à Internet, combatendo assim a “infoexclusão” (Ministério de Ciência e Tecnologia, 2000, p. 26).

O acesso às tecnologias de informação e comunicação, e em especial à Internet, era percebido como condição fundamental para o desenvolvimento econômico do país e como uma possibilidade de abertura de oportunidades de renda e emprego para amplas parcelas da população, em especial para as camadas pobres. Ou seja,

---

4 Apresentamos uma análise mais sistemática dessas iniciativas em Ferreira e Rocha (2009).

[...] além de prover informações úteis ao cidadão, é possível oferecer-lhe serviços e informações capazes de auxiliar no funcionamento de seus negócios e nas tomadas de decisão, principalmente quando se trata de pequenas e médias empresas. (Ministério de Ciência e Tecnologia, 2000, p. 28)

Mas a “divisão digital” era compreendida também como um entrave à plena realização da cidadania em uma sociedade que dependia cada vez mais da informação. Por isso, a ideia de “inclusão digital” expressa naquele documento trazia também conotações relativas à apropriação das novas tecnologias pelos usuários. Vale lembrar que o projeto político representado pelo governo FHC legitimava-se, também, pela trajetória de resistência à ditadura militar por parte de suas principais lideranças, ainda que o PSDB<sup>5</sup> não fosse um partido tão ligado aos movimentos sociais quanto o PT,<sup>6</sup> que o sucedeu na Presidência da República. O contexto político brasileiro de abertura do espaço público desde os anos 1980 explica muito da ênfase na “cidadania” encontrada no *Livro verde*, onde se lia:

o conceito de universalização deve abranger também o de democratização, pois não se trata tão somente de tornar disponíveis os meios de acesso e de capacitar os indivíduos para tornarem-se usuários dos serviços da Internet. Trata-se, sobretudo, de permitir que as pessoas atuem como provedores ativos dos conteúdos que circulam na rede. Nesse sentido, é imprescindível promover a alfabetização digital, que proporcione a aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet, mas também que capacite as pessoas para a utilização dessas mídias em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários, com responsabilidade e senso de cidadania. (Ministério de Ciência e Tecnologia, 2000, p. 26)

O *Livro verde* orientou as políticas de inclusão digital a partir de sua ênfase no desenvolvimento econômico e no exercício da cidadania. Já no *Livro branco*, de 2002, que propõe os “caminhos” a partir dos quais

---

5 Partido da Social Democracia Brasileira, do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

6 Partido dos Trabalhadores, do Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

o ingresso na “sociedade de informação” seria viabilizado, a “inovação” passou a ocupar o lugar proeminente. O papel principal da ciência e da tecnologia deveria ser o de fomentar nossa capacidade de inovar, no âmbito do mercado. E a própria ideia de inovação abre espaço para que se leve em conta aquilo que a literatura especializada passa a chamar de “capital humano”, ou a cultura dos atores envolvidos nos processos produtivos. Ao apresentar o livro, Fernando Henrique Cardoso ainda considera necessário empreender “uma verdadeira política de ciência da cidadania”. Uma diretriz específica que viabilizaria essa boa intenção, no entanto, não é oferecida. Muito mais pragmática, a concepção de que as novas tecnologias são instrumento de desenvolvimento econômico, através do aumento da qualificação da mão de obra e da capacidade de inovação das empresas, é o tom predominante nas políticas públicas para o setor desde então.

Com a ascensão de Lula e do PT à Presidência da República, essas políticas públicas voltadas às novas tecnologias parecem estar sofrendo uma influência renovada da velha ênfase na cidadania, embora as iniciativas tenham grande dificuldade de superar os objetivos mais pragmáticos de fornecimento de equipamentos, definidos a partir de uma concepção de “inclusão digital” e do paradigma distributivo que lhe é subjacente. Podemos observar esse fato através do relato do coordenador da quarta regional do Programa de Inclusão Digital do Serpro – Serviço de Processamento de Dados do Governo Federal. Essa entidade, em articulação com organizações não governamentais (Ongs) e associações comunitárias, é a grande responsável pela criação de telecentros, ao fornecer equipamentos e treinamento de monitores para o seu funcionamento. Aqui, merece atenção especial a maneira como o coordenador articula discursivamente o recurso ao *software* livre e as finalidades mais pragmáticas de ampliação de acesso aos computadores e à Internet. O *software* livre, como instrumento de luta contra os monopólios corporativos da cultura, pode se aproximar dos movimentos sociais que tentam superar o paradigma distributivo, uma vez que não objetiva apenas a redistribuição de recursos, mas sobretudo a ampliação do poder de grupos até então excluídos da conformação daqueles recursos e, conseqüentemente, também da definição de seus usos.

Segundo o coordenador que entrevistamos, o Serpro começou a distribuir *software* livre em 1998, mas de modo muito incipiente. No biênio 2001-2002, deu-se a implantação do Linux em algumas estações de trabalho. Mas foi somente a partir de 2003 que este “deixou de ser um direcionamento da empresa e passou a ser um direcionamento de governo”. Desde então, “todas as 7 mil estações de trabalho do Serpro têm que ter o Linux instalado, mesmo que, por necessidade, tenha Windows”. Até que, em 2005, a rede local da empresa foi convertida para *software* livre, com uma economia de um milhão e meio de reais por ano. O fator “custos” tem levado, inclusive, a que clientes privados do Serpro demandem a conversão para *software* livre.

Mas é quando trata da relação entre o *software* livre e as iniciativas do Serpro para a “inclusão digital” que fica patente a maneira como, na prática e no discurso, o paradigma distributivo tende a absorver as pretensões mais amplamente democratizantes ligadas às possibilidades de maior intervenção do usuário na conformação dos recursos digitais. Diz o entrevistado:

A questão da inclusão digital nesses telecentros foi uma peça a mais. A gente até incluiu o *software* livre nisso porque já tínhamos uma bagagem de conhecimento e tínhamos também a necessidade de começar a mudar essa cultura. A definição foi nessa linha. Primeiro, a gente não ia ter custo em termos de licença, e segundo, o Serpro também ia ter condições de levar a cultura do software livre para dentro das comunidades. Até porque é um pessoal mais carente, não tinha condições.

O *software* livre não é apenas *software* barato, ou de graça, mas um *software* que pode ser “usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído sem qualquer restrição”.<sup>7</sup> Ele envolve, portanto, mais que a questão de acesso, a possibilidade de intervenção de quem se habilita nessa plataforma. Abre, assim, a discussão política sobre quem controla e como controla a Rede.

Aquela visão mais restritiva também pode ser percebida com relação às iniciativas de “inclusão digital” ligadas ao Programa

---

<sup>7</sup> Disponível em <http://br-linux.org/faq-softwarelivre>. Acesso em 1º abr. 2009.

Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem, criado em 2006 pelo Governo Federal. Sua avaliação, finalizada em abril de 2008, de acordo com a revista *A Rede*, contabilizava a entrega de “1.687 laboratórios com dez computadores, impressora e roteador, para 58 cidades”. O ProJovem, que tem como objeto pedagógico “o ensino fundamental, a qualificação profissional e a educação cidadã”, orienta as ações de boa parte dos projetos do terceiro setor no campo da inclusão digital. Segundo Patrícia Cornils, a partir dessa avaliação, constatou-se a “resistência das direções das escolas que cedem seu espaço ao projeto”:

A diretora [...] tudo fazia para dificultar... Muitos alunos desistiram porque discutiram com a diretora [...] e se transferiram para outro núcleo”, diz um depoimento reproduzido no relatório parcial. Em escolas na cidade de São Paulo, diretores se queixaram dos alunos: “Demoramos anos para tirar essas pessoas da escola, porque nos davam problema, agora vocês trazem de volta?”<sup>8</sup>

Logo se vê que, sem levar em conta as relações sociais envolvidas no acesso às novas tecnologias, muitas dificuldades das iniciativas de “inclusão digital” permanecem inexplicadas e insuperadas. A concepção da “inclusão digital” como parte do “paradigma distributivo” precisa ser objeto de uma crítica profunda e persistente. Ela sempre implica um paternalismo estratégico que, como tal, é profundamente suspeito. A presença de uma preocupação com a “cidadania” não parece ter sido suficiente para a superação daquela concepção, pelo menos, até aqui. Isso porque aquelas políticas públicas e muitas iniciativas do terceiro setor continuam orientadas por uma perspectiva construída historicamente a partir da articulação entre o paradigma distributivo e a noção predominante de informação, ainda que por vezes procurem se distanciar dessa perspectiva.

Em uma pesquisa que realizamos com oito instituições públicas, privadas ou do terceiro setor responsáveis por ações de ampliação

---

<sup>8</sup> Disponível em [http://www.aredo.inf.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1505&Itemid=47](http://www.aredo.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1505&Itemid=47)  
4. Acesso em 17 set. 2008.

do uso das TIC em comunidades pobres do Recife, verificamos a sua distribuição em um espectro que vai de uma concepção de “inclusão digital”, segundo a qual a meta é prover os “carentes” do conhecimento técnico necessário ao manuseio dessas tecnologias, com vistas, sobretudo, à inserção no mercado de trabalho, até uma concepção que chamamos de “democratização digital”, em que essas tecnologias são abordadas como instrumentos potenciais de emancipação, se introduzidas em contextos favoráveis para isso. Nesse último caso, temos as iniciativas voltadas à quebra do monopólio privado sobre a cultura, como aquelas agrupadas em torno da rubrica da Metarreciclagem,<sup>9</sup> e as que buscam multiplicar as representações que os grupos subalternos produzem acerca de si mesmos, em contraposição às visões unilaterais e estigmatizadoras que a grande mídia costuma oferecer.

Mas tanto as iniciativas de “inclusão” quanto as de “democratização” digitais se deparavam com a dificuldade de mobilizar o interesse de seu público-alvo. Aquelas do terceiro setor frequentemente são mais prejudicadas porque dificilmente têm como pagar bolsas que estimulem a participação. Os alunos evadem devido à necessidade de procurar trabalho ou à oportunidade de serem beneficiados por algum programa que ofereça remuneração, como os de qualificação profissional realizados no âmbito do ProJovem. A inserção no mercado de trabalho, uma meta muito mais naturalizada do que a autoexpressão livre, parece encontrar menores resistências entre os jovens. Mas todos os projetos investigados, inclusive os voltados ao emprego, se deparavam com o problema da falta de sentido no uso das TICs para os fins propostos.

Por tudo isso, talvez a maior dificuldade para os projetos de democratização digital, e, em menor grau, para os de inclusão digital, seja a de não ceder à solução mais simples de impor um modelo de uso das novas tecnologias sem considerar a cultura, as competências e os interesses dos atores envolvidos. Nesse sentido, a crítica à concepção de “inclusão digital” é um passo fundamental para a ampliação das possibilidades de uso das TICs, em que o maior número possível de

---

9 A ideia de metarreciclagem compreende dois tipos de ação articuladas: a recuperação de equipamentos sucateados e, simultaneamente, a disseminação do conhecimento sobre o funcionamento dessas máquinas. Esse conhecimento, por seu turno, é entendido como etapa fundamental na apropriação do aparato técnico em questão.

sujeitos envolvidos sejam parte ativa na definição do sentido desse uso, e não apenas os consumidores passivos de propostas definidas verticalmente.

## Conclusões

As possibilidades de abertura da rede à sua polissemia, e à polissemia potencial daqueles que virão transformá-la, levaria a uma outra ideia de informação e comunicação. Wiener e cia. são totalmente compreensíveis num momento de Guerra Fria e de cérebros eletrônicos, ou seja, em um tempo em que o controle centralizado de informações era política e tecnicamente quase um truísmo. Nesse tempo faria mais sentido dizer: “Informação é o termo que designa o conteúdo daquilo que permutamos com o mundo exterior ao ajustar-nos a ele, e o que faz com que nosso ajuste seja nele percebido” (Wiener, 1954, p. 17). Mas não hoje, quando nossas possibilidades técnicas podem permitir uma relação mais complexa e rica entre emissão e recepção. Que essas possibilidades não sejam plenamente traduzidas em uma nova concepção de comunicação e de informação, e de democracia digital, é um problema político que diz respeito ao fato de que os sentidos que atribuímos às coisas são histórica e socialmente determinados. É a confluência histórica entre uma noção vertical de comunicação e nossa realidade social tradicionalmente injusta que nos impede de formular com mais clareza outras possibilidades. Uma crítica à concepção de “inclusão digital”, tal como ela tem norteado as iniciativas nessa área, é fundamental para a construção política de outras articulações entre informação, cidadania e democracia, uma vez que muitas dificuldades daquelas iniciativas podem ser atribuídas ao caráter fechado e pronto do modelo a partir do qual a relação com as TIC é proposta.

## Referências

- BRETON, P. *Une histoire de l'informatique*. França: Seuil, 1990.
- BRIGGS, A.; BURKE, P. *Uma história social da mídia – de Gutemberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CAMPOS, A. *O que é software livre?* Disponível em <http://br-linux.org/faq-softwarelivre/>. Acesso em 1 abr. 2009.

CORNILS, P. *Projovem dribla dificuldade*. 2008. Disponível em <http://www.aredede.inf.br/inclusao/edicao-no39-agosto2008/1449>. Acesso em 1 abr. 2009.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. *Pesquisa sobre uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil 2007*. São Paulo: Cetig.br, 2008

FERREIRA, J.; ROCHA, M. E. M. Entre a inclusão e a democracia digital: a atuação do Estado e do terceiro setor em comunidades pobres da Região Metropolitana do Recife. *Liinc em Revista*, v. 5 (1), 2009, p. 100-116.

HALL, S. Codificação/decodificação In: *Da diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Unesco, 2003.

HEIDEGGER, M. *Basic writings*. Londres: Routledge, 1996.

\_\_\_\_\_. *Língua de tradição e língua técnica*. Lisboa: Passagens, 1970.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. *Measuring Information Society*. The ICT Development Index. Genebra, ITU. 2009

MATTELART, A.; MATTELART, M. Os novos paradigmas da comunicação. In: *Líbero – Revista da Pós-graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero*. São Paulo, ano III, v. 3, n°. 6, 2000.

MEDEIROS, M. *O que faz os ricos ricos*. O outro lado da desigualdade brasileira. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2005.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Sociedade da informação no Brasil*. Livro verde. Brasília: MCT, 2000.

\_\_\_\_\_. *Livro branco*. Ciência, tecnologia e inovação. Brasília: MCT, 2002.

POSTER, M. *The mode of information*. Poststructuralism and social context. Padstow: Polity Press, 1990.

SANDWIG, C. Neutralidade da Rede e a nova via pública. *Politics*, 2, 2009, p. 3-13.

SMITH, A. *The wealth of nations*. Harmondsworth: Penguin Books, 1977.

WIENER, N. *Cibernética e sociedade*. O uso humano de seres humanos. São Paulo: Cultrix, 1954.

WOLF, M. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1994.

YOUNG, M. I. *La justicia y la política de la diferencia*. Madrid: Cátedra, 1990.

## SOBRE OS AUTORES

### **Alain Herscovici**

Professor da Universidade Federal do Espírito Santo. Entre outras publicações, é autor de *Economia Política da Internet* (Edufs/Educ, 2007).

### **César Bolaño**

Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professor e pesquisador associado do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. Entre outras publicações, é autor de *Comunicação, educação, economia e sociedade no Brasil - Desenvolvimento histórico, estrutura atual e os desafios do século XXI* (UFS, 2008).

### **Dan Schiller**

Professor, Graduate School of Library and Information, University of Illinois, Urbana-Champaign. Entre outras publicações, é autor de *How to think about information* (University of Illinois Press, 2007).

### **Geert Lovink**

Pesquisador e professor de Mídia Interativa, Hogeschool van Amsterdam, e Professor associado de Novas Mídias, University of Amsterdam. Diretor fundador do Institute of Network Cultures. Entre outras publicações, é autor de *Zero comments: blogging and critical internet culture* (Routledge, 2007).

### **Giuseppe Cocco**

Professor Titular da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (IBICT-UFRJ). Entre outras publicações, é autor *MundoBraz* (Record, 2009)

### **Jonatas Ferreira**

Professor do Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Entre outras publicações, é autor de *Humanismo, biopoder e soberania: elementos para uma discussão das biotecnologias contemporâneas* (Ciência e Cultura, 2008).

### **Maria Eduarda da Mota Rocha**

Professora adjunta da Universidade Federal de Pernambuco. Entre outras publicações, é autora do livro *A nova retórica do capital: a publicidade brasileira em tempos neoliberais* (Edusp, 2010)

### **Maria Lucia Maciel**

Professora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, IBICT-UFRJ. Coordenadora do Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento, Liinc (UFRJ-IBICT). Entre outras publicações, é autora de *Information, power, and politics: technological and institutional mediations* (Lexington, 2010).

### **Maria Nélide González De Gómez**

Pesquisadora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, IBICT. Professora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, IBICT-UFRJ. Entre outras publicações, é autora de *Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento* (EDUFRN, 2006).

### **Sandra Braman**

Professora, Department of Communication, University of Wisconsin-Milwaukee. Entre outras publicações, é autora de *Change of State: Information, policy, and power* (MIT Press, 2006) [www.uwm.edu/~braman/](http://www.uwm.edu/~braman/)

### **Sarita Albagli**

Pesquisadora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, IBICT. Professora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, IBICT-UFRJ. Coordenadora do Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento, Liinc (UFRJ-IBICT). Entre outras publicações, é autora de *Information, power, and politics: technological and institutional mediations* (Lexington, 2010).

**Saskia Sassen**

Lynd professor of Sociology e membro do Committee on Global Thought, Columbia University. Dentre outras publicações é autora de *Territory, authority, rights: from medieval to global assemblages* (Princeton University Press 2006) e *A sociology of globalization* (Norton 2007). (<http://www.columbia.edu/~sjs2/>)

**Sérgio Amadeu**

Professor da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero. Entre outras publicações, é autor de *Além das redes de colaboração: Internet, diversidade cultural e tecnologias do poder* (Creative Commons and Editora da UFBA, 2008).

**Yann Moulier Boutang**

Professor, Université de Technologie à Compiègne. Professor no Fernand-Braudel Center, University of Binghamton-New York (USA). Entre outras publicações, é autor de *Le capitalisme cognitif. La nouvelle grande transformation* (Ed. Amsterdam, 2007).